



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 055 – QUARTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 23 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL– 17, PSDB – 11</p> <p>LÍDER Efraim Moraes – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá – PMDB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 35ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE ABRIL DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 429, de 2004, de urgência para o Ofício nº S/30, de 2003, que solicita autorização para efetuar a contratação de financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$20,000,000.00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos à execução do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura. 10037

Nº 430, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 66, de 2002, e 2, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria..... 10037

Nº 431, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar, pela trágica morte do Skatista brasileiro Wellington Silva, vítima da violência da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. 10038

Nº 432, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao pesquisador brasileiro Gustavo Fonseca, que liderou um grupo de cientistas da organização não-governamental Conservação Internacional, responsável pelo cadastro de espécies animais ameaçados de extinção. 10038

Nº 433, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona..... 10038

Nº 434, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 4, de 2004, e 44, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria..... 10039

Nº 435, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica as informações que menciona..... 10039

Nº 436, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à pesquisadora Suzana Lannes e à Universidade de São Paulo – USP, pela obtenção de patente do chocolate de cupuaçu, resultante de projeto ali desenvolvido... 10040

1.2.2 – Pareceres

Nºs 329 e 330, de 2004, das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 08 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências..... 10040

Nº 331, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004 (nº 2.313/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002..... 10051

Nº 332, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 33, de 2004 (nº 113/2004, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB).. 10053

Nº 333, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 39, de 2004 (nº 153/2004, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2004. **(Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2004)** 10056

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 10057

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Pro-

jeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente..... 10057

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 12, de 2004 (MSF 33/2004), resultante de parecer lido anteriormente..... 10057

1.2.4 – Ofícios

Nºs 316, 354 e 355/2004, da 5 e 7 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 177, 178 e 179, de 2004. 10057

Nº 258/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 178, de 2004.... 10058

Nºs 301 e 303/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 175 e 179, de 2004..... 10058

Nº 415/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana. 10058

Nº 73/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Marcos Guerra, para compor o cargo de Titular na Comissão de Legislação Participativa, em vaga destinada ao PSDB..... 10059

Nº 74/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Marcos Guerra, para compor o cargo de Suplente na Comissão de Assuntos Sociais, em vaga destinada ao PSDB..... 10059

Nº 75/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Marcos Guerra, para compor o cargo de Suplente na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em vaga destinada ao PSDB..... 10059

Nº 76/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos. . 10059

1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 18, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que acrescenta parágrafo ao art. 144 da Constituição Federal, para estender aos delegados de polícia a garantia da inamovibilidade. 10059

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, que revoga os arts. 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para retirar do ordenamento processual penal pátrio o instituto do protesto por novo júri..... 10061

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tornar obrigatória a oferta de trabalho aos presos condenados e para prever a execução de atividades laborais como condição para a progressão de regime, saída temporária, livramento condicional e conversão de pena..... 10062

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, que acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para que não seja considerado crime continuado a prática, mediante mais de uma ação ou omissão, de crimes contra a vida. 10064

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2004, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.. 10065

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Incidente ocorrido hoje, em frente ao Palácio do Planalto, em que um jovem ateou fogo ao próprio corpo por estar desempregado. Apelo pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da “PEC paralela” à reforma da previdência. 10067

SENADOR RAMEZ TEBET, como Líder – Apresentação de Substitutivo à Lei de Falências. Necessidade de o Senado Federal avaliar o funcionamento do Sistema Tributário Nacional, conforme preceitua a Constituição. 10071

SENADOR MÃO SANTA – Preço do gás de cozinha. Impostos incidentes sobre a gasolina. Lucro da Petrobrás. Programas realizados pela Petrobrás. Problema do desemprego..... 10072

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Equívoco administrativo do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) em relação ao Projeto Frigorífico Norte Capixaba..... 10074

SENADORA HELOÍSA HELENA – Reflexão sobre o desemprego no Brasil quando faz referências ao desempregado que ateou fogo sobre o próprio corpo em frente ao palácio do Planalto. A importância do debate sobre a política econômica brasileira. Necessidade da liberação de recursos vinculados no orçamento público..... 10077

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Comemoração de dois meses da denúncia do caso Waldomiro Diniz. Preocupação com a questão da segurança decorrente dos recentes episódios ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. 10078

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Denúncia sobre a ameaça de morte sofrida pelo jornalista Juno Brasil do jornal Gazeta Carajás do Estado do Pará cometida pelo Deputado Estadual Faisal Salmon. 10080

SENADOR ARTHUR VIRGILIO, como Líder – Críticas aos dois meses de impunidade do caso Waldomiro Diniz..... 10081

SENADOR MAGUITO VILELA – Satisfação com aprovação do relatório de S. Exa. ao Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da senadora Serys Slhessarenko, que denomina de Arquivo Cora Coralina o arquivo do Senado Federal. 10083

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS, como Líder – Solicitação à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro dos ofícios que Waldomiro Diniz disse ter encaminhado ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e ao corregedor-geral da União, Waldir Pires. 10083

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Esclarecimentos sobre o processo a ser julgado pelo Superior Tribunal Eleitoral que ameaça o mandato de S. Exa. e o de sua esposa, a Deputada Janete Capiberibe..... 10084

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 437, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona..... 10095

Nº 438, de 2004, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, que acrescenta parágrafo ao artigo 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”.. 10096

Nº 439, de 2004, de urgência para a Mensagem nº 33, de 2004, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – PAFIB. 10096

Nº 440, de 2004, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, solicitando licença para participar do Intercâmbio Luso-Brasileiro que será realizado em Lisboa, Portugal, de 18 a 25 de abril do vigente ano, como membro da FRESCOOP – Frente Parlamentar do Cooperativismo, com ônus para o Senado Federal..... 10096

1.2.9 – Mensagens do Presidente da República

Nº 43, de 2004 (nº 160/2004, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS..... 10096

Nº 44, de 2004 (nº 161/2004, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Gilson Caleman para exercer

o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS..... 10101

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário que segunda-feira e terça-feira próximas, as sessões serão deliberativas ordinárias..... 10123

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **(Parecer nº 334, de 2004, favorável ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004).** Aprovado os critérios de admissibilidade. Discutem a matéria os Senhores Senadores José Jorge, Antero Paes de Barros, Heloísa Helena, Eduardo Suplicy, Almeida Lima, Osmar Dias, Sérgio Guerra, Aloizio Mercadante, José Agripino e Álvaro Dias..... 10123

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta a realizar-se quinta-feira, dia 15, às 11 horas e 30 minutos, para promulgação de Emenda Constitucional 43 e Leitura de Mensagens. 10138

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Continuação da discussão:** Senadores Efraim Morais, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Ana Júlia Carepa, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes, Mão Santa e Ramez Tebet. **Encerrada a discussão. Transferida a votação, em turno único, para a Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de amanhã...** 10139

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências. **Adiada a votação, tendo em vista a não-deliberação do Item 1.** 10156

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Pro-

visória nº 165, de 2004. **Adiada a votação, tendo em vista a não-deliberação do Item 1.**..... 10156

Item 4.

Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004. **Adiada a votação, tendo em vista a não-deliberação do Item 1.** 10156

1.3.3 – Ofício

Nº 2/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PL no Senado Federal, comunicando que deixará de integrar o Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal 10156

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a matérias publicadas na imprensa, com análises e informações sobre o Governo Lula..... 10157

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Realização do Congresso PTB 100%, pelo Partido Trabalhista Brasileiro gaúcho, nos dias 3 e 4 do corrente..... 10162

SENADOR VALMIR AMARAL – Relevância do tema Segurança no Trânsito debatido por ocasião da comemoração do Dia Mundial da Saúde, no último dia 7. 10163

SENADOR DUCIOMAR COSTA – Apelo ao governo federal para que direcionem efetivamente ao Estado do Pará o programa governamental “Luz para Todos”..... 10164

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre matéria publicada no jornal Gazeta Mercantil, de hoje, intitulada “Governo Lula tem saldo negativo com BID e BIRD”..... 10165

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – As ONGs internacionais e a questão indígena no Estado de Roraima. 10167

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários à obra “Violência nas Escolas” de iniciativa da Unesco, com apoio do Banco Mundial, Instituto Ayrton Senna e Fundação Ford..... 10168

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 10170

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 17 de dezembro de 2003 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 10171

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 13-04-04.

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 de março de 2004..... 10171

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 669 a 678, de 2004. 10183

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 35ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma

ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Marcos Guerra – Maria do Carmo Alves – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 429, DE 2004

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o Ofício “S” nº 30, de 2003, que “solicita autorização para efetuar a contratação de financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$20,000,000.00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos à execução do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura”.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2004. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Valdir Raupp** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Octávio** – **Rodolpho Tourinho** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **Tasso Jereissati** – **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 430, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos PRS 066, de 2002, e o PRS 002, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Hélio Costa**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos

do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 8, do Regimento Interno desta Casa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 431, DE 2004

Requer Voto de Pesar, pela trágica morte do skatista brasileiro Wellington Silva, vítima da violência da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, que ele, desde 2002, esperava derrotar com a construção de um centro social.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pela trágica morte do **skatista** brasileiro Wellington Silva, vítima de bala perdida durante tiroteio de traficantes de drogas, na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Vice-campeão brasileiro por duas vezes, em 1998/90, bicampeão carioca e vice-campeão paulista de skate, Wellington optou pela Rocinha, onde passou a morar e onde buscava construir um centro social para atividades esportivas, inclusive na modalidade por ele praticada. Apelidado de Maluquinho pelo campeão mundial de skate Bob Burnsquit, Wellington de Souza era um ídolo nessa favela e no Brasil. Pioneiro no skate na Rocinha, ele praticava seu esporte preferido desde os 15 anos. Esperava concretizar o sonho de implantar o centro social da Rocinha, seu propósito era iniciar os jovens da favela nessa prática esportiva. Não conseguiu. O verdadeiro clima de guerra que hoje é uma triste realidade no Rio, ceifou prematuramente a vida do campeão.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja levado ao conhecimento da família do **skatista**, em Belo Horizonte, onde ele viveu boa parte de sua infância.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se em razão da trajetória de vida do **skatista** Wellington de Souza. Ele sonhava com o fim da violência na Favela da Rocinha, mas acabou sendo mais uma das vítimas da ação dos traficantes.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. _ **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 432, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao pesquisador brasileiro Gustavo Fonseca, que liderou um grupo de cientistas da organização não-governamental Conservação Internacional, responsável pelo cadastro de espécies animais ameaçadas de extinção.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao pesquisador brasileiro Gustavo Fonseca, que, à frente de um grupo de cientistas da organização não-governamental Conservação Internacional, foi responsável pelo cadastro de espécies animais ameaçadas de extinção. O estudo levantou 804 espécies sob essa ameaça em todas as regiões do planeta, onde vivem 11,6 mil espécies consideradas importantes pela ciência. Uma das espécies ameaçadas, segundo a pesquisa, é a petereca de folhagem, que vive no Sul de Minas e na Mata Adântica.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado e ao Ministério do Meio Ambiente.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se por mais um notável feito da ciência brasileira, no caso a pesquisa conduzida por um pesquisador do País, que liderou o estudo de uma ONG.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. _ **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 433, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado ao Ministro da Educação, Exmo. Sr. Tarso Fernando Herz Genro, o seguinte pedido de informações:

- 1) Qual a situação dos estrangeiros que exercem atividades médicas no Brasil; e dos brasileiros que fazem cursos universitários no exterior, em especial o curso de medicina na

Bolívia? Existe um levantamento do número de brasileiros que estão cursando Medicina na Bolívia?

2) Existe alguma Resolução do Ministério da Educação que regularmente as revalidações dos diplomas de estrangeiros na área médica?

3) Como é feita a revalidação dos diplomas dos estrangeiros?

4) Que critérios são utilizados para avaliação?

5) Existe o princípio da reciprocidade entre Brasil e Bolívia?

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 434, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 435, DE 2004

Requer, ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, informações relativas aos gastos governamentais com publicidade e propaganda nos meios de comunicação.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea a do art.

215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, as seguintes informações relativas aos gastos governamentais com publicidade e propaganda nos meios de comunicação:

1) Qual o montante, por órgão oficial, dos gastos com publicidade, propaganda e atos de divulgação das atividades governamentais nos exercícios de 2002 e 2003?

2) Conforme os gastos e os meios de comunicação informados anteriormente, quais foram as pessoas jurídicas e físicas – empresas de comunicação social – beneficiadas pelos desembolsos contratados nos exercícios de 2002 e 2003 e quanto recebeu cada uma delas?

Justificação

Para justificar a proposição, considero oportuno transcrever, na íntegra, matéria divulgada pelo **Jornal do Brasil**, na página A4 da edição de 7-4-4:

“O Governo Federal gastou no ano passado R\$563,6 milhões com publicidade e propaganda nos meios de comunicação, cerca de R\$79,7 milhões a menos que o volume utilizado no Governo Fernando Henrique Cardoso em 2002.

Na estatística divulgada ontem pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (SECOM), a TV foi o veículo que mais recebeu recursos (R\$344,2 milhões), seguido das revistas (R\$64,3 milhões) jornais (R\$58 milhões) e rádios (R\$52,6 milhões).

Embora pregue total transparência no setor e queira tornar esta prática periódica a partir de agora, o governo não divulgará o **ranking** das empresas de comunicação que mais recebem recursos em publicidade e propaganda oficial. Sem esclarecer exatamente o porquê, o chefe da Secom, Ministro Luiz Gushiken, afirmou que, caso divulgasse este **ranking**, o governo poderia comprometer a negociação de preços que vem realizando junto a cada empresa de comunicação, nos contratos feitos para campanhas governamentais.

Ainda sem ser elucidativo, Gushiken justificou que nestas negociações as empresas acabam revelando dados estratégicos e o governo poderia quebrar esse sigilo. Ressaltou a importância dessas negociações, pelo fato de terem produzido uma significativa redução nos preços do mercado.

– A coisa corria de forma muito frouxa aqui – disse.

Os dados fornecidos no **site** da Secom (www.planalto.gov.br/secom) podem ser acessados por qualquer cidadão. Gushiken explicou que os técnicos da secretaria estudam agora a periodicidade da divulgação, que deverá tornar-se semestral. A mídia internet tem se tornado importante para a publicidade oficial. No ano passado, o governo gastou R\$8,1 milhões, cerca de R\$71 mil a menos que o gasto registrado em 2002.

Os dados da Secom não incluem a publicidade legal nem os gastos com a produção e os patrocínios.

O Ministério da Saúde foi o órgão que mais gastou no ano passado com publicidade (R\$48,6 milhões), o que se justifica, segundo o ministro, pelas inúmeras campanhas que costuma realizar ao longo do ano. Já o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ocupou a segunda posição, com R\$14 milhões. O Ministério do Trabalho gastou R\$8,7 milhões e o da Educação, R\$5,6 milhões. O Banco Central também realizou campanhas e utilizou R\$6,3 milhões, enquanto o BNDES desembolsou R\$167 mil.

O Ministério da Previdência, apesar de ter tido em 2002 um ano de intensa batalha política para aprovar no Congresso determinados cortes em sua estrutura, utilizou poucos recursos, apenas R\$3,6 milhões para convencimento da população da necessidade de mudanças.”

Como acredito que a elucidativa reportagem do **Jornal do Brasil** mostra um total desconhecimento (seria desprezo?) por parte do Ministro Luiz Gushiken das regras básicas que norteiam a gestão pública, que deve ser pautada pela transparência, pela publicidade e pela impessoalidade, apresento este requerimento. Se o senhor ministro assegura que o atual governo gastou menos do que o anterior em publicidade, deve demonstrar isso com dados comparativos. Apresente este requerimento em função de tarefa que me é imposta pela Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional a missão de fiscalizar o Poder Executivo. Não posso me furtar a ela.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Pedro Simon**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 436, DE 2004

Requer Voto de Aplauso à pesquisadora Suzana Lannes e à Universidade De São Paulo-USP, pela obtenção de patente do chocolate de cupuaçu, resultante de projeto ali desenvolvido.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à pesquisadora Suzana Lannes e a Universidade De São Paulo – USP, pela obtenção de patente do “cupulate”, tipo de chocolate obtido em projeto desenvolvido nessa Universidade, mediante o aproveitamento do cupuaçu, fruto da Amazônia.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do trabalho de pesquisa realizado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, onde se desenvolveu projeto para o aperfeiçoamento do “cupulate”, que já havia sido patenteado pela EMBRAPA. A vitória alcançada com a obtenção da patente é, também, significativa como mais um elemento-símbolo na luta contra a biopirataria.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004, – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São Lidos os seguintes:

PARECERES NºS 329 e 330, DE 2004

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

PARECER Nº 329, DE 2004,

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator **ad hoc**: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

nior

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (PL nº 3.512, de 1997, na origem), de autoria do Poder Executivo, propondo alterações na Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi analisado pelas Comissões de Economia, Indústria e Comércio (CEIC), e de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), tendo recebido pareceres favoráveis, com emendas.

O art. 1º do projeto de lei faz alterações na Lei nº 7.678, de 1988, e o art. 2º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação. De acordo com a justificação encaminhada pelo Poder Executivo quando da apresentação do projeto à Câmara, as alterações são necessárias para adequar a legislação brasileira à Resolução nº 45 do Grupo Mercado Comum (GMC), que instituiu o Regulamento Vitivinícola do Mercosul.

No Senado Federal, o projeto foi apreciado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que emitiu parecer favorável, e deverá ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, trata de normas relativas à produção, circulação e comercialização de vinho e derivados de uva, sendo necessária a sua análise por esta Comissão, pois, de acordo com o art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete-lhe opinar sobre proposições que dizem respeito à inspeção e fiscalização de alimentos.

A matéria se encontra na esfera das competências legislativas da União, sendo, neste aspecto, constitucional. Ademais, por ser compatível com a ordem jurídica infraconstitucional e ter tramitado de acordo com as normas regimentais desta Casa legislativa, o projeto de lei em análise está em condições de ser aprovado, pois satisfaz os critérios de juridicidade e regimentalidade.

Com relação à técnica legislativa, observamos que o uso da notação (NR) encontra-se em desacordo com as regras sobre alteração de leis, constantes da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei complementar nº 107, de 2001, segundo a qual a notação (NR) deve vir apenas ao final do artigo alterado. Ademais, de acordo com a mesma lei complementar,

as diversas referências a números e porcentuais, devem vir grafados por extenso. Com o objetivo de sanar tais imprecisões, apresentamos emenda de redação ao art. 1º do PLC nº 89/2000.

O projeto de lei em análise tem o mérito de reconhecer o Regulamento Vitivinícola do Mercosul, aprovado em 1996 por meio da Resolução GMC nº 45/1996. Vale destacar que a harmonização da legislação do Mercosul, principalmente no que se refere às normas relativas à qualidade, ao trânsito e à comercialização de alimentos e bebidas é um importante avanço no sentido da consolidação do bloco de uma forma mais ampla que a simples união aduaneira.

Com relação à vitivinicultura brasileira, vale destacar que um dos aspectos marcantes é sua diversidade e complexidade. Na verdade, temos várias vitiviniculturas no País: a de clima temperado no sul; a subtropical em São Paulo e Minas Gerais; e a tropical no Vale do Rio São Francisco. Além das condições climáticas, essas regiões se diferenciam pelas estruturas fundiária, tecnológica, humana e mercadológica.

O Estado do Rio Grande do Sul é tradicional produtor de vinhos finos, sendo a Serra Gaúcha a principal região produtora. Apresenta estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades familiares, com área média de quinze hectares, pouco mecanizada devido à topografia acidentada. Outra região vinícola de destaque é o Vale do São Francisco, que se caracteriza, principalmente, pela produção de uva de mesa, sobretudo da variedade Itália. Entretanto, recentemente tem havido crescimento significativo da produção de uvas destinadas à produção de vinhos finos.

A agroindústria do vinho no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1970, realizou importantes investimentos na modernização das vinícolas, com o objetivo de atender à crescente demanda por vinhos finos, de melhor qualidade e maior preço. Atualmente, pode-se dizer que o nível tecnológico utilizado na elaboração dos vinhos finos nacionais é comparável ao existente nos países de vitivinicultura avançada.

Merece destaque, também, a qualidade dos vinhos espumantes nacionais, inclusive com reconhecimento internacional, o que abre a perspectiva de incremento das exportações agroindustriais brasileiras.

A aprovação do projeto de lei ora em análise será uma forma de reconhecer a evolução e a modernização por que tem passado a vitivinicultura nacional, adequando a legislação brasileira aos conceitos e padrões da vitivinicultura internacional.

III – Voto

Diante do exposto, considerando a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, votamos pela sua aprovação, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, a seguinte redação:

“Art. 1º Os dispositivos abaixo indicados da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

§ 1º Os produtos nacionais de que trata este artigo deverão estar acompanhados da respectiva guia de livre trânsito, expedida pelo órgão fiscalizador ou, por entidade pública ou privada, mediante delegação.

..... (NR)”

“Art. 8º Os vinhos serão classificados:

I – quanto à classe:

- a) de mesa;
- b) leve;
- c) fino;
- d) espumante;
- e) fricante;
- f) gaseificado;
- g) licoroso;
- h) composto.

II – quanto à cor:

- a) tinto;
- b) rosado, rosé ou clarete;
- c) branco;

III – quanto ao teor de açúcar:

- a) nature;
- b) *extra-brut*;
- c) *brut*;
- d) seco, *sec* ou *dry*;
- e) meio doce, meio seco ou *demi-sec*;
- f) suave; e
- g) doce.

§ 1º O teor de açúcar e a denominação para classe serão fixados, para cada produto; no regulamento desta lei.

§ 2º As bebidas definidas nesta lei, com graduação alcoólica expressa em graus Gay Lussac, terão o seu teor alcoólico expresso em

percentual (%) por volume, à razão de um para um (v/v) a vinte graus Celsius. (NR)”

“Art. 9º Vinho de mesa é o vinho com teor alcoólico de oito inteiros e seis décimos por cento a quatorze por cento em volume, podendo conter até uma atmosfera de pressão à vinte graus Celsius.

§ 1º Vinho fricante é o vinho com teor alcoólico de sete por cento a quatorze por cento em volume, e uma pressão mínima de 1,1 a 2,0 atmosferas à vinte graus Celsius, natural ou gaseificado.

§ 2º Vinho fino é o vinho de teor alcoólico de oito inteiros e seis décimos por cento a quatorze por cento em volume, elaborado mediante processos tecnológicos adequados que assegurem a otimização de suas características sensoriais e exclusivamente de variedades **Vitis vinífera** do grupo nobres, a serem definidas em regulamento.

§ 3º Vinho de mesa de viníferas é o vinho elaborado exclusivamente com uvas das variedades **Vitis viníferas**.

§ 4º Vinho de mesa de americanas é o vinho elaborado com uvas do grupo das uvas americanas e/ou híbridas, podendo conter vinhos de variedades **Vitis vinífera**.

§ 5º Nos rótulos dos vinhos será permitida a utilização de expressões clássicas internacionalmente usadas, previstas no regulamento desta lei, bem como alusões à peculiaridades específicas do produto ou de sua elaboração.

§ 6º No rótulo do vinho fino será facultado o uso simultâneo da expressão ‘de mesa’. (NR)”

“Art. 10. Vinho leve é o vinho com teor alcoólico de sete por cento a oito inteiros e cinco décimos por cento em volume, obtido exclusivamente da fermentação dos açúcares naturais da uva, produzido durante a safra nas zonas de produção, vedada sua elaboração a partir de vinho de mesa. (NR)”

“Art. 11. Champanha (**Champagne**), Espumante ou Espumante Natural é o vinho cujo anidrido carbônico provém exclusivamente de uma segunda fermentação alcoólica do vinho em garrafas (método Champenoise/tradicional) ou em grandes recipientes (método Chaussepied/Charmad), com uma pressão mínima de quatro atmosferas à vinte graus Celsius e com teor alcoólico de dez por cento a treze por cento em volume. (NR)”

“Art. 12. Vinho moscato espumante ou Moscatel Espumante é o vinho cujo anidrido carbônico provém da fermentação em recipiente fechado, de mosto ou de mosto conservado de uva moscatel, com uma pressão mínima de quatro atmosferas a vinte graus Celsius, e com um teor alcoólico de sete por cento a dez por cento em volume, e no mínimo vinte gramas de açúcar remanescente. (NR)”

“Art. 13. Vinho gaseificado é o vinho resultante da introdução de anidrido carbônico puro, por qualquer processo, devendo apresentar um teor alcoólico de sete por cento a quatorze por cento em volume, e uma pressão mínima de 2,1 a 3,9 atmosferas a vinte graus Celsius. (NR)”

“Art. 14. Vinho licoroso é o vinho com teor alcoólico ou adquirido de quatorze por cento a dezoito por cento em volume, sendo permitido, na sua elaboração, o uso de álcool etílico potável de origem agrícola, mosto concentrado, caramelo, mistela simples, açúcar e caramelo de uva. (NR)”

“Art. 15. Vinho composto é a bebida com teor alcoólico de quatorze por cento a vinte por cento em volume, elaborado pela adição ao vinho de mesa, de macerados ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas, substâncias de origem animal ou mineral, álcool etílico potável de origem agrícola, açúcar, caramelo e mistela simples.

..... (NR)”

Art. 17. Os produtos resultantes da destilação do vinho com teor alcoólico até quatorze por cento em volume, e de seus derivados, somente poderão ser elaborados em zonas de produção sob controle específico do órgão fiscalizador, classificando-se em: aguardente de vinho, destilado alcoólico simples de vinho, destilado alcoólico simples de bagaço, destilado alcoólico simples de borras e álcool vínico.

§ 1º Aguardente de vinho é a bebida com um teor alcoólico de trinta e seis por cento a cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius obtida exclusivamente de destilados simples de vinho ou por destilação de mostos fermentados de uva.

§ 2º Destilado alcoólico simples de vinho é o produto com teor alcoólico superior a cinquenta e quatro por cento e inferior a noventa e cinco por cento em volume, a vinte graus Celsius, destinado a elaboração de bebidas alcoólicas e obtido pela destilação simples ou

por destiloretificação parcial seletiva de mostos e/ou subprodutos provenientes unicamente de matérias-primas de origem vínica, resultante de fermentação alcoólica.

.....
§ 5º Álcool vínico é o álcool etílico potável de origem agrícola, com teor alcoólico superior a noventa e cinco por cento em volume, a vinte graus Celsius, o qual é obtido exclusivamente por destilação e retificação de vinho, de produtos ou subprodutos derivados da fermentação da uva.

§ 6º Álcool etílico potável de origem agrícola é o produto com teor alcoólico mínimo de noventa e cinco por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtido pela destiloretificação de mostos provenientes unicamente de matérias-primas de origem agrícola, de natureza açucarada ou amilácea, resultante da fermentação alcoólica, como também o produto da retificação de aguardente ou destilados alcoólicos simples. Na denominação de álcool etílico potável de origem agrícola, quando feita referência à matéria-prima utilizada, o produto resultante será exclusivamente dessa matéria-prima.

..... (NR)’

Art. 18. Conhaque é a bebida com teor alcoólico de trinta e seis por cento a cinquenta e quatro por cento em volume, obtido de destilados simples de vinho e/ou aguardente de vinho, envelhecidos ou não. (NR)’

Art. 19. Brandy ou conhaque fino é a bebida com teor alcoólico de trinta e seis por cento a cinquenta e quatro por cento em volume, obtida de destilado alcoólico simples de vinho e/ou aguardente de vinho, envelhecidos em tonéis de carvalho, ou de outra madeira de características semelhantes, reconhecida pelo órgão competente, de capacidade máxima de seiscentos litros, por um período de seis meses.

..... (NR)

Art. 20. Bagaceira ou grappa ou graspa é a bebida com teor alcoólico de trinta e cinco por cento a cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida a partir de destilados alcoólicos simples de bagaço de uva, com ou sem borras de vinhos, podendo ser retificada parcial ou seletivamente. E admitido o cone com álcool etílico potável da mesma origem para regular o conteúdo de congêneres. (NR)’

‘Art. 26.

.....
§ 3º Os produtos referidos neste artigo somente serão liberados à comercialização em seu recipiente original, sendo vedada qualquer alteração de marca e classe, devendo ser acondicionados em vasilhames de até cinco litros de capacidade.

..... (NR)

‘Art. 41. Para produtos envasados, somente poderá ter a denominação de determinada uva o vinho que contiver, no mínimo, setenta e cinco por cento dessa variedade, sendo o restante de variedades da mesma espécie.

..... (NR)

‘Art. 47. Nas zonas de produção, é facultado ao vinicultor elaborar, engarrafar ou envasar vinhos e derivados em instalações de terceiros, mediante a contratação de serviços, por locação ou qualquer forma de arrendamento ou cessão, cabendo ao produtor a responsabilidade pelo produto, desobrigado de fazer constar no rótulo o nome do engarrafador, ou do envasador. (NR)’

Sala da Comissão 19 de novembro de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Flávio Arns** – **Sibá Machado** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Maguito Vilela** – **Sérgio Cabral** – **Ney Suassuna** – **Papaléo Paes** – **Gerson Camata** – **Demóstenes Torres** – **Efraim Moraes** – **Eduardo Azeredo** – **Tasso Jereissati** – **Leonel Pavan** – **Augusto Botelho** – **Juvêncio da Fonseca** – **Osmar Dias**.

PARECER Nº 330, DE 2004

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000 (PL nº 3.512, de 1997, na origem), de autoria do Poder Executivo, propõe alterações na Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Referido projeto recebeu pareceres favoráveis, com emendas, nas Comissões de Economia, Indústria e Comércio (CEIC), e de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), da Câmara dos Deputados. Também foi aprovado na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do Senado Federal. A emenda de redação ao art. 1º,

aprovada pela CAS, promoveu a adequação do PLC nº 89/2000, ao disposto na Lei Complementar nº 95/1998, modificada pela Lei Complementar nº 107/2001, sobre as normas a serem obedecidas quando da alteração das leis.

Assim, o PLC nº 89/2000, em seu art. 1º propõe alterações na Lei nº 7.678/1988, enquanto o art. 2º determina que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação. O Poder Executivo, quando da apresentação do projeto a Câmara, justificou as alterações propostas pela necessidade de adequação da legislação brasileira à Resolução nº 45 do Grupo Mercado Comum (GMC), que instituiu o Regulamento Vitivinícola do Mercosul.

Na Comissão de Assuntos Econômicos não foram apresentadas emendas no prazo regulamentar.

II – Análise

O Projeto de Lei em exame constitui-se em proposta de grande relevância econômica para a viticultura brasileira e sua agroindústria. Assim, de acordo com o disposto no item II, do art. 99, do Regimento Interno, compete à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal opinar sobre a matéria.

O Regulamento Vitivinícola do Mercosul, aprovado em 1996 por meio da Resolução GMC nº 45/1996, objetiva a harmonização da legislação do Mercosul, no que se refere às normas relativas à qualidade, ao trânsito e à comercialização de alimentos e bebidas.

A indústria vitivinícola brasileira está concentrada no Rio Grande do Sul, que responde por mais de 90% da produção nacional. Estimativas recentes indicam que a cadeia produtiva nesse Estado envolve aproximadamente 572 indústrias vinícolas e 13 mil pequenas propriedades. De acordo com dados publicados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2002, a produção de uvas americanas/híbridas foi de 369 mil toneladas e, de vinho e mosto, 339 mil toneladas. Ainda de acordo com a mesma fonte, os cultivares da espécie **Vitis Vinifera**, utilizados para a produção de vinhos finos também apresentaram boa produção: as uvas viníferas tintas totalizaram 19 mil toneladas e as uvas brancas e rosadas, 28 mil toneladas.

A indústria vinícola brasileira ainda é relativamente jovem e o consumo é baixo, especialmente se comparado aos países europeus e mesmo a países como Argentina e Chile. Os vinhos de mesa – que representam em torno de 80% dos vinhos nacionais – devem seu sabor intenso e frutado, bastante característico, às uvas americanas e híbridas utilizadas em sua fabricação.

Já os denominados vinhos finos são fabricados a partir de cultivares da espécie **Vitis Vinifera** e os produtores brasileiros vêm aperfeiçoando tanto a produção da uva propriamente dita, quanto a tecnologia de elaboração dos vinhos. Esse comportamento está de acordo com a tendência mundial de redução da quantidade consumida em benefício de um aumento no consumo de vinhos de melhor qualidade.

De fato, nos últimos anos, os vinhos nacionais apresentaram sensível melhora, obtendo vários prêmios internacionais, com destaque para os espumantes, que alcançaram qualidade comparável à de produtores mais tradicionais.

Como parte da política de aperfeiçoamento do setor vitivinícola do Brasil, é oportuno lembrar que o país deverá integrar, em breve, a Organização Internacional do Vinho (OIV), principal organismo de caráter técnico científico da vitivinicultura mundial. Na prática, o País passará a ter maior comprometimento com normas internacionais de qualidade, vindo, assim, a ter maiores possibilidades de conquista do mercado externo.

A aprovação do PLS nº 89, de 2000, justificado pela necessidade de adequação da legislação brasileira à Resolução nº 45 do Grupo Mercado Comum (GMC), que instituiu o Regulamento Vitivinícola do Mercosul, é compatível com o processo de aperfeiçoamento apresentado pela vitivinicultura nacional.

III – Voto

Considerando a constitucionalidade, a juridicidade, e o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000, votamos pela sua aprovação, com a emenda de redação aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sala da Comissão, _ **Ramez Tebet**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Ana Julia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Serys Shessarenko** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Valdir Raupp** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Octávio** – **Rodolpho Tourinho** – **Anonio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **Sérgio Guerra** – **Tasso Jereissati** – **Patrícia Saboya Gomes**.

Documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2000

(Do Poder Executivo)

PARECER DA COMISSÃO

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em reunião ordinária

realizada hoje, Aprovou, unanimemente, o Relatório favorável do Deputado Inácio Arruda oferecido ao Projeto de Lei da Câmara 89/00, que altera dispositivo da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares:

Deputado **Dr. Rosinha**, Presidente; Senador **Pedro Simon**, Vice-Presidente; Senador **Rodolpho Tourinho**, Secretário-Geral – Senadores **Eduardo Azeredo**, **Eduardo Suplicy**, **Ideli Salvatti**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Sérgio Zambiasi**; Deputados **Eduardo Paes** e **Oliveira Filho**.

Sala da Comissão, 2 de outubro de 2003. – Deputado **Dr. Rosinha**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 89, DE 2000

Altera dispositivo da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e das outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Inácio Arruda**

I – Relatório

Chega a esta Comissão para exame o Projeto nº 89/2000, oriundo da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado.

Pretende o referido projeto alterar dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, de forma a internalizar no ordenamento jurídico pátrio a Resolução Mercosul nº 45/96, que aprovou o Regulamento Vitivinícola do Mercosul, que estabelece critérios técnicos para a produção, comercialização e controle sob os aspectos sanitários e tecnológicos dos vinhos e derivados da uva e do vinho para os Estados-Membros do Mercosul.

O referido Projeto de Lei da Câmara contempla todas as pretensões apresentadas pelo Poder Executivo e contextualiza as alterações imprescindíveis à internalização do Código Vitivinícola do Mercosul.

II – Voto do Relator

A matéria ora em análise é de grande importância e de elevado conteúdo técnico, o que não traz

difficuldade para a sua apreciação por ser de evidente solução legislativa.

Todos os segmentos da produção à comercialização de vinhos e derivados da uva e do vinho, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram consultados e manifestaram-se favoravelmente à aprovação do PLC nº 89/2000, justificando a importância e o desenvolvimento que sua aprovação trará para os vinhos e derivados da uva e do vinho brasileiros.

A internalização de normas e procedimentos técnicos uniformizados é uma condição imprescindível para a concretização do Tratado de Assunção, para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, que estabelece a livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente.

Dispõe o Tratado de Assunção que os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, **dumping** e qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

Nesse sentido, com a atualização das normas técnicas brasileiras, o segmento vitivinícola brasileiro passa a ser inserido no contexto internacional, no diz respeito à classificação, terminologia e práticas enológicas reconhecidas internacionalmente.

A vitivinicultura brasileira é relativamente nova e a participação dos produtos brasileiros no mercado internacional é pequena em comparação com o volume importado desses produtos. Porém, possui um grande potencial de crescimento, com a conseqüente diminuição das importações, e geração de empregos. Só no Estado do Rio Grande do Sul funcionam mais de quinhentos estabelecimentos vinícolas, gerando mais de cem mil empregos diretos, com reflexo em outros estados, na distribuição, revenda, etc.

A participação dos vinhos importados em relação aos vinhos de uvas viníferas comercializados no país representou 49,3%, em 2002. O equilíbrio no balanço internacional da cadeia vitivinícola tem grandes perspectivas de ocorrer em médio prazo, através dos investimentos que estão sendo realizados especialmen-

te em regiões tropicais, onde é passível se produzir em qualquer época do ano, com grande potencial de colocação no mercado externo e pelos novos plantios de uvas para vinho tanto na região tradicional, quanto em pólos emergentes em regiões não tradicionais, que deverão reduzir significativamente as importações de vinhos finos.

Esse segmento da agroindústria é concentrado principalmente no Sul do país, sendo que o Estado do Rio Grande do Sul detém mais de 90% da produção nacional de vinhos, onde estão diretamente envolvidas mais de 16 mil famílias.

No Nordeste brasileiro, grandes investimentos vêm sendo feitos no cultivo da uva e na produção de vinhos e derivados da uva e do vinho, principalmente nos Estados de Pernambuco e Bahia, com geração de renda para a população daquela região. Esses produtos vêm tendo grande aceitação no mercado externo e interno.

São, portanto, indiscutíveis as vantagens e a necessidade da existência de Regulamentos Técnicos unificados para o Mercosul, levando, ainda, em conta que o Regulamento Vitivinícola do Mercosul fora chancelado pelo Grupo Mercado Comum que é o órgão executivo do Mercado Comum, coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados Partes.

Concluo nesse encadeamento, que a proposta do Poder Executivo para a alteração de definições relativas aos vinhos e derivados da uva e do vinho é meritória, oportuna e conveniente, garantindo a efetiva internalização da norma acordada no âmbito do Mercosul, que cumpre a nós implementar.

Diante das razões expostas neste parecer, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 89/2000.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2003. – Deputado **Inácio Arruda**, Relator.

MENSAGEM Nº 43, DE 2004

(Nº 160/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea **f** da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e § 1º do art. 5º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

*Alfredo Luiz de Almeida Cardoso C.R.M. : 5245440-0
Rua Barão de Jaguaripe 30 apartamento 201 – Ipanema -Rio de Janeiro cep 22421-000
Telefone residencial(21)2523-4077
Comercial (21) 3861-8000
Celular (21)9994-6006*

DADOS PESSOAIS:

Nascimento – 15 de Maio de 1963

Local de Nascimento – Petrópolis /RJ

Nacionalidade- Brasileira

Filiação- Segisfredo Cardoso e Minerva Almeida Cardoso

Estado Civil – Divorciado

Identidade – 0494 3529-0 - Instituto Félix Pacheco – RJ

CPF – 735.105.647-15

FORMAÇÃO ESCOLAR:

Primeiro Grau no Colégio Padre Correa – Correias, segundo distrito de Petrópolis – 1969 a 1976.
Segundo Grau – O primeiro e segundo anos cursados no **Centro de Ensino Integrado de Petrópolis, atual Pedro II**, nos anos de 1977 e 1978. O terceiro ano no **Colégio Werneck**, em 1979, também na cidade de Petrópolis



FORMAÇÃO MÉDICA :

Formado em 1985 pela **Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense** - Niteroi , RJ

Médico Especialista em Clínica Médica por conclusão da **Residência Médica** no período de março/89 a fevereiro/91 , no Hospital Naval Marcílio Dias - Rio de Janeiro (RJ)

Médico Especialista em Terapia Intensiva por aprovação em Prova Nacional aplicada pela AMIB em 1994.

Pós Graduação em Administração – MBA EXECUTIVO pela Coppead – UFRJ - 1999

ATIVIDADES PROFISSIONAIS :

1986-1987 - Médico Plantonista do CTI do Hospital de Clínicas de Ipanema - Rio de Janeiro

1986-1987 - Médico Assistente do Serviço de Clínica Médica do Hospital Naval Marcílio Dias

1986 -1987 - Médico Plantonista do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1987 -1988 - Encarregado da Divisão de Saúde do Navio Transporte de Tropas Custódio de Melo - responsável pelo atendimento médico , ações preventivas , controle epidemiológico , controle de materiais e medicamentos necessários a uma tripulação de cerca de 300 homens.

1987-1988 - Médico da Força de Apoio da Marinha do Brasil - responsável pela aplicação da política de atenção à saúde , controle epidemiológico , planejamento e execução de operações navais (no que tange à área de saúde) , planejamento de aquisições de materiais e medicamentos para toda Força de Apoio (cerca de 15 navios)

1989-1991- Médico Residente do Hospital Naval Marcílio Dias

1990 - 1991 - Chefe do CTI do Hospital de Clínicas de Niteroi (RJ) - responsável pela gerência técnico administrativa de uma unidade de terapia intensiva de 14 leitos

1991 - Médico Assistente do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1991-1994 - Chefe de Clínicas do Hospital Mário Lioni (Duque de Caxias -RJ) - responsável pela montagem e gerencia técnico administrativa dos serviços de Clínica Médica , Clínica Cirurgica e Terapia Intensiva

1992-1993- Assistente da Divisão de Saúde do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA)- - um dos responsável pela atenção à saúde de cerca de 4.000 homens , além da gerência administrativa de toda divisão

1994-1995 - Diretor do Hospital de Clínicas Mário Lioni - responsável pela gestão técnico administrativa de um Hospital de 60 (sessenta) leitos

1995 - Diretor da Rede de Centros Médicos ESHO- responsável pela gestão técnico administrativa de nove ambulatórios que realizam em média 30.000 consultas e 10.000 procedimentos /mes

1995 1996 - Superintendente da Empresa de Serviços Hospitalares (ESHO) do Grupo Amil - responsável pela gestão técnico administrativa de toda Empresa que engloba 03 Hospitais , 09 Ambulatórios , 35 postos de Atendimento dentro de Empresas e 01 Unidade Neonatal ; pela política de pessoal de cerca de 1600 funcionários . Instituiu programa de Gestão pela Qualidade , desenvolveu e expandiu Informatização técnico administrativa ambulatorial e hospitalar , alterou forma de manuseio estoques . Atuou na formação médica (criação de curso de pós graduação em Terapia Intensiva credenciado pela AMIB) e Administrativa , entre outras.

1997 – 2000- Diretor Geral do Hospital Barra D'Or – responsável pela implantação e operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 140 leitos de alta complexidade..

2000 –2002 – Diretor Geral do Hospital Copa D'Or – responsável pela implantação, operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 150 leitos de alta complexidade.

2002- 2003 – Diretor Técnico da Gestal – Responsável Técnico da Gestal, empresa de Gestão Hospitalar do IHS (associação do Icatu Participações, do IFC e do Grupo português José de Mello na para projetos na área de saúde). Responsável pela estruturação técnica da empresa e pela criação de um projeto de investimento em uma Rede de Hospitais de baixo custo.

2003 – até hoje – Diretor da Phoenix . Empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de Hospitais e Operadoras de Saúde.

ATIVIDADES ACADÊMICAS :

Monitor de Farmacologia – 1982 -1985

Acadêmico-Plantonista da Emergência do Hospital Universitário Antonio Pedro –1982- 1985

Acadêmico - Plantonista da Unidade de Emergencia do Hospital Municipal Souza Aguiar -1984

Acadêmico-Plantonista do Centro de Terapia Intensiva do Hospital do Andaraí -1985

APROVAÇÕES EM CONCURSOS :

Residência Médica do Inamps (Clínica Médica)- 1986.

Corpo de Saúde da Marinha do Brasil (Clínica Médica)- 1986

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (Clínica Médica).- 1986



ATIVIDADES CIENTÍFICAS :

Co Autor do Livro "Ventilação Mecânica "- Editora REVINTER

Co Autor do Livro "Drogas em terapia Intensiva "- EDITORA REVINTER

PARTICIPAÇÃO EM JORNADAS, CURSOS E CONGRESSOS

XXIV Congresso de Pneumologia e Tsiologia - Recife -1986

XXV Congresso de Pneumologia e Tsiologia - Salvador -1991

XXVI Congresso de Pneumologia e Tsiologia – Natal -1992

IV Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva - Rio de Janeiro -1991

II Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva - São Paulo -1990

III Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva - São Paulo -1992

I Congresso Sudeste de Terapia Intensiva - Rio de Janeiro 1992

VIII Congresso Mundial de Terapia Intensiva - Madrid -1992

IX Congresso Mundial de Medicina de Emergencia e Desastre - Estocolmo -1992

V Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva - Lisboa 1994

XXVII Feira de Material e Equipamentos Hospitalares - Hospital - Hanover 93 /95

Corpo Docente do Centro de Instrução Especializado da Aeronáutica ministrando instrução no
CURSO de ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR – 1998 /1999/2000

HOSPITAL BUSINESS – Rio de Janeiro -1998

I Fórum de Hospitais Privados – Brasil Top Hospital – Brasília 2001

Saúde das Américas – Angra dos Reis – 2001

Hospital Strategy & Governance in Latin América – Miami –2001

II Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo – 2001

Gestão do Negócio Saúde – Salvador – 2002

III Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo –2002



Aviso nº 334 – Supar/C. Civil

Em 8 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva** Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

**LEI Nº 9.961,
DE 28 DE JANEIRO DE 2000**

Regulamento da MP 2.012-2, de 30-12-99

Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.

Art. 6º A gestão da ANS será exercida pela Diretoria Colegiada, composta por até cinco Diretores, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III. “f”, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

DECRETO Nº 3.327, DE 5 DE JANEIRO DE 2000.

Vide Lei 9.961. de 28-1-2000

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e dá outras providências.

Art. 5º A ANS será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto nos arts. 6º e 31 da Medida Provisória nº 2.012-2, de 1999.

IDIOMA

Inglês – Nível Intermediário
Cultura Inglesa (1976-1980)
English for you – (1994-95-96)
Berlitz (2002-3-04)

Rio de Janeiro, 3 de março de 2004 – Alfredo Luiz de Almeida Cardoso.

PARECER Nº 331, DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 350, (nº 2.313/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002.

Relator: Senador Eduardo Azeredo

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por intermédio da Mensagem no 385, de 16 de maio 2002, submete ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002.

Da exposição de motivos formulada pelo Senhor Ministro de Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, cumpre destacar o seguinte:

O Acordo em pauta constitui instrumento valioso no escopo de cooperação bilateral, ao prever o intercâmbio de experiência entre as escolas formadoras de diplomatas dos dois países.

Acordos nesse âmbito reforçam a aproximação entre os Governos do Brasil e de outros países e são instrumentos de peso para a melhor interação entre agentes diplomáticos. Nesse aspecto, o Ministério de Relações Exteriores, por intermédio do Instituto Rio Branco, tem procurado, sobretudo a partir de 1976, com o programa de bolsistas estrangeiros, fomentar a implementação de acordos entre academias diplomáticas, no que tem obtido elevado grau de êxito.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional sob exame foi apreciado nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e de Redação, nas quais recebeu parecer favorável.

II – Análise

Inserido em significativo processo de aproximação entre Brasil e Tunísia, o presente Acordo explora uma das mais sensíveis áreas da política externa: seleção, formação e aperfeiçoamento contínuo do pessoal diplomático.

No Brasil, o Instituto Rio Branco constitui-se em uma das expressivas e prestigiosas instituições republicanas, com imensos serviços prestados à Nação. Criado em 1946, em comemoração ao centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, seus objetivos são desenvolver a compreensão dos elementos básicos da formulação e execução da política externa brasileira e iniciar os alunos nas práticas e técnicas da carreira diplomática.

A parceria que ora se pretende implantar é medida oportuna da política externa brasileira. Privilegia um país em desenvolvimento e com desafios econômicos, comerciais e sociais semelhantes aos do Brasil. A República da Tunísia assimila tanto a cultura árabe como a africana. Tem se revelado dinâmica, moderna, comprometida com a estabilidade política e com o diálogo entre os países da comunidade internacional. A experiência na formação de diplomatas estrangeiros, sobretudo de diplomatas de países em desenvolvimento, não é novidade na experiência do Itamaraty.

A possibilidade de intercâmbio de conhecimento, de informações, de técnicas diplomáticas e de professores poderá contribuir para a consolidação de parceria estratégica, à medida em que o Brasil tenha acesso privilegiado às peculiaridades tunisinas. Os métodos e as prioridades da formação diplomática da República da Tunísia, certamente, permitirá maior acesso a outro povo, outro mercado e outras instituições nacionais. A compreensão que desse país teremos irá além das

rotineiras informações de agências internacionais. Ao revés, será fruto do convívio e do consenso que projetos comuns podem forjar.

O Instituto Rio Branco, desde 1976, já formou 132 diplomatas estrangeiros. Encetar relações privilegiadas com outras academias congêneres contribuirá para o engrandecimento de uma casa já aberta a novas propostas, ao diálogo e às diversas possibilidades que a ordem internacional continuamente apresenta. A parceria dá continuidade à tradição de Rio Branco, baseada em rigoroso preparo técnico e em relações amistosas com os diversos povos do mundo.

No plano político, a aproximação com a República da Tunísia revela-se de grande interesse estratégico para o Brasil, que poderá passar a contar com aliado de grande expressão nas contendas internacionais vindouras, como, por exemplo, nas árduas negociações sobre liberalização comercial que estão por vir, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. A liderança internacional que o Brasil quer e necessita, de fato, assumir, não pode prescindir de aliados de prestígio e do reconhecimento no consenso das Nações, como é o caso do tradicional país norte-africano, hoje profundamente vinculado, política e economicamente, à União Européia.

III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos conveniente aos interesses do País, nada havendo que conflite com as disposições constitucionais pátrias, sendo constitucional e legal, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004, com as seguintes Emendas de redação:

EMENDA Nº 1-CRE, DE REDAÇÃO

Dê-se a Ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004, a seguinte redação:

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002.

EMENDA Nº 2, CRE, DE REDAÇÃO

Art. 1º Dê-se ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países, celebrado em Brasília, em 13 de março de 2002. – Sala da Comissão, 18 de março de 2004. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Marco Maciel** – **Antônio Carlos Maga-**

**Ihães – Rodolpho Tourinho – Cristovam Buarque
– Fátima Cleide – Marcelo Crivella – Lúcia Vânia
– Gilberto Mestrinho.**

PARECER Nº 332, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômico, sobre a Mensagem nº 33, de 2004 (nº 113/2004, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB). – Relator: Senador Fernando Bezerra.

I – Relatório

Com a Mensagem nº 33, de 2004, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), caracterizada como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB).

Conforme a Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, EM nº 00024/2004-MF, de 1º de março de 2004, trata-se de operação de crédito “em reconhecimento à implementação das reformas estruturais empreendidas nas áreas financeira e de logística, ambiente de negócios e de progresso tecnológico, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional.”

O empréstimo compreende as seguintes características:

- a)** mutuário: República Federativa do Brasil;
- b)** mutuante: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- c)** valor: equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal;
- d)** finalidade: Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro

ao Brasil (PAFIB), em reconhecimento à implementação das reformas estruturais empreendidas nas áreas financeira e de logística, ambiente de negócios e de progresso tecnológico, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional;

e) modalidade de empréstimo: **Fixed Spread Loan** (FSL), com possibilidade de: **(a)** conversão de moeda; **(b)** conversão da taxa de juros de flutuante para fixa ou vice-versa e **(c)** estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros; todas as possibilidades serão eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo;

f) prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2004;

g) carência do principal: seis anos;

h) amortização: dezesseis parcelas semestrais, sendo seis (6) parcelas consecutivas com vencimentos de 15-4-2009 a 15-1-2011, mais dez (10) parcelas consecutivas de 15-4-2013 a 15-10-2017, ou seja, sem pagamentos em 2012;

i) juros: exigidos semestralmente em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da LIBOR 6 meses e **spread** de 0,50% ao ano;

j) comissão de compromisso: oitenta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e setenta e cinco centésimos por cento ao ano, em diante;

k) comissão à vista: um por cento sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos nº 00024/2004-MF, de 1º de março de 2004; os Pareceres nºs PGFN/COF/Nº 261/2004, de 1º de março de 2004 e nº 46/STN/COREF/GERFI, de 10 de janeiro de 2004, respectivamente, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional; o Ofício Decec/Diope/Sucre-2004/038, de 26 de fevereiro de 2004, a Carta nº 02/MF, de 20 de janeiro de 2004, do Ministro da Fazenda ao Presidente do Banco Mundial; informações sobre os limites de endividamento da União e cópias do Acordo de Empréstimo, tendo como parte integrante as “Condições Gerais Aplicáveis aos Acordos de Empréstimo e Garantia para Empréstimos de Margem Fixa” do BIRD, datadas de 1º de Setembro de 1999.

II – Análise

A presente solicitação satisfaz as exigências contidas na Resolução nº 96, de 1989, que dispõe sobre os limites e condições para a contratação de operações de crédito interno e externo, de interesse da União e de suas entidades.

Com efeito, tanto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional como a Secretaria do Tesouro Nacional manifestaram-se favoravelmente à contratação; a minuta do contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da mencionada Resolução nº 96, de 1989; há dotações no Orçamento Geral da União de 2004 para fazer face aos encargos da operação e foram observados os limites de endividamento da União. Por outro lado, o Banco Central do Brasil autorizou o credenciamento do empréstimo.

Segundo os pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, às fls. 5 a 13 do processo, o presente empréstimo do BIRD está inserido no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, cujos recursos serão destinados a compor as reservas internacionais do país e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República Federativa do Brasil. Portanto, o presente empréstimo, “ao destinar-se à amortização de dívida externa, terá impacto positivo na capacidade financeira da União, ao reduzir o custo de rolagem da dívida pública”.

Cabe ressaltar as seguintes informações da STN, às fls. 10 e 11 do processado:

...”o referido empréstimo está sendo concedido em reconhecimento das reformas estruturais empreendidas nas áreas de logística, ambiente de negócios, financeira e de progresso tecnológico, objetivando incentivar ações que favoreçam o crescimento sustentável e equânime, bem como a competitividade da economia brasileira. Na medida em que avancem as reformas mencionadas ou afins, novos empréstimos programáticos desta natureza poderão ser concedidos ao Brasil”.

Além disso, como se trata de empréstimo programático do BIRD (**adjustment loans**), os recursos da operação não são destinados a novos investimentos e, assim, não é exigida contrapartida com recursos nacionais. Na verdade, esse tipo de operação do Banco Mundial exige a prévia realização de ações governamentais previstas em compromissos de políticas setoriais e, como reconhecimento às ações e reformas

estruturais já empreendidas, permite àquela instituição a concessão de novos empréstimos.

Com efeito, o próprio contrato (Acordo de Empréstimo) relaciona as ações já efetuadas (fls 48 a 54 do processado), dentre as quais destacam-se:

reestruturação geográfica das concessões de ferrovias, como parte do Plano de Revitalização das Ferrovias; aprovação, pelo Ministério da Fazenda, de estratégia para a reforma do sistema alfandegário, com vistas a facilitar o comércio e a proteção das fronteiras; medidas estruturais na área de transportes, mediante reestruturação do Ministério dos Transportes, organização do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Denit), transferência de cerca de nove por cento das estradas federais não-tronco para quinze estados; estabelecimento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANITT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, em novembro de 2003, que defina regras gerais para os procedimentos de concorrência e parcerias entre os setores público e privado na administração pública; elaboração de proposta a respeito da reforma da legislação antitruste; adoção da simplificação dos procedimentos para o registro de empresas, a chamada “FÁCIL”; promulgação da Emenda Constitucional nº 42, que se refere a parte da reforma tributária; simplificação de regras para a exportação; aprovação do projeto de lei, pela Câmara dos Deputados, que trata das falências – ora em discussão nesta Casa; promulgação da Emenda Constitucional nº 40, de 2003, que trata do sistema financeiro nacional e que permite a sua regulamentação mediante leis complementares, ao invés de uma lei geral; implementação de um novo sistema de pagamentos e que está operando satisfatoriamente; emissão de regulamentos relativos à alocação e aptidão dos ativos de empresas do setor de seguros e ao registro e custódia para empresas seguradoras; estabelecimento de aberturas de contas bancárias simplificadas e de crédito para proporcionar o acesso de pessoas de baixa renda aos serviços financeiros nos bancos; projeto de lei, de 2002, que proporciona incentivos para pesquisa tecnológica e científica e inovação em instituições públicas de pesquisa e estabelece mecanismos de gerenciamento aplicáveis a tais instituições; regulamentação das medidas que promovem ligações entre as universidades e centros de pesquisa públicos e o setor privado (através do Fundo Verde-Amarelo) e que criam os instrumentos de apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor privado; estabelecimento de critérios, em 2002, para empréstimos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor privado e concedidos pela

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); ratificação, em 2002, do Protocolo de **Kyoto** e subsequente implementação de medidas pela Comissão Interministerial sobre Mudança Climática.

Segundo estimativas de dispêndios, às fls. 14 do processo, o custo efetivo orçado do empréstimo é de 2,72% ao ano, “constituindo-se em indicativo favorável para contratações em euros, se comparado com operações da mesma natureza já realizadas pelo Governo Brasileiro, bem como emissões de títulos da República”.

Assim, como as operações autorizadas pelo Senado Federal, ao longo de 2001-2003, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil, pelo Banco Mundial, a exemplo dos Empréstimos Programáticos de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL), a presente operação, inserida no mesmo programa de apoio, visa dar suporte indireto ao crescimento sustentável com equidade. No caso, o suporte ocorre mediante o fortalecimento das reservas cambiais do País e, simultaneamente, o financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional, na medida em que os recursos poderão ser utilizados para saldar compromissos externos. Isso se dá pelo fato de que os custos de rolagem da dívida pública são maiores que os da presente operação. Logo, o empréstimo permite, assim, um ganho fiscal adicional e fortalece, por via de consequência, a estabilidade cambial e monetária.

Registre-se que, na instrução processual, consta apenas o Acordo de Empréstimo, não acompanhado do documento “Condições Gerais Aplicáveis aos Acordos de Empréstimo e Garantia para Empréstimos de Margem Fixada do BIRD, datadas de 1º de Setembro de 1999”. Por se tratar de documento padrão do BIRD, utilizado em todas as operações daquela instituição nesta modalidade de empréstimo, consideramos que essa lacuna não traz problemas quanto à solidez e a segurança jurídica da operação sob exame.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do pleito nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12, DE 2004

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), caracterizada como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável

com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Parágrafo único. Os recursos do empréstimo a que se refere o **caput**, caracterizados como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB), serão destinados a compor as reservas externas do País e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o artigo anterior contém as seguintes características:

- a) mutuário:** República Federativa do Brasil;
- b) mutuante:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- c) valor:** equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal;
- d) finalidade:** Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB), em reconhecimento à implementação das reformas estruturais empreendidas nas áreas financeira e de logística, ambiente de negócios e de progresso tecnológico, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional;

e) modalidade de empréstimo: Fixed Spread Loan (FSL), com possibilidade de: **(a)** conversão de moeda; **(b)** conversão da taxa de juros de flutuante para fixa ou vice-versa e **(c)** estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros; todas as possibilidades serão eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo;

f) prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2004;

g) carência do principal: seis anos;

h) amortização: dezesseis parcelas semestrais, sendo seis (6) parcelas consecutivas com vencimentos de 15-4-2009 a 15-1-2011, mais dez (10) parcelas consecutivas de 15-4-2013 a 15-10-2017, ou seja, sem pagamentos em 2012;

i) juros: exigidos semestralmente em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa

anual composta da LIBOR seis (6) meses e **spread** de 0,50% ao ano;

j) *comissão de compromisso*: oitenta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e setenta e cinco centésimos por cento ao ano, em diante;

k) *comissão à vista*: um por cento sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta (540) dias, a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – Presidente: **Ramez Tebet**
– Relator: **Fernando Bezerra – Aloizio Mercadante – Ana Júlia Carepa – Delcídio Amaral – Roberto Saturnino – Antonio Carlos Valadares – Geraldo Mesquita Júnior – Mão Santa – Garibaldi Alves Filho – Jonas Pinheiro – Eduardo Azeredo – Almeida Lima – Aelton Freitas – Lúcia Vânia.**

PARECER Nº 333, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 39, de 2004 (nº 153/2004, na origem) que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2004.

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 39, de 2004 (Mensagem nº 153, na origem), o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Já foi muito debatida, nesta Comissão, a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou, e a Comissão aprovou, o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo

Senado Federal, cabe a esta comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central.

II – Análise

Como bem lembram os Senhores Senadores, em seu primeiro momento, o Plano Real tinha uma arquitetura baseada na taxa de câmbio fixa e no controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tomava fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise cambial de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a desvalorização da moeda. Isto forçou uma reformulação da política monetária. Agora, em vez de câmbio fixo e política monetária baseada em uma programação de expansão da oferta de moeda, temos câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Uma política de metas de inflação consiste em utilizar a taxa de juros como ferramenta básica de política monetária, e não mais o controle de expansão da moeda. Daí porque toda a atenção da sociedade em relação ao Banco Central concentra-se na definição dos juros pelo Comitê de Política Monetária.

Embora tenha-se mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal que está descolado da realidade.

O caráter de simples formalidade de que se reveste a análise e voto da Programação Monetária fica evidenciado pelo prazo com que se aprecia a matéria. Estamos, em meados do mês de abril, analisando a programação para o segundo trimestre: ou seja, já se passou parte do período para o qual são estimados os quantitativos monetários e feitas as previsões pelo Banco Central.

Sabidamente a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso foram as recentes presenças do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fizeram longas exposições e foram bastante questionados a respeito da política econômica.

Todavia, acredito ser fundamental que o Poder Executivo ou o Congresso proponham um novo mecanismo de prestação de contas do Banco Central do Brasil, que não se baseie apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica, viabilizando uma mais ampla supervisão das ações da Autoridade Monetária pelo Poder Legislativo. O Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, proposto pelo Senador Garibaldi Alves, já deu o primeiro passo, sugerindo a revogação de legislação ultrapassada. Resta

agora instituímos novos e eficazes mecanismos de monitoramento da ação do Banco Central.

O banco de dados do Senado nos informa que já tramitam, nesta Casa, projetos de lei que visam a regulamentar o art. 192 da Constituição, estabelecendo as atribuições e os mecanismos de controle sobre o Banco Central. Esperamos que, ao longo do ano de 2004, possamos aprovar uma proposta equilibrada, que atribua ao Legislativo o poder de opinar, aprovar e supervisionar as metas da política monetária e cambial do País.

III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, aprovando a programação monetária para o segundo trimestre de 2004.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 394, DE 2004

Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004, nos termos da Mensagem nº 39, de 2004.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Delcídio Amaral**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Luiz Otávio** – **Ney Suassuna** – **Jonas Pinheiro** – **Eduardo Azeredo** – **Lúcia Vânia** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 329 e 330, de 2004**, das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, concluindo favoravelmente ao **Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2000** (nº 3.512/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foi encaminhado à publicação o

Parecer nº 333, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2004** (MSF 39/2004), que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2004*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 332, de 2004**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 12, de 2004** (MSF 33/2004), que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, caracterizada como Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – Pafib*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 316/04-BLP

Brasília, 5 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Reinaldo Betão (PL/RJ), na qualidade de titular, e, na qualidade de suplente, o Deputado Almir Moura (PL/RJ), em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 177, de 25 de março de 2004, que “dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 354/04-BLP

Brasília, 7 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Humberto Michiles (PL/AM),

na qualidade de titular, e, na qualidade de suplente, o Deputado Milton Monti (PL/SP), em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 178, de 31 de março de 2004, que “autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nas condições em que especifica”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 355/04-BLP

Brasília, 7 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica o Deputado José Santana de Vasconcellos (PL/MG), na qualidade de titular, e, na qualidade de suplente, o Deputado Almir Sá (PL/RR), em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 179, de 1º de abril de 2004, que “Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado Sandro Mabel, Líder do Bloco PL/PSL.

OF/GAB/I/Nº 258

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 178, de 31 de março de 2004, que “autoriza em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei 10.336, de 19-12-2001, nas condições que especifica”, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Hermes Parciannelo
Marcelo Castro

Suplentes

Asdrubal Bentes

Outrossim, informo que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

Of. 301/2004

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado José Militão (PTB-MG), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Mucio Monteiro (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 175, de 22 de março de 2004, que “acresce parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

Of. 303/2004

Brasília, de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Roberto Magalhães (PTB-PE), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Mucio Monteiro (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 179, de 2 de abril de 2004, que “altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

Of.Lid.PP nº 415

Brasília-DF, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, tenho a satisfação de indicar o Deputado Luis Carlos Heinze, do PP/RS, como Titular da CPMI da Reforma Agrária e Urbana, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana e os movimentos sociais de trabalhadores, em substituição ao Deputado Feu Rosa, do PP/ES.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Pedro Henry**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 73/04-GLPSDB

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Exa., tenho a honra de indicar o Senador Marcos Guerra para o cargo de Titular na Comissão de Legislação Participativa, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência designa o Sr. Senador Marcos Guerra para compor, como Titular, a Comissão de Legislativa, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 74/04-GLPSDB

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex^a, tenho a honra de indicar o Senador Marcos Guerra para o cargo de Suplente na Comissão de assuntos Sociais, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência designará o Sr. Senador Marcos Guerra para compor, como Suplente, a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 75/04-GLPSDB

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex^a, tenho a honra de indicar o Senador Marcos Guerra para o cargo de Suplente na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência designará o Sr. Senador

Marcos Guerra para compor, como Suplente, a Comissão de Serviços de Infra-estrutura, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 76/04-GLPSDB

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex^a, tenho a honra de indicar o Senador Marcos Guerra para o cargo de Titular, em substituição ao Senador Antero Paes de Barros, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2004

Acrescenta parágrafo ao art. 144 da Constituição Federal, para estender aos delegados de polícia a garantia da inamovibilidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 144 da Constituição Federal passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 144.

.....

§ 10. É assegurada aos delegados de polícia de carreira a garantia da inamovibilidade. (NR)”

Justificação

A Constituição Federal (CF) outorga aos juízes e aos membros do Ministério Público as garantias de vitaliciedade, de inamovibilidade e de irredutibilidade de vencimentos. O objetivo dessas prerrogativas é o de garantir a isenção e a independência da função jurisdicional desses agentes públicos, evitando perseguições de natureza administrativa e financeira. A CF também as estende a outras categorias profissionais, como os Ministros do Tribunal de Contas da União (art. 73, § 3º), o Auditor de Contas do Tribunal de Contas

da União (art. 73, § 4º), os Conselheiros de Tribunal de Contas do Estado ou de Tribunal de Contas dos Municípios (art. 75) e os defensores públicos (art. 134, parágrafo único).

Na verdade, por força constitucional, todos os funcionários públicos (detentores de cargo ou emprego público) gozam da garantia da irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV). A vitaliciedade e a inamovibilidade seriam o grande diferencial das carreiras supracitadas (à exceção do cargo de defensor público, que não possui vitaliciedade) em relação ao restante do funcionalismo público.

Se assim se deu com essa gama de categorias funcionais, por que não dizer o mesmo quanto aos delegados de polícia? Por que o defensor público tem direito à inamovibilidade e o delegado não? Não há razão plausível para que o delegado de polícia não goze também da garantia da inamovibilidade. Não são raras as notícias, principalmente em pequenas cidades do interior, onde ainda há resquícios do coronelismo, e grupos tradicionais dominam e representam o próprio poder estatal, sobre delegados que foram transferidos bruscamente para qualquer outro lugar simplesmente porque o prefeito municipal ou seu vice, o deputado estadual da região, o vereador, ou qualquer outro líder político, não gostou de seu modo de atuação, ou porque prendeu ou indiciou algum parente.

Não é aceitável num País com gravíssimos problemas de segurança pública que qualquer delegado de polícia possa ser removido da comarca por uma simples movimentação política promovida por um vereador de apenas 18 anos de idade que tenha alguma influência junto ao secretário de Segurança Pública ou a alguma autoridade pertencente ao seu grupo político. O resultado é que, em cidades interioranas, agentes e delegados de polícia não se envolvem com filhos de autoridades, mesmo que os encontrem em estado de flagrância criminosa.

O fato é que os delegados de polícia representam uma categoria profissional desprestigiada no Brasil, uma vez que são os responsáveis pelas investigações criminais – e, por isso, atuam como um apêndice do Poder Judiciário –, e, ao mesmo tempo, sequer têm as mesmas garantias que se asseguram aos defensores públicos.

Ora, se o defensor público, que não acusa, nem investiga ninguém, goza da garantia da inamovibilidade, o mais razoável é que o delegado de polícia, que exerce função de risco, mexe com interesses superiores, investiga filhos de autoridades e políticos, e expõe a sua vida e a sua família, também a tenha.

Portanto, a presente proposta de emenda constitucional objetiva estender aos delegados de polícia

a garantia da inamovibilidade, para se evitar arbitrariedades e diminuir a dependência da autoridade policial de intempéries políticas. Essa medida é fundamental para tornar a persecução penal mais eficiente em nosso País.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Romeu Tuma – José Jorge – Antonio Carlos Magalhães – Papaléo Paes – Ney Suassuna – Almeida Lima – Valdir Raupp – Romero Jucá – Maria do Carmo – Heloisa Helena – Jonas Pinheiro – Roberto Saturnino – Rodolfo Tourinho – Garibaldi Alves – Antonio Carlos Valadares – João Batista – Eduardo Siqueira Campos – Alvaro Dias – Paulo Octavio – Tasso Jereissati – Ramez Tebet – Leonel Pavan – Demóstenes Torres – Gilberto Mestrinho – Pedro Simon.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 42 de 31 de dezembro de 2003.

TÍTULO V Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

CAPÍTULO III Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividade na defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

.....
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita a disposições específicas constantes nos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2004

Revoga os arts. 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941

– Código de Processo Penal –, para retirar do ordenamento processual penal pátrio o instituto do protesto por novo júri.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Revogam-se os arts. 607 e 608 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

O protesto por novo júri é um recurso processual penal privativo da defesa por meio do qual se pede a realização de novo julgamento caso o réu seja condenado a cumprir pena por crime doloso contra a vida superior a vinte anos. Nele não se examinam a legalidade, a legitimidade ou a justiça da condenação, bastando o mero numerário da pena aplicada.

O instituto surgiu no Código de Processo Criminal do Império (1832), e, a partir de 1841, com a sua reforma, sua aplicação passou a se restringir aos casos em que o réu fosse condenado às penas de morte ou de galés perpétuas. Com a proclamação da República, apesar de essas penas extremas terem sido abolidas, o instituto, esdruxulamente, permaneceu.

Trata-se, portanto, de instituto anacrônico, pois já não existem no Brasil as penas de morte e de galés perpétuas. Além disso, o protesto por novo júri é uma afronta ao princípio constitucional da soberania dos veredictos do tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII, c). A rigor, apesar de ainda ser reconhecido pelos tribunais, já teria havido a sua revogação com o advento da Constituição de 1988, que não o recepcionou, pois lei ordinária, como o Código de Processo Penal, não poderia criar um mecanismo processual que burla uma decisão tomada soberana por força constitucional, como a dos jurados, sob o irrisório fundamento da quantidade da pena aplicada.

O instituto ainda estimula os magistrados a aplicarem penas inferiores aos vinte anos, mesmo se, no caso concreto, o criminoso merecesse pena no teto de trinta anos, só para não se abrir possibilidade para o recurso e, como consequência, para a extensão contraproducente do processo no tempo, o que retira justiça e legitimidade da decisão judicial.

O protesto por novo júri, por fim, reforça na sociedade a idéia de morosidade da justiça penal, de insegurança jurídica e de ineficiência da máquina judiciária.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004 – Senador **Aelton Freitas**.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nota: para procura rápida de palavra digite: Ctrl+f

Legenda:

Asterisco (*):	Houve modificação
Texto em preto:	Redação original (sem modificação)
Texto em azul:	Redação dos dispositivos alterados
Texto em verde:	Redação dos dispositivos revogados
Texto em vermelho:	Redação dos dispositivos incluídos

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

c) a soberania os veredictos;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83 DE 2004

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tornar obrigatória a oferta de trabalho aos presos condena-

dos e para prever a execução de atividades laborais como condição para a progressão de regime, saída temporária, livramento condicional e conversão de pena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 28. O trabalho do condenado, como direito social de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, e sua oferta por parte do Estado será obrigatória.

Parágrafo único. A execução do trabalho ofertado, nos termos do art. 31, é condição para a concessão dos benefícios de que trata os arts. 112, 122, 131 e 180 desta lei.

..... (NR)”

“Art. 112.

§ 3º A execução de atividades laborais é condição para a progressão de regime, salvo se o preso não tiver condições para o trabalho. (NR)”

“Art. 123.

IV – o preso estiver executando atividades laborais, salvo se não tiver condições para o trabalho. (NR)”

“Art. 180.

V – o condenado esteja executando atividades laborais, salvo se não tiver condições para o trabalho. (NR)”

Art. 2º O art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte inciso:

“Art. 83.

VI – esteja executando atividades laborais, nos termos do art. 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, salvo se não tiver condições para o trabalho.

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei de Execução Penal prescreve que o trabalho é obrigatório para os presos condenados, mas não traz a obrigatoriedade da oferta de trabalho por parte do Estado. A Constituição Federal de 1988 qualifica o trabalho como direito social (art. 6º, **caput**), e a Lei de

Execução Penal ainda o qualifica, em seu art. 28, **ca-put**, como “dever social”. Isso traz distorções ao sistema de execução penal, e o resultado é que a minoria da população carcerária do Brasil de fato trabalha, o que fere os próprios fins do sistema penitenciário, que é a reintegração social (art. 1º da Lei nº 7.210, de 1984), a sua sustentabilidade (art. 29, § 1º, **d** da Lei nº 7.210, de 1984) e os direitos da vítima (art. 29, § 1º, **a** da Lei nº 7.210, de 1984).

O presente projeto, portanto, torna a oferta de trabalho aos presos obrigatória, ou seja, dever do Estado e direito do preso – e, portanto, agora passível de ação civil pública em caso de descumprimento –, e condiciona a obtenção de benefícios penais por parte dos condenados à execução de atividades laborais. Dessa forma, o Estado se torna responsável direto, jurídica e moralmente, pela reintegração social do preso, sob pena de responder por sua omissão.

Essas medidas são fundamentais para tirar dos presídios a qualificação repulsiva que hoje recebem de “universidades do crime”, e convida o Estado a dedicar mais atenção à situação psicossocial daqueles que ele mesmo condena.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Aelton Freitas**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

Art. 83 O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

III – comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

IV – tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

V – cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da

tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Inciso acrescentado pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)

1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)

§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitados os prazos previstos nas normas vigentes. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I – comportamento adequado;

II – cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

III – compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Art. 180. A pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser convertida em restritiva de direitos, desde que:

I – o condenado a esteja cumprindo em regime aberto;

II – tenha sido cumprido pelo menos 1/4 (um quarto) da pena;

III – os antecedentes e a personalidade do condenado indiquem ser a conversão recomendável

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2004

Acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Código Penal, para que não seja considerado crime continuado a prática, mediante mais de uma ação ou omissão, de crimes contra a vida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 71 1940 – Código Penal, passa a do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de viger acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 71.

§ 2º Em caso de crimes consumados ou tentados contra a vida, não se aplica o disposto no *capta* e no § 1º deste artigo. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A inovação trazida ao art. 71 do Código Penal (crime continuado), considerando o debate sempre atual sobre a possibilidade de aplicação ou não do referido artigo aos bens personalíssimos, vem para

excluir a aplicação do princípio da continuidade delitiva aos casos de crimes consumados ou tentados contra a vida, pelo fato de ser este o maior bem jurídico que um cidadão possui, não sendo de forma alguma razoável transformar vários homicídios, como os que aconteceram no episódio da chacina em Vigário Geral/RJ, num crime só, e com aumentos de pena que na maior parte das vezes resultam em uma pena final muito inferior ao que se teria em caso da soma regular (art. 69 do CP).

Enquadrar homicídios em continuidades delitivas é estímulo, por exemplo, aos variados esquadrões de morte que existem hoje no País – muitos compostos até mesmo de policiais –, pois a pena menor significa obtenção precoce de benefícios penais (liberdade condicional, progressão de regime etc), além de os criminosos se beneficiarem com a multiplicidade de entendimentos hoje vigentes sobre o que é e o que não é a continuação de um crime (modo de execução, local, lapso temporal etc.).

Nesse sentido, o projeto abraça o entendimento já esposado pelo Supremo Tribunal Federal de que “nos crimes consumados ou tentados, contra bens personalíssimos – vida, honra e liberdade – não se pode aplicar o princípio da continuidade delitiva, salvo casos especialíssimos” (STF – RE – Rel. Firmino Paz – RTJ 101/462).

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Aelton Freitas**.

DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

Legenda:

Texto em preto:	Redação original (sem modificação)
Texto em azul:	Redação dos dispositivos alterados
Texto em verde:	Redação dos dispositivos revogados
Texto em vermelho:	Redação dos dispositivos incluídos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Parte Geral

TÍTULO I Da Aplicação da Lei Penal

Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as pe-

nas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela. *(Redação dada nela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

§ 1º Na hipótese deste artigo, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição de que trata o art. 44 deste Código. *(Redação dada nela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

§ 2º Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais. *(Redação dada nela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

Art. 71. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços. *(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

Parágrafo único. Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código. *(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)*

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2004

Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É opcional a retransmissão de programa oficial de informações dos poderes da república.

Art. 2º Fica revogada a alínea “e” do art. 38 da Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com a obrigação instituída pelo art. 38, alínea “e”, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, hoje denominado a “Voz do Brasil”, ficando reservados 30 (trinta) minutos para a divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional. Nesse sentido, milhares de radiodifusores vêm, há várias décadas, em respeito ao dispositivo legal apontado, dedicando uma hora de sua programação para a transmissão de informações acerca dos Poderes da República.

Cumpre, preliminarmente, admitir que a disponibilização de uma programação oficial de informações dos Poderes da República é útil e ajuda a desenvolver o senso cívico e o acesso a informações que podem ser de grande interesse a determinada parcela da população. O citado dispositivo, no entanto, na forma como proposto na Lei nº 4.117/62, não harmoniza com a Carta Constitucional de 1988 no que tange aos direitos fundamentais da liberdade de pensamento e do acesso à informação, indispensáveis a qualquer regime democrático.

A Carta Magna dispõe em seu art. 220, **caput** e parágrafos, que a manifestação do pensamento, a criação, a informação e a expressão, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto na Constituição, sendo que nenhuma lei conterá preceito que constitua embaraço à plena liberdade de informação jornalística. Ressalte-se que a liberdade jornalística não se resume à simples liberdade de imprensa, pois alcança qualquer forma de notícias, comentários e opiniões realizados por qualquer veículo de comunicação social.

Ora, resta claro que o art. 38, alínea **e** da Lei nº 4.117/62, quando obriga que o radiodifusor, com exceção do de televisão, transmita obrigatoriamente o programa dos Poderes da República, viola o direito da livre manifestação do pensamento, uma vez que restringe a própria possibilidade dessa manifestação. No mesmo sentido, o art. 5º da Constituição, que estabelece os direitos e deveres individuais e coletivos, prescreve em seu inciso IV que será livre a manifestação do pensamento.

Ademais, o dispositivo tratado transgride um outro direito fundamental, qual seja, o direito de ter acesso à informação. E o que resguarda o art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal. De fato, a liberdade de informação se desdobra na liberdade de informar, que coincide com a própria liberdade de manifestação do

pensamento, e a liberdade de ser informado ou de ter acesso à informação, que revela o interesse da coletividade para que tanto o indivíduo como a comunidade estejam informados para melhor exercício das liberdades públicas. Dessa forma, a inconstitucionalidade do art. 38 da Lei nº 4.117/62, quanto ao acesso à informação, é também manifesta.

A obrigação decorrente do dispositivo ora aludido não deixa de possuir maiores conseqüências em razão de esta recair somente sobre o serviço de radiodifusão sonora (o rádio), não alcançando o serviço de radiodifusão de sons e imagens (a televisão), uma vez que hoje existe grande diversidade de meios de comunicação. Não pode, entretanto, o poder público, amparando-se na existência de outras formas de comunicação, cercar o direito de manifestação do pensamento assim como o do acesso à informação associado a um determinado veículo de comunicação social.

À guisa de exemplo, é oportuno ilustrar a situação de uma pessoa que, ao retornar de seu trabalho, dirige com o rádio ligado durante a programação da Hora do Brasil. Esta pessoa não possui outra opção senão a de desligar o rádio ou ouvir aquela programação. Apesar da existência de outras formas de comunicação, naquele momento ao indivíduo é negado seu direito constitucional de acesso à informação e denegado ao fornecedor da informação a sua difusão.

Não só o radiodifusor tem sua discricionariedade editorial violada pelo próprio Estado, ao impor a transmissão compulsória de um programa, como o ouvinte tem negado seu direito de acesso à informação, vez que não lhe é oferecido escolha: ou bem ouve ao programa oficial ou não ouve nada. Todas as rádios estão constrangidas a transmitir o dito programa simultaneamente.

Cumpra, por fim, notar que o rádio e a televisão constituem imprensa, no caso imprensa eletrônica, gozando da proteção e submetida aos ditames do Capítulo da Comunicação Social da Constituição. A discricionariedade editorial é elemento característico fundamental da imprensa: cabe ao jornal, à revista, ao rádio e à televisão escolher o que publicar e o que transmitir. No meio impresso seria absolutamente impensável uma “Página do Brasil”, em que jornais e revistas publicariam compulsoriamente as notícias oficiais dos Poderes da República.

Dessa maneira, levando em conta a inconstitucionalidade do art. 38, alínea e da Lei nº 4.117/62 e os direitos constitucionais da liberdade de manifestação do pensamento e do acesso à informação, sugerimos que fique à discricionariedade dos próprios radiodifusores a transmissão ou não da programação dos Poderes da República.

Assim restaria eliminado o mais persistente entulho autoritário da história do Brasil, criado ainda na Era Vargas.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004 – **Jorge Bornhausen.**

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

.....
e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional;
.....

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

.....
XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
.....

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:
.....

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da

propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Diretora e de Educação, cabendo a última em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como possibilita o Regimento, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também gostaria de pedir minha inscrição, conforme o Regimento, no momento adequado, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Peço igual providência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, estando inscritos pela ordem a nobre Senadora Heloísa Helena,

a nobre Senadora Ana Júlia Carepa e o nobre Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem.) – Eu queria fazer dois pedidos: minha inscrição para uma comunicação inadiável, se houver a possibilidade, e também minha inscrição para falar como Líder do meu Partido, para que eu possa falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrito em quarto lugar, portanto na primeira suplência para as comunicações inadiáveis, e como primeiro Líder inscrito para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro deles, ao 1º Vice-Presidente desta Casa, nobre Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início desta sessão, lamento o que ocorreu hoje pela manhã em frente ao Palácio do Planalto. Um jovem desempregado de trinta anos tocou fogo no próprio corpo no desespero de estar sem emprego, sentindo-se totalmente desamparado. Foi socorrido pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros com queimaduras de terceiro grau e está neste momento no Hospital Regional da Asa Norte.

Faço este registro com tristeza, Sr. Presidente. A situação do desemprego e da renda do brasileiro preocupa todos nós. Por isso, falamos tanto da importância da valorização do salário mínimo.

Há pouco tempo, um triste episódio ocorreu neste plenário, quando um cidadão ameaçou jogar-se das galerias, também devido ao desemprego. Agora vemos outro desempregado incendiar-se em frente ao Palácio, no desespero, para que alguém se sensibilizasse e lhe conseguisse um trabalho. Esse senhor chama-se José Antônio de Souza. Já vi cena semelhante em filmes, mas nunca presenciei uma tocha humana sendo filmada por câmeras de televisão, simbolizando a luta contra o desemprego.

Sr. Presidente, faço novamente o apelo para que consigamos combater esta chaga que tanto machuca, que tanto esfolia e que tanto sangra o coração do nosso povo: o desemprego.

Sr. Presidente, a exemplo do que fiz em outras oportunidades, desde o dia 1º de abril, volto a pedir a aprovação da PEC paralela, nos moldes em que foi aprovada pelo Plenário desta Casa, por unanimidade, com a presença de setenta Senadores. Sei que essa PEC será votada na tarde de hoje na Comissão Especial da Câmara.

Sr. Presidente, mais uma vez quero dizer que, para mim, é muito importante a palavra empenhada. Se esse acordo for rompido, será muito ruim para o Senado, para a Câmara, para a democracia e para o Legislativo. Por isso, apelo novamente para que honremos a palavra empenhada. Caso contrário, será muito difícil daqui para frente alguém chegar neste Plenário e pedir voto para essa ou aquela matéria, dizendo que será bom para o Brasil. Se não pudermos confiar mais nos interlocutores, quer sejam da sociedade organizada, quer sejam dos Poderes constituídos, ficará muito difícil, na minha avaliação, a aprovação de qualquer emenda constitucional neste plenário.

Faço este apelo na expectativa de que ele seja atendido.

Sr. Presidente, hoje quero mais uma vez falar sobre o salário mínimo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Concedo-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Paulo Paim, divido com V. Exª as agruras, as tristezas e as decepções que está vivendo. A agrura de V. Exª pode ser muito mais emocional do que é para o conjunto dos Srs. Senadores – até os de Oposição –, porque sabemos que, na base do Governo, V. Exª foi o comandante. Com a batuta de V. Exª, fomos orquestrados – eu, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Aelton Freitas e outros Senadores da base do Governo, que se recusavam a votar a PEC nº 67 como veio da Câmara, entendendo o papel revisor do Senador e a capacidade de esta Casa avançar em matéria tão importante. Dessa luta, resultou a PEC nº 77, que traz avanços referentes à regra de transição, à paridade, aos inativos, meu caro Presidente, Senador Eduardo Campos. O Governo firmou acordo com as Lideranças para que, em se aprovando a PEC nº 67, a PEC nº 77 fosse votada imediatamente. Ninguém é obrigado a fazer acordo com ninguém. Mas, em minha terra, minha mãe, Dona Dadá – volto a dizer, analfabeta profissional – dizia o seguinte: “O que é combinado não é caro”. Isso foi combinado com as Lideranças desta Casa. Confiamos na palavra vinda do Palácio pela boca de seus interlocutores, os Líderes do Governo, mas assistimos a um fiasco, a uma desmoralização pública.

Houve convocação extraordinária, quando a Câmara deveria votar essa matéria, mas seu Presidente resistiu, porque os avanços saíram do Senado e não daquela Casa. Estamos buscando beneficiar a quem? A população brasileira? Ou buscamos bônus para nosso proveito em eleições futuras? A mim entristece muito esse fato. A angústia de V. Exª também é minha. Espero que a PEC 77, que está sendo desmantelada na Câmara, seja votada como saiu do Senado. Tenho plena consciência, Senador Paulo Paim, de que, se a PEC voltar modificada a esta Casa, o Governo terá muitas dificuldades de votá-la por conta de ter quebrado a sua palavra e porque nós, Senadores, não permitiremos que a sociedade, o funcionalismo público federal e os aposentados deste País sejam punidos com o proposto na PEC 67. Queremos avanços e, como V. Exª, exigimos que o acordo seja cumprido para que a PEC 77 seja votada imediatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador. Ouvirei os Senadores Ramez Tebet, Romeu Tuma e Maguito Vilela. Posteriormente, falarei sobre os quatro apartes.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, inicialmente, como sempre faço, permita-me render-lhe tributo, porque todos nós lutamos pela PEC paralela e continuamos a ter V. Exª como referência numa luta que deixou de ser só sua e passou a ser do Senado e até do Governo, vez que se comprometeu a fazer com que a PEC paralela, que ameniza a perda dos servidores públicos, fosse aprovada. Mas estamos vendo que ela terá outro destino na Câmara dos Deputados. Não quero mais reiterar o apelo que V. Exª e todos formulamos para que haja maior brevidade. Agora peço que a PEC seja aprovada de qualquer jeito. Senador Magno Malta, ouvi o aparte de V. Exª. A esta altura, meu desejo é de a PEC venha para esta Casa, porque aqui temos autonomia e liberdade. A maior parte dos projetos deste País – veja o caso das medidas provisórias – começa na Câmara. Aqui, via de regra, são alterados e voltam para a Câmara, que sempre dá a última palavra. Se a Câmara votar, como espero, a matéria terá de voltar para esta Casa. Aqui, a PEC foi aprovada por unanimidade, portanto, caso volte a esta Casa, tenho a esperança de que iremos restabelecê-la em defesa dos compromissos que assumimos. Senador Paulo Paim, já não mais peço sua aprovação tal como saiu desta Casa – e seria obrigação do Governo insistir, junto a seus aliados, no cumprimento do compromisso assumido –, mas que, pelo, menos, façam-na sair da Câmara, para que venha para esta Casa, onde haveremos de restabelecer os compromissos assumidos. Naquele dia, votaram 79, 80 ou 81 Srs. Senadores porque todos estávamos

comprometidos com as reformas. Votamos a reforma da previdência com o compromisso de apreciarmos a PEC paralela, porque ninguém aceitava a reforma da previdência tal qual foi concebida. Cumprimento V. Ex^a pelo trabalho e pela dedicação e a todos que estão ao lado de V. Ex^a nessa luta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, como o Senador Ramez Tebet, quero prestar as minhas homenagens a V. Ex^a pela postura, pela dignidade no trato não só dessa matéria, como também de várias outras aprovadas ou rejeitadas por esta Casa. Falei algumas vezes com o Líder Tião Viana, homem de bem, sério, correto, respeitoso, a quem fiz alguns pedidos, como a inclusão dos delegados de Polícia nas carreiras jurídicas. Mas S. Ex^a não pôde atendê-los por pressão de Governadores de Estado. Então, pedi que incluísse os pontos levantados por V. Ex^a na PEC 67, e o nobre Líder alegou que faria a PEC Paralela, para não atrapalhar o andamento da PEC 67. Não votei com S. Ex^a porque eu tinha compromisso com as carreiras que chefiar. Então, não pude votar, mas acreditei que o acordo firmado entre V. Ex^a, homem de bem do PT, o Presidente da República e todos os membros do Governo quanto à apreciação da PEC 77 durante a convocação extraordinária. No entanto, a convocação foi usada como meio de o Governo encher esta Casa de medidas provisórias, e nem se discutiu a PEC 77. O Senador Ramez Tebet tem razão ao dizer que o Senado já não é a Casa revisora de medida provisória, mas apenas a Casa visitada por medida provisória, porque quem as revisa é a Câmara dos Deputados. A medida provisória já vem vencida para esta Casa. Aqui, nem emenda se pode fazer. Daqui, a matéria volta para Câmara, onde é corrigida como querem, e está encerrado o assunto. Nós, que somos Casa revisora, nem temos como trabalhar, porque, todo dia, temos quatro, cinco medidas provisórias impedindo o andamento correto de sessões em que discutiríamos temas de nosso interesse. Minha solidariedade, Senador. Digo a V. Ex^a, do fundo do coração, que sinto uma tristeza imensa pela traição que V. Ex^a vem recebendo e espero que ela não se complete. Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados votará a PEC 77. Como disse o Senador Ramez Tebet, que vote hoje do jeito que quiser, aqui iremos corrigir. Meus parabéns, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador. Ouço o Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Paulo Paim, não serei repetitivo. Concorde em gênero, número e grau com V. Ex^a e com todos aqueles que

abordaram o tema PEC paralela. Quero me solidarizar com V. Ex^a porque o Brasil inteiro conhece a sua luta em favor dos trabalhadores, em favor da geração de empregos neste País e pela retomada do desenvolvimento. Lamento o episódio ocorrido em frente ao Palácio do Planalto, quando um jovem ateou fogo ao próprio corpo em protesto pela falta de oportunidade de trabalho e de meio de satisfazer as suas necessidades e as de sua família. Neste momento, o Brasil tem que concentrar seus esforços na geração de emprego. Caso contrário, a situação vai descambar. Hoje, tive notícia de que todas as empreiteiras do País, inclusive aquelas que conservam as estradas, estão paralisando seus trabalhos em todo o Brasil porque o Ministério dos Transportes não tem feito o pagamento. Essa situação é extremamente preocupante, porque o desemprego aumentará. Nessas estradas, há necessidade de mão de obra para corrigi-las; a agricultura, outra geradora de empregos, precisa de mais investimentos; também precisa de recursos a retomada da construção civil e do desenvolvimento do País, para que haja geração dos empregos necessários, o calcanhar de Aquiles do Governo. Apoiei o Presidente Lula. Estive com Sua Excelência nos momentos de glória e estarei nos momentos de dificuldades, em todos os momentos. Não sou daqueles que estão presentes nos bons momentos e deixam o barco à deriva nos tempos ruins. Não! Estarei até o fim; ajudei a elegê-lo, trabalhei por ele, tenho responsabilidade e vou ficar até o fim, apoiando, lutando, votando a favor. Mas é importante que todos contribuamos para que o Governo retome o desenvolvimento do País, renegocie essas dívidas, alongando-lhes o perfil. É preciso haver investimento para que não seja sombrio o futuro do nosso País. Deixo aqui a minha solidariedade a V. Ex^a, homem que o Brasil conhece e aplaude pelas posições. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Paulo Paim, eu sabia, como todo o Brasil, da existência de um Deputado combativo, correto, sério. Não fui Deputado, por isso nunca tive o prazer de conviver com V. Ex^a na Câmara dos Deputados, mas sabia da seriedade com que V. Ex^a levava à frente os objetivos a que se determinava. Quando V. Ex^a veio para esta Casa, pude então apreciar o valor de V. Ex^a, um homem determinado. Apesar de o Partido ter feito pressão, V. Ex^a não cedeu, manteve-se como uma rocha. Presto-lhe a minha solidariedade, pois me sinto tão traído quanto V. Ex^a em relação a PEC Paralela. Um acordo foi feito. Chegaram a oferecer-lhe uma carta escrita. V. Ex^a disse que não precisava de carta, que bastava a palavra. E a palavra não está sendo cumprida. V.

Ex^a, nesta Casa, é admirado por todos nós, mas está fazendo falta também na outra Casa, não V. Ex^a, mas outras pessoas como V. Ex^a. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a todos os Senadores que se manifestaram a respeito desse assunto. Percebo com alegria, neste momento de tristeza, que há unanimidade no plenário em relação ao cumprimento do acordo firmado com Senadores da Situação e da Oposição.

Por isso, mais uma vez, apelo ao Presidente Lula e aos seus Ministros para que respeitem o acordo firmado não apenas com Paulo Paim, mas também com o Senado da República. Votaremos outras emendas à Constituição, e, de novo, nos será pedido um voto de confiança, mas, se o acordo for rompido, ficará muito difícil alguém dar um voto de confiança quando a palavra empenhada é negada. Como a votação será hoje à tarde, e o Senador Magno Malta deu-me uma notícia não muito boa antes de eu subir à tribuna, espero que até o momento da votação o Governo mude seu entendimento, porque, do contrário, será difícil, para não dizer impossível, continuar acompanhando votações nas quais não há respeito ao que foi discutido, acordado entre Senadores e Executivo.

Esperarei até o fim da tarde, torcendo para que não se efetive esse ato contra nós e os seis milhões de servidores públicos, que aguardávamos a aprovação da PEC Paralela conforme o combinado. Posso perder, ganhar ou empatar, mas não, como disse o Senador Pedro Simon em outra oportunidade da tribuna, ser enganado, como se fosse um passa-moleque. Isso porque inúmeros Senadores confiaram na nossa palavra. Empenhamos a nossa palavra, eu, o Líder Tião Viana, o Líder Aloizio Mercadante. O Presidente do PT, José Genoino, que estava no plenário, acompanhou a votação e disse: podem votar. Foi a palavra da Casa Civil, foi a palavra do Ministro Berzoini, que se reuniu com o Bloco de apoio ao Governo, quando lá estavam inúmeros Senadores do PMDB e do PSB. S. Ex^a disse que poderia discordar do mérito, mas que, uma vez firmado o acordo, ele teria que ser cumprido.

Portanto, não dá para entender isso.

Como o meu tempo terminou, Sr. Presidente, aprofundarei o debate sobre o salário mínimo amanhã, quanto voltarei à tribuna, com certeza, pois vou me inscrever, nem que tenha que vir para cá ao meio-dia, para conseguir aquele espaço de cinco minutos. Comentarei uma nota técnica que recebi do corpo de assessores do Senado, do mais alto nível, que afirma ser possível, ainda este ano, um salário mínimo que ultrapasse a barreira dos R\$300,00. Trata-se de uma nota técnica da maior qualidade, feita pelo corpo técnico da Casa, e que demonstra que esse aumento é

viável. Amanhã, vou mostrar, mais uma vez, que um salário mínimo de US\$100, com o mesmo percentual, no mínimo de US\$100 dólares, aos aposentados e pensionistas é possível.

Rendo aqui as minhas homenagens ao Senador Geraldo Mesquita, que, sei, tem parecer favorável do PSB, Partido da Base do Governo, garantindo que o salário mínimo atinja, pelo menos, R\$310,00. Esse valor não é definitivo, uma vez que depende do índice da inflação do mês de abril, ainda não divulgado, e da inflação dos últimos doze meses. O aumento real, conforme o relatório que li, é de 20 centavos a hora. Não é possível que uma economia como a nossa não resista se conceder um aumento de 20 centavos a hora uma vez por ano. Assim, considerando a inflação do período, o salário mínimo atingiria R\$310,00.

Não é possível que o Brasil continue – entra governo, sai governo – tendo o pior salário mínimo do continente americano. Será que só o Brasil não pode se movimentar para melhorar o salário daqueles que ficam na base da pirâmide? Será que é porque aqueles que ganham salário mínimo não têm poder de mobilização e de pressão? Claro que não têm. Virei à tribuna mostrar que quem ganha um salário mínimo não consegue pagar luz, água, gás; não dispõe do mínimo para se vestir, para o transporte, sobrando apenas R\$50,00 para a alimentação do mês. É claro que esses não podem se mobilizar, não têm poder de pressão.

Uma vez um cidadão, de idade avançada, que ganha um salário mínimo, disse-me que o sindicato dele é o Congresso; que o Congresso é que pode melhorar o valor do salário mínimo.

Está, portanto, depositada em nós a confiança de 100 milhões de brasileiros que dependem do salário mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Jorge.

SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever, como Líder do PFL, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a devidamente inscrito. A Mesa aguardará a delegação por parte da Liderança, mas V. Ex^a fica inscrito, em segundo lugar, logo após o Líder Magno Malta, o primeiro inscrito para falar após a Ordem do Dia.

A Presidência deseja, antes de conceder a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ramez Tebet, registrar a presença do Deputado Agnaldo Muniz, Coor-

denador da Bancada do Estado de Rondônia, do PPS daquele Estado, aqui, junto à Presidência. Para nós, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, é uma honra a presença de V. Ex^a. Aproveito a oportunidade para agradecer aos populares, às pessoas que nos assistem das galerias, da tribuna de honra e aos profissionais que fazem a cobertura desta sessão.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entreguei hoje, à consideração da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, um substitutivo ao Projeto recebido da Câmara, que trata da nova Lei de Falências, que eu quero chamar de Lei de Recuperação das Empresas.

Deixei de apresentar o relatório sobre um projeto de lei, também oriundo daquela Casa, que altera aspecto do sistema tributário nacional e que faz com que as duas matérias tenham que, necessariamente, tramitar juntas, porque as alterações da Lei de Recuperação de Empresas ou Lei de Falências têm que estar, em algum dos seus aspectos, perfeitamente conectadas com o sistema tributário nacional. Não pude apresentar a matéria porque tenho que estudar melhor o assunto. Tenho dúvidas quanto a este tema. Dialoguei muito no Ministério da Fazenda e percebi que eles têm boa-vontade. Mas, ao estudar essa matéria, deparei com a Emenda Constitucional nº 42, promulgada no dia 19 de dezembro de 2003, que altera o sistema tributário nacional e dá outras providências. O art. 52, inciso XV, da Constituição nos dá competência para avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional, em sua estrutura e em seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Vejam bem, temos a responsabilidade de periodicamente – não diz de quanto em quanto tempo – avaliar como está funcionando o sistema tributário nacional.

Ora, sabemos que a reforma tributária, que aprovamos aqui no Senado, apenas permite à União arrecadar para ter receita; os aspectos mais importantes estão na Câmara dos Deputados ainda para ser aprovados. Sabemos que o Brasil tem hoje uma das maiores cargas tributárias, queixa maior da classe empresarial, daqueles que produzem, dos assalariados, dos trabalhadores.

Assim sendo, Sr. Presidente, devemos deixar disciplinadas as nossas atribuições aqui no Senado da República. Essa avaliação do desempenho tributário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cabe ao Senado da República. Essa é uma

das funções do Senado da República. Faço este pronunciamento para dizer que estou estudando e já pedindo o auxílio da Consultoria Legislativa desta Casa, considerando a Emenda nº 42, que alterou o art. 52, inciso XV, da Constituição Federal, no sentido de que o Senado deve fazer essa avaliação periódica, esse acompanhamento. Temos que ter normas para isso; e para ter essas normas, precisamos mexer no Regimento Interno do Senado. O Senado tem que se adequar a essa nova competência, e nosso Regimento Interno tem que estar preparado para essas inovações.

Vou aprofundar o estudo sobre a matéria e estou pedindo a colaboração da nossa competente Consultoria Jurídica do Senado para que elabore um projeto de resolução prevendo essa nova competência no rol das competências da comissão própria. Qual a comissão própria para tratar desse assunto? Cumprindo meu dever como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que é a Comissão de Assuntos Econômicos. Graças ao relatório que estou fazendo da Lei de Falências e de algumas alterações no sistema tributário nacional, deparei com o tema que me chamou a atenção. Inclusive conversei com o Dr. Carreiro, que está ao lado de V. Ex^a.

Precisamos criar um capítulo específico e incluí-lo na competência das atribuições privativas do Regimento Interno do Senado e na Comissão de Assuntos Econômicos, que está mais preparada, é adequada e tem justamente essa finalidade. Assim vamos poder exercer as atribuições do mandamento constitucional. Caso contrário, ele vai ser letra morta na Constituição. Se não fizermos isso, vai ser letra morta na Constituição. Vamos ter a oportunidade de ouvir autoridades federais, autoridades estaduais, autoridades municipais, poderemos requerer informações sobre como anda a arrecadação dos tributos nos Municípios, vamos saber como está a sonegação no País. Tudo isso se reveste de uma importância fundamental, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Pedi a palavra em nome da Liderança do meu Partido; já está esgotado o tempo – V. Ex^a me fez sinal –, um minuto e trinta segundos a mais. Vou encerrar, mas peço a colaboração de todos: que todos entendam que essa prerrogativa é do Senado da República e terá que ser da Comissão de Assuntos Econômicos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Voltando à lista de oradores, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Estado do Piauí.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Siqueira Campos, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Siqueira Campos, que preside esta reunião, minhas palavras iniciais são para dizer da minha satisfação de ver em uma revista o comentário de que V. Ex^a foi o Senador que mais presidiu reuniões no Senado no ano que passou. Mas faltou alguma coisa, faltou dizer que presidiu com competência, enriqueceu as liberdades democráticas deste Senado.

Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna trazer um assunto muito interessante para o País e tentar acordar o Presidente da República, tentar levar uma luz ao núcleo duro do Governo. Trata-se da coluna de Sebastião Nery, transcrita no **Diário do Povo**, do Piauí, cujo título é: “PT e Gás”.

Senador Juvêncio da Fonseca, atentai bem:

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, em 95, o gás custava R\$4,80. Hoje, R\$30,00. No período, a inflação subiu a metade. Essa é a mais clara prova do crime do modelo econômico (...) e Lula está exacerbando.

O gás é o oxigênio econômico do povo.

Senador Antonio Carlos Magalhães, não tem Fome Zero sem gás. Ninguém come cru. O próprio Presidente diz que quem come apressado come cru. E não é isso que ele deseja ao povo brasileiro.

Nas cozinhas ou nos carros, é cada dia mais insubstituível e usado pelo interior todo, sobretudo nas grandes periferias e no Norte e Nordeste. Se tivesse restado ao PT, depois que descobriu os jatos e as waldomiradas do poder, alguma sensibilidade social, faria do gás uma plataforma econômica e política. É o dia-a-dia do povo.

É assim que o PT imagina ganhar as eleições de outubro? Vai ver!

Eu queria dizer, Senador Siqueira Campos, que um quadro vale por dez mil palavras. Todos nós, Senador Capiberibe, fizemos a nossa campanha política. Eu fiz a minha em um carro pequeno, um Tracker. Lembro, Senador Papaléo, que com R\$50,00 enchia o tanque do Tracker e andava pelo Piauí pedindo votos. Hoje essa quantia dá apenas um terço do tanque. Esse é o quadro que representa a situação de cada mãe de família, de cada casa.

A Petrobras não é a Petrobras dos nossos sonhos, de quando éramos meninos. Senador Antonio Carlos Magalhães, dizia Getúlio: “O petróleo é nosso”.

Hoje a Petrobras não é nada disso, porque se desvirtuou totalmente.

A carga tributária da gasolina já corresponde a 59,2% do preço cobrado do consumidor. Quer dizer, Senador Papaléo, quando pagamos R\$100,00, estamos dando 59,2% ao Governo do PT. Em cada canto do País, quando se põe gasolina na Biz, na moto, no jipe ou no carro velho, 59,2% são para o Governo.

Quando a Petrobras foi criada, Senador Antonio Carlos Magalhães – que saudade de Getúlio, que dizia: “O petróleo é nosso!” –, o imposto era de 4,8%. Ninguém pode agüentar essa situação. O PT é o partido dos tributos. Em 1953, apenas o Imposto Único incidia sobre o preço da gasolina. A alíquota era 4,8% do valor da revenda. Agora está aí essa situação. Eu iria adiante: nos Estados Unidos, o litro da gasolina em dólar é US\$0.47, aqui é US\$0.70. A renda deles é muito maior. Lá um operário ganha US\$8.00 por hora. Como trabalha dez horas por dia, ele ganha US\$80.00. É o que o brasileiro ganha por mês, mas, lá, a gasolina custa é praticamente a metade.

Senador Duciomar, nos Estados Unidos, um litro de gasolina custa US\$0.47 e no Brasil, US\$ 0.70. Diria apenas que especialistas estimam que o preço da gasolina vendida pela Petrobras está 11,5% mais alto do que o cobrado no mercado internacional.

A gasolina brasileira custa 11,5% mais do que a vendida, por exemplo, no Golfo do México.

E mais, o nosso gás de cozinha custa 15% mais.

Portanto, vamos esclarecer. Atentai bem! O preço da gasolina na bomba em março de 2004, no Rio de Janeiro, era de R\$1,95; na Petrobras era R\$0,51. Atentai bem: de R\$0,51 para R\$1,95. Além disso, entre a distribuição e a revenda, há o acréscimo de R\$0,26; o custo do álcool adicionado (25%), R\$0,12; o ICM, R\$0,631; Cide, PIS, Cofins, R\$0,41; enfim, desse valor – R\$1,95 –, paga-se mais de R\$1,00 de imposto, muito mais da metade; aproximadamente 60%. Nos Estados Unidos, Capiberibe, somadas todas as taxas, o percentual é 26%.

Eu queria dizer que, além disso, há outro tubarão: a própria Petrobras. O lucro dela foi extraordinário. No primeiro semestre de 2003, ela obteve um lucro de R\$9,3 bilhões. Não seria mais interessante cobrar menos impostos e baratear o preço do gás de cozinha e dos derivados do petróleo? Não seria mais interessante a Petrobras ter menos lucro e baratear o preço do gás de cozinha? Porque, Senador Duciomar, o brasileiro e a brasileira já não estão usando gás para cozinhar; estão voltando ao fogão a lenha. No Norte e no Nordeste, estão cozinhando com gás dia sim, dia não; nos outros dias estão comendo coisas frias, como sanduíche de mortadela.

Este País é engraçado. E o PT está tornando-o trágico. Hoje mesmo o Professor Suassuna nos dizia que, quando o dia amanheceu, parecia que estava na guerra do Iraque. Neste País, o Presidente de República deu espetáculo de crescimento a que todos nós assistimos. O mundo nunca antes viu um espetáculo de crescimento como o proporcionado por Lula: houve, ao longo da história, de 15 a 16 Ministérios e, de chofre, há quase quarenta Ministérios. Que crescimento!

Com tantas estruturas, bastaria sintetizar o investimento em todas as estruturas sociais, saúde, educação, segurança e assistência social, cujo orçamento é 60 bilhões. Só de juros esse Governo pagou 160 bilhões no ano passado. Agora a Petrobras faz caridade com o chapéu dos outros. O povo não come, compra o gás, a gasolina e o óleo diesel mais caros do mundo, e os “bonitinhos” do PT fazem filantropia.

Senador Duciomar Costa – V. Ex^a me pede um aparte –, a Petrobras patrocina vários programas culturais e artísticos – sem falar no que gasta com publicidade. Se alguém quiser ajuda, pode ir à Petrobras. Ela deveria ter vergonha na cara e diminuir as despesas. Os Ministérios sociais deveriam funcionar e baixar o preço do gás. Senador Antonio Carlos Magalhães, esse seria o início do Programa Fome Zero, porque o País vê agora o avião zero, o carro zero e a nota zero que o povo brasileiro está dando a esse Governo.

Com a palavra o Senador do PTB do Pará, Duciomar Costa.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senador Mão Santa, como sempre, V. Ex^a traz assuntos importantes para o povo brasileiro. Quanto à situação do gás, foi feita uma reportagem por um veículo de comunicação que mostrou que grande parte da população brasileira, principalmente nos Municípios carentes, está voltando a cozinhar a lenha, por falta de condição de comprar gás. Tivemos a informação de que a distribuidora chega a ganhar até duas vezes e meia o que os revendedores ganham. Os revendedores de gás de todo o Brasil inclusive estão se mobilizando e pedindo a ação da Comissão de Fiscalização e Controle, na qual apresentaremos requerimento para tratar dessa matéria tão importante para o povo brasileiro, já que o gás de cozinha afeta justamente aqueles que ganham menos neste País. Esse assunto é sério e tem que ser tratado nesta Casa. Parabéns, Senador, por estar trazendo assunto tão oportuno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação do Senador Duciomar Costa.

Só para que V. Ex^{as} tenham noção do que estou falando, citarei os projetos: Posto-Escola, Cidadão Capaz, Jovem Aprendiz, Mova Brasil, Telecentros de Inclusão Digital, Agricultura Familiar, Molhar a Terra,

Agricultura Urbana, Pintando a Cidadania, Fomento ao Cooperativismo, projeto de tudo para infância e adolescência, Siga Bem Criança, Projeto de Unidade, Fome Zero, Cartão Fidelidade BR. Todos esses são programas da Petrobras.

Vamos simplificar as coisas, Presidente Lula: exerça a sua autoridade, exerça o altruísmo e a dedicação. Todos estão se aproveitando, fazendo gastos e tornando, Senador Juvêncio da Fonseca, ineficientes os Ministérios criados, porque não há recursos.

Este País não vai bem. Não adianta querermos enganar o povo brasileiro com o que se chama não de opinião pública, mas de opinião publicada – com esse dinheiro, com essa programação e com a mídia da Petrobras.

Aprendi com o povo do meu Estado que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Este País está insustentável – essa é a verdade.

Sou otimista, como Juscelino era, além de médico. Como nós, ele foi cirurgião, prefeito, Governador. Até cassado Juscelino foi, Senador João Capiberibe e Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele disse que é melhor ser otimista, pois o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. Sou otimista porque houve uma consolidação, Senador Juvêncio da Fonseca, da democracia. A esperança da mocidade, dos idosos, das mulheres e das crianças está na democracia, que garante uma alternância de poder. O povo não suporta a desesperança.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a também é médico. Para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Nós, médicos, buscamos a causa das doenças, a etiologia, por meio de exames. E os exames estão aí. Todas as pesquisas feitas no meu Piauí ou em qualquer lugar do Brasil demonstram que a grande desgraça deste País é o desemprego.

A revista **Época** fez um longo trabalho demonstrando que o aumento do desemprego é diretamente proporcional ao aumento da violência. Onde ele abunda prolifera a violência. Esse é o rumo que tem de buscar o Presidente da República.

O povo está com seu ganho insustentável, porque aumentaram a gasolina, o gás de cozinha, o óleo diesel, a energia elétrica, o telefone, os comestíveis, mas os salários não aumentaram. O servidor público, ridículamente, em dez anos, teve um aumento de 1%

E atentai para o despertar. O próprio Senador do PT, Paulo Paim, que traz o que de melhor há naquele partido, há poucos instantes dizia que temos um dos salários mais baixos de toda a América Latina, sem dúvida nenhuma. Eu não falo nem nos países ricos.

Acho que o Presidente da República começaria a governar se se sentasse, um dia, nessa condição da

Petrobras, que, sem dúvida nenhuma, é uma das responsáveis pelo aumento do custo de vida neste País, que devia ser minimizado, diminuindo-se impostos, gastos desnecessários, principalmente com a propaganda. Porque a verdadeira propaganda foi ensinada por Ulysses Guimarães: ouçam a voz rouca do povo nas ruas. E o povo está dizendo que não suporta mais a incompetência do PT dirigindo este País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador João Batista Motta, do PMDB do Estado do Espírito Santo.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo do meu pronunciamento é relatar a V. Ex^{as} e principalmente ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a quem rogo a intervenção devida, um grande equívoco administrativo perpetrado pelo GERES – Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo.

Em 1996, pecuaristas capixabas deram início a projeto de implantação de um frigorífico no Município de Montanha, no Norte do Espírito Santo, região castigada pela seca. Para a concretização do empreendimento, contaram com a parceria do GERES, que tem como operador o Bandes – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

Após o início das obras, a modificação do projeto, visando sua ampliação e adaptação para atendimento ao mercado exterior, foi negociada com o GERES, tendo sido aprovada. Isso gerou a Resolução nº 966, de 21 de janeiro de 2000, que deferiu a destinação de recursos complementares. Ocorre que nem todos os acionistas do empreendimento aceitaram as condições adicionais impostas pelo Bandes, que implicavam alienação de grandes propriedades rurais.

Dessa forma, os pecuaristas preferiram não aceitar mais recursos oferecidos pelo GERES, tampouco contrair empréstimos bancários, haja vista as altas taxas de juros praticadas na ocasião.

Em duas oportunidades, junho e outubro de 2003, os empreendedores apresentaram ao Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – Geres – proposta de conclusão do projeto, com seus próprios recursos, no prazo de 18 meses.

Ocorre, Sr^{as} e Srs. Senadores, que em nenhum momento o sistema Geres/Bandes respondeu às propostas dos empresários. Muito pelo contrário, surpreendeu todos com o cancelamento sumário da participação do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, o Funres. E há outro fato grave: usaram

como motivo para o cancelamento a não-execução da proposta dos pecuaristas, cientes de que estes aguardavam o deferimento ou não do pleito para que pudessem agir.

O que causou enorme estranheza, Sr^{as} e Srs. Senadores e Sr. Ministro Ciro Gomes, foi o modo unilateral e altamente lesivo empregado para barrar um empreendimento de grande importância para a região norte do Estado do Espírito Santo.

O projeto foi concebido pelo bom senso administrativo e pela preocupação socioeconômica. Sua implementação trará inúmeros empregos e desenvolvimento aos Municípios de Montanha, Pinheiros, Boa Esperança, Ponto Belo, Ecoporanga, além de outros incluídos na área mais pobre do Espírito Santo, castigada pelas secas. Na realidade, a implantação do Frigorífico Norte Capixaba é uma das pouquíssimas alternativas econômicas daquela região. As obras têm que ser retomadas o mais rápido possível, a bem da economia capixaba, pois, no mérito, são indiscutíveis os ganhos que advirão com seu pleno funcionamento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estou me referindo a um projeto sério, concebido por pessoas sérias, de interesse tanto do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, quanto dos trabalhadores rurais, que já sofrem bastante com os efeitos da seca, e dos pecuaristas, que são pessoas de bem, detentores de 80 mil cabeças de gado em mais de 50 mil hectares, cujas dívidas não alcançam sequer 10% dos seus ativos.

Os pecuaristas mereciam e merecem resposta à sua proposta de terminarem o projeto, em curto espaço de tempo e com recursos próprios. Ninguém está querendo deixar de pagar nem contrair empréstimos.

A decisão que paralisou as obras é uma injustiça muito grande para empreendedores, para trabalhadores e, conseqüentemente, para a economia capixaba. Além de ferir os preceitos legais da razoabilidade, da proporcionalidade, da ampla defesa e do contraditório, a decisão unilateral e o excesso de formalidade do Geres/Bandes não se coadunam com a política do Governo de criar empregos e estimular empreendimentos.

Concluindo, Sr. Presidente, rogo ao Ministro Ciro Gomes que intervenha nessa equivocada decisão administrativa do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo – Geres –, para que se restabeleçam condições de diálogo e de prosseguimento no projeto Frigorífico Norte Capixaba!

Confio no descortino e no senso de justiça de S. Ex^a, assim como acredito na seriedade e na honradez dos pecuaristas envolvidos no projeto. Não há falcatura, não há má vontade dos empresários, nem qualquer ilegalidade que impeça a retomada do em-

preendimento! Aguardamos, portanto, a intervenção do atuante Ministro Ciro Gomes.

Sr. Presidente, complementando aquilo que desejaria falar aqui nesta tarde, eu gostaria de voltar a um assunto que tem afligido muito também o nosso Estado.

Ontem, nós, o Governador Paulo Hartung, assim como toda a Bancada capixaba, comparecemos ao gabinete do Ministro Aldo Rebelo e lá deixamos onze quesitos para que fossem respondidos. São onze reivindicações do nosso Estado que estão à mercê dos Ministros e do Governo do nosso País.

Eu queria dizer aqui, Sr. Presidente, que alguns itens que eu gostaria de abordar não começaram nesse Governo, como, por exemplo, o procedimento do Cade no rumoroso caso da Garoto, em que existiram dois pesos e duas medidas, a situação financeira das empresas e o aspecto social, que foi deixado de lado. Esse foi um problema sem precedentes na história do nosso Estado, mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse problema não foi gerado nesse Governo. As pessoas que estão no Cade foram nomeadas ainda pelo Governo passado, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e não merecem mais o nosso respeito.

Eu gostaria de dizer que os três parques marinhos que estão querendo criar no meu Estado, o que vai mutilar, por certo, toda a nossa economia, não tiveram início nesse Governo. O Ibama projetou a construção desses três parques no Governo passado. As pessoas que deram início a essa maldade contra o meu Estado o fizeram no Governo passado, no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

As desapropriações que estão acontecendo no meu Estado, gerando conflitos de norte a sul, tirando a tranquilidade do homem do campo, também não tiveram início nesse Governo. No meu Estado, exigem-se oito cabeças por cada hectare. No sul da Bahia ou em Minas Gerais, em Nanuque, Carlos Chagas, Teixeira de Freitas, Mucuri, apenas são exigidas 4,6 cabeças por hectare. Essa lei vem de 40 anos atrás. Houve uma revisão em 1996. Não fizeram justiça ao meu Estado, e isso está provocando uma situação de desordem para o homem do interior.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria ainda de dizer que, quando se fala de desapropriação de terras e de conflito no campo, isso também não começou nesse Governo. Essa tolerância com o MST já vem do Governo passado. Quem não se lembra quando invadiram o Ministério da Agricultura e colocaram galinhas em cima da mesa do Ministro? Isso não ocorreu nesse Governo, mas no Governo passado.

Temos feito reclamações e exigimos do atual Governo que deixe de ser frouxo e enfrente os problemas

encontrados pelo Governo passado e os problemas que estão surgindo agora.

Cito, por exemplo, o conflito da Rocinha, a guerrilha que está ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro. E essa guerrilha não ocorre somente lá, mas também de norte a sul do País, no interior, onde o agricultor não está tendo mais tranquilidade para produzir. E o agricultor é que tem puxado toda a mola espiral do desenvolvimento econômico deste País. Se o Brasil não afundou até hoje, isso se dá porque a agricultura brasileira tem-se portado com galhardia com relação a essa problemática.

Portanto, Sr. Presidente, repito: o que desejamos é que esse Governo tenha a coragem de enfrentar os problemas. A guerrilha da Rocinha, no Rio de Janeiro, e a guerrilha do interior do Brasil podem levar-nos ao caos. Talvez, tenhamos que enfrentar uma nova ditadura. Esse Governo tem a responsabilidade de pelo menos garantir a democracia linda, a democracia bela, que hoje se pratica neste País, onde todos podemos falar do interesse dos nossos Estados, onde podemos reclamar de todos os Ministros, onde ninguém é jogado no mar, onde ninguém é assassinado, onde todos são respeitados.

É evidente que precisamos, Sr. Presidente, de fazer uma distribuição de renda com mais responsabilidade, com mais determinação. Este é o momento em que o Governo Federal tem que acordar e ver a responsabilidade que está em suas mãos.

Por isso, eu gostaria de falar, mais uma vez, que confio no Presidente Lula. Quero que o Presidente Lula, um homem que conhece a problemática brasileira, um trabalhador sofrido, não se deixe envolver nas intrigas do dia-a-dia. Não temos que perder tempo dando resposta a Fernando Henrique ou a qualquer outro político do passado. O nosso compromisso deve ser com o futuro. O nosso compromisso deve ser com o desenvolvimento deste País. O nosso compromisso deve ser com melhores dias para as nossas crianças, para a nossa saúde, para a nossa educação. Temos que olhar para a frente, Presidente Lula! Temos que esquecer o passado! Temos que fazer com que este País volte a crescer, porque está estagnado – e não é de agora. Há muitos anos, estamos enfrentando essa estagnação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confio que o Presidente da República tenha coragem e determinação. Confio que os Ministros deste País não esqueçam do meu Estado.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Perfeitamente, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, principalmente quando V. Ex^a diz que o Governo deve deixar de ser frouxo e, conseqüentemente, começar a ter coragem. Hoje, o Brasil está passando por um dos momentos mais difíceis da sua História, principalmente quando se trata de segurança. Estamos seguidamente acompanhando, pela imprensa internacional, a guerra do Iraque. Assistimos a lutas de culturas em vários países do mundo. No entanto, em nosso Brasil, aqui tão próximo, há uma guerra maior do que a do Iraque. O nosso País vive um momento de desespero pelo que estamos vendo e ouvindo sobre a falta de comando, por parte do Governo, referente ao narcotráfico, referente aos desmandos que estão ocorrendo no Rio de Janeiro. São desmandos por parte dos bandidos, e há falta de ação das autoridades. Estamos passando por um momento dos mais difíceis. O Presidente Lula disse que só Deus seria capaz de impedi-lo de fazer o nosso País ocupar o lugar de destaque que nunca deveria ter deixado de ocupar. Passam-se alguns meses, e o mesmo Presidente diz o seguinte: “Que Deus ajude o povo brasileiro!” O Presidente deve deixar de ser frouxo, deve ter coragem e deve realmente pedir a Deus que o ilumine, que lhe dê condições de governar este País, Senador João Batista Motta. Não é possível que estejamos vendo um Governo fracassado, acovardado, mediante tamanha injustiça praticada contra a sociedade brasileira. Não é possível que o Governo não tome nenhuma posição severa, séria, que venha trazer esperança e segurança ao povo brasileiro em relação ao que está acontecendo no Rio de Janeiro. Não se trata apenas do narcotráfico. Há também insegurança na agricultura, no campo, na educação, na saúde; acima de tudo, há a insegurança que o Governo está passando ao povo brasileiro. Peço a Deus, sim, que ilumine o Presidente Lula, para que Sua Excelência comece a governar este País, garantindo mais tranquilidade e segurança à sociedade brasileira.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Agradeço ao Senador Leonel Pavan o aparte e peço à Taquigrafia que insira no meu pronunciamento as suas palavras.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Concedo um aparte ao Senador Magno Malta, do meu Estado, com muita honra.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Nobre Senador João Batista Motta, V. Ex^a vem a esta tribuna transmitir à Nação brasileira e a esta Casa as reivindicações feitas pela Bancada do Estado do Espírito Santo nesta Casa, composta por V. Ex^a, por mim, pelo Senador

Marcos Guerra, que acaba de assumir – quero saudá-lo em nome da Bancada desta Casa e da Bancada Federal, da qual sou o coordenador –, e pelo Senador Gerson Camata, que se encontra licenciado. Ontem tivemos uma conversa amistosa e significativa com o Ministro Aldo Rebelo – para mim, foi uma das melhores conversas que já tive com Ministros. Expusemos ao Ministro Aldo Rebelo as preocupações do Estado do Espírito Santo, as quais V. Ex^a tão bem ressalta da tribuna. Apresentamos não somente problemas pontuais, mas também as agruras e o sofrimento da população do Estado do Espírito Santo. Vemos aglutinar sobre nós uma série de injustiças. Dizia o Ministro: “É uma infeliz coincidência”. Queira Deus que seja uma infeliz coincidência! Se os nossos portos forem inviabilizados, diante do conjunto portuário do Estado do Espírito Santo, vamos inviabilizar o Estado do Espírito Santo. O que acontecerá se os nossos portos não operarem mais, se nossas *trades* não puderem mais importar matéria-prima para remédio? A Anvisa, desavisadamente, tem tentado punir o Estado do Espírito Santo. O que será do Espírito Santo se, neste momento, não for dada atenção para a situação do Cade? De forma discriminada, foi tratada a questão do Estado do Espírito Santo. Uma fábrica de família que estava fechando suas portas foi socorrida por uma maior; não foram duas que se juntaram para fazer monopólio no País, mas foi uma que socorreu outra que estava falindo. V. Ex^a destaca pontos significativos, o grito e o anseio da população do Estado do Espírito Santo. Por isso, congratulo-me com V. Ex^a. Encerro o meu aparte, pedindo a atenção do Presidente Lula, das Lideranças de Governo, das Lideranças do PT, que muito combateram. A Força Tarefa não pode ser desmontada e retirada do Estado do Espírito Santo. O crime organizado naquele Estado está ferido de morte, mas não morreu. E eles estão batendo palmas. Houve uma reação contrária e negativa ao Sr. Procurador José Roberto Santoro, a quem rendo homenagens por ser um grande homem neste País. Foi como que fazer um desagravo público ao crime organizado deste País. Atingir José Roberto Santoro é fazer um desagravo ao crime organizado no País. Por isso, peço, encarecidamente, em nome de uma população que, durante doze anos, viveu refém do crime organizado no Espírito Santo, que a Força Tarefa no Espírito Santo seja mantida. Esse é o 12º ponto que esquecemos de colocar no documento. Muito obrigado, Senador João Batista Motta. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Agradeço-lhe, Senador Magno Malta, a participação.

Meu tempo está esgotado. Vou usar a benevolência do Presidente apenas para agradecer de coração

ao Ministro Aldo Rebelo pela maneira simpática com que nos recebeu, por seu equilíbrio e pela vontade de resolver os problemas por S. Ex^a demonstrada.

Aproveito a oportunidade também para agradecer ao Governador Paulo Hartung, que se está destacando como um dos melhores Governadores deste País e que nos acompanhou nessa audiência. Agradeço também aos meus companheiros de Bancada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico à Mesa que está havendo distribuição na Casa de material apócrifo, isto é, sem assinatura. E, o mais grave: com etiquetas produzidas pelo Senado. São montagens feitas a partir de jornais locais.

Trata-se de uma montagem, tal qual o processo a que respondo no TSE. Solicito à Mesa que tome providências.

Denuncio que já encontrei neste plenário – inclusive me choquei com ele – um cidadão indiciado pela CPI do Narcotráfico no Amapá. Pedi satisfação à segurança, mas até hoje não me deram nenhuma resposta. Ele continua circulando em todos os gabinetes dos Senadores. Por isso, solicito providências urgentes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senador João Capiberibe, em resposta a V. Ex^a, de acordo com o Regimento Interno e a Resolução nº 17, esta Presidência enviará imediatamente à Corregedoria sua solicitação para as providências cabíveis.

A Presidência aproveita para registrar a honrosa presença em nossas galerias dos alunos do curso de Direito da Faculdade de Santo Agostinho, de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. Para nós, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, é uma honra a presença dos alunos, coordenadores e professores nesta sessão deliberativa.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Gostaria de me inscrever, pela Liderança da Minoria, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrita após o Líder José Agripino.

O Senador Arthur Virgílio, que havia também solicitado a inscrição, tem aqui sua inscrição devidamente registrada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Para não causar prejuízo aos oradores inscritos para comunicações inadiáveis, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, primeira inscrita para uma comunicação inadiável.

Senadora Heloísa Helena, a Presidência esclarece a V. Ex^a que, se não o fizesse agora, certamente, com quatro inscrições solicitadas pelos Líderes, o direito de V. Ex^a seria preterido, em função do próprio Regimento Interno.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a sensibilidade de V. Ex^a.

Parece-me que o Senador Mão Santa já falou, na manhã de hoje, sobre a questão do desemprego e sobre um senhor de 30 anos que, segundo está na mídia, Senador Romeu Tuma, ateou fogo no próprio fogo, hoje de manhã, em frente ao Palácio do Planalto e está com queimaduras de terceiro grau em mais de 60% do corpo, Senador Jefferson Péres.

Como dizia um velho poeta, a mecânica da vida se encarrega de nos fazer esquecer de determinados fatos dramáticos que estão escondidos pelas frias estatísticas oficiais. Essa questão do desemprego é extremamente grave. O desemprego não é apenas o principal problema referido em todas as pesquisas que são feitas na população brasileira. Muitos aqui tiveram a oportunidade de analisar alguns dados que foram produzidos pelo IBGE relacionando o desemprego com a violência.

Não é um fato simples. Não é o caso do cidadão que veio aqui tentar se jogar, pegou o dinheiro e fugiu, não voltou para casa; ou do cidadão que tocou fogo no próprio corpo hoje de manhã, porque é o desemprego a característica mais perversa de uma sociedade capitalista. É o desemprego que destrutura relações familiares, que faz a menina vender o corpo por um prato de comida, que joga os jovens, filhos da pobreza especialmente, na marginalidade como último refúgio.

Penso que é de fundamental importância refletirmos sobre as alternativas que podem ser realizadas e que já passaram por esta Casa. Tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no ano passado, de alardear para a opinião pública que estávamos votando duas reformas que, na verdade, eram farsas

políticas, fraudes intelectuais. E, no ano passado, o Governo e parte importante do Congresso Nacional apresentavam essas reformas como a panacéia que resolveria os males do Brasil. É evidente que vimos que isso não foi feito.

A reforma da previdência tinha um mecanismo para incluir milhares de filhos da pobreza neste País, que, com suas respectivas aposentadorias ou possibilidade de aposentadorias, poderiam dinamizar a economia local, gerar emprego e renda. Mas isso não foi feito.

A reforma tributária, a segunda farsa política e segunda fraude intelectual, por sua vez, não desonerou a produção, não estabeleceu mecanismo de dinamização da economia, não gerou emprego nem renda. A tal da reforma tributária só fez saquear oficialmente 20% dos cofres públicos, inclusive dos investimentos que poderiam dinamizar a economia, gerar emprego e renda.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ficamos assim: as frias estatísticas oficiais escondem histórias de vidas que estão sendo destruídas. Depois começamos a falar da necessidade de as Forças Armadas investirem no Rio de Janeiro, porque a gigantesca maioria dos filhos da pobreza está sendo tragada pela marginalidade como último refúgio, porque este Plenário, quando votou a desvinculação de receita da União, autorizou o Governo Federal a saquear oficialmente os investimentos, a área importantíssima da segurança pública.

O policial civil e o policial militar não têm mecanismo de inteligência para combater o narcotráfico, não têm salários dignos e acabam se submetendo à promiscuidade entre o aparato de segurança e o crime organizado.

E, agora, esse caso extremamente lamentável de uma pessoa que ateia fogo ao próprio corpo para, de alguma forma, denunciar o desemprego.

É por isso que é de fundamental importância que tenhamos coragem de fazer o debate sobre essa política econômica. Aquela política econômica que vem sendo patrocinada ao longo da história recente deste País, que agrada aos gigolôs do Fundo Monetário Internacional, aos parasitas do Banco Mundial e ao capital financeiro, não deu certo em nenhuma nação do mundo. Ela dá certo para o setor especulativo.

Os dados que foram apresentados ultimamente pelo IBGE não é uma coisa qualquer: 0,001% da população brasileira toma conta de 46% da riqueza nacional! Cinco mil famílias tomam conta da riqueza nacional!

O que aconteceu no último ano não é uma coisa qualquer: houve a diminuição de mais de R\$ 22 bilhões no consumo das famílias brasileiras, se comparado ao

ano de 2002. Menos consumo, mais empobrecimento. Menos consumo significa estoques de mercadorias inalteradas e mais desemprego na indústria, na fábrica, no comércio.

Então, é de fundamental importância que tenhamos coragem de fazer o debate sobre a política econômica. Há necessidade, inclusive, de cobrar do Governo Federal que, em vez de se ajoelhar covardemente diante dos gigolôs, parasitas das instituições de financiamento multilaterais, possa fazer a liberação ao menos dos recursos que estão estabelecidos para investimento no Orçamento Público, para que possamos dinamizar a economia, e não fazer o debate só quando acontece alguma coisa dessa.

Este é o problema: a banalização da miséria, do desemprego e da violência está de tal forma agigantada nas mentes do povo brasileiro que tem de haver uma confusão gigantesca no Rio de Janeiro, um trabalhador tem que tentar pular daqui de cima ou atear fogo no próprio corpo diante do Palácio do Planalto para que possamos discutir a política econômica deste País.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino, que falará para uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do PFL.

Em seguida, a Presidência dará continuidade à lista de oradores inscritos para uma breve comunicação e dos demais Líderes inscritos para antes da Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar, rapidamente, de dois assuntos que são da maior gravidade.

O primeiro deles, Sr. Presidente: hoje completam-se dois meses do caso Waldomiro e, curiosamente, o Sr. Waldomiro presta depoimento na CPI que investiga o assunto no Estado do Rio de Janeiro.

Muito embora ele tenha sido frio e calculista no seu depoimento, alguns fatos importantes ficaram para serem apreciados e para serem objeto de confrontação e investigação.

Tenho a informação de que o Sr. Waldomiro Diniz teria dito no seu depoimento que teria sido vítima de chantagem por parte de um jornalista, Mino Pedrosa, e que teria oficiado a três Ministros – inclusive aos Ministros Waldir Pires e Márcio Thomaz Bastos – reclamação nesse sentido; havia enredado que estava sendo vítima de chantagem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para mim está muito claro que, uma vez que oficia a um Ministro de Estado um fato de tamanha gravidade, o Sr. Waldomiro está distribuindo ou repartindo com o Poder

Executivo o objeto que o preocupava e que deveria preocupar, e muito, o Governo – que não tomou, ao que me consta, nenhuma providência.

O fato seguinte refere-se à fita de vídeo em que o Sr. Waldomiro Diniz solicita dinheiro para campanhas eleitorais e 1% do valor para si.

Senador Mão Santa, urge que a comissão parlamentar de inquérito seja instalada. Há dois recursos – já apreciados pela CCJ e constantes da pauta de matérias a serem apreciadas nesta Casa – que solicitam que o Presidente da Casa indique, no caso de omissão dos líderes partidários, os nomes dos membros para compor a comissão parlamentar de inquérito.

Temos duas instâncias, Senador Arthur Virgílio: temos a instância dos recursos, que, acredito, com os fatos que se estão sucedendo, serão apreciados e aprovados por este Plenário – nesse caso, S. Ex^a o Presidente da Casa cobrirá a omissão dos líderes dos partidos que não indicaram os membros da CPI –, e temos a outra instância, Senadora Heloísa Helena, que é a do Judiciário.

Já me manifestei, nesta tribuna, sobre o mérito do despacho do Ministro Relator em um mandado de segurança impetrado por Senadores do meu Partido, inclusive por mim, em que o pleito não é concedido por não entender S. Ex^a que a matéria está prejudicando o mérito se não for imediatamente apreciada. No entanto, no que diz respeito à fumaça do bom Direito, o Ministro é claríssimo ao reconhecer o direito das minorias e o perigo que a democracia sofre quando esse direito não é preservado.

Portanto, no momento em que se completam dois meses do caso Waldomiro, a Nação inteira, frustrada com a expectativa de um governo probo, espera esclarecimentos. E a Oposição vem registrar os termos do depoimento feito na comissão parlamentar de inquérito do Rio de Janeiro e vem manifestar sua expectativa favorável aos dois lances: a votação dos recursos, em que o Plenário se manifestará favoravelmente ao entendimento de que o Presidente da Casa terá a obrigação de indicar os membros da CPI; ou, se não o fizer, a manifestação do Judiciário, que – com absoluta certeza – dará à democracia brasileira o prêmio da proteção às minorias.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é igualmente importante. Confesso a V. Ex^a que guardo profundas preocupações com o nosso País. Senador Jefferson Péres, preocupa-me a trinca de megaproblemas que estamos atravessando. Refiro-me ao terrível problema do desemprego, que atinge o percentual de 20%; aos baixos investimentos, que não nos dão garantia nenhuma de crescimento sustentado a partir de 2005 – nosso baixíssimo nível de investimento público e

privado, nos âmbitos interno e externo, representa um perigo para um país como o Brasil, que injeta anualmente milhões de pessoas no mercado de trabalho, milhões de frustrados; e à questão da população, decepcionada com as promessas feitas pelo Governo e ainda não atendidas.

Senador Jefferson Péres, isso nos atinge porque a classe política pode ser nivelada por baixo. O povo pode entender, uma vez que votou no Presidente Lula e este não atende àquilo que prometeu, que todos somos “farinha do mesmo saco”, e V. Ex^a e eu podemos pagar o preço do descrédito do cidadão no País em que vivemos.

Diante dessa trinca de problemas – desemprego, baixos investimentos e frustração de expectativas –, aconosce-me a preocupação com a questão da segurança. Os jornais do Brasil e do mundo inteiro estão divulgando, se não em primeira página, nas páginas internas, a penosa fotografia do pseudonarcotraficante morto, sendo carregado por um policial em um carrinho de mão. Na guerra de grupos mafiosos por ocupação de espaços do narcotráfico, os meios de comunicação divulgam qual o caminho menos perigoso para que as pessoas possam ir de um ponto a outro no Rio de Janeiro.

Nisso tudo, Sr. Presidente, o que mais me preocupa é a falta de coordenação institucional. O poder federal, o poder estadual e o poder municipal, os três manifestam a intenção de somar esforços na guerra contra a violência e contra o narcotráfico, mas, na prática, não se entendem.

Há um ano, o Prefeito César Maia ofereceu R\$100 milhões para formar um bolo de recursos públicos para que a segurança do Rio de Janeiro tivesse prioridade efetiva a partir da alocação de recursos para instrumentalização do aparelho policial. Porém, tal proposta ficou no vazio. Não teve reposta.

Mais uma vez, ocorre um problema que julgo seriíssimo, Sr. Presidente. A questão da segurança no Rio de Janeiro – que é mais aguda do que em Natal, João Pessoa e Teresina, onde também já existe insegurança – está maculando a imagem do Brasil. O Brasil do futebol, do povo alegre, da música bonita está sendo maculado pelas más imagens dos meliantes carregados em carrinhos de mão espalhadas nos jornais do mundo inteiro. O Brasil está “pagando o pato” e está tendo a sua imagem maculada por uma questão seriíssima chamada segurança. Assistimos à disputa, no Rio de Janeiro, sobre quem vai atuar, quem ocupa o espaço de quem.

Sr. Presidente, quero apresentar o produto de uma conversa que tive, hoje pela manhã, com os Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, preocupados

com essa questão. Tenho a certeza de que o Senador Arthur Virgílio também falará sobre isso, mas tomo a liberdade de trazer ao conhecimento da Casa a proposta, que será apresentada na reunião de quinta-feira, depois de amanhã, da Subcomissão de Segurança, presidida pelo Senador Tasso Jereissati. Se aprovada, o Prefeito César Maia, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, a Governadora do Estado e o Ministro da Justiça serão convidados para discutir o assunto neste plenário.

Sr. Presidente, a razão de apresentarmos essa proposta é que os episódios acontecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outros lugares do Brasil são espasmódicos, geram comoção circunstancial, mas, passados um, dois, três dias, caem no esquecimento, e nenhuma providência efetiva é tomada.

Nesse sentido, a Subcomissão presidida pelo Senador Tasso Jereissati elaborou um elenco de providências legislativas permanentes, institucionais, que, se votadas em regime de urgência, poderão dar segurança a todos nós, brasileiros, em relação às atitudes a serem tomadas para proteger a população do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Teresina, de Cuiabá, de Palmas, de todo o País.

Ouso fazer essa proposta e espero que o Senador Tasso Jereissati, se assim entender, apresente-a à Subcomissão. Se acolhida, a proposta será trazida ao Plenário, para que possamos estabelecer a união das três esferas de poder, trazendo o nosso aconselhamento e a nossa provocação – no bom sentido –, para que a questão da segurança no Brasil seja tratada de forma institucional e para que os recursos materiais e humanos do Município e do Estado do Rio de Janeiro e da Nação chamada Brasil se unam em defesa do cidadão, neste momento, do Rio de Janeiro, mas do País, que está ameaçado pela questão da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa para uma comunicação inadiável.

Estão inscritos, em seguida, a Senadora Lúcia Vânia, como Líder da Minoria, e o Senador Arthur Virgílio.

Posteriormente, daremos início à Ordem do Dia. Portanto, peço aos oradores que cumpram rigorosamente o tempo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que nos assiste e nos ouve, na verdade, quero fazer uma denúncia do que ocorreu na última quinta-feira, 8 de abril, vésperas da Semana Santa, no Estado do Pará. Tratou-se de uma agressão à liberdade de manifestação da imprensa brasileira, porque não interessa

se a vítima é um pequeno jornal ou uma grande rede de televisão.

Enfurecido, após ler uma reportagem publicada no jornal **Gazeta Carajás**, o Deputado Estadual do PSDB do Pará Faisal Salmen agrediu e ameaçou de morte o jornalista e diretor-proprietário daquele jornal, um jovem chamado Juno Brasil.

O fato ocorreu quando esse jornalista se encontrava no restaurante Bela Vista, localizado na avenida, por coincidência, Liberdade, esquina da rua Lauro Corona, no Bairro da Paz – vejam só quantas ironias –, no Município de Parauapebas. Por volta das 23 horas da última quinta-feira, o Deputado Faisal o avistou e, descendo do seu carro, dirigiu-se à mesa em que se encontrava o jornalista, iniciando uma sessão de xingamentos com palavras de baixo calão e afirmando alto e bom som “você quis acabar comigo, mas eu é que vou te matar”.

Ato contínuo, ele jogou um copo com cerveja no rosto do jornalista. Não satisfeito, Faisal retornou ao restaurante e acusou aos berros o Sr. Juno Brasil de ser traficante em Minas Geais, calúnias essas presenciadas inclusive por um soldado da Polícia Militar de nome Oliveira e pelos freqüentadores do restaurante, que assistiam estupefatos ao descontrole do Deputado Estadual.

O que mais choca nesse episódio é a mesquizez do que motivou as agressões. Seriam injustificadas sob quaisquer aspectos, mas a matéria jornalística que, na verdade, despertou a ira do Deputado é um trabalho jornalístico, sim, um trabalho que nem de longe macula a imagem, a honra ou a dignidade do próprio Deputado.

Tratou-se da notícia de uma consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral pelo Deputado Federal Anivaldo Vale, do PSDB do Pará, mesmo Partido do Deputado Estadual que agrediu e ameaçou de morte o jornalista. Foi esta a consulta do Deputado Federal: é permitido ao ex-cônjuge de Prefeito municipal exercendo o mandato em reeleição ser candidato na eleição subsequente ao mesmo cargo atualmente ocupado, considerando que a separação de fato, reconhecida por sentença definitiva, ocorreu antes da posse do primeiro mandato e da edição da Emenda Constitucional nº 16, de 04/06/1997, e que, contudo, o divórcio sacramentado judicialmente somente ocorreu no curso do mandato originário, por força do disposto no § 6º, parte final, do art. 226 da Constituição Federal?

O TSE respondeu negativamente a essa possibilidade. Ou seja, o ex-cônjuge da Prefeita reeleita, de quem somente se divorciou no período do atual mandato, não poderá ser candidato à sucessão daquela nas eleições deste ano. Segundo o jornal, essa seria

a situação do Deputado Faisal, ex-marido da atual Prefeita, Izabel Mesquita.

Evidentemente, tal notícia, uma vez confirmada, não é alvissareira para os planos do Deputado, que pretende e que já se encontra inclusive abertamente em campanha eleitoral.

É interessante o fato de as autoridades só verem um tipo de campanha; as outras não conseguem enxergar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Mais assustador ainda é o comportamento da Polícia Civil, pois em Parauapebas, quando o jornalista se dirigiu à delegacia para registrar a ocorrência de que fora ameaçado de morte, inclusive com o testemunho de uma comerciante, que o acompanhou para testemunhar, o policial civil de prenome Walter disse que não havia escrivão de plantão para registrar ocorrência. Curiosamente, o Deputado Faisal já estivera lá momentos antes para registrar a ocorrência de que ele teria sido o Deputado agredido e ameaçado pelo jornalista, querendo, na verdade, transformar a vítima em réu.

No dia seguinte, o jornalista dirigiu-se novamente à delegacia, e o Delegado João Bosco Júnior ouviu-o perante a testemunha e salientou que, por ser feriado santo, a delegacia não dispunha de escrivão e que o jornalista deveria voltar apenas no outro dia. Ou seja, o jornalista só conseguiu fazer o boletim de ocorrência policial na manhã do sábado, 10 de abril.

Esses absurdos devem servir de aviso às autoridades federais, ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará – meu Estado –, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Ministério Público, pois, certamente, teremos no Município de Parauapebas uma das eleições mais tensas e violentas do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Está em jogo a prefeitura da maior renda **per capita** do Pará. Só para 2004 Parauapebas tem um orçamento de R\$114 milhões para 100 mil habitantes.

Eu e os Senadores Azeredo e Rodolpho Tourinho fomos a Parauapebas, porque fazemos parte de uma subcomissão. O Senador Azeredo mostrou espanto pelo fato de não haver na cidade sequer um hospital regional, apesar de ser governada durante quatro anos por esse Deputado e durante oito anos por sua ex-esposa, que politicamente o apóia.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, lembro mais uma vez a liberdade de imprensa, a “vista da Nação”, como a definiu Rui Barbosa, cujo busto se encontra neste plenário, que não pode ser embaçada pela truculência daqueles que se recusam a admitir o

estado de Direito e que querem suprimir as garantias de cidadania, para implantar um faroeste onde o supremo valor seria sua força e arrogância.

Faço um apelo ao Governador do Estado do Pará, que, inclusive, é correligionário, partidário desse Deputado, para que tome providência no sentido de dar proteção a esse jornalista, Juno Brasil, contra futuras agressões e para garantir um comportamento adequado, sim, às Polícias Civil e Militar guarnecidas em Parauapebas.

Seria interessante o TRE do Pará e o Ministério Público estudarem a possibilidade de requererem apoio federal para que seja garantida liberdade de expressão e manifestação no processo eleitoral daquele Município não apenas no dia da eleição, mas nos três meses anteriores, a partir do registro das candidaturas.

Para concluir, insisto nas providências que visam antes de tudo preservar a liberdade de manifestação e o processo eleitoral em Parauapebas, que não pode ficar a mercê da violência e da brutalidade de um Deputado que parece se querer comportar como um coronel sem galões nem merecimento, intimidando e agredindo, como se vivêssemos numa terra sem leis e sem governo.

Portanto, não pode imperar a lei da força, o que tem de imperar é a força da lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, nobre Senador Arthur Virgílio, que fará uma comunicação de interesse partidário, pela Liderança do PSDB.

Em seguida, falarão o último orador inscrito para comunicações inadiáveis, Senador Maguito Vilela, e a última Líder inscrita antes da Ordem do Dia, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz dois meses que se registra a impunidade não só de Waldomiro Diniz, mas a impunidade em torno de Waldomiro Diniz. Faz dois meses, Sr. Presidente, que o máximo a que chegou o Governo, como resposta a uma sociedade sedenta de verdade foi um documento. A sociedade pretende a verdade e não a enrolação pela via de um documento palaciano, de um documento chapa-branca. Documento que não ouviu, por exemplo, o Ministro que nomeou o Sr. Waldomiro Diniz, o Ministro José Dirceu. Não ouvir, Senador Jefferson Péres, nem sequer o próprio Sr. Waldomiro Diniz, ou seja, no afã de servir à causa da impunidade, nem sequer deu direito de defesa ao réu confesso que, nem por isso, deve deixar de ter direito de defesa registrado, que é o Sr. Waldomiro Diniz.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje um homem ateou fogo ao próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto. O Governo, que veio para melhorar as condições sociais do Brasil, hoje convive com monges não-budistas se imolando como protesto pelo desemprego recorde a que chegou este País. O Governo, que veio para moralizar esta República, que ele dizia perdida em desvãos, este Governo convive de maneira bastante *à l'aise*, bastante à vontade com a impunidade e suas consequências nefastas e seus exemplos nefandos na direção da próxima geração.

É irônico, o Sr. Waldomiro Diniz passeava a sua impunidade na CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro com **habeas corpus** no bolso. Portava-se como se portam os meliantes. Perguntado se, respondia que não tinha nada a dizer, ou seja, o objetivo principal era não ir para a cadeia. O objetivo de ficar bem com o vizinho, como procedem os homens de bem, não. Não quer ficar bem com vizinho nenhum, não quer dar respostas à sociedade. Quer apenas não ser preso e, para isso, se cerca de advogados competentes e dos cuidados que a lei brasileira, às vezes, frouxa, às vezes, flébil, prodigaliza quem pratica esses malfeitos.

Algumas coisas graves foram ditas pelo Sr. Waldomiro Diniz. Em uma delas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Waldomiro Diniz confirma que deu dinheiro para um certo Paulinho, que seria um dos chefes da campanha do candidato do PT aqui, no Distrito Federal. Outra, Sr. Presidente, dizendo-se chantageado pelo bicheiro Cachoeira, o Sr. Waldomiro Diniz confirma que pediu providências ao Procurador-Geral da República de então, Dr. Brindeiro, ao ainda, antes era e hoje continua sendo Corregedor-Geral da República, Dr. Valdir Pires, e ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, e as providências não vieram, as providências não foram tomadas. Na verdade, viu-se foi a Nação envolvida em baixo conluio.

Ainda há pouco, eu consultava a Senadora Heloisa Helena sobre determinado mote para o meu discurso. Minha idéia era misturar ironia com indignação. Mas aqui tomei conhecimento deste fato: "Homem ateia fogo ao próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto".

Waldomiro não foi molestado. Waldomiro se porta como uma prima-dona, como se a própria Madona, que, cansada de dar autógrafos, diz a celebridade: "Não quero a imprensa no meu encalço no supermercado". Após ganhar o Oscar da corrupção no Brasil, a celebridade diz: "Não quero dar autógrafos, não quero ser incomodado pela imprensa. Acha ele que tem direito à paz em um País onde há corrupção endêmica, há gente tocando fogo nas próprias vestes? E não se faz nada para mudar efetivamente esse quadro, que, na

verdade, aponta para caminhos de desesperança e de desilusão?

Dois meses, e não é aniversário; precisaria de mais dez. Aniversário, portanto, forço a situação, de dois meses da impunidade; nenhuma resposta.

Cheguei a pensar em fazer algo que não é do meu estilo: cantar parabéns para o Waldomiro. Mas não canto, recito:

Parabéns para Waldomiro, nesta data não feliz. Muitas infelicidades para esta Nação vilipendiada, onde desempregados ateiam fogo às vestes e onde corruptos não vão para a cadeia, apesar de todas as propostas e de todas as promessas de que haveria uma redenção mudando radicalmente procedimentos neste País.

Waldomiro Diniz é a cara de uma ordem que não está sabendo se governar. Waldomiro Diniz é a cara da desordem provocada no campo. Waldomiro Diniz é a cara das providências de fancaria. Waldomiro Diniz é a cara das falsas desculpas. Waldomiro Diniz é a cara da hipocrisia. Waldomiro Diniz é a cara da falsa moralidade. Waldomiro Diniz é a cara do Brasil que precisa ser mudado, sim, e do avesso, se quisermos prestar uma verdadeira homenagem ao homem que ateou fogo às suas vestes em protesto, em desilusão, em desesperança, contra um quadro que começa, objetivamente, sem dúvida alguma, na própria fome, no próprio desemprego, mas termina subjetivamente, pelo menos, num protesto contra uma ordem de coisas que privilegiam quem assalta e, ao mesmo tempo, pune, e com a morte pelo fogo, quem é assaltado neste País infeliz.

Portanto, não canto, recito o que não é parabéns, o que é, na verdade, o brado de indignação de um povo que não tolera mais que se compactue com essa ordem aí posta de que, de desculpa em desculpa, vai-se afundando na falta de crédito. E se não tiver crédito – prestígio se recupera, mas crédito, não, credibilidade, não, se afunda na falta de credibilidade –, essa ordem terá dificuldades para governar um País que anseia por começar, Senador Jefferson Péres, a ser de fato governado, algo que não está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a está inscrito.

Temos a inscrição do Senador Maguito Vilela, que vai falar agora, e, em seguida, o Senador Antero Paes de Barros, por cessão da Senadora Lúcia Vânia. Logo após, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi aprovado, no início deste mês, pela Comissão de Educação, o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da nobre Senadora Serys Slhessarenko, relatado por mim, que propõe seja atribuído ao Arquivo do Senado Federal a designação Arquivo Cora Coralina.

Em sua justificação, a Senadora aduz uma série de razões para que esta Casa Legislativa adote tal homenagem. Entre os motivos, está o fato de 2004 haver sido definido por lei como Ano da Mulher. Como uma das inúmeras providências para marcar o transcurso desse período, o Arquivo do Senado Federal, esse importante referencial da memória brasileira, passaria a ter o nome da ilustre escritora e poeta goiana.

Como bem lembra a autora da proposição, Senadora Serys Slhessarenko, Cora Coralina é um ícone para este País. Mulher nascida em um tempo em que a elas não era franqueado acesso à educação formal ou ao desempenho artístico, superou tais limitações externas ao tornar-se uma leitora poderosa, germe da futura escritora. Ainda que por muito tempo limitada à tradicional condição de dona-de-casa, jamais deixou de afirmar-se em sua individualidade. Tanto é assim que seus versos, suas histórias, enfim, sua literatura, refletem sempre um conteúdo crítico, ainda que aparentemente apenas fale de situações do cotidiano. Mas nada supera a imagem que temos dela: uma mulher que, já aos setenta anos, não tendo desistido de sua vocação, revela-se ao País como talentosa poetisa. Ela é a própria imagem e modelo da capacidade de superação das adversidades, como mulher que vence num mundo de predominância masculina. Um exemplo de ternura e tolerância perante uma sociedade machista e excludente.

O Arquivo do Senado Federal, por sua vez, é um repositório privilegiado da memória deste País, por guardar aqui 180 anos da vida pública nacional, uma vez que, desde o Império, já era um local onde os fatos importantes da história brasileira eram decididos. Esse arquivo tem sido – e tem potencial para ser muito mais – uma fonte inesgotável de pesquisas sobre a história brasileira. Com a atribuição do nome Arquivo Cora Coralina a ele, estaremos propiciando a junção de dois repositórios significativos da memória nacional: um físico, representado pelos documentos, e outro imaterial, representado por tudo quanto significa Cora Coralina para o nosso País, para o Brasil.

A aprovação do projeto é uma honra para mim, que o relatei, como também para todo o povo do meu Estado, Goiás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, o nobre Senador Antero Paes de Barros, que fará uma comunicação de interesse partidário pela Liderança da Minoria.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje se completam dois meses da divulgação da fita de vídeo em que Waldomiro Diniz aparece pedindo propina ao dono de casa de jogo Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Nesse tempo, ficou claro que Waldomiro Diniz trabalhava e ainda trabalha para gente muito poderosa.

Hoje, Waldomiro Diniz foi ouvido pela CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. É preciso registrar que, sobre o episódio Waldomiro Diniz, a Comissão de Sindicância Interna do Governo não chegou a conclusão alguma. Não há nada lá que incrimine Waldomiro Diniz. Aliás, no depoimento de Waldomiro à Assembléia do Rio de Janeiro, ele elogia a Comissão de Sindicância Interna do Governo.

Os procuradores que investigaram e propuseram denúncia contra Waldomiro por advocacia administrativa, renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech, foram transformados em réus e colocados sob suspeita pelo Governo, com a tese da conspiração e em processo interno movido pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles.

O Governo move mundos e fundos para manter tudo sob sigilo. A CPI dos Bingos, proposta aqui pelo Senador Magno Malta, teve as assinaturas necessárias. Inusitadamente, esta Casa, por meio das Lideranças e da Mesa, disse que, não havendo a indicação dos membros, a CPI não se instalaria. Mas, para o bem da Nação, as coisas continuam a ser reveladas, queira ou não queira o Governo.

Hoje pela manhã, o ex-assessor da Casa Civil da Presidência depôs perante a CPI do Rio de Janeiro. Apesar das tentativas de Waldomiro, que se apresentou calmo, tranquilo, bem treinado, depois de 60 dias, sem nunca ter sido ouvido, algumas coisas ficaram evidenciadas.

Waldomiro Diniz revelou que foi chantageado por Carlinhos Cachoeira desde o início. Ele disse textualmente: “Estou sendo chantageado por esse senhor com base nessa fita”. Mais ainda, informou em detalhes como foi o processo da chantagem a partir de janeiro de 2003, quando assumiu a Subchefia de Assuntos

Parlamentares do Palácio do Planalto. E contou como foi informado da existência da fita de vídeo registrando seu encontro com Carlinhos Cachoeira.

Waldomiro revelou à CPI do Rio de Janeiro que, em junho do ano passado, enviou ofício ao Ministro da Justiça e ao Corregedor-Geral da República, o Dr. Waldir Pires – que se apresenta tão zeloso para investigar determinados Municípios brasileiros. Waldomiro Diniz disse que já no telefonema da chantagem, em janeiro de 2003, e quando foi publicada a matéria na revista **ISTOÉ**, resolveu tornar pública a chantagem. Telefonou para Carlinhos Cachoeira e perguntou qual era a história da fita. E Carlinhos Cachoeira lhe deu explicações. Isso demonstra que se falavam por telefone, mas nem o sigilo telefônico do Sr. Waldomiro Diniz foi quebrado, o que é grave.

Waldomiro Diniz revela que, em junho, encaminhou ofício também ao Procurador-Geral da República. E se ele já sabia que a chantagem era resultante da existência de uma fita, aqui a conclusão mais óbvia. O que Waldomiro Diniz disse na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro leva à conclusão de que ele sabia da fita, sabia que estava sendo chantageado e pediu a autoridades da República que tomassem as providências necessárias para evitar a chantagem.

Sr. Presidente, vou formular por escrito, na sessão de amanhã, um requerimento, para pedir à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que encaminhe ao Senado da República esses ofícios que Waldomiro diz ter entregue ao Ministro da Justiça do Brasil, ao Corregedor Waldir Pires e também ao Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, para que o Senado tenha oficialmente registrados esses ofícios nos seus Anais.

Portanto, o Governo sabia das fitas desde junho. Se Waldomiro diz que informou ao Governo da chantagem e que a chantagem tinha esses motivos, o Governo sabia dessas fitas desde junho e não se pode dizer surpreendido pela divulgação da matéria em fevereiro de 2004.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vamos permitir que enterrem a Constituição. Já existem aqui as assinaturas da CPI dos Bingos. Faltam três assinaturas para a CPI do Waldomiro. O depoimento de Waldomiro na CPI do Rio de Janeiro foi enfatizado por um Deputado do PMDB, que disse: Eu não posso ir além, porque recebemos ordens da Justiça, e só podemos perguntar sobre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e sobre a sua atuação na Loterj.

Diante desse quadro, Sr. Presidente, quero apelar para a auto-estima do Senado. Assinem o requerimento, Srs. Senadores, e vamos fazer a CPI do Waldomiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder João Capiberibe, que falará pela Liderança do PSB.

V. Ex^a dispõe de até 5 minutos, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não venho a esta tribuna simplesmente para me defender. Minha defesa tem sido feita de forma espontânea e contundente. Dos meus Pares que ocuparam a tribuna do Senado ou fizeram aparte, nos últimos dias, vários se referiram à minha trajetória política, o que já seria, por si só, a defesa que tenho a oferecer.

Gosto de acreditar que se trata de uma verdade. Pautei toda minha vida pública, desde a luta pela redemocratização, da luta contra a ditadura, pela mais insistente defesa da transparência, tanto na política quanto na administração. Foi uma das principais bandeiras de minhas campanhas eleitorais para Prefeito de Macapá, para Governador do Amapá, por duas vezes, e para Senador da República. E vem sendo uma bandeira do meu mandato – como todos aqui podem testemunhar, bem como os amapaenses – insistir sempre na busca da ética na política e exigir de meus correligionários que assim se pautem.

A Deputada Federal Janete Capiberibe, minha esposa, adotou essa postura em toda a sua vida pública. Estamos juntos desde a militância nos anos 70. Estivemos juntos na vida clandestina, na prisão, na tortura e no exílio. Estamos juntos na vida pública e em todos os pleitos eleitorais que enfrentei nos últimos anos. A Deputada Janete Capiberibe, na Legislatura passada, foi a única Deputada a devolver publicamente a quantia de R\$7 mil recebida indevidamente pelos integrantes daquela Legislatura. Foi a Deputada Federal mais votada do Amapá, de toda a história do Amapá, recebendo o apoio de quase 10% do eleitorado. É possível, então, perguntar que sentido teria envolver-se, nessas condições, em uma transação de compra de votos pela quantia de R\$26,00 cada um, quando recebeu 23.203 votos do povo do Amapá, quase 10% dos votos do nosso colégio eleitoral, que é pequeno?

Não! Nada disso faz sentido. Não faz sentido inculpar-nos de uma barganha como essa. Não faz sentido apontar-nos como responsáveis por ela. Nenhuma das acusações que constam do processo que ameaçam o meu mandato e o da Deputada Janete Capiberibe faz sentido, a não ser o de buscar privar-nos do mandato que o povo do Amapá nos confiou.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador João Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Concedo-lhe o aparte, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe, gostaria de dar o meu testemunho a respeito de tudo o que conheço de sua vida pública, seja quando o visitei, quando V. Ex^a era Governador do Estado do Amapá, seja durante o tempo em somos companheiros no Senado. Posso testemunhar que V. Ex^a, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem tomado inúmeras iniciativas, como, por exemplo, a de estudar tudo o que se refere ao Mercosul e à Alca. Assim, quero dar o meu testemunho a respeito da seriedade com que conduz a sua vida pública, o interesse da população do Amapá, os projetos que aqui tem apresentado, inclusive o referente à transparência das ações na vida pública. E propõe que o Congresso Nacional e o Governo do Presidente Lula venham a adotar a sua própria iniciativa como Governador do Estado. Não sei de todos os detalhes, mas tenho certeza de que os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, quando vierem a examinar a seriedade de propósitos e a maneira como V. Ex^a se tem conduzido, à luz de todos os fatos, verão que o que V. Ex^a está falando é condizente com a verdade que caracteriza toda a sua vida pública. Senador João Capiberibe, permita-me, inclusive, que eu faça um apelo ao Presidente José Sarney, porque S. Ex^a é um Senador pelo Estado do Amapá e, como todos nós, tem tido a oportunidade de acompanhar a seriedade de procedimentos e de propósitos do Senador João Capiberibe. A decisão que o Tribunal Superior Eleitoral está para tomar é de interesse de todos os Senadores. Tenho certeza de que cada um de nós que o conhecemos podemos aqui dar esse testemunho. Era isso que eu gostaria de registrar.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Agradeço o aparte de V. Ex^a. Reafirmo a nossa confiança na Justiça eleitoral.

Ouç o aparte do Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Inicialmente, quero agradecer ao Presidente José Sarney pela tolerância democrática, como magistrado que age na Presidência do Senado. Por entender o momento difícil por que passa um Senador da República perante seus colegas, permite uma tolerância regimental, para que possamos externar a nossa solidariedade ao Senador João Capiberibe. Senador João Capiberibe, V. Ex^a não é um homem conhecido apenas no Senado Federal, mas um homem público conhecido no Brasil, que tem uma história que se confunde com a história da democracia brasileira. Posso dar o meu testemunho de que V. Ex^a tem, na sua origem, a índole democrática, a índole pela liberdade e por uma sociedade justa. V. Ex^a militou na Aliança Libertadora Nacional (ALN),

que atuou contra a ditadura militar, tendo que sair do Brasil para um exílio no Chile. E, na queda de Salvador Allende, promovida pela ditadura militar, onda que assolava a América Latina, teve V. Ex^a de se refugiar no Canadá. Transferiu-se depois, com a sua família e com a sua companheira Janete para Moçambique, um governo socialista, lutando pela construção da cidadania. Quando da abertura democrática brasileira, V. Ex^a retornou à Amazônia, no Estado do Acre, criando as comunidades agrícolas. V. Ex^a trabalha com Miguel Arraes, no Estado de Pernambuco, também pelas sociedades, pelas ligas camponesas, em defesa de um Estado camponês. Alguém com essa biografia, alguém que recompõe uma visão de desenvolvimento sustentável e de ética na política no Estado do Amapá jamais poderia ter o nome confundido com o de alguém que pudesse trocar a dignidade de uma vida como homem público por R\$26,00. Considero delicado o momento por que passa a democracia brasileira. Infelizmente, nem todos prestam atenção ao que está acontecendo. As testemunhas que acusaram V. Ex^a garantem, em depoimentos gravados, que foram cooptadas, que foram pagas por um agente político local para fazer uma denúncia ardilosa contra V. Ex^a. E, como resultado disso, há uma decisão que induz a um processo de cassação. Receba a minha solidariedade e a certeza de que a soberania do voto e a defesa intransigente da democracia da Justiça Eleitoral brasileira farão parte da consciência dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Tião Viana, pelas suas palavras.

Ouç o aparte do Senador e Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador João Capiberibe, da mesma maneira, registro o senso de justiça do Presidente José Sarney, que, no bom sentido, infringindo o Regimento, permite que V. Ex^a, em uma comunicação de liderança, que se deveria cingir a cinco minutos, conceda apartes a seus colegas para tecerem comentários sobre esse episódio que tem surpreendido todos nós. Em primeiro lugar, Sr. Presidente e Senador João Capiberibe, devo dizer que tenho profundo respeito pela instituição do Tribunal Superior Eleitoral. Mais ainda, tenho apreço pelo saber jurídico e pela conduta irreprochável, até enquanto eu a conheço, do Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, que foi o Relator da matéria. Ainda assim, manifesto a minha estranheza – e já fiz isso – baseado em dois argumentos que são o cerne do pensamento que desejo expender. O primeiro é que, coerente com o voto que proferi na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, quando ali se discutia a reforma do Judiciário, a minha opinião era e é a favor da constituição de uma Comissão de Controle Externo. Por outro lado, essa Comissão poderia, no máximo, indicar à punição juízes pilhados em infração, ou seja, não se tiraria do Judiciário o poder de ele próprio punir os seus membros, mas continuaria fazendo o que faz o Executivo, que demite o Ministro quando o julga inapetente ou corrupto. Isso não depende de nós. Posso indicar ao Presidente da República a demissão de determinado Ministro, mas quem demite ou admite é o Presidente da República, e me parece que esse é um pouco o cerne da divisão de poder entre os Poderes. Creio que a comissão externa deve indicar a punição, mas não deve punir. O Judiciário ficaria com a palavra final. A minha opinião é que algo parecido deveria aplicar-se a esta Casa. Alguém pode dizer que se trata de corporativismo, o que não é verdade. Em primeiro lugar, não sou corporativista. Votei a favor da cassação dos Srs. Sérgio Naya e Hidelbrando Pascoal e votarei a favor da cassação de quantos Parlamentares prevariquem à minha frente e a meu juízo. Então, não se trata de corporativismo, mas de saber se este Poder pode sofrer a influência de outro Poder. Portanto, não é desrespeito ao TSE nem desapareço ao Ministro Carlos Velloso. Com relação ao primeiro item que almejo arrolar neste aparte, externo a preocupação que tenho com o fato de se invadir ou não a esfera de competência de um Poder. Em segundo lugar, ressalto que o comportamento de V. Ex^a na Casa é irrepreensível. V. Ex^a se porta como um Senador dentre aqueles que, a meu juízo, atuam com mais profundidade, com mais acuidade, com mais presença, com mais serenidade, refletindo a sua experiência de ex-Prefeito, de ex-Governador, a sua vivência de homem público que já enfrentou momentos difíceis e duros em sua trajetória de vida tão bonita. V. Ex^a, pelo comportamento que tem na Casa, merece de mim, logo de início, o grande benefício da dúvida. Ainda quanto a esse item – não quero passar do segundo item –, imagino que passos serão dados nessa trajetória! Ou seja, quais seriam os próximos punidos? Pelo que vi, R\$ 26,00... Não estou dizendo que não se faça corrupção com R\$26,00; subornar um guarda com R\$26,00 é tão grave quanto subornar um Ministro com US\$2,6 bilhões. Estou dizendo apenas que conhecemos um pouco as mazelas do sistema eleitoral brasileiro. E, por outro lado, fico a imaginar se não se está aplicando um remédio por demais amargo, azedo no caso de V. Ex^a. Ou seja, a decisão, a esta altura, talvez infelizmente, está nas mãos do Tribunal Superior Eleitoral. Imagino que o quadro se definirá com a manifestação do quarto e do quinto Ministros. Três se manifestaram contra a manutenção do mandato de V. Ex^a. Volto a dizer, sem

nenhum desrespeito ao Tribunal, nem mais falando em defesa das prerrogativas desta Casa, que estranho os fatos. Ou seja, ou este passa a ser um País tão perfeito que alguém é punido porque supostamente comprou um voto por R\$26,00 – e então eu ficaria até feliz com a declaração da extinção do mandato de V. Ex^a, se for verdade o que disseram –, ou não é verdade que o Brasil esteja se livrando de todas as suas mazelas e, portanto, estaríamos aqui praticando um ato que levaria ao requinte de crueldade com V. Ex^a e sua esposa, sem que estivéssemos passando o Brasil a limpo. A título de exemplo, o Sr. Waldomiro Diniz está depondo na CPI da Assembléia do Rio de Janeiro muito à vontade. Como dizem os franceses, ele está *à l'aise*, falando só o que quer, preocupado em não ser preso. Ao mesmo tempo, o que se lê nos jornais é que V. Ex^a será punido porque, em depoimentos contraditórios, duas pessoas disseram ter recebido R\$26,00 para votar em V. Ex^a. Revelo, pois, a minha estranheza com relação a esse episódio. Verifico o perigo de tais precedentes e manifesto a única certeza que posso externar: a de que, ao longo do tempo em que convivi com V. Ex^a no Partido Socialista Brasileiro, a que ambos fomos filiados antes da fundação do PSDB, e nesta Casa, ambos recém-chegados, marinheiros de primeira viagem, de maneira amigável e fraterna, não vi um só ato, nessas duas ocasiões que presenciei de perto, que pudesse desabonar a conduta pública de V. Ex^a. Talvez V. Ex^a seja adversário do meu Partido no Amapá, mas não é isso que está em jogo. Está em jogo o depoimento que eu daria. Se alguém me perguntasse: “Arthur, como militante do PSB, você viu alguma coisa errada do Capiberibe?” Eu diria: “Não vi.” E, se continuasse: “Arthur, como Senador da República, você presenciou algo que desabonasse a conduta do Senador Capiberibe?” Sendo bom ou não para quem quer que seja do meu Estado do Amapá, até para o meu Partido, eu teria de dizer: “Não vi.” Ao contrário, vi demonstrações de espírito público, de grandeza, de compreensão e de independência, quando V. Ex^a renunciou a uma Vice-Liderança do Governo, sem que perdesse o fio do apoio ao Presidente que ajudou a eleger e no qual legitimamente confia. Em outras palavras, Senador, reafirmo todo o meu apreço pessoal por V. Ex^a e, de maneira muito afetuosa, digo que o meu sentimento é de estranheza. Não é de desrespeito à figura íncita do Ministro Relator nem à figura íntegra da instituição do Tribunal Superior Eleitoral, pois conheço praticamente todos seus integrantes e atesto sobre o comportamento de cada um – se é que não é vaidade me achar no direito de ficar atestando quem é bom e quem não é neste País. O meu sentimento é de estranheza por entender que há duas hipóteses: ou

o Brasil está ficando tão perfeito que até supostos pequenos deslizes desse tipo seriam punidos, ou é caso de se manifestar, de fato, uma grande estranheza. Por isso, a minha Bancada se reuniu e optou por emprestar solidariedade a V. Ex^a neste episódio. Estou fazendo o que posso fazer, sei que é pouco, mas desejo a V. Ex^a felicidades ao longo desse tormentoso momento da sua vida pública. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Obrigado, Líder Arthur Virgílio.

Sr. Presidente do Senado, agradeço a compreensão e concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador João Capiberibe, as minhas primeiras palavras são de agradecimento pela compreensão do Presidente da Casa, Senador José Sarney, conhecedor da tradição do Senado, por permitir a V. Ex^a que ocupe a tribuna para defender a sua honra e o mandato que o povo lhe outorgou. Cumprimento V. Ex^a pela tranquilidade com que faz seu pronunciamento, confiando na Justiça Eleitoral. Pessoalmente, manifesto minha convicção de que o próprio Ministro Carlos Velloso, Relator do processo, cujo conceito no País inteiro é de um homem honrado, juiz zeloso, poderá averiguar melhor os fatos para avaliar a possibilidade de rever seu voto. Digo, com muita convicção, que o mandato é algo muito sério, que representa uma conquista nas urnas e que não podem duas testemunhas, que também está nos autos que foram manobradas para dar a declaração de que receberam R\$26,00, atingir o mandato de V. Ex^a e da sua esposa, que se elegeu Deputada Federal pelo seu Estado. Já disse pessoalmente a V. Ex^a: “Torne públicas essas fitas. Permita que a imprensa tenha acesso a elas”. Este não é o instante de haver segredo de justiça sobre um fato absolutamente relevante para a discussão do mandato de um Senador da República, já que as testemunhas alegam que foram induzidas ou convencidas – sabe-se lá de que forma – a esse tipo de depoimento. Cumprimento V. Ex^a e registro que ficaremos na expectativa e na esperança de que o Tribunal Superior Eleitoral faça justiça a V. Ex^a, porque fazer-lhe justiça significa fazer justiça à democracia brasileira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo um aparte ao Líder do PFL, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador João Capiberibe, dirijo a V. Ex^a a minha palavra com a autoridade de adversário. O que direi deve estar protegido pelo escudo que nos separa politicamente por sermos adversários. Entretanto, isso não me impede de ser jus-

to e franco com V. Ex^a. Inteirei-me do drama pelo qual V. Ex^a está passando. Penso que o crime que V. Ex^a cometeu foi o de ser mal assessorado. No processo movido contra V. Ex^a, há o depoimento de duas pessoas – creio que são duas senhoras –, que dizem ter votado em V. Ex^a em troca de R\$26,00. Se fosse um real, já seria uma coisa muito grave, porque voto não se deve vender, dá-se ou não. Formou-se um processo contra V. Ex^a, e entendemos que processo é movido em razão do que consta dos autos, onde V. Ex^a cometeu o crime da má assessoria. Mas um mandato é uma coisa difícil de ser conseguida. Por trás de um mandato, há toda uma vida pública. Senador João Capiberibe, fui Prefeito de Natal, Governador do Rio Grande do Norte, Senador, Governador, Senador e Senador e sei o que me custou cada mandato que exerci. Isso custa conceito, serviço prestado e honorabilidade pessoal, que levam à avaliação dos eleitores, que são milhares. Não é um só ou dois, nem são R\$52,00, mas é uma vida pública inteira, que precisa ser avaliada. V. Ex^a foi Governador e Senador pelo Estado do Amapá. V. Ex^a dispõe, agora, de uma fita em que essas pessoas que, no processo, diziam ter vendido voto a V. Ex^a por R\$26,00, dizem – está gravado, mas não consta dos autos do processo – ter recebido dinheiro para prestar aquele depoimento. É a contraprova, mas não está nos autos do processo. E, para defender o mandato de V. Ex^a, Senador João Capiberibe, meu adversário, a quem nada devo, mas desejo esta Casa limpa, espero que se faça justiça e, assim, quero fazer um apelo aos Ministros do TSE: considerem esta prova e não cassem o mandato de V. Ex^a pelo crime de má assessoria. Mandato é uma coisa difícil de ser conseguida, e não se pode trocá-lo por má assessoria. Fica aqui o meu apelo e o meu reconhecimento de que V. Ex^a é um cidadão de bem. Há pouco mais de um ano, acompanho os seus pronunciamentos, que defendem sempre os interesses de seu Estado, de sua região, com dignidade, com altivez, sem abaixar a cabeça mesmo para o Governo a que serve, mas defendendo com dignidade os seus pontos de vista. E, em nome do conceito que guardo de V. Ex^a, faço este apelo, que espero seja ouvido pelos Ministros do TSE, para que considerem a contraprova definitiva, que pode, de uma vez por todas, acabar com o processo injustamente movido contra V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)
– Muito obrigado, Senador José Agripino.

Antes de conceder o aparte ao Senador Magno Malta, gostaria de esclarecer que encaminhamos a fita ao TSE, que consultou a Procuradoria Eleitoral do Ministério Público Federal, que usou a fita para nos acusar. A fita que encaminhamos ao processo e que

deveria nos inocentar foi usada contra nós, assim como a própria arguição oral do meu advogado também foi usada como se ele tivesse me acusado.

Esse é o relatório, é o parecer do Ministério Público Federal. É em relação a esse parecer visto em Brasília que o Ministério Público Federal no Amapá não apresentou nenhuma denúncia, porque não encontrou indício capaz de mover ação eleitoral contra os nossos mandatos, da Deputada Janete e o meu.

Muito obrigado por suas palavras. E concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador João Capiberibe, é verdade que a maioria dos Srs. Senadores já se manifestou... Tenho que falar sentado? Eu não sabia, sou novo na Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – Para não ser confundido com o orador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Nesse momento de agura que o Senador está vivendo, eu não gostaria.... Quero apartear-lo porque sei o que é sofrer uma injustiça. Sei o que é ser vilipendiado pela indignidade de terceiros. O argumento apresentado pelo Senador Arthur Virgílio foi brilhante, e não há mais necessidade de abordar esse assunto, tão bem exposto também pelo Senador José Agripino. Quando eu era Presidente da CPI do narcotráfico, em um primeiro momento, chamado pelo Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Sr. Anthony Garotinho, que foi candidato a Presidente da República pelo seu Partido, para que pudesse socorrê-lo em seu Estado, fomos em comitiva ao Amapá uma, duas, três vezes e, ali, detectamos a casa de caboclo que seus adversários – e é uma felicidade para um homem de bem possuir adversários com aquele tipo de comportamento – armaram para V. Ex^a e sua família, na tentativa de derrubar o seu governo. As mais duras torpezas foram enviadas às mãos deste então Presidente da CPI do narcotráfico. A figura a que V. Ex^a se refere e que está circulando nos corredores do Senado Federal – e é preciso que a Segurança da Casa e a Mesa tomem providências – é a mesma que foi à Câmara dos Deputados, exatamente na sala da CPI, para entregar-me um documento. Estava acompanhada de um ex-Senador da República. E, com o argumento de que me admirava muito e que entregaria um documento à CPI, disse que gostaria de levar uma foto de recordação. Esse cidadão que circula hoje nos corredores do Senado Federal, não se sabe com a vênio de quem – é preciso saber –, entregou-me um papel, enquanto o senhor jubilado, ex-Senador, fotografava a cena em que ele me abraçava. Dois dias depois, a Polícia Federal trouxe essa foto à CPI do narcotráfico. E esse cidadão espalhou **outdoors** por todo o seu Estado: “Aqui está Magno Malta.

Quem não deve não teme”. Tomamos as providências cabíveis. Voltamos ao Estado. A Justiça deu ordens para que os **outdoors** fossem retirados rapidamente. Esse cidadão foi indiciado, teve sua prisão decretada e desapareceu. Logo depois, foi preso. Hoje anda livre e possivelmente seja de onde venham essas indignidades contra V. Ex^a, contra sua esposa e sua família, a quem quero confortar neste momento, porque sei a dor que sente por ser vilipendiado de forma descarada e moleque por quem não tem o mínimo de vergonha na cara. Conheço a sua situação e quero apelar ao TSE, ao bom senso dos homens de bem que fazem justiça neste Estado. Já não tenho dúvida de que, se a Mesa do Senado, na pessoa do Presidente José Sarney, determinar essa investigação, saberemos rapidamente de onde veio o crachá desse rapaz, quem o colocou aqui, o porquê disso e onde ele está alocado. Descobriremos rapidamente quem está tentando alvejar a sua honra e a sua dignidade. Se V. Ex^a deve, que pague. Como o Senador Arthur Virgílio disse, fomos nós da CPI do narcotráfico que conduzimos a cassação de Hildebrando Pascoal e de Deputados Estaduais por este País. Não há nenhum problema. Tenho me posicionado também onde existe indignidade. Até onde conheço de V. Ex^a e dos documentos que seus inimigos enviaram à CPI do narcotráfico tentando incriminá-lo – conheço-os todos profundamente, porque os li e minha assessoria também, os 164 assessores da CPI do narcotráfico –, nada encontramos. Trata-se de uma documentação fraca, flácida, com requintes de indecência. Concluo meu aparte dizendo que CPI é uma coisa boa. Não fora a CPI do narcotráfico, eu não poderia, com tanta autoridade, fazer este aparte para falar do que conheço, não do caráter de V. Ex^a e da nossa convivência de um ano e três meses. Mas tenho documentos que me foram enviados pelos seus adversários na CPI do Narcotráfico, e nada existe que possa denegrir a sua imagem, o seu governo e a sua família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador João Capiberibe, quero também trazer a minha palavra de solidariedade a V. Ex^a. Ao conhecer e acompanhar – lá de Minas Gerais – a atuação de V. Ex^a como Governador do Amapá, pude constatar o seu interesse público e a maneira transparente de atuar. Hoje, companheiros no Senado, tenho observado a sua vontade de ver o Brasil melhorar e a sua luta na negociação da Alca, para que gere frutos que sejam do interesse maior do povo brasileiro. Tenho certeza de que o seu

mandato nesta Casa foi conseguido arduamente. Não há nenhum concurso mais difícil, neste País, do que o do voto; aquele no qual se busca a aprovação popular. Este é um momento de dificuldade por que passa V. Ex^a e sua esposa, sem dúvida nenhuma. No entanto, é em momentos de dificuldade que se fortalece ainda mais a nossa convicção na democracia. No passado, sua luta contra o regime ditatorial que o País enfrentava foi intensa, e não será a luta de agora que o fará enfraquecer. Tenho confiança de que V. Ex^a terá bons resultados pela frente. Meu abraço pessoal.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe, creio que o Senado Federal está expressando a V. Ex^a, por meio das diversas correntes políticas, uma solidariedade merecida, por sua carreira, por sua história, pela sua contribuição à vida pública nacional, à luta democrática, à luta pela ética na política. Pude acompanhar a posição de enfrentamento que, na condição de Governador, V. Ex^a manifestou com alguns setores poderosos do Estado e as seqüelas que essa posição deixou ao longo da história. No entanto, quero também fazer uma crítica: V. Ex^a precisa trocar a sua assessoria jurídica. É evidente que nesse processo houve uma falha jurídica. A decisão do TSE foi tomada em função da incompetência da sua assessoria jurídica. Desculpe-me, mas quero falar com franqueza! Creio que esse problema tem que ser corrigido. Basta olhar a sua história, o seu mandato, a sua trajetória para ver que são incompatíveis com a decisão do TSE, que é um órgão sério, de credibilidade e que deve, sim, coibir todas as formas de abuso do poder econômico nas eleições, porque isso fere o princípio democrático. A decisão em curso mostra que houve uma defesa muito precária; está sendo reparada, felizmente, inclusive com as testemunhas, que estão rerepresentando os seus depoimentos em outras condições, desmontando a tese que havia anteriormente. Fico muito feliz que isso esteja ocorrendo. Tenho certeza de que o TSE será sensível aos argumentos que estão sendo apresentados. O Senado Federal, em grande consenso, está manifestando a sua solidariedade e o seu apoio, com a certeza de que o Estado do Amapá e esta Casa não podem prescindir da sua presença. Seu mandato é de grande estatura política e dá uma contribuição imensa à vida pública nacional. Por tudo isso, creio que lhe faltou uma boa defesa jurídica. V. Ex^a está com tantas atribuições, com tantas responsabilidades em seu mandato de Senador que não tratou essa questão com a devida importância, e,

infelizmente, a situação chegou a esse desfecho. Porém, é reversível. Creio que um memorando pode ser apresentado, alterando-se a defesa jurídica, porque politicamente a sua trajetória é incompatível com esse processo. Temos certeza de que o TSE será sensível a essa questão, e poderemos contar com a sua presença ativa, aguerrida, combativa, séria, competente na vida pública e no plenário do Senado Federal.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mercadante.

Concedo um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Quero também me solidarizar com V. Ex^a, perfilando-me ao lado de todos quantos já falaram a respeito desse assunto. Testemunho também que, durante esse período de mais de um ano como Senador, V. Ex^a tem honrado o mandato, tem estado presente em todos os debates com uma preocupação imensa com os destinos do Brasil. O perfil de V. Ex^a, na verdade, honra o Senado Federal. Nesse sentido, quero também me solidarizar com V. Ex^a. Acrescento, como já foi dito pelo Senador Mercadante, que toda a sua trajetória e história de vida apontam justamente no sentido contrário daquilo que o processo vem tentando mostrar. V. Ex^a é uma pessoa que busca transparência, busca o compromisso e o diálogo com o povo. Jamais pensaria, tenho absoluta certeza, na possibilidade de usar de meios escusos para conseguir votos. Acredito que o próprio Tribunal Superior Eleitoral poderá avaliar com mais calma todas as circunstâncias que envolvem o processo, inclusive penso que os próprios Ministros que já manifestaram os seus votos – já que se busca justiça neste caso – possam também rever a sua posição em função das provas que serão apresentadas. Sugiro a V. Ex^a que requeira da Mesa do Senado uma cópia das manifestações de todos os Senadores de todos os partidos políticos, hipotecando solidariedade a V. Ex^a, para que o próprio Senado possa – se V. Ex^a requerer nesse sentido – enviá-las ao Tribunal Superior Eleitoral. Quero deixar claro que muito nos honra ter V. Ex^a como Senador do Bloco de apoio, mas o apoio está sendo manifestado por todos os partidos políticos que conhecem e acompanham o dia-a-dia de V. Ex^a no Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas uma informação: como estou inscrito, eu gostaria de saber até quando pode durar um pedido para se falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Continua com a palavra o orador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço imensamente a compreensão.

Há alguns Senadores inscritos. Concedo, então, um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Muito obrigado.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB

– AC) – Caro Senador João Capiberibe, como seu companheiro de Partido, eu estava aqui disciplinadamente aguardando que os demais Senadores se manifestassem, mas agradeço a concessão da palavra para dizer que jamais vi o Senado Federal interromper o seu funcionamento normal para apoiar um Senador. Veja V. Ex^a que há matérias importantes a serem apreciadas e votadas hoje, neste plenário. No entanto, o Senado Federal, a partir da pessoa do seu Presidente, que entrou no jogo, que entrou na luta, parou para apreciar e debater a questão que envolve a tentativa de cassação do seu mandato e do mandato da sua digníssima esposa, a Deputada Janete Capiberibe. Trago, antes de mais nada, a solidariedade e a camaradagem dos companheiros que fazem o PSB no Acre, que me autorizaram a transmitir a V. Ex^a a solidariedade e o compromisso com a luta que V. Ex^a trava – e não é de hoje, houve inclusive passagem pelo nosso Estado, o Acre. V. Ex^a deve perceber que o homem público, quando é digno e honrado, não precisa sair alardeando isso para que as pessoas percebam, para que seus companheiros de atividade parem e percebam a estatura moral e a honradez dessa pessoa. Veja V. Ex^a que o Senado Federal hoje parou para reconhecer tais fatos, ou seja, a honradez, a dignidade e a história política que V. Ex^a oferece não só ao Estado do Amapá, mas a este País; é uma história de luta, de construção de um Estado de periferia, onde há tanta necessidade e vicissitude, assim como no Acre. V. Ex^a tem mostrado para o povo do Amapá e deste País o que é a vontade de transformar a vida das pessoas pequenas, normalmente excluídas do tal processo de desenvolvimento. Hoje, o Senado parou, Senador Capiberibe, sem que V. Ex^a elevasse a voz ou necessitasse dizer: “Eu sou honrado”. V. Ex^a não precisa afirmá-lo, pois nós o conhecemos e por isso fazemos esta demonstração coletiva. Todas as Lideranças desta Casa se pronunciaram; diversos dos seus companheiros e de suas companheiras estão se manifestando para reconhecer isso, não para intimidar uma instituição da grandeza do Tri-

bunal Superior Eleitoral, mas para lhe dizer o que não está nos autos, talvez de forma cabal e incisiva: que o Senador Capiberibe é um homem honrado e com uma vida política sem mácula, algo a respeito do que devemos pensar. V. Ex^a é um cidadão e um político com larga folha de serviços prestados a este País e que não tem mácula. Nós estamos aqui para dizer ao Tribunal Superior Eleitoral, com todo o respeito que seus Magistrados merecem, que o que consta nos autos, pelo que nos foi dado saber, foi articulado, montado, engendrado para mostrar algo que não diz respeito a V. Ex^a. Há uma tentativa de cassação de mandato de um cidadão que propôs, nesta Casa, o Projeto Transparência e que o instalou, quando Governador, em seu Estado. Corrupção, Senador Capiberibe, ou tentativa de praticá-la, não combina com um cidadão como V. Ex^a. Não há a menor possibilidade, com o seu desprendimento, com a sua altivez e estatura de homem público, de político sério, de que uma insinuação como essa sequer chegue perto de V. Ex^a. Então, afirmamos e oferecemos aos eminentes Ministros do Tribunal Superior Eleitoral a convicção de que, além daquilo que consta nos autos do processo – como eu disse, engendrado para distorcer fatos e levar a uma situação que é do desagrado do povo do Amapá e do País –, deve-se ter consciência de toda a sua vida política, de toda a sua história de luta. Como eu já disse na semana passada, o TSE, certamente, prende-se àquilo que é praxe no foro: o que não está nos autos não está no mundo. É hora, Senador João Capiberibe, principalmente em relação a um fato tão grave como esse, de entendermos que tudo o que está no mundo e diz respeito a V. Ex^a e a sua esposa deve estar nos autos, não fisicamente, mas na consciência dos Ministros, para que levem em consideração todos os fatos relacionados à atividade pública de V. Ex^a e de sua esposa. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Sr. Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo seu aparte.

Com a anuência do Sr. Presidente, José Sarney, concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ)

– Senador Capiberibe, V. Ex^a há de estar constando, como todos nós, que esses apartes, esses pronunciamentos revelam que o Senado está chocado com a ameaça grave que pesa sobre V. Ex^a. Não se trata de manifestações de coleguismo ou de

corporativismo, mas de um sentimento de justiça, pois conhecemos V. Ex^a e também aqueles que o estão perseguindo há muito tempo e que já quiseram cassar o seu mandato de Governador. Esse assunto foi discutido no Senado, que tem conhecimento dos precedentes desse caso. O desencontro completo entre a futilidade das acusações e a gravidade da decisão parece-nos algo quase incompreensível. Então, o Senado está chocado, daí essas manifestações de solidariedade, que são merecidíssimas. Esses apartes e pronunciamentos vão além da solidariedade, no sentido de levar o apelo aos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, sem querer discutir com S. Ex^{as}, para que evitem algo que nos vai parecer uma injustiça gigantesca. Para nós, que conhecemos os precedentes, as figuras e a futilidade das razões alegadas, será uma injustiça gritante, cuja ameaça o Senado está chocado. Dessa forma, expressamos a nossa solidariedade e o apelo aos Ministros do Superior Tribunal Eleitoral para que seja evitada essa tremenda injustiça.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Senador Saturnino, pelo seu aparte.

Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador João Capiberibe, eu o conheço há muito tempo. Estivemos juntos no PSB por vários anos, juntamente com sua irmã Raquel, minha ex-companheira como Deputada Federal. Acompanhei a sua vida pública e Pernambuco possui ligações bastante fortes com V. Ex^a. Evidentemente, essas denúncias não são consistentes. Como já foi dito, elas não combinam com a sua personalidade ou com a sua atuação de homem público. Evidentemente, a Justiça tem seus argumentos e o Senador Mercadante falou em apreciação correta da matéria por seus advogados. Tenho a convicção, como a têm todos os Senadores e a opinião pública em geral, que essa questão será esclarecida, porque para ninguém faz sentido aceitar ou imaginar as denúncias que foram assacadas contra V. Ex^a. Quero dar-lhe o meu abraço de companheiro e a minha solidariedade, dizendo-lhe que esses fatos acontecem na vida pública, mas que serão resolvidos e prevalecerão a justiça, o valor do mandato de V. Ex^a e a coerência política do povo amapaense, que sempre o elegeu com votações consagradoras.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra, que relata

o Projeto Transparência na Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador João Capiberibe, quero me associar a todos os Senadores que aqui falaram. Não o conheci como Governador de seu Estado, mas passei a conhecê-lo como colega, nesta Casa, e posso testemunhar que todos os gestos e atos de V. Ex^a têm sido os de um homem honrado e honesto. Serenamente, V. Ex^a está, neste momento, defendendo a sua honra e o seu mandato, contando com a solidariedade de todos os seus companheiros e de sua esposa, que também é uma Deputada Federal trabalhadora e determinada. Tenho certeza de que o Tribunal Superior Eleitoral haverá de reconhecer tudo o que está sendo dito nesta Casa a respeito de V. Ex^a para fazer-lhe justiça. Assim esperamos. Aguardamos, com ansiedade, por esse resultado, a fim de que V. Ex^a possa retornar às atividades normalmente. Receba o meu abraço, o meu carinho e, acima de tudo, a solidariedade de quem reconhece em V. Ex^a um homem honrado, honesto e probo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador João Capiberibe, em primeiro lugar, transmito a V. Ex^a a solidariedade da Senadora Ideli Salvatti, que se encontra enferma, portanto, impossibilitada de aqui estar fisicamente. Mesmo assim, S. Ex^a aqui está espiritualmente, tanto que está acompanhando a sessão do Senado pela TV Senado. Também a Senadora Fátima Cleide, tendo em vista o encurtamento do tempo, transmite a V. Ex^a sua solidariedade, por intermédio de minhas palavras. Senador João Capiberibe, a partir do que foi dito pelo Senador Arthur Virgílio, quero dizer que também conheço a história de V. Ex^a, transcorrida no Estado do Acre. A V. Ex^a, que tão bem conhece a Bacia Amazônica de montante a jusante, que esteve em Cruzeiro do Sul, no Acre, e pôde, ali, conviver conosco, queremos lhe dizer que o respeitamos, tendo em vista sua história na vida pública como Governador, como Parlamentar, e hoje como Senador da República. Portanto, são muitas as benesses deixadas por V. Ex^a nos Estados do Acre e do Amapá. V. Ex^a, agora, trava uma luta no exercício de seu mandato por uma causa nacional. A possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral, sozinho,

se debruçar sobre uma matéria como essa é algo que nos preocupa. Já assistimos a uma série de outras situações colocadas contra membros desta Casa, nas quais o Senado Federal se reportou, dirimindo-as e apontando soluções. Hoje, estamos aqui, a mercê de uma decisão, que poderá ser dada na quinta-feira, e de forma extremista, colocando-o em xeque. Trata-se de uma situação delicada e preocupante diante do conhecimento que temos da vida pública de V. Ex^a, haja vista as manifestações expendidas pelos nobres Pares desta Casa. Aqui estamos, todos, integralmente, creio que o conjunto da Casa, preocupados com essa decisão. Estamos com V. Ex^a, e, quem sabe, talvez nos irmarmos a uma opinião já emitida pelo Senador Tião Viana no sentido de manifestar, por escrito, o pensamento desta Casa sobre o que está acontecendo e também entregar uma moção de apoio a V. Ex^a, aprovada por mais de seiscentas personalidades da vida política da Amazônia, que se reuniram em Porto Velho no início deste mês. Estamos preocupadíssimos com essa decisão, à qual não poderá partir de suposições. Imaginamos que haja ambigüidades e contradições na acusação, bem como matérias não resolvidas e apostamos na possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral fazer uso da razão e analisar os fatos a partir da realidade, de forma a retornar a tranqüilidade ao mandato de V. Ex^a, principalmente a segurança de qualquer outro mandato, seja a dos Parlamentares do Congresso Nacional ou a de outra instância legislativa qualquer. Quero me irmanar a tudo o que já foi dito pelos demais Parlamentares que me antecederam.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a, pedindo-lhe permissão para conceder um penúltimo aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB

– SE) – Senador João Capiberibe, do alto desta tribuna, na semana passada, tive a ocasião de me pronunciar sobre essa questão, e, não só da minha parte como da de diversos outros Senadores, V. Ex^a recebeu total solidariedade. Solidariedade pelo seu comportamento ético e decente. Solidariedade a um homem devotado à causa pública, e não é de agora. O passado de V. Ex^a ilustra sua vida política, notadamente porque V. Ex^a foi e continua sendo um homem de coragem na defesa de suas convicções, na luta pelo fortalecimento dos ideais que consubstanciam a democracia em nosso

País. V. Ex^a teve a coragem de enfrentar o regime discricionário, tendo sido obrigado a sair do País, acompanhado de sua esposa – hoje Deputada Federal, que também está sob ameaça de cassação –, e jamais se dobrou aos poderosos. Sempre foi um homem que agiu com altivez, emprestando ao Brasil o exemplo de que ninguém deve recuar na luta em defesa da plenitude democrática. Por isso, nobre Senador João Capiberibe, Líder do nosso Partido, receba, mais uma vez, a manifestação da minha solidariedade, da minha amizade. Vejo, aqui do Plenário do Senado Federal, três nomes em destaque compondo o nosso painel: José Sarney, João Capiberibe e Papaléo Paes. O Senado Federal não pode prescindir, de forma alguma, seja por qualquer motivo, da presença destes três Senadores, porque V. Ex^{as} são os dignos representantes do Amapá, que honram aquele Estado e o Brasil, pela força que dão ao regime democrático no nosso País.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Capiberibe, aqui falo em nome do meu Partido, o PMDB, que é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Aprendi que na democracia, segundo Abraham Lincoln – um homem que tão bem representa a história da justiça –, o governo deve ser do povo, pelo povo, para o povo. Passei por tudo isso, mas, graças a Deus, o povo do Piauí, lá, cassou os caçadores. E a mesma grandeza que vejo no povo do Piauí, vejo-a também no povo do Amapá que, com a sua liberdade, a sua clarividência, nos mandou outros dois extraordinários Senadores: esta beleza de Senador do PMDB, Papaléo Paes, cuja história o País e o mundo respeitam, e o melhor dos Senadores, o nosso Presidente José Sarney. Então, esse povo tem que ser respeitado, pois é assim que se vive e se aperfeiçoa a democracia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador João Capiberibe, o Senado Federal já se manifestou, por intermédio de importantes representantes de vários Estados, dizendo tudo o que tinha a dizer. Minha palavra é no sentido de me juntar a todos, associando-me à luta de V. Ex^a neste instante. Como testemunha, acrescentaria que lutamos juntos, “prefeitamos” juntos e sofremos jun-

tos em um momento de dificuldades e incertezas vivido pelo País. Sempre tive em V. Ex^a o exemplo de um homem lutador e, acima de tudo, idealista. Portanto, receba deste seu modesto companheiro de Senado da República o abraço e a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfará. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a anuência do Presidente, concedo o último aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador João Capiberibe, também gostaria de juntar minha palavra a de todos os companheiros que há pouco falaram do assunto que se refere a V. Ex^a. Gostaria de somar minha solidariedade a tudo que foi dito, e faço minhas as palavras de meus colegas do Piauí, os Senadores Mão Santa e Heráclito Fortes. V. Ex^a foi Prefeito e Governador, como nós que também exercemos esses mandatos, queira receber de nossa parte, igualmente, o apoio e a solidariedade neste momento de sua vida como político, em que está sendo, como se fala nos jornais, processado. Todos já falaram aqui e quero repetir as palavras do Senador Mão Santa: o povo soberano de seu Estado soube reconhecer e lhe trouxe vários mandatos, como nós também no Piauí. E S. Ex^a mencionou, entre muitos dos que foram elevados pelo voto popular, o nosso Presidente Sarney, a quem, juntamente com o Senador Mão Santa, empresto meu tributo pelo que foi, é e representa nesta Casa, além de ser também Senador pelo Estado de V. Ex^a, o Amapá. Queira V. Ex^a receber também minha solidariedade, juntamente com meus companheiros do Piauí.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador João Capiberibe, quero expressar publicamente minha solidariedade a V. Ex^a. Hoje, nosso Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, juntamente com o Senador Tasso Jereissati, convocou-nos para uma reunião com todos os Senadores do Partido, e o tema foi justamente a solidariedade que devemos prestar a V. Ex^a por estar sendo prejudicado em sua atuação política e em seu mandato. Nobre Senador, eu não o conhecia pessoalmente. Sou de Santa Catarina e já ouvi inúmeras vezes referências sobre a sua pessoa, mas não o conhecia. E, neste período de um ano e quatro meses aqui no Senado, a nos-

sa convivência nesta Casa, mesmo atuando com pensamentos diferentes em relação ao Governo, fez com que eu o admirasse mais a cada dia. Sua atuação, a transparência e a ética com que V. Ex^a trabalha a coisa pública, nos fez admirá-lo, e muito. E, nos pronunciamentos dos Senadores e Líderes de Partidos aqui presentes, houve sempre referência sobre a admiração e o respeito que todos têm pelo seu trabalho e pela sua conduta na vida pública. Fica aqui também a nossa solidariedade. Esperamos que haja justiça para aqueles que fizeram, estão fazendo e muito farão ainda pela população brasileira. Fica aqui o nosso respeito e admiração pelo seu trabalho.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a, permitindo-nos este debate em plenário. E agradeço também às Sr^{as} e aos Srs. Senadores pela manifestação de apoio, de solidariedade.

A minha maior preocupação em ocupar esta tribuna é uma preocupação institucional. Caso sejamos cassados, a Deputada Janete e eu, abre-se um precedente inaceitável: qualquer detentor de mandato eletivo estará permanentemente arriscado a perdê-lo. Bastará, para isso, que o adversário consiga dois depoimentos que o acusem de comprar votos. Estará aí estabelecido, na jurisprudência brasileira, um esdrúxulo mecanismo de violação da manifestação de vontade popular expressa nas urnas.

Manifesto aqui, como já fiz antes, minha confiança no Tribunal Superior Eleitoral. Confesso que não considero possível que se consume a violência de cassar o mandato de um Senador da República e de uma Deputada Federal com base no testemunho de duas pessoas que se dizem capazes de vender seus votos por R\$26,00 e que, mais ainda, são flagradas em uma escandalosa tentativa de extorsão.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a partir dos acontecimentos mais do que graves que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro, devemos levar em conta que, a esta altura, não se está discutindo uma questão regional, pois o Rio de Janeiro é a porta de entrada do País, nosso grande cartão-postal. Trata-se de um Estado formado até por cariocas, até por fluminenses. Na realidade, é um Estado que pertence a todos os brasileiros.

A partir daí, vi crescer, entre os Líderes desta Casa, um sentimento de preocupação muito grande e que não é contra nem a favor de qualquer governo. Temos, sim, uma preocupação legítima com o que acontece no Rio de Janeiro do ponto de vista da segurança pública. Queremos dar apoio ao Prefeito César Maia e à Governadora Rosinha Matheus. Queremos ajudar o Presidente Lula a sair desse difícil desafio.

Hoje, conversando com o Líder José Agripino e com o Senador Tasso Jereissati, este último nos comunicou que estava convocando a Subcomissão de Segurança para, a partir daí, fazer uma reunião, com a presença dessas personalidades responsáveis pelo Estado mais o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para discutirmos, de maneira alta, ativa, brasileira, essa questão. Aí, surgiu a idéia de não se fazer a reunião da Subcomissão, que funcionaria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e sim, a partir das dez da manhã de quinta-feira, se fosse esse o acordo com V. Ex^a e a Mesa, aqui neste plenário, por imaginar que o tema atrairá gente, atrairá debate, mostrará a preocupação do Senado e também, sem dúvida alguma, a nossa solidariedade para com o povo do Rio de Janeiro.

Está na hora, Sr. Presidente, a meu ver, de nós, Parlamentares de quaisquer Estados, formarmos uma frente parlamentar em defesa do Rio de Janeiro, suprapartidária, preocupados que estamos com o que este Estado representa do ponto de vista cultural, histórico e emocional para cada um de nós.

Portanto, a idéia que proponho neste momento, seguindo o que já foi sugerido aqui pelo Senador José Agripino, Líder do PFL, é que, na quinta-feira, a partir das dez da manhã – seria o ideal –, reuníssemos a Governadora, o Prefeito da cidade e Ministro Márcio Thomaz Bastos para um debate muito amplo, convidando figuras importantes da sociedade civil – ou seja, de maneira mais pura não se poderia dizer o que vou dizer agora –, no intuito efetivo de ajudar o Presidente Lula a encontrar

soluções, ajudar a Governadora a encontrar soluções, ajudar o Prefeito a não ver tão atormentados os seus munícipes. O Senador José Agripino já se referiu a isso. Informalmente, conversamos com V. Ex^a e o Líder Aloizio Mercadante ainda há pouco. Percebo que isso cresce como uma unanimidade nesta Casa. O Rio de Janeiro e o Brasil merecem isso. Está na hora do basta, está na hora do chega, está na hora de uma atitude, que pode muito bem começar pelo consenso do Senado Federal, que é tão bem presidido por V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Roberto Saturnino, gostaria de, antes, responder a questão de ordem do Líder Arthur Virgílio.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas acrescentar o meu apoio a essa proposta do Senador Arthur Virgílio – e creio que posso falar em nome do Estado do Rio de Janeiro, como Senador presente. Efetivamente, o Senado, que representa a Federação, está preocupado. Todos, independentemente do Estado que representam, estão preocupados com a situação do Rio de Janeiro, que parecer ter entrado numa inviabilidade. Numa situação dessa, é mais do que lícito, é nosso dever procurar, tentar encontrar soluções, escutando uma parte e outra, o Governo do Estado, a Prefeitura, outras Prefeituras do entorno do Rio de Janeiro, enfim, buscar soluções e ver como o Governo Federal pode participar desse esforço no sentido de pôr um fim efetivo a essa situação que angustia a população do Rio de Janeiro.

De modo que expresso minha solidariedade, apoio e concordância com a proposta do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já havia conversado com o Senador Arthur Virgílio e também com V. Ex^a no sentido de promovermos um debate entre a Governadora do Estado, que é a responsável direta pela segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, e o Ministro da Justiça, que tem a responsabilidade pela segurança pública no âmbito federal.

Considero que são essas as duas autoridades que deveriam prestar esclarecimentos sobre a estratégia de enfrentamento do crime organizado, sobre as medidas

que estão sendo tomadas ou poderão ser. Tenho certeza de que este é o momento em que a sociedade civil brasileira, a sociedade organizada e o Estado brasileiro devem unir-se para, conjuntamente, envidar todos os esforços para enfrentar o crime organizado e o narcotráfico, que, seguramente, trazem prejuízos imensos não apenas à cidade que é cartão postal para o planeta em razão de sua beleza natural, de sua história e riqueza cultural, mas também ao País, à imagem da Nação brasileira.

Trata-se de uma reunião importante para o Senado, e deveríamos realizá-la o mais breve possível. Entrei em contato com o Ministro da Justiça, que está totalmente à disposição para a audiência, aguardando que o Senado marque o horário.

Creio que deveríamos realizá-la no âmbito da Comissão, como têm sido feitas todas as audiências, mas, se houver problemas de espaço, poderemos fazê-la no plenário do Senado.

Há total concordância da nossa parte. Esse é um debate oportuno, necessário, urgente, e devemos empenhar-nos para que aconteça na quinta-feira pela manhã, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o PMDB também se associa a essa idéia. Nós já telefonamos para a Governadora, que deverá estar presente, junto com o Secretário de Segurança. Essa é uma idéia de muita força neste momento em que parecemos viver uma guerra civil. Com toda certeza, a reunião será produtiva, e o Senado poderá apontar caminhos para melhorar esse quadro dantesco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de reiterar o que falei na tribuna às 15h30min. Penso que quem pode colaborar no sentido de equacionar, compatibilizar, somar ações deve estar presente a esse debate.

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, tem uma série de formulações no plano legislativo que, se aprovadas, serão norma permanente de atuação; por exemplo, no tocante às Forças Armadas, elas poderão atuar circunstancialmente, em momentos de aflição, de explosão. Isso não existe no plano institucional, porque não há lei nesse sentido.

A sugestão que dei e está acolhida pelo Senador Arthur Virgílio e pelo Senador Aloizio Mercadante é a de que a subcomissão presidida pelo Senador Tasso Jereis-

sati votasse e fizesse o convite a essas autoridades, para que, na quinta-feira, estivessem no Senado as pessoas que têm responsabilidade pela segurança no Rio de Janeiro ou as que com ela estão envolvidas: o Ministro da Justiça, que tem tido reuniões seguidas com o Secretário Nacional de Segurança; a Governadora Rosinha Matheus; o Secretário de Segurança Anthony Garotinho. E por que não o Prefeito Cesar Maia, que, há um ano, ofereceu-se para contribuir com R\$100 milhões, para a formação de um bloco de recursos a serem aplicados no combate à violência e na melhora do aparelho judicial, no Rio de Janeiro? Por que excluir o alcaide da cidade, que é, em última instância, o responsável maior pelo bem-estar da sociedade do Rio de Janeiro?

Reitero, portanto, nos termos em que fiz a proposta, a necessidade da presença nesta Casa das autoridades federais, estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Atendendo à solicitação das Lideranças e analisando o assunto sob o ponto de vista institucional, ressaltamos que a Constituição não dá competência ao Senado Federal – naturalmente resguardando a autonomia dos Estados – de convocar Governador para depor perante esta Casa.

Contudo, asseguramos um mecanismo, que consiste na boa idéia do Senador Arthur Virgílio de convidar essas autoridades a comparecerem ao Senado por intermédio das Comissões. Evidentemente, elas aceitarão, ou não, o convite.

O Senador Tasso Jereissati, Presidente da Subcomissão de Segurança Pública do Senado Federal, também aceitou a idéia de convidar as autoridades mencionadas.

A Presidência oferece o plenário para esse fim, visto que o horário não coincide com a sessão do Senado.

Atendendo a esse pleito, resolvemos o problema. Será útil para o País o debate sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2004

Requeiro nos Termos do Art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o Art. 397, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, para prestar esclarecimentos

sobre o estado de conservação e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura e segurança das estradas brasileiras.

Justificação

Segundo informações parciais da Polícia Rodoviária Federal, o número de vítimas fatais nas estradas federais de Minas Gerais durante a Semana Santa, foi quase o dobro do número registrado no mesmo período no ano passado que teve um dia a mais. Foram 27 mortes este ano contra 14 no ano passado.

O mesmo se repetiu praticamente em todo o País.

Não há como não se resignar com a morte, fatalidade imprevisível.

Entretanto, a estatística acima mostra claramente que algo tem que ser feito, urgentemente, e vários apelos desta casa, até de apoiadores do Governo, não tem sido ouvidos por ele.

Ouvindo o Ministro e discutindo com ele alternativas, o Senado estará propiciando o necessário debate para que o Governo volte a atuar efetivamente na solução destas graves questões.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento será publicado e incluído na Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

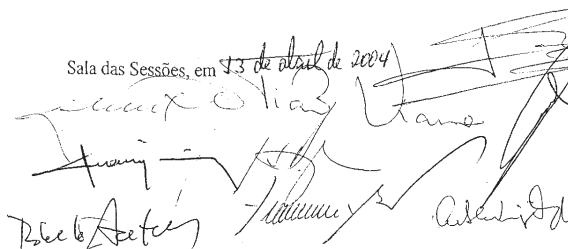
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 438, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 – Violência Doméstica.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 2004



REQUERIMENTO Nº 439, DE 2004

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para a MSF 33,

de 2004 que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até E427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – PAFIB.”

Sala das Comissões, 13 de abril de 2004.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Os requerimentos lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 440, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Artigo 40, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, me seja concedida licença para participar do Intercâmbio Luso-Brasileiro que será realizado em Lisboa, Portugal, de 18 a 25 de abril do vigente ano, como membro da FRESCOOP – Frente Parlamentar do Cooperativismo, com ênus para o Senado Federal. Comunico que estarei ausente do País no período de 18 a 25 de abril.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2004. – Senador **Jonas Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, Mensagens do Senhor Presidente da República, que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 43, DE 2004

(Nº 160/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e § 1º do art. 5º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

*Alfredo Luiz de Almeida Cardoso C.R.M. : 5245440-0
Rua Barão de Jaguaripe 30 apartamento 201 – Ipanema -Rio de Janeiro cep 22421-000
Telefone residencial(21)2523-4077
Comercial (21) 3861-8000
Celular (21)9994-6006*

DADOS PESSOAIS:

Nascimento – 15 de Maio de 1963

Local de Nascimento – Petrópolis /RJ

Nacionalidade- Brasileira

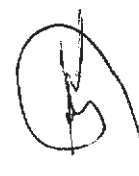
Filiação- Segisfredo Cardoso e Minerva Almeida Cardoso

Estado Civil – Divorciado

Identidade – 0494 3529-0 - Instituto Félix Pacheco – RJ

CPF – 735.105.647-15

FORMAÇÃO ESCOLAR:



Primeiro Grau no Colégio Padre Correa – Correias, segundo distrito de Petrópolis – 1969 a 1976.
Segundo Grau – O primeiro e segundo anos cursados **no Centro de Ensino Integrado de Petrópolis, atual Pedro II**, nos anos de 1977e 1978. **O terceiro ano no Colégio Werneck** , em 1979, também na cidade de Petrópolis

FORMAÇÃO MÉDICA :

Formado em 1985 pela **Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense** - Niteroi , RJ

Médico Especialista em Clínica Médica por conclusão da **Residência Médica** no período de março/89 a fevereiro/91 , no Hospital Naval Marcílio Dias - Rio de Janeiro (RJ)

Médico Especialista em Terapia Intensiva por aprovação em Prova Nacional aplicada pela AMIB em 1994.

Pós Graduação em Administração – MBA EXECUTIVO pela Coppead – UFRJ - 1999

ATIVIDADES PROFISSIONAIS :

1986-1987- Médico Plantonista do CTI do Hospital de Clínicas de Ipanema - Rio de Janeiro

1986-1987 - Médico Assistente do Serviço de Clínica Médica do Hospital Naval Marcílio Dias

1986 -1987 - Médico Plantonista do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1987 -1988 - Encarregado da Divisão de Saúde do Navio Transporte de Tropas Custódio de Melo - responsável pelo atendimento médico , ações preventivas , controle epidemiológico , controle de materiais e medicamentos necessários a uma tripulação de cerca de 300 homens.

1987-1988 - Médico da Força de Apoio da Marinha do Brasil - responsável pela aplicação da política de atenção à saúde , controle epidemiológico , planejamento e execução de operações navais (no que tange à área de saúde) , planejamento de aquisições de materiais e medicamentos para toda Força de Apoio (cerca de 15 navios)

1989-1991- Médico Residente do Hospital Naval Marcílio Dias

1990 - 1991 - Chefe do CTI do Hospital de Clínicas de Niteroi (RJ) - responsável pela gerência técnico administrativa de uma unidade de terapia intensiva de 14 leitos

1991 - Médico Assistente do CTI do Hospital Naval Marcílio Dias

1991-1994 - Chefe de Clínicas do Hospital Mário Lioni (Duque de Caxias -RJ) - responsável pela montagem e gerencia técnico administrativa dos serviços de Clínica Médica , Clínica Cirurgica e Terapia Intensiva

1992-1993- Assistente da Divisão de Saúde do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA)- - um dos responsável pela atenção à saúde de cerca de 4.000 homens , além da gerência administrativa de toda divisão

1994-1995 - Diretor do Hospital de Clínicas Mário Lioni - responsável pela gestão técnico administrativa de um Hospital de 60 (sessenta) leitos

1995 - Diretor da Rede de Centros Médicos ESHO- responsável pela gestão técnico administrativa de nove ambulatorios que realizam em média 30.000 consultas e 10.000 procedimentos /mes

1995 1996 - Superintendente da Empresa de Serviços Hospitalares (ESHO) do Grupo Amil - responsável pela gestão técnico administrativa de toda Empresa que engloba 03 Hospitais , 09 Ambulatórios , 35 postos de Atendimento dentro de Empresas e 01 Unidade Neonatal ; pela política de pessoal de cerca de 1600 funcionários . Instituiu programa de Gestão pela Qualidade , desenvolveu e expandiu Informatização técnico administrativa ambulatorial e hospitalar , alterou forma de manuseio estoques . Atuou na formação médica (criação de curso de pós graduação em Terapia Intensiva credenciado pela AMIB) e Administrativa , entre outras.

1997 – 2000- Diretor Geral do Hospital Barra D’Or – responsável pela implantação e operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 140 leitos de alta complexidade..

2000 –2002 – Diretor Geral do Hospital Copa D’Or – responsável pela implantação, operacionalização e gestão técnico administrativa de um Hospital de 150 leitos de alta complexidade.

2002- 2003 – Diretor Técnico da Gestal – Responsável Técnico da Gestal, empresa de Gestão Hospitalar do IHS (associação do Icatu Participações, do IFC e do Grupo português José de Mello na para projetos na área de saúde). Responsável pela estruturação técnica da empresa e pela criação de um projeto de investimento em uma Rede de Hospitais de baixo custo.

2003 – até hoje – Diretor da Phoenix . Empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de Hospitais e Operadoras de Saúde.

ATIVIDADES ACADÊMICAS :

Monitor de Farmacologia – 1982 -1985

Acadêmico-Plantonista da Emergência do Hospital Universitário Antonio Pedro –1982- 1985

Acadêmico - Plantonista da Unidade de Emergencia do Hospital Municipal Souza Aguiar -1984

Acadêmico-Plantonista do Centro de Terapia Intensiva do Hospital do Andaraí -1985

APROVAÇÕES EM CONCURSOS :

Residência Médica do Inamps (Clínica Médica)- 1986.

Corpo de Saúde da Marinha do Brasil (Clínica Médica)- 1986

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (Clínica Médica).- 1986

ATIVIDADES CIENTÍFICAS :

Co Autor do Livro "Ventilação Mecânica" - Editora REVINTER

Co Autor do Livro "Drogas em terapia Intensiva" - EDITORA REVINTER

PARTICIPAÇÃO EM JORNADAS, CURSOS E CONGRESSOS

XXIV Congresso de Pneumologia e Tisiologia - Recife -1986

XXV Congresso de Pneumologia e Tisiologia - Salvador -1991

XXVI Congresso de Pneumologia e Tisiologia – Natal -1992

IV Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva - Rio de Janeiro -1991

II Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva - São Paulo -1990

III Congresso Centro Sul de Terapia Intensiva - São Paulo -1992

I Congresso Sudeste de Terapia Intensiva - Rio de Janeiro 1992

VIII Congresso Mundial de Terapia Intensiva - Madrid -1992

IX Congresso Mundial de Medicina de Emergência e Desastre - Estocolmo -1992

V Congresso Pan Ibero Americano de Terapia Intensiva - Lisboa 1994

XXVII Feira de Material e Equipamentos Hospitalares - Hospital - Hanover 93 /95

Corpo Docente do Centro de Instrução Especializado da Aeronáutica ministrando instrução no CURSO de ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR – 1998 /1999/2000

HOSPITAL BUSINESS – Rio de Janeiro -1998

I Fórum de Hospitais Privados – Brasil Top Hospital – Brasília 2001

Saúde das Américas – Angra dos Reis – 2001

Hospital Strategy & Governance in Latin América – Miami –2001

II Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo – 2001

Gestão do Negócio Saúde – Salvador – 2002

III Fórum Nacional de Hospitais Privados – São Paulo –2002



IDIOMA:

Inglês – Nível Intermediário
Cultura Inglesa (1976-1980).
English for you - (1994-95-96)
Berlitz (2002-03-04).

Rio de Janeiro, 03 de Março de 2004



Alfredo Luiz de Almeida Cardoso

Aviso nº 334 – Supar/C. Civil

Em 8 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário, Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.961 DE 28 DE JANEIRO DE 2000

Regulamento da MP 2.012-2, de 30-12-99

Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.

.....
Art. 6º A gestão da ANS será exercida pela Diretoria Colegiada, composta por até cinco Diretores, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

.....
DECRETO Nº 3.327, DE 5 DE JANEIRO DE 2000

Vide Lei 9.961, de 28-1-00

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e dá outras providências.

.....
Art. 5º A ANS será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto nos arts. 6º e 31 da Medida Provisória nº 2.012-2, de 1999.

.....
MENSAGEM Nº 44, DE 2004

nº 161/2004 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52. inciso III, alínea f da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e § 1º do art. 52 do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000. submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Gilson Caleman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

Brasília, 8 de abril de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Curriculum Vitae

Í N D I C E

CAPÍTULO I - DA IDENTIFICAÇÃO

CAPÍTULO II - DA FORMAÇÃO EDUCACIONAL

CAPÍTULO III - DA GRADUAÇÃO

3.1. - Estágios Voluntários

3.2. - Cargos Estudantis

CAPÍTULO IV - DO APERFEIÇOAMENTO

4.1. - Residência Médica

4.2. - Cursos de Especialização

4.3. - Seminários

CAPÍTULO V - DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA:

5.1.- Trabalhos Comunicados

5.2.- Trabalhos e Livros Publicados

CAPÍTULO VI - DOS TÍTULOS E DISTINÇÕES

6.1.- Concursos

6.2.- Médico Assistente em Serviços Universitários

CAPÍTULO VII - DA BANCA EXAMINADORA

CAPÍTULO VIII - DAS COMISSÕES

CAPÍTULO IX - DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

CAPÍTULO X - PALESTRAS, CONFERÊNCIAS E CURSOS

CAPÍTULO XI - DO IDIOMA

CAPÍTULO I - DA IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. Nome : Gilson Caleman
- 1.2. Data de Nascimento : 08/11/1953
- 1.3. Naturalidade : Osvaldo Cruz - SP
- 1.4. Nacionalidade : Brasileira
- 1.5. Filiação:
- Pai : Agostinho Caliman
- Mãe : Maria Aparecida Siena Caleman
- 1.6. Estado Civil : Casado
- 1.7. Sexo : Masculino
- 1.8. Endereço : Rua Santa Helena, nº 2245
Bairro Aeroporto Marília - SP
CEP 17514-410
- 1.9. Cédula de Identidade : 6.183.262
- Órgão Expedidor : SSP/SP
- 1.10. Título de Eleitor : 559.493.401-75
- 1.11. C.P.F. : 725.932.888-68
- 1.12. Certificado Militar : 569.572

1.14. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

Nº do Registro : 36.930

CAPÍTULO II - DA FORMAÇÃO EDUCACIONAL:**2.1. Curso Secundário:**

Colégio Alfredo Pucca

Curso : Colegial (Científico)

Conclusão : 1972

2.2. Curso de Graduação:

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

Curso : Medicina

Conclusão : 1979

CAPÍTULO III - DA GRADUAÇÃO:**3.1. Estágios Voluntários:**

3.1.1. Estágio Voluntário como Plantonista do Pronto Socorro Central, da Santa Casa de São Paulo, na área de Clínica Médica, totalizando 17 (dezessete) plantões de 12 (doze) horas.

Período : 02/01/78 a 01/04/78.

3.2. Cargos Estudantis:

3.2.1. Representante Estudantil junto ao Departamento de Fisiologia, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1975 a 1976.

3.2.2. Diretor do Departamento Científico junto ao Centro Acadêmico Manoel de Abreu, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1976 a 1977.

3.2.3. Delegado Representante do Centro Acadêmico Manoel Abreu, no IX ECEM Brasil, realizado em Florianópolis (U.F.S.C.)

Período : julho de 1977.

3.2.4. Vice Presidente do Centro Acadêmico Manoel de Abreu, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1977 a 1978.

3.2.5. Representante de Classe na Comissão de Ensino da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1977 a 1978.

CAPÍTULO IV - DO APERFEIÇOAMENTO:

4.1. Especialização:

4.1.1. Residência Médica na área de Medicina Social, junto ao Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período : 1980 a 1981.

4.1.2. Especialização Médica na área de Homeopatia, junto à Associação Paulista de Homeopatia.

Período : 1982 a 1983.

4.1.3. Curso de Especialização em Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde, promovido pelo PROHASA, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo – SP.

Período : 05/03/85 a 17/12/85

4.1.4. Mestrando em Medicina Baseada em Evidências - Universidade Federal de São Paulo.

Período : Março de 2002 até a presente data.

4.2. Cursos de Aperfeiçoamento:

4.2.1. Curso de Hansenologia – Hospital Lauro de Souza Lima, Departamento de Hospitais de Dermatologia da Coordenadoria de Assistência Hospitalar, da Secretaria de Estado da Saúde.

Período : 26 a 31/01/1983.

4.2.2. Curso de Didática para Medicina Geral e Comunitária, promovido pelo Centro Latino Americano de Tecnologia Educacional para a Saúde (OPAS).

Período : 19 a 21/07/83.

4.2.3. Curso de Procedimentos de Auditoria, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo – SP.

Período : agosto/1993.

4.2.4. Curso sobre Planejamento Estratégico Situacional, com o Prof. Dr. Carlos Matus Nomo, promovido pela Fundação Altadir. Quito. Equador

Período : dezembro/1998.

4.3. Seminários:

4.3.1. Seminário de Aplicação do Enfoque de Risco na Organização dos Serviços de Saúde, promovido pelo Ministério da Saúde e Organização Pan-americana de Saúde.

Período: 30/01/84 a 03/02/84.

CAPÍTULO V - DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA:

5.1. Trabalhos Comunicados:

5.1.1. "Coleta e apuração dos dados necessários ao estudo da Meningite da região da grande São Paulo", junto à Faculdade de Ciências Médicas da Faculdade de São Paulo (em colaboração com a Central de Informações da Secretaria de Saúde e com o Ministério da Saúde).

Período: 1975 a 1976.

5.1.2. "Levantamento Epidemiológico", realizado no município de Cotia, com a finalidade de fornecer subsídios para a instalação do Hospital Centro de Saúde de Cotia, promovido pelo Departamento de Medicina Social, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período: 1º semestre de 1975.

5.1.3. "Influência da testosterona na atividade contrátil em colo uterino das ratas", realizado junto ao Departamento de Ciências Fisiológicas, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Período: 1976 a 1977.

5.1.4. "Estudo descritivo da mortalidade por doenças do aparelho respiratório".

Período: 1976 a 1978 (publicado em 1981)

5.2. Trabalhos e Livros Publicados:

- 5.2.1. Importância das infecções respiratórias agudas (IRA) em crianças no município de São Paulo. Rev. paul. Pediatr;3(9):6-16, jan.-fev. 1985. Tab. Localização: BR1.1
- 5.2.2. Avaliação de procedimentos de alto custo em nefrologia e oncologia: em busca de resultados. Belo Horizonte; s.n; 1994. 106 p.tab, ilus. Localização: BR67.1/616.61*3
- 5.2.3. Informações, controle e avaliação do atendimento hospitalar SUS. Brasília; OPAS; 1995. 56 p. tab. (Desenvolvimento de Serviços de Saúde, 14). Localização: BR599. 1; Z699, CALi, 1995; BR1.1; 3000.00.
- 5.2.4. Auditoria, controle e programação de serviços de saúde. São Paulo; Instituto para o Desenvolvimento da Saúde/ Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Assistência Médico-Hospitalar / Banco Itaú; 1998. 145 p (Saúde & Cidadania, 5).
- 5.2.5. Interdisciplinariedade na educação médica: a experiência da Faculdade de Medicina de Marília (Famema). Rev. adm. Pública; 34(6):81-93, nov.-dez. 2000.graf . Localização: BR939.1 .

CAPÍTULO VI - DOS TÍTULOS E DISTINÇÕES:

6.1. Concursos:

6.1.1. 11º (décimo primeiro) colocado no Concurso de Médico Sanitarista, da Secretaria de Estado da Saúde, realizado no mês de maio de 1981, e nomeado no mês de agosto de 1983.

6.1.2. 1º (primeiro) colocado no Concurso para Professor Assistente do Departamento de Medicina Preventiva, da Faculdade de Medicina de Marília, realizado no mês de fevereiro de 1989.

6.2. Atividades Docentes:

6.2.1. Professor Assistente do Departamento de Medicina Preventiva, da Faculdade de Medicina de Marília, desde fevereiro de 1989.

6.2.2. Chefe da Disciplina de Planejamento e Administração dos Serviços de Saúde, da Faculdade de Medicina de Marília, desde agosto de 1998 até a presente data.

6.2.3. Coordenador do Curso "Avaliação de Qualidade em Saúde", promovido pela Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, em maio/92.

6.2.4. Professor do Curso de Suprimento / Aperfeiçoamento da Administração de Serviços de Saúde, promovido pelo SENAC de São Paulo, em maio/93.

6.2.5 Coordenador do Curso de “Controle e Avaliação”, dirigido para às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Período : julho/93 - Fortaleza - CE

Novembro/93 - Rio De Janeiro - RJ

6.2.6. Aula inaugural do Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará, em fevereiro/94

6.2.7 Coordenador do Curso de Capacitação Gerencial dos Gestores Municipais (Regiões de Marília, Assis e Presidente Prudente – SP), promovido pela Faculdade de Medicina de Marília, em convênio com o Ministério da Saúde e OPAS/OMS .

Período : outubro enovembro 2001.

6.2.8 Coordenador adjunto e professor do Curso de Especialização em Programa Saúde da Família, convênio Ministério da Saúde/OPAS e Faculdade de Medicina de Marília.

Período : 2002 e 2003

6.2.9 Coordenador e professor do Curso MBA em Gestão de Hospitais e Sistemas de Saúde. Convênio entre a Faculdade de Medicina de Marília e Fundação Eurípides Soares da Rocha de Marília.

Período de 2000; 2001.2002 e 2003

CAPÍTULO VII - DA BANCA EXAMINADORA:

- 7.1. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Residência Médica, na área de Medicina Geral e Comunitária, promovida pela Comissão Regional de Aperfeiçoamento das Equipes de Saúde / Superintendência Regional INAMPS de São Paulo, em 1984.
- 7.2. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Dentista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, em 15/08/1997.
- 7.3. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Médico (Clínica Médica e Cirurgia Geral) do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, em 22/04/1999.
- 7.4. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Médico Pediatra do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, em 16/02/2000.
- 7.5. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Médico Obstetra do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, em 29/07/2000.
- 7.6. Membro da Banca Examinadora do Concurso de Médico Obstetra do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital

das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, em janeiro 2003.

CAPÍTULO VIII - DAS COMISSÕES:

- 8.1. Membro e Preceptor da Comissão de Ensino do Programa de Residência de Medicina Geral e Comunitária da Associação Hospitalar de Cotia / INAMPS, no período de março de 1982 a janeiro de 1985.
- 8.2. Membro da Comissão que elaborou os novos termos de adesão da Secretaria de Saúde / SUDS – SP – Resolução CIS nº 061/88.
- 8.3. Presidente da Comissão Ministerial que elaborou a Proposta de Implantação de Política Nacional de Medicamentos – Portaria MS nº 461 de fevereiro de 1994.
- 8.4. Membro da Comissão Assessora da X Conferência Nacional de Saúde, no período de abril a setembro de 1996.
- 8.5. Presidente da Comissão de Farmacologia e Padronização de Medicamentos, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, desde maio de 1996 até a presente data.
- 8.6. Membro Representante da Faculdade de Medicina de Marília no Conselho Municipal de Saúde de Marília, desde janeiro de 1996 até outubro de 2001.

- 9.1. Médico Sanitarista Auxiliar da Associação Hospital De Cotia.
Período : janeiro/82 a agosto/84.
- 9.2. Diretor Técnico Substituto da Associação Hospital De Cotia
(Centro de Saúde Escola).
Período : agosto/84 a dezembro/84.
- 9.3. Membro do Grupo de Trabalho criado pelo Secretário da
Saúde em Outubro de 1985, que formulou a Proposta de
Reforma Técnico Administrativa da Secretaria de Saúde de
São Paulo.
- 9.4. Diretor Técnico do Módulo de Saúde de Mauá - SP.
Coordenação do Programa Metropolitano de Saúde.
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.
Período : janeiro de 1985 a 19/11/86.
- 9.5. Diretor Técnico do Ersá-10 de Mauá - SP.
Coordenação de Regiões de Saúde 1 - SES - SP.
Período : 19/11/1986 a julho de 1987.
- 9.6. Coordenador Regional de Promoção da Integração dos
Serviços de Saúde Superintendência Regional do INAMPS
São Paulo.
Período : outubro/1987 a dezembro/1988.
- 9.7. Sub-Coordenador da Unidade da Avaliação e Controle do
Suds-SP.
Período : outubro/1987 a dezembro/1989

- 9.8. Assistente Técnico de Direção do Ers-45 - Marília, exercendo a função de responsável pela Unidade de Avaliação e Controle.
Período : janeiro/89 a junho/91.
- 9.9. Coordenador substituto da Coordenação de Regiões de Saúde 2, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.
Período : 19/01/90 a 21/05/90.
- 9.10. Professor concursado do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Marília.
Período : abril/89 até a presente data.
- 9.11. Membro do Grupo de Trabalho da Organização Pan-Americana de Saúde, para Proposta Metodologia de Avaliação de Qualidade de Serviços de Saúde.
Período : dezembro/1991.
- 9.12. Médico Auditor da Unidade de Avaliação e Controle, Escritório Regional de Saúde de Marília – SES – SP.
Período : junho/91 a fevereiro/93.
- 9.13. Coordenador Geral dos Projetos Especiais da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde.
Período : fevereiro/93 a julho/93 - Portaria Ministerial nº 125 de 02/02/93.
- 9.14. Coordenador Geral de Controle de Serviços de Saúde do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação dos

Serviços de Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde.

Período : julho/93 a fevereiro/94 - Portaria Ministerial nº 810 de julho/93.

- 9.15. Diretor do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde - Ministério da Saúde.

Período : fevereiro/94 a fevereiro/95 - Decreto Presidencial de fevereiro/94.

- 9.16. Secretário de Assistência à Saúde Substituto - Ministério da Saúde.

Período : abril/94 a fevereiro/95 - Decreto de 12/04/94.

- 9.17. Membro do Grupo Ministerial que elaborou proposta do Sistema Nacional de Auditoria do Ministério da Saúde - Portaria Ministerial nº 22 de 06/01/94.

- 9.18. Representante do Ministério da Saúde (Suplente) na Comissão Intergestora Tripartite da Secretaria de Assistência à Saúde.

Período : fevereiro/94 a fevereiro/95.

- 9.19. Representante suplente do Ministério da Saúde no Conselho Nacional de Saúde.

Período : abril/94 a fevereiro/95.

9.20. Representante do Ministério da Saúde na Comissão Interministerial para elaboração de alternativas de financiamento do SUS.

Período : agosto/94 a dezembro/94.

9.21. Assistente Técnico de Direção da Diretoria Executiva da Faculdade de Medicina de Marília.

Período : março/95 a maio/96.

9.22. Consultor do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), para elaboração da Norma Operacional Básica nº 01/96 do Ministério da Saúde.

Período : março/96 a julho/96

9.23. Consultor do Convênio entre Fundação Unicamp e CASSI (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil), visando a reorientação da assistência médica aos beneficiários.

Período : janeiro/96 a dezembro/97.

9.24. Diretor Técnico do Hospital das Clínicas de Marília da Faculdade de Medicina de Marília.

Período : maio/96 a maio/01.

9.25. Consultor do Institute For Health Sector Development, London – England, prestando consultoria junto à Secretaria Estadual de Saúde do Ceará, sobre Central de Regulação e Indicadores de Atenção Secundária.

Período : junho/00 a dezembro/00.

9.26. Consultor da Agência de Saúde Suplementar do Rio de Janeiro, visando a elaboração de Indicadores de Qualidade de Assistência na Saúde Suplementar.

Período : junho/00 a agosto 2001.

9.27. Diretor Técnico da Unidade Materno-Infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília.

Período : fevereiro/01 até fevereiro 2004.

9.2.8. Diretor Técnico do Hospital Regional de Assis - Convênio Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e Faculdade de Medicina de Marília.

Período : março de 2002 até outubro/2002

9.2.9. Diretor Administrativo da Faculdade de Medicina de Marília.

Período : outubro de 2002 até a presente data.

9.30. Diretor Tesoureiro da Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília.

Peíodo : maio 2003 até a presente data.

9.31. Consultor do Departamento de Desenvolvimento, Controle e Avaliação de Serviços de Saúde- Secretaria de Assistência à Saúde- Ministério da Saúde.

Período : Novembro 2003 até a presente data.

CAPÍTULO X - PALESTRAS e CONFERÊNCIAS :

- 10.1. Palestra no Curso de Planejamento, promovido pela Secretaria de Estado da Saúde, em dezembro/88, realizado em Campinas e Bragança Paulista.
- 10.2. Relator da Mesa Redonda "Controle e Avaliação do SUS", IX Conferência Nacional de Saúde , em Brasília - DF.
- 10.3. Debatedor na Mesa Redonda "Sistema de Informação no SUS", IX Conferência Nacional de Saúde, em Brasília - DF.
- 10.4. Debatedor na área sobre a descentralização da Gestão dos Serviços de Saúde, no Congresso da Abrasco, em Recife, julho/94.
- 10.5. Palestra sobre "Controle e Avaliação no SUS", no 10º Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde, em Goiânia - GO, em agosto/94.
- 10.6. Palestra sobre Gestão de Qualidade em Saúde, apresentada na Oficina de Trabalho promovida pelo Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Niterói	- 03/94
São Paulo	- 06/94
São José Dos Campos	- 07/94
Manaus	- 08/94
Marília	- 11/94
Joinville	- 04/95

- 10.7. Palestra sobre Descentralização da Gestão de Serviços de Saúde, apresentada no Encontro Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, em Fortaleza, em dezembro/94.
- 10.8. Relator da III Conferência Municipal de Saúde do Município de Marília, em dezembro/95.
- 10.9. Coordenador e Relator da Mesa Complementar "Sistema de Custos nos Serviços de Saúde", da X Conferência Nacional de Saúde, em setembro/96.
- 10.10. Debatedor da Mesa Complementar "O Hospital Universitário - Perspectivas Atuais", da X Conferência Nacional de Saúde, em setembro/96.
- 10.11. Palestra sobre Controle e Avaliação no Sistema Único de Saúde, na Conferência Municipal de Saúde de Foz de Iguaçu - PR, em agosto/97.
- 10.12. Palestra sobre a Prevalência da Diabetes Mellitus no Brasil, do Programa de Haward - Medical International; Joslin Diabetes Centers e Sociedade Brasileira de Diabetes, Marília - SP, em abril/98.
- 10.13. Palestra sobre Central de Regulação, no I Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, em agosto/98.
- 10.14. Palestra sobre a Inserção dos Hospitais Universitários e de Ensino no SUS, na Oficina de Trabalho, realizada pelo Conselho Nacional de Saúde, em abril/99.

- 10.15 Palestra sobre Avaliação e Controle, no II Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, em Praia Grande - SP, em abril/99.
- 10.16. Palestra sobre inserção dos Hospitais Universitários no Sistema Único de Saúde, no curso de Capacitação Gerencial dos Gestores Municipais (Região de Campinas), promovido pelo Departamento de Medicina Preventiva da UNICAMP, em outubro/2001, outubro 2002 e outubro 2003.

CAPÍTULO XI - DO IDIOMA:

- 11.1. Curso Intermediário de Inglês, realizado no Instituto Audiovisual de Ensino de Línguas.
- Período: 10/05/75 a 12/11/76.

Aviso nº 334 – Supar/C. Civil

Em 8 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário, Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.961 DE 28 DE JANEIRO DE 2000

Regulamento da MP 2.012-2, de 30-12-99

Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.

.....
Art. 6º A gestão da ANS será exercida pela Diretoria Colegiada, composta por até cinco Diretores, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

.....
DECRETO Nº 3.327, DE 5 DE JANEIRO DE 2000
Vide Lei 9.961, de 28-1-00

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e dá outras providências.

.....
Art. 5º A ANS será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da indicação pelo Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto nos arts. 6º e 31 da Medida Provisória nº 2.012-2, de 1999.

.....
O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais.

Tendo em vista o feriado do dia 21, quarta-feira, as sessões de segunda e terça-feira próximas serão deliberativas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2004**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti (Bloco/PT SC)

A matéria constou da Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias de 25, 30 e 31 de março, 1º e 6 de abril, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

À Medida Provisória foram apresentadas 13 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Zarattini (PT-SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida

Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 27 de janeiro e não se instalou; a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 6 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 17 de março; o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 8 de março, e o de sessenta dias de vigência, no dia 23, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional; a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 23 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Delcídio Amaral Relator revisor, a quem concedo a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de lei de conversão de que trataremos hoje é relativo à medida provisória editada pelo Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com o propósito de alterar a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Seguindo o rito do processo legislativo relativo às medidas provisórias, a Medida Provisória nº 163, de 2004, foi apreciada quanto a sua admissibilidade e mérito no plenário da Câmara dos Deputados, tendo a Casa de origem concluído por sua admissibilidade quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e de sua adequação orçamentária, e, no mérito, pela sua aprovação sob a forma do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, que ora vem à revisão do Senado Federal.

Por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o prazo de validade da medida provisória foi prorrogado por mais 60 dias, a partir de 20 de março último.

O conteúdo do referido projeto de conversão apresenta os seguintes tópicos principais:

Define novas atribuições para a Casa Civil da Presidência da República;

Cria a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República e o respectivo cargo de Ministro;

Cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mediante transformação do extinto Ministério de Assistência social, e transfere para o novo Ministério diversos órgãos que atuam na implementação da política social;

Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e Funções Gratificadas “para atendimento imediato das necessidades dos órgãos e entidades” (art. 11);

Extingue órgãos e transfere competências e cargos para órgãos da nova estrutura;

Eleva de 40% para 65% o percentual do adicional a ser pago aos servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente designados para exercer cargo em comissão de natureza especial ou cargo de direção de instituição federal de ensino, com o propósito de “incentivar a profissionalização do exercício dos cargos em comissão”.

Convém lembrar, Sr. Presidente, que estão sendo criados 2.793 cargos dentro do processo do Governo Federal, no sentido de eliminar e rever a terceirização das consultorias, incentivando efetivamente a profissionalização de nossos funcionários. Convém lembrar também que dentro dessas 2.793 vagas estão as 1.000 vagas aprovadas pela Medida Provisória nº 105, do ano passado, que foram cortadas em virtude de reduções orçamentárias.

Com relação à admissibilidade e à constitucionalidade citadas anteriormente, gostaria de registrar o pleno atendimento à Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, lembrando que o acréscimo de despesa previsto para o exercício de 2004 está previsto no Anexo VII, item 4, da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Para os exercícios de 2005 e 2006, existem os recursos contemplados em razão da série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

Quanto ao mérito, manifesto a exposição de motivos do Poder Executivo que acompanha a mensagem presidencial sobre a presente medida provisória:

(...) alguns ajustes tópicos mostram-se necessários para conferir maior efetividade à ação governamental, especialmente no que se refere às áreas social e de coordenação política e institucional da estrutura da administração pública federal. A presente proposta de medida provisória tem como objetivo promover essas alterações na organização da Presidência da República e dos Ministérios, propiciando melhores condições para formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e para a conseqüente execução das ações de Governo.

Sr. Presidente, em face do exposto, da admissibilidade, da constitucionalidade, da relevância e urgência e pela exposição de motivos do Poder Executivo no encaminhamento da Medida Provisória, voto pela aprovação integral do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, restando prejudicada a Medida Provisória nº 163, de 2004.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o meu relatório.

É o seguinte o texto do Parecer do Relator – revisor na íntegra:

PARECER Nº 334, DE 2004–PLEN

De Plenário, em substituição à Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, originário da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Decídio Amaral**

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de Conversão Drove-niente da Medida Provisória editada pelo Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com o propósito de alterar a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. O ato normativo foi baixado pelo Chefe do Executivo com vistas à implementação do que foi divulgado recentemente pela mídia como reforma ministerial.

Seguindo o rito do processo legislativo relativo às Medidas Provisórias, a Medida Provisória nº 163, de 2004, foi apreciada quanto a sua admissibilidade e mérito no Plenário da Câmara dos Deputados, tendo a Casa de origem concluído por sua admissibilidade, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e de sua adequação orçamentária, e no mérito, pela sua aprovação sob a forma do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, que ora vem à revisão do Senado Federal.

Por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o prazo de validade da MP foi prorrogado por mais sessenta dias, a partir de 20 de março último.

A Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP teve seus membros designados, mas não chegou a ser instalada.

O conteúdo do referido ato apresenta os seguintes tópicos principais:

Define novas atribuições para a Casa Civil da Presidência da República.

Cria a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República e o respectivo cargo de ministro.

Cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mediante transformação do extinto Ministério de Assistência Social, e transfere para o novo Ministério diversos órgãos que atuam na implementação da política social.

Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e Funções Gratificadas “para atendimento imediato das necessidades dos órgãos e entidades” (art. 11).

Extingue órgãos e transfere competências e cargos para órgãos da nova estrutura.

Eleva de 40% para 65% o percentual do adicional a ser pago aos servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente designados para exercer cargo em comissão de natureza especial ou cargo de direção de instituição federal de ensino, com o propósito de “incentivar a, profissionalização do exercício dos cargos em comissão”.

II – Análise

Da Admissibilidade e constitucionalidade

A MP foi editada em conformidade com as normas art. 62 da Constituição Federal e no § 1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

Determina o art. 8º da Norma Regimental que o Plenário de cada uma das Casas apreciará, antes do exame do mérito, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

A justificação apresentada pelo Governo enseja ajuizar como atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, valendo ressaltar que a matéria situa-se no âmbito de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II, **a e e**, da Constituição Federal.

Verifica-se, ainda, que se trata de matéria não incluída entre aquelas assinaladas como de competência exclusiva do Congresso Nacional – art. 51 – ou do Senado Federal – art. 52 –, tratando-se de matéria tipicamente enquadrada no art. 48 da nossa Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a disposição sobre as matérias de competência da União, na forma de leis.

Adicionalmente, não dispõe o texto sobre matéria cuja deliberação ou tramitação esbarre nos limites materiais estabelecidos no art. 60, § 4º, da Carta Magna.

Restam também atendidos os preceitos da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a julgar pelas afirmações contidas na exposição de motivos, segundo as quais “o acréscimo de despesa previsto para o exercício de 2004 está previsto no Anexo VII, item 4, da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Para os exercícios de 2005 e 2006, as estimativas de custos reduzirão a margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado daqueles exercícios. No entanto, esse aumento de despesa mostra-se compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos”.

Do mérito

A providência contida na MP guarda consonância com a diretriz que vem sendo seguida pelo Executivo, desde governos anteriores, no sentido de proceder a ajuste na estrutura organizacional da Administração Direta por meio de medida provisória, em consonância com a competência do Chefe do Executivo para dirigir a Administração Federal, nos termos do inciso II do art. 84 da Constituição Federal.

Para justificação das medidas baixadas, o Executivo assim se manifesta na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial sobre a MP:

(...) alguns ajustes tópicos mostram-se necessários para conferirem maior efetividade à ação governamental, especialmente no que se refere às áreas social e de coordenação política e institucional da estrutura da administração pública federal. A presente proposta de medida provisória tem como objetivo promover essas alterações na organização da Presidência da República e dos Ministérios, propiciando melhores condições para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e para a conseqüente execução das ações de Governo.

O novo desenho institucional dos órgãos de cúpula da Administração Federal situa-se, evidentemente, no campo de poder discricionário do Chefe do Executivo.

Com relação ao tópico de menor transparência no articulado da MP – a criação de cargos de confiança, art. 11 – o Executivo assim justifica a proposta em sua exposição de motivos:

(...) a proposta visa suprir a carência de cargos em comissão gerenciados pela Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de possibilitar

o atendimento das demandas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, viabilizando o redesenho de suas estruturas organizacionais, para um melhor desempenho de suas competências institucionais. (...) Assim, para atender tais demandas da administração pública federal e para estruturar os órgãos criados e transformados, propõe-se criar cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas (FG) (...)

Cumprir registrar, a propósito, que não é costume político-legislativo desta Casa opor questionamentos de oportunidade e conveniência a propostas de criação de cargos na Administração Federal, desde que atendidos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e de adequação orçamentária e financeira.

III – Voto

Em face do exposto, voto pela admissibilidade, constitucionalidade, relevância urgência e pela aprovação integral do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, restando prejudicada a Medida Provisória nº 163, de 2004.

Sala das Sessões, – **Delcídio Amaral**, Relator-Revisor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão.

Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pareceres da Relator: Deputado Zarattini (PT-SP), e da Relatora revisora, Senadora Ideli Salvatti, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Submeto ao Plenário a constitucionalidade e a urgência.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a discutirá o mérito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (S/Partido – AL) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Votam contra a Senadora Heloísa Helena e os Se-

nadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra e Antero Paes de Barros.

Pediria aos demais Senadores que desejam registrar o voto contrário para declinarem os seus nomes pelo microfone, a fim de que a Mesa não omita nenhum Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Senador Almeida Lima, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senadores Almeida Lima, Efraim Morais e Lúcia Vânia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador José Agripino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senadores José Agripino e José Jorge.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Senador Reginaldo Duarte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senadores Reginaldo Duarte, João Tenório, Eduardo Azeredo e Marcos Guerra.

Aprovadas, passa-se à apreciação do mérito.

Passamos à discussão do mérito do Projeto de Lei de Conversão e das emendas em turno único.

Com a palavra o Senador José Jorge, primeiro inscrito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, na realidade, esta Medida Provisória faz poucas alterações na estrutura administrativa do Governo Federal, praticamente nenhuma. Ela serve mesmo para criar um grande trem-da-alegria. Aliás, se eu não considerasse tanto o Senador Delcídio Amaral e se não fosse uma pessoa de tão alto nível, diria que ele é o maquinista desse trem-da-alegria. Se verificarmos, cria 2.800 cargos em comissão.

Vou ler para ficar mais claro, porque o resto da medida provisória não tem nenhuma importância, Senadora Heloisa Helena. Trata-se apenas da criação de 2.800 cargos para serem preenchidos pelos companheiros do Partido dos Trabalhadores, enquanto temos dez milhões de desempregados, inclusive alguns desesperados, como o que hoje tocou fogo em seu próprio corpo defronte do Palácio do Planalto. Esses desempregados não estão sendo levados em conta, mas os companheiros que não se elegeram, os companheiros que estão desempregados têm as seguintes vagas: 11 DAS-6; 70 DAS-5; 280 DAS-4; 260 DAS-3; 480 DAS-2; 220 DAS-1; 1.175 FG-1; 190 FG-2 e 99 FG-3. Somei e são praticamente 2.800 cargos em comissão para serem preenchidos pelo Governo com os companheiros.

Outra questão grave: de todos esses cargos, quando preenchidos pelos militantes do Partido dos

Trabalhadores, 10% serão pagos ao partido. Além de aumentarmos a despesa pública com cargos que, na realidade, não são necessários nessa quantidade, vamos encher a tesouraria do PT com esse dinheiro. Se considerarmos um salário médio de R\$1.000, são R\$2.800 milhões por mês, dos quais 10% vão para o PT, R\$280 mil por mês que, durante um ano, são quase R\$3 milhões que vão encher os cofres do PT.

Tenho, Sr. Presidente, um projeto que está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo qual queremos impedir que partidos políticos obriguem pessoas que estão em cargo em comissão a pagar percentual do seu salário como dízimo para ser utilizado em atividades políticas. Quando o governo nomeia uma pessoa para um cargo em comissão, quer-lhe dar um salário digno, para a pessoa sobreviver e sustentar a sua família. Ora, a pessoa já paga Imposto de Renda, já paga Previdência e, agora, ainda é obrigada a pagar 10% para o partido, que, na realidade, são recolhidos de forma bastante autoritária.

No Capítulo II do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, cujo título é “Das Contribuições Obrigatórias”, art. 171, lê-se:

Art. 171. Filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao partido correspondente a um percentual do total líquido da respectiva remuneração mensal, conforme tabela progressiva a que se refere o art. 173 deste Estatuto.

Existe uma tabela progressiva de acordo com os salários. Ainda segundo o § 3º do art. 171:

§ 3º. O detentor de cargo ou função no Executivo ou Legislativo deverá autorizar o departamento financeiro da fonte pagadora a fornecer todas as informações ao partido, bem como a fornecer à tesouraria do partido cópia dos contra-cheques, cópia de leis ou decretos referentes à sua remuneração.

Ele tem de enviar o contra-cheque ao partido, assim como cópias de leis ou decretos referentes à remuneração.

Sr. Presidente, é uma cobrança compulsória para aqueles que ocupam cargos e são filiados ao PT. Por outro lado, existe uma emenda a essa medida provisória. E inclusive faço um apelo para que o Senador Relator Delcídio Amaral aceite a emenda, que considero moralizadora. Já que vamos criar os 2.800 cargos propostos pelo Governo, que, pelo menos, não se permita cobrar dessas pessoas nomeadas para os cofres do PT.

O Deputado Ricardo Barros apresentou, na Câmara dos Deputados, emenda que dispõe:

Parágrafo único. É vedado o débito em folha para os cargos de confiança de que trata o caput deste artigo, para fins de contribuição partidária.

Não apenas para o PT, mas para qualquer partido haverá o veto de que essas pessoas sejam descontadas em folha. Isso acontece atualmente, mas é ilegal a cobrança em folha.

Então, peço ao Senador Delcídio Amaral que olhe com carinho para dar um parecer favorável a essa emenda. Assim, pelo menos nesse caso, que essa situação seja considerada. Tenho um projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e espero poder aprová-lo rapidamente. O Senador Alvaro Dias, que é o Relator, já deu parecer favorável, mas, por enquanto, pelo menos em relação a esses cargos criados pelo próprio Governo, que se impeça que o PT possa receber dinheiro a partir dos salários que foram colocados.

Portanto, Sr. Presidente, posiciono-me contrariamente à medida provisória e ao Relatório do Senador Delcídio e a favor do destaque que solicitei ao lado de outros Srs. Senadores.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, o Presidente Fernando Henrique fez comentários a respeito da atuação do Governo e foi vigorosamente criticado porque entendem que, na condição de ex-Presidente da República, não podia falar.

Dentre as muitas coisas ditas, afirmou que o País não tem projeto. Há um vácuo na Administração Pública. No entanto, é preciso reconhecer que o Governo não tem projeto de governo; que não sabe o que fazer com as ameaças de João Pedro Stédile; que não tem uma proposta para a reforma agrária; que não priorizou a reforma agrária no Orçamento da União; que não tem proposta para a segurança pública e dá as costas ao Rio de Janeiro, onde há uma guerra civil instalada; que não fez a reforma tributária, embora se vanglorie de tê-la feito; que aumentou impostos ao invés de não tê-los aumentado. O Governo age assim e, lamentavelmente, estabelece claramente para a Nação que há uma paralisia. Quantos mil funcionários federais nós temos? Com todos esses milhares de funcionários federais, o

Governo está parado, não tem nenhum planejamento. Quem faz o planejamento do Governo é a argumentação em decibéis. O Governo toma providências muito mais pelos gritos do Stédile do que em função da argumentação do Ministro do Planejamento. E esse Ministro criticava o Governo.

Não é ética esta medida provisória que estamos votando aqui. Daqui a três meses, a Administração Pública do Brasil inteiro não poderá contratar; daqui a três meses, os prefeitos e governadores não poderão contratar. Este é um ano eleitoral, e o Governo vem com a proposta de criar exatos 2.791 novos cargos. Há um detalhe para o qual quero chamar a atenção do Plenário: são cargos em comissão. Sei que não há impedimento legal para a contratação de pessoas para ocuparem cargos em comissão, desde que eles existam. O Governo está criando 2.791 novos cargos em comissão em um ano eleitoral e estabelece, com sua medida provisória, uma profunda injustiça para com os servidores.

O fato foi mencionado pelo Senador do Mato Grosso do Sul, relator da matéria. O Senador Delcídio Amaral, no art. 12, letra “c”, diz que haverá um aumento de 40% para 65% nos cargos comissionados. Pergunto-lhes: os servidores públicos federais terão aumento de 25% ou esse aumento refere-se exclusivamente aos cargos comissionados? Há uma enorme coincidência. Os cargos comissionados são exclusivamente aqueles que, pelo Estatuto, estão obrigados a contribuir com o Partido dos Trabalhadores. O que é isso? Trata-se de um projeto para um Governo que se está envolvendo na chamada teia Waldomiro Diniz, que afirmou tê-lo alertado em junho, sem que nenhuma providência fosse tomada. Este é o momento para que o Governo retome o debate ético e peça a retirada desta medida provisória. Isso não é correto. É mais uma forma de criar fundos de arrecadação para campanha.

O Senador José Jorge já disse aqui: para os que contribuem com 10%, a receita mensal para o partido será de R\$280 mil; existem os que contribuem com 30%, ou seja, uma receita de R\$740 mil, se o cálculo for feito sobre 30%. Não é absolutamente correto que o Governo trabalhe dessa forma. Ou seja, o que se vai fazer com a segurança no Rio de Janeiro? Quais foram as propostas apresentadas pela Comissão de Segurança? As Forças Armadas serão ou não utilizadas no combate ao crime organizado? Serão utilizadas ou não no combate ao narcotráfico? As Forças Armadas cuidarão ou não das nossas fronteiras? Haverá ou não apoio à Governadora Rosinha e ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho? São perguntas que o Governo não sabe responder. Não há projeto de Governo.

Agora, aumentam 2.791 cargos, e a conta é feita assim: isso é bom para manter o poder? Isso é bom para ter apaniguados? É essa a questão que se está debatendo.

O País está parado! As ações do Governo não existem. As estradas brasileiras nunca estiveram tão abandonadas. As rodovias federais nunca estiveram tão desassistidas. A reforma agrária nunca foi tratada com tanto desleixo. Esperávamos que houvesse uma política melhor em todas essas áreas. E qual é a única providência que o Governo toma? A de contratar servidores em comissão. Qual a outra providência que o Governo toma? Aumentar de 40 para 65%. De quem? Daqueles que podem contribuir com o Partido do Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, rigorosamente este projeto não é ético, rigorosamente esta medida provisória não poderia sequer ter sido apresentada em um ano eleitoral, rigorosamente isso não vai alterar em nada a eficiência da Administração Pública Federal. O Governo propõe aumentar em 2.791 servidores e não consegue cumprir a lei dos agentes da Polícia Federal, cuja legislação lhes dá o direito, já que se exige curso superior para entrar na carreira, de ter o salário equivalente a quem tenha responsabilidade de ter curso superior. Por que essas questões não são avaliadas? Por que é dado um tratamento preferencial a quem tem cargos de comissão, aos que são indicados por bilhetinhos, aos que são acertados dentro do Congresso Nacional para que possam ocupar essa ou aquela função? Isso rigorosamente não é ético, não é correto. Isso é um apadrinhamento desnecessário para ver se, dessa forma, a eleição é mais bem enfrentada.

Mas o Brasil não quer isso. O que vejo são as pessoas aplaudindo a decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral ao reduzir o número de vereadores. As pessoas não estão observando a eficiência da máquina pública.

O Governo comete um erro gravíssimo. Temos de fazer com que o serviço público chegue a todos, mas na política do Governo do PT, eles querem todos os seus apaniguados dentro do serviço público, quando o correto seria o serviço público chegar a todos.

É lamentável que não exista plano de Governo; é lamentável que não exista projeto de Governo; é lamentável que só exista projeto de poder, mas não tenho dúvida de que a população brasileira não perdeu a capacidade de se indignar. A população brasileira quer acesso aos serviços públicos, quer o fim das filas na saúde, quer educação com acesso para todos, quer o estabelecimento de acesso às universidades públicas e não quer que o Governo aja para inchar a máquina

pública, que ficará mais pesada, lenta e ineficiente. Isso só tem uma vantagem, na avaliação do Governo: descontar mais para o Partido dos Trabalhadores.

Isso é eticamente indefensável, Sr. Presidente, e eu conclamo o Senado a rejeitar esta medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, para discutir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, faço questão de registrar que não condeno as disposições estatutárias de partido algum que estabelece que seus filiados, por livre e espontânea vontade, contribuam com um percentual do seu salário para as estruturas partidárias. Eu mesma, mesmo depois de expulsa do PT, fiz questão, inclusive, de honrar uma dívida que tinha com o Partido, onde é cobrado juros sobre juros, para garantir isso.

Mas me preocupo muito em ver o tesoureiro do PT fazer o tráfico de influência para liberar recursos atrasados de empreiteiras e, certamente, utilizar isso a fim de conseguir dinheiro para campanha. Isso realmente me preocupa, do mesmo jeito que me preocupou muito ouvir o depoimento do Sr. Waldomiro, hoje, dizendo que se utilizou dinheiro sujo do narcotráfico para financiar campanhas do PT. Isso me preocupa bastante.

Em relação à medida provisória, vou tratar de algo que já tratava quando o então Presidente Fernando Henrique mandava para cá a criação de cargos, porque é a mesma coisa. O Presidente Fernando Henrique fez; o Presidente Lula faz. É a mesma coisa! Ou seja, é tratar o aparato público, o aparelho de Estado como uma caixinha de objetos pessoais a ser manipulada conforme as conveniências dos dirigentes políticos de plantão, das estruturas partidárias ou da moeda de troca estabelecida nas relações promíscuas entre o Poder Legislativo e os interesses eleitorais dos partidos políticos da base de bajulação nos seus respectivos Estados. Isso é o que me preocupa, porque diz respeito a uma questão que sempre discutimos no passado.

Às vezes, fico realmente impressionada com tanta metamorfose, porque metamorfose bonita é a da música do compositor Raul Seixas. No âmbito da política, isso vira demagogia eleitoreira, é algo horrível.

No passado, Sr. Presidente, sempre discutíamos a necessidade e trabalhamos muito para a aprovação de determinadas alterações da legislação vigente no País. Inclusive, aprovou-se, em 1989, a Lei nº 7.834, que autorizava investimentos a serem disponibiliza-

dos no Orçamento público com o fulcro de priorizar cursos a serem oferecidos aos servidores públicos, a fim de prepará-los devidamente para as chefias, o assessoramento, visando garantir aquilo que sempre entendíamos que era de fundamental importância: a continuidade das ações do serviço público.

É evidente que deve haver um grau de liberdade do comando político de uma determinada estrutura pública para os cargos de primeiro escalão e também para garantir a permeabilidade entre pessoas que estão fora do aparato público, na sociedade em geral, e que podem ter muito a contribuir, com a sua competência técnica, dentro da estrutura do aparelho do Estado. Entretanto, sabemos como funciona o debate dos cargos comissionados: uma distribuição aleatória, arbitrária e clientelista. Há abundância dos cargos comissionados na Administração Pública. Não é à toa que existem, hoje, mais de 19,6 mil cargos comissionados somente no Poder Executivo, sem contar os Poderes Legislativo e Judiciário. São mais de 19,6 mil cargos comissionados na Administração Direta, Autárquica e Fundacional! E o que tem sido feito com esse dispositivo? Aquele dispositivo, alterado na Constituição, para que os cargos comissionados pudessem ser preferencialmente ocupados pelos servidores públicos das carreiras de Estado, tornou-se absolutamente inútil, porque há um verdadeiro abismo entre o referido dispositivo e a forma como esses cargos comissionados são hoje ocupados.

Então, o que significa esta medida provisória, Sr. Presidente? A indicação de apadrinhados sem qualquer vinculação permanente com o serviço público. Para tanto, basta vermos os dados oficiais que tratam da análise da ocupação desses cargos de livre provimento. O que está havendo é a proliferação, de maneira acintosa, da utilização dos cargos públicos pelas máquinas dos partidos políticos. Portanto, o Governo Lula consolida, do mesmo jeito que o Governo Fernando Henrique consolidava, uma visão patrimonialista e personalista, como se o cargo fosse propriedade de quem dele dispõe para livre nomeação. Os princípios de impessoalidade e moralidade são jogados na lata do lixo para favorecer o jogo político com as respectivas bases de bajulação.

E é por isso, Sr. Presidente, que não posso votar favoravelmente a esta medida provisória, porque conhecemos as interferências fisiológicas e clientelistas, a moeda de troca que, muitas vezes, é associada à corrupção em nosso País e, freqüentemente, leva a uma subversão do sistema de mérito.

Além disso, nem sempre as pessoas que entram no serviço público são necessariamente as mais éticas. Podem entrar as mais preparadas, mas isso não

significa que é **sine qua non** que entrem as pessoas mais éticas. Entretanto, em nome da profissionalização do serviço público, da organicidade e continuidade das políticas públicas, do aumento da eficácia e da eficiência da ação de Governo, é de fundamental importância planos de cargos e carreiras, o reconhecimento dos servidores públicos, para garantir a eficácia da prestação do serviço do aparelho de Estado, e não isso que, infelizmente, é criado a cada momento. Certamente, no jogo político, existe a necessidade da criação de novas moedas de troca, para atender à voracidade e garantir a “pança cheia” da base de bajulação do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei de Conversão nº 20, que estamos apreciando e por votar, pode constituir-se num passo importante para que o Governo Lula responda adequadamente às observações feitas aqui de que nada se estava fazendo.

Em verdade, a melhoria representada pelo projeto de lei de conversão, sobretudo a transformação de alguns órgãos que serão abrangidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é algo de grande relevância, que já se iniciou com a unificação dos programas Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás, todos transformados no Bolsa Família. Desde o final do ano passado, esse programa beneficiou 3,6 milhões de famílias e abrangerá, em meados deste ano, 4,5 milhões e, em 2006, 11,3 milhões de famílias, correspondendo a, aproximadamente, 45 milhões de pessoas, praticamente um quarto da população brasileira.

O programa Bolsa Família ainda é um tanto modesto e trata da transferência de renda de R\$ 50,00 a R\$ 95,00 para as famílias cuja renda seja, no máximo, R\$ 50,00 **per capita** e que tenham crianças até 16 anos. Para as famílias com renda mensal **per capita** entre R\$ 50,00 a R\$ 100,00, a contribuição é de R\$ 15,00, R\$ 30,00 ou R\$ 45,00, não havendo os R\$ 50,00 para as famílias mais pobres.

Esse é um passo importante na direção da proposta aprovada pelo Senado e pelo Congresso Nacional de se instituir gradualmente, a partir de 2005, uma renda básica de cidadania, para que haja maior eficiência no combate à fome, na erradicação da pobreza absoluta e na melhoria do sentido de equidade da sociedade brasileira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores manifestaram hoje grande preocupação com a guerra do narcotráfico nas favelas da Rocinha e do Vidigal no Rio de Janeiro. Para resolvermos situações como essa, precisamos colocar

em prática programas de natureza social que transformem a realidade brasileira.

Sr. Presidente, de maneira alguma eu estaria de acordo com a proposta ventilada pelo Sr. Vice-Governador do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, que dela já recuou, de construção de um muro que separasse a população da favela da Rocinha de outras partes do Estado. Ora, nós que condenamos o Muro de Berlim, o muro da Cisjordânia ou o muro da fronteira dos Estados Unidos com o México não podemos aceitar a separação entre brasileiros da favela da Rocinha e os de outras áreas do Rio de Janeiro. Portanto, essa não é uma solução de bom-senso.

Entre as principais medidas de prevenção ao crime, além daquelas que envolvem sua repressão, está a implementação de programas sociais, como o Bolsa Escola e outros que serão postos em prática, de maneira mais eficaz, com as medidas contidas no projeto de lei de conversão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– De acordo com o art. 179 do Regimento Interno, a sessão está automaticamente prorrogada até que seja concluída a votação da matéria.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são 2.800 cargos em comissão.

Na verdade, o DNA deste Governo já havia sido exposto e conhecido quando da edição da medida provisória que elevou a estrutura superior da administração federal do nosso País para mais de 40 Ministérios, aí incluídas as Secretarias Especiais com **status** de Ministério. Enquanto a República brasileira convive com essa estrutura, os Estados Unidos possuem não mais do que 15.

Naquela oportunidade, fui o único Senador a votar contra e, coerentemente, não poderia agir de forma diferente no dia de hoje. É claro que votarei contra. E isso é uma prática de coerência.

Quando chefei um Executivo municipal, não agi de forma diferente, por entender que o País, um Estado, um Município precisam de recursos para a atividade-fim, para levar ao cidadão, lá na ponta, saúde, educação, segurança pública, estradas em condições de promover e facilitar o escoamento da produção. Os recursos públicos servem para isso e não para a promoção do que podemos considerar uma farra com o dinheiro do povo.

Eu não tinha dúvida, Sr. Presidente, de que esse seria o perfil desse Governo, um Governo que veio para transformar, mas amplia as dificuldades por que passam

os brasileiros: 2.800 cargos de cargos em comissão, mais de 40 Ministérios e secretarias especiais!

No ano passado, apresentei a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição, em que estabelecia, no máximo, vinte Ministérios. Agora, amplia-se a máquina, agiganta-se a máquina, com o único objetivo – e aqui já foi dito – de ampliar a estrutura do Partido dos Trabalhadores, na medida em que, em decorrência do apadrinhamento, os “companheiros” do PT terão emprego em situação de desigualdade com o brasileiro que estudou e está desempregado.

Em vez de cargos em comissão, o Brasil precisa de agentes policiais federais, que sejam contratados mediante concurso público, a fim de que não nos envergonhemos diariamente quando a televisão mostra, em fronteiras do Sul do País, a evasão de divisas pela falta de agentes, policiais ou auditores fiscais para fiscalizar. Dois mil e oitocentos cargos para apaniguados, quando estamos precisando de agentes florestais para a preservação do meio ambiente. E há grandes extensões de terra em todo o Norte e Centro-Oeste do País sendo devastadas, porque ali falta a presença do Estado, por intermédio de seus agentes, que são servidores efetivos, estatutários, contratados mediante concurso público, assegurando a oportunidade de emprego aos brasileiros.

Contudo, como eu disse, este ainda não é o Governo que veio para transformar a realidade injusta do nosso País. Este é um Governo que prometeu mudanças e não muda nada. Esse perfil deu para ser identificado por ocasião da primeira medida provisória que ampliava a estrutura do Poder Executivo, para empregar nos Ministérios os que foram desempregados pelo voto do povo brasileiro nas urnas, nas últimas eleições. Isso significa uma falta de respeito para com o nosso País, com a República, com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, sabemos que, nesta Casa, o Governo tem maioria, mas as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que compõem essa maioria não devem se esquecer de que, em uma democracia representativa ou indireta como a nossa, quando os representantes, que somos nós, não atendem aos anseios da população, não raras vezes – e a história registra –, cabe ao povo tomar as rédeas do seu destino em suas mãos e impor ao governante o caminho que ele deve seguir. Quando Deputados e Senadores não representam a sociedade como devem, à população, ao povo não cabe outra decisão senão ir às ruas como foram em Aracaju, no último dia 2 de abril, mais de 10 mil pessoas, exigindo emprego, exigindo “CPI já, chega de corrupção”, exigindo ética e comportamento decente.

É isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que aqui estamos a defender. Quando nós, represen-

tantes, não sabemos ou não temos a sensibilidade suficiente para auscultar o povo, cabe a ele tomar as decisões e, de forma democrática e legítima, no exercício da sua cidadania, tenho certeza de que o povo brasileiro assim se comportará diante da insensibilidade do atual Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro dia o Senador Delcídio Amaral elaborou um relatório a respeito de outra medida provisória sobre a qual eu tinha dúvidas. Mas S. Ex^a me convenceu a votar a favor da medida provisória, pela competência com que sempre prepara seus relatórios.

Hoje, apesar da competência do Senador Delcídio Amaral, eu não me convenci e vou votar contra esta medida provisória. E talvez, se o Senador Delcídio Amaral estivesse em meu lugar, desse o mesmo voto. Portanto, confesso que entendo a posição de S. Ex^a de relatar favoravelmente a uma medida provisória que propõe a criação de quase 3 mil cargos em comissão.

Podemos comparar a medida provisória com o badalado programa do Governo, o Primeiro Emprego, que, aliás, o Governo pirateou de um projeto de minha autoria que apresentei em 1995. E o Governo não teve sequer a consideração de convidar-me para a assinatura da lei. E tanto o meu como mais 39 projetos sobre a matéria foram para a gaveta, e o Governo aprovou o dele.

Mas, apesar de toda a badalação do Governo, o Programa Primeiro Emprego – está nos jornais – gerou, até hoje, 2 mil empregos. No meu Estado, o Paraná, foram sete empregos gerados com o Programa Primeiro Emprego. E o Governo propõe, por meio de uma medida provisória, a criação de cargos de comissão. Em um ano em que serão realizadas eleições municipais, eticamente, portanto, creio que não combina com o próprio discurso do Governo, nem com a legislação vigente, a criação desses cargos. Abre-se mão daquilo que sempre foi o discurso do PT: a contratação de servidores públicos só deveria ocorrer por intermédio de concurso público. Abandona-se o discurso, abandona-se o argumento que sempre foi tese do PT – o respeito à sociedade com a realização de concursos públicos – para se contratar apadrinhados políticos e oferecer-lhes cargos de comissão.

Aqui está a prova. Uma reportagem do jornal **O Estado de S.Paulo** diz o seguinte: “o Presidente do PT, José Genoíno, disse que, dos 22 mil cargos de confiança disponíveis – ele está se referindo aos

cargos já disponíveis –, 15 mil e quatrocentos cargos, ou seja, 70%, seriam destinados ao PT”. Repito: dos 22 mil cargos de confiança, 15.400, o que representa 70%, seriam destinados ao PT.

A reportagem traz uma análise sobre o critério que vem sendo utilizado pelo Governo para preenchimento dos cargos em comissão.

Por exemplo, no caso da ANP, o Governo indicou o ex-Deputado Haroldo Lima, cuja maior credencial para o cargo era a sua filiação ao Pc do B; para a Agência Nacional de Telecomunicações, o Governo escolheu o engenheiro Pedro Jaime Ziller, sindicalista e homem ligado ao ex-Ministro Miro Teixeira. No fim do ano passado, reportagem de **O Estado de S.Paulo** mostrou que a Radiobrás havia iniciado uma ampla reformulação dos seus quadros para competir com agências de notícias privadas. Antigos funcionários de carreira, que ganhavam entre R\$2,5 e 4 mil foram, foram substituídos por profissionais com salários entre R\$6 e 8 mil.

Na Embrapa, o Presidente Cleyton Campanhola trocou 19 dos 37 chefes de centros de pesquisa por pessoas de sua confiança ou indicados pelos sindicatos e pelo PT – ainda mais a Embrapa, que exige conhecimento técnico e história no mundo científico para um funcionário ocupar cargo de chefia nos centros de pesquisa!

Eu preferiria ter de votar aqui uma mensagem ou qualquer outro dispositivo que propusesse a preocupação do Governo com a fiscalização para o combate à febre aftosa.

Faltam fiscais em todo o Brasil, e estamos colocando em risco um mercado conquistado a duras penas. O Brasil, maior exportador de carne do mundo, pode perder essa posição, esse *status*, se não reforçar a sua estrutura técnica contratando fiscais por meio de concursos públicos. No entanto, prefere cargos de comissão.

Eu também votaria a favor se aqui estivesse sendo proposto um concurso público para se contratar mais efetivo policial, mais polícia para combater a criminalidade neste País. Mas por concurso público. Policial militar ou civil. Aí eu votaria a favor.

Eu votaria a favor se estivéssemos apoiando a contratação de pesquisadores para a Embrapa, uma empresa de pesquisa que não está merecendo do atual Governo o apoio que sempre recebeu. Não foi por acaso que a Embrapa chegou a conquistar o respeito que conquistou no cenário científico internacional, mas foi porque recebeu apoio. E, hoje, ela não tem recursos para desenvolver pesquisas, não tem recursos para substituir os cientistas que, em busca de melhor remuneração, acabam deixando a empresa.

Eu votaria a favor se fosse para destinar recursos às universidades. Houve uma redução de 70% nos recursos a partir de 1995 e de 24% nos recursos de custeio. Portanto, as universidades enfrentam crise por falta de recursos financeiros e também humanos. Professores deixam a universidade pública deste País, em função do pequeno salário que recebem, em troca de melhores salários na universidade privada ou até em entidades de pesquisa. Eles poderiam ser melhor remunerados se o Governo não estivesse executando essa prática fisiologista – porque essa é uma prática fisiologista! –, que marca profundamente o Governo do PT e fere de morte o discurso do Partido dos Trabalhadores.

Eu votaria a favor se estivéssemos apoiando aqui a estrutura de pessoal dos hospitais universitários, que estão hoje capengando, praticamente pedindo esmola à comunidade para sobreviver. Cito aqui o Hospital das Clínicas de Curitiba, referência para o mundo inteiro, que hoje não tem dinheiro para fazer a reforma do seu centro cirúrgico. O hospital está pedindo inclusive apoio aos Parlamentares por meio de emendas. Transmito aos diretores do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná que não adianta fazermos emendas. O Governo não libera emenda de quem não pertence à Base de apoio. Farei emenda, mas o Governo não a liberará. Será que eu terei que repetir aqui o que falei outro dia? Não tenho, evidentemente, os mesmos instrumentos que tem um filho ou um amigo de Ministro. Como não sou filho nem amigo de Ministro, não consigo liberar as minhas emendas!

Portanto, eu gostaria de aqui apoiando a contratação de funcionários para a Embrapa, para as universidades, para a polícia, para possibilitar ao Governo tomar as providências que a população espera, mas não está tomando. Porém, cargos de comissão, Sr. Presidente, sinceramente! Em um ano eleitoral, isso me soa como uma proposta até indigna do Governo. O Senado Federal vai acabar aprovando a matéria, porque aprova tudo o que vem para cá. São medidas provisórias que entopem as nossas pautas de votação e não permitem que se vote um projeto de autoria de um Senador ou de um Deputado. Passivamente, o Senado aceita e vota tudo!

Vou votar contrariamente a essa matéria, porque creio que ela é uma agressão à inteligência dos brasileiros.

Entendo a posição do Senador Delcídio Amaral, que respeito. Creio que, sendo do PT, S. Ex^a não poderia dar outro parecer. Se estivesse em outro partido, sei que V. Ex^a votaria contra a matéria.

Votarei também a favor da emenda do Deputado Ricardo Barros, do Paraná, que proíbe que se descon-

te desses cargos comissionados o dízimo, ou seja, os 10% para o Partido dos Trabalhadores. A meu ver, em um ano eleitoral, isso não pega bem.

Como vou votar contra o projeto de lei de conversão, talvez eu não precise votar contra a emenda proposta pelo Deputado Ricardo Barros e adotada pelo Senador José Jorge.

Sr. Presidente, encerrando, eu gostaria que esses empregos fossem acrescentados também ao Primeiro Emprego, que, até agora, não saiu do papel e do discurso do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra para discutir.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não gostaria de me manifestar como o farei.

Para qualquer pessoa que acompanhou com sobriedade a evolução política do Brasil dos últimos anos, seria inconcebível imaginar que, na atual conjuntura do País, um Governo, eleito com o apoio da grande maioria da população, com o apoio de quase totalidade dos funcionários públicos e das corporações sindicais, com compromissos assumidos por muitos anos e construídos em uma luta permanente, que este Governo remetesse, a pretexto de pretender melhorar a máquina pública, um projeto como esse.

O Senador Delcídio Amaral, sem dúvida um político lúcido, mas apenas o Relator substituto da matéria, deve ter sentido imensa dificuldade para relatá-la hoje, pois é sóbrio, é inteligente e sabe que ninguém constrói reforma alguma com esse tipo de medida.

Produzir contratação de funcionários públicos para cargos de comissão às vésperas de eleição é tudo menos algo que represente reforma, mudança e respeito à integridade da profissão dos funcionários públicos; compromete o processo político, é um grosseiro retrocesso. Nos Estados politicamente mais avançados, isso não se admite. Eu sou do Estado de Pernambuco. Os últimos Governadores de Pernambuco jamais mandaram uma mensagem desse tipo para ser votada na Assembléia, pois ninguém teria coragem para tanto.

Contratar pessoas por critério eminentemente político, à véspera de eleição, para fazer favorecimento político, operação política, é um crime neste momento da vida brasileira. Parece até que o Presidente Lula esqueceu o país real e vive num lugar de fantasia. A anunciada competência do Ministro José Dirceu, se comprovada em documento desse tipo, é evidente que não existe. Não é boa nem má, é uma fraude. Esse é

um momento à incompetência, à irresponsabilidade pública que o PT jamais deveria subscrever.

Não posso imaginar o Senador Eduardo Suplicy defendendo essa matéria como se ela representasse austeridade, valorização do serviço público. Isso não é sincero. Alguém não pode dizer isso e se fazer acreditar.

É assombroso este documento: são 70 milhões de novas despesas. Destes, 36 milhões são para despesa direta que, somados ao valor da despesa indireta, devem praticamente duplicar.

O Governo criará mais cerca de 5.000 cargos, para os quais serão nomeadas pessoas da forma como já está ocorrendo, ou seja, com total e completa falta de compromisso público, em rateios absolutamente inconsistentes sob o ponto de vista técnico. Isso está sendo feito por um Partido que ouvi, durante muitos anos, defender o respeito, a integridade das carreiras, a profissionalização dos servidores públicos, a necessidade de treinamento, de respeito a quem trabalha na máquina pública brasileira.

Quando há necessidade de se melhorar o serviço público, de aumentar a carga fiscal e a despesa com serviços como esse é uma total e completa falta de consistência. Onde está o discurso macroeconômico, microeconômico e político deste Governo? Qual é a lógica que sustenta isso? Qual é a base disso tudo? O que se está desejando fazer? Uma instrumentalização da máquina pública para produzir populismo em um País como o Brasil, que já superou essa fase há muitos anos? Devemos ser otimistas, acreditar no País e entender que o desafio das ruas precisa ser enfrentado com categoria política qualificada, com lideranças políticas conseqüentes, que se podem reunir para examinar problemas nacionais com divergências. No entanto, não é possível se chegar a uma conclusão ou a um acordo baseando-se numa proposta indefensável, inconsistente, que não faz sentido nenhum no Brasil atual. Depois, reclamam da imprensa, da interpretação dos formadores de opinião pública, quando agredem, diariamente, a inteligência da população, dos que acreditaram no PT. Este é um Partido que não honra a sua história.

Fico perplexo quando ouço petistas que conheci há muitos anos defender um material como esse, indefensável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coerentemente com minha história, defendo a medida provisória. Tenho certeza de que, depois dos argumentos que vou apresentar, os

Senadores de fato abertos ao debate, ao diálogo e à construção reconhecerão os méritos e a fundamentação da iniciativa que o Governo está promovendo. Não é possível se omitirem alguns fatos que estão na medida provisória e que não foram, até agora, discutidos.

Em primeiro lugar, desses 2.800 cargos, 1.472 são cargos em comissão, exclusivos para funcionários públicos. Seus ocupantes receberão uma remuneração melhor para desempenhar uma função pública qualificada, exclusiva para funcionários concursados. Este é o primeiro argumento que peço considerem aqueles que falaram com tanta veemência, sem analisar com mais profundidade o que está sendo proposto: metade dos cargos são exclusivamente para funcionários públicos concursados, que vão receber comissão porque desempenharão uma função relevante no Estado, assim como funciona no gabinete dos Senadores – ou não é assim? Podemos reivindicar um funcionário público que, ao vir em comissão, se for concursado, receberá uma contribuição a mais na sua remuneração referente ao cargo de confiança. É para esse tipo de função.

Em segundo lugar, no ano passado, o Governo extinguiu mil cargos em confiança por meio da MP nº 103. A medida provisória em discussão reconstitui os cargos que existiam. Por que eles foram extintos? Porque passamos por uma severa crise fiscal e financeira, foi feito um ajuste com o corte de 10% nos cargos em comissão, os quais foram extintos por não haver disponibilidade de recursos no Orçamento da União do ano passado. Houve, então, um aumento da receita tributária, fizemos um ajuste fiscal, o superávit primário foi elevado e, neste ano, está sendo possível dar aos servidores concursados um reajuste que nunca tiveram: entre 10% e 30% da sua remuneração. Há muitos anos, não havia reajuste salarial linear neste País, como está ocorrendo agora. Além disso, neste ano, estamos triplicando o volume de investimentos e está havendo um excesso de arrecadação, em razão da previsão orçamentária, que permite que essas concessões sejam feitas conforme a responsabilidade fiscal mantida pelo Estado.

Onde está a verdadeira divergência com o passado? Vamos discutir os fatos como se apresentam: onde está o problema fundamental? O problema fundamental é que as consultorias aumentaram, nos últimos oito anos, em 600%. Assim, a inteligência do Estado brasileiro foi transferida para as empresas privadas de consultoria, que se apropriaram do seu conhecimento e saber fora do aparelho estatal. Além disso, nos oito anos do Governo anterior, 160 mil cargos foram terceirizados no Estado brasileiro. Não foram 1.400 ou 2.800, mas 160 mil cargos terceirizados para empresas privadas.

Ora, qual é a tarefa do Estado? A visão neoliberal é a do Estado mínimo: quanto menos Estado, mais mercado, mais eficiência e mais produtividade. Não é assim. Os pobres deste País e a sociedade brasileira precisam, sim, de políticas públicas e de um Estado mais forte. Os que menos têm precisam mais do Estado e o Brasil precisa de um Estado inteligente, qualificado e preparado para enfrentar os grandes desafios.

Não podemos entregar para as empresas de consultoria – com as quais o gasto aumentou em 600% – o saber do Estado brasileiro, muito menos transferir para empresas terceirizadas 160 mil cargos, como aconteceu na administração anterior.

Estamos, basicamente, criando 2.800 cargos de confiança. Destes, metade é para funcionários públicos concursados e a outra metade, para reconstituir os mil cargos que foram extintos no ano passado, Senador Sérgio Guerra, pela MP nº 103. Além disso, a medida provisória trata da reestruturação administrativa, de novas funções, novas instituições e novas competências. Parte desses cargos em confiança é para as universidades federais, porque é absolutamente indispensável que se fortaleça o saber, a inteligência nacional, em alguns lugares que estavam precariamente servidos.

Outras funções são essenciais para melhorar a qualidade do serviço público como o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, que é um Ministério novo e que tem a função de introduzir o Programa Bolsa-Família tem que ser fortalecido para executar e empenhar a função – é uma estrutura nova –, de coordenação das políticas públicas que está instituída, e que foi transferida do Ministério do Planejamento para a Casa Civil.

Eu ponderaria que não se trata do que está sendo apresentado aqui. Vamos discutir com franqueza, com transparência e com profundidade. Estamos criando 40 mil cargos concursados. Na Polícia Federal dobramos o efetivo por meio de concurso – foi mencionado aqui um exemplo claro, necessário, urgente, determinante. Essa medida provisória apenas reconstitui cargos que haviam sido extintos no ano passado. E metade dos cargos que estão sendo criados em comissão, são para os funcionários públicos concursados efetivos, que irão passar a desempenhar uma função específica. Por tudo isso, não vejo razões para esse tipo de objeção.

O outro argumento, esse sim político-eleitoral, superficial no debate do que é uma organização partidária, diz que o problema fundamental do cargo em confiança é que, para os 1.400 servidores públicos concursados, não é a filiação partidária e sim a competência da função que vai determinar a indicação e a designação. Para uma casa política como esta, a filiação partidária muitas vezes é importante, porque

o sujeito que está no partido tem compromisso com o programa, temos um coligação de partidos que sustenta o Governo, e tem-se filiados a partidos, que são qualificados, que vão prestar serviços técnicos e políticos relevantes ao País.

Há um argumento, que é o problema da contribuição do filiado ao PT – é um problema exclusivo do PT – em cargos de confiança.

Gostaria de dizer aqui, de público, que tenho muito orgulho de, durante os 24 anos de existência do Partido, ter sempre contribuído. Fui Deputado durante oito anos, mais um ano de Senador, 9 anos. Mas, durante 15 anos, com meu salário de professor universitário, eu dava uma parte para o Partido. E, como Senador da República, dou 24% do meu salário para o Partido! Por quê? Porque entendemos que o mandato é partidário. E, quando nascemos, no passado, o Partido não tinha recursos financeiros para competir com poderosas estruturas partidárias que tinham fontes de financiamento que nunca tivemos. Nascemos nas fábricas, no campo, nas igrejas, uma militância social, e a contribuição dos militantes era uma forma de preservar a independência e a autonomia do Partido. Foi assim que o Partido se viabilizou ao longo da história.

Então, aqueles que são filiados ao PT, voluntariamente, querem contribuir, porque é voluntária a filiação ao Partido, e contribuem do seu salário, seja o metalúrgico, seja o professor, seja o funcionário público, sobretudo aqueles cuja função pública se deve à existência do Partido, como é o caso do Parlamentar, cuja contribuição é a mais elevada, é progressiva, sim. Um Parlamentar do Partido contribui com 24% do seu salário. Tenho orgulho e honra de fazer isso. É assim que se constrói o verdadeiro Partido no País. Porque o maior problema que temos, para todas as forças partidárias, é a questão do financiamento de partido, é o problema do financiamento da campanha eleitoral, são as dificuldades que a democracia a todo momento está apresentando. Tentamos superar essa idéia, mas não foi possível! Vivemos problemas semelhantes às outras estruturas partidárias. Mas a maior independência do partido se dá pela contribuição, pela fidelidade, pelo compromisso do partido. E isso é um princípio constitucional. A Constituição diz que os partidos têm liberdade para recolher recursos, para se organizar e manter um estatuto, portanto, que vai definir. Cabe aos filiados do partido definir se devem ou não contribuir.

Entendo que há uma disputa política, já que este é um ano eleitoral. Mas considero precários os argumentos apresentados.

Concluo dizendo aos Senadores que sempre dialogaram e discutiram em cima dos fatos, dos argu-

mentos e da fundamentação que fortalecer o Estado brasileiro é uma forma de melhorar a dimensão pública. É melhorar, sobretudo, a qualidade dos serviços, a inteligência do Estado, que foi muito precarizada pela terceirização dos serviços públicos – 160 mil cargos e 600% de aumento de recursos em firmas de consultoria. Estamos eliminando esse processo. Criamos 40 mil cargos públicos a fim de trazer para o Estado servidores concursados. Desses 2.800 cargos, metade é exclusivo para funcionários concursados efetivos, que vão exercer cargo em comissão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– E a outra metade restitui os mil cargos em comissão extintos no ano passado. Assim sendo, não vejo outra razão e motivação que não seja aprovar a Medida Provisória, que é meritória, e muito mais abrangente do que esse capítulo. Ela estrutura todo o serviço público, na nossa visão do que é o novo programa de Governo. Tenho a certeza de que será aprovada com ampla participação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, para discutir, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Aloizio Mercadante, que ocupou a tribuna, ao descer, cordialmente bateu em meu braço e disse: “Argumentos”. Sr. Presidente, mais do que argumentos, vou apresentar fatos que falam por si só. Diga o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Jamais me guiei por essa máxima, essa premissa. Nunca!

Em 1990, fui eleito, pela segunda vez, Governador do meu Estado. Uma luta dura em que enfrentei praticamente todas as forças políticas do meu Estado juntas. E me orgulho muito de ter ganho a eleição e ter assumido o Governo com a fama de ser um sujeito duro na queda.

Quando assumi o Governo, Sr. Presidente, deparei-me com uma duríssima realidade, que imaginava fosse dura, mas não tão dura quanto a que encontrei. O Estado devia quase três meses de salários atrasados. A receita total – ICMS, fundo de participação, **royalties** de petróleo – tudo somado equivalia a menos do que o valor de uma folha. Era o absoluto caos. Devia três folhas e toda a receita do mês não cobria uma folha. V. Ex^a há de convir que o quase herói que havia acabado de ganhar a eleição contra todas as forças políticas do Estado juntas estava numa situação no mínimo embaraçosa. E resolvi fazer aquilo que eu tinha que fazer, trincando os dentes: fazer uma reforma administrativa, como a que se propõe o atual Governo,

que não governa um mar de rosas, é verdade. Vamos convir: não governa um mar de rosas. O País tem grandes dificuldades. Tem uma dívida pública interna que consome muito mais do que deveria, em matéria de recursos públicos, sobra pouquíssimo dinheiro para investimentos, e é preciso que o Governo se imponha à austeridade.

O que eu fiz? Propus à Assembléia Legislativa uma reforma administrativa em que, se não me falha a memória, eu encerrava atividades de quatro secretarias e acho que sete companhias de economia mista. Demiti, naquela época, perto de 4 mil pessoas e propus à Assembléia Legislativa – Senadora Heloísa Helena, faça o que digo, mas não faça o que faço; estou dizendo, aqui, o que eu fiz – o cancelamento das empresas públicas e secretarias e apresentei quadros em que eu fazia o balanço da criação de alguns cargos e da subtração de outros, órgão por órgão. Vivía uma crise dura, como a crise dura é a que o Brasil vive. E propunha: secretaria tal, tantos cargos – CC-1, CC-2, CC-3 estão extintos. Cria-se a secretaria tal, que herda cargos A, B e C. E fazia um balanço, nominando órgão por órgão, o que estava propondo aos representantes do povo, que eram os Deputados estaduais. Apresentei e foi aprovado. Implantei a reforma. E consegui, no final do ano, colocar o pagamento do pessoal em dia e economizar o que o Estado impunha que se economizasse para eu poder governar. Economizar o que o Estado impunha para que eu pudesse governar e distribuir os recursos públicos, não apenas com os funcionários, mas com toda a sociedade do meu Rio Grande do Norte.

Muito bem. A que se propõe o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva? Sua Excelência, repito, não vive em um mar de rosas e se impõe a realizar uma reforma administrativa. Sejam claros e cite os Ministérios que foram fechados, os que sobreviveram e os que foram criados: o Ministério ocupado pela Ministra Benedita da Silva encerrou suas atividades; o Ministério administrado pelo Ministro Graziano foi encerrado e cedeu lugar a um novo Ministério, que foi entregue ao Dr. Patrus Ananias de Sousa; foi criado um Ministério novo e entregue ao Deputado Aldo Rebelo. Dois Ministérios foram extintos e dois, criados. De resto, a administração pública é a que aqui está. Não é igual porque está mais ineficiente do que era em um passado próximo. Para fazer face à reforma, propõe-se a criação de 1.322 novos cargos de confiança e a instituição de 1.475 funções gratificadas.

Sr. Presidente, se estivéssemos discutindo a realização de concurso público para a contratação de pesquisadores, por exemplo, como bem disse o Senador Osmar Dias, de agentes de segurança da Polícia

Federal, de auditores da Receita, enfim, de servidores que produzissem para a máquina administrativa, eu estaria lá embaixo orientando minha Bancada para que votasse a favor, tendo em vista a necessidade do Estado.

Vejo, Sr. Presidente, que estão pedindo um cheque em branco, sem nominar, sem fazer quadro de compensação, sob o argumento de que é necessária, para o funcionamento da máquina administrativa, a contratação de 1.322 novos cargos de confiança, ao bel-prazer e à livre escolha do Governo do PT, que já mostrou que é pródigo na escolha, é evidente, de petistas de carteirinha, de petistas com a estrelinha vermelha na lapela, para ocuparem funções de confiança, em que os méritos mais exigidos não são propriamente a competência profissional ou funcional, mas a ocorrência ou o uso da estrelinha na lapela.

São 1.322 cargos de confiança e 1.475 funções gratificadas. Para fazer face à modernidade? Para fazer face ao crescimento da máquina pública? Não vejo como tal.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu que já votei contrariamente, num primeiro momento, a esta matéria, no que diz respeito à constitucionalidade e à urgência, vou votar no mérito contra e a favor da emenda que julgo perniciosa, porque vai como que, utilizando-se de recursos públicos, engordar os caixas do Partido dos Trabalhadores, uma vez que, na medida em que se atribui aumento de salário a 1.475 funcionários, a quem se vai dar função gratificada, ou se vai dar emprego aos cargos de confiança, que são 1.322 novos funcionários, com dinheiro público do Poder Executivo, vai-se retirar até 10% para os cofres do Partido dos Trabalhadores. Nenhuma prevenção. Zelo com o dinheiro público.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quantos oradores restam?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Cinco oradores, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me informar que, logo após o término da sessão, iniciaremos a reunião da Comissão que examina as atividades de inteligência, prevista para às 18 horas e 30 minutos, que vai ouvir o Sr. Carlos Alberto Costa, ex-diretor do FBI no Brasil.

Estão convidados os membros das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que o Governo pretende com esta medida provisória é uma reforma administrativa às avessas, consagrando o fisiologismo na contramão da eficiência administrativa. Certamente, esta Casa aplaudiria uma proposta do Governo que viesse para eliminar a superposição de funções, o paralelismo desnecessário, supérfluo e dispendioso.

O Governo premia o fisiologismo, certamente atendendo às expectativas da base aliada, retribuindo o apoio que recebe com a destinação de cargos de confiança que servem para aplacar determinadas consciências.

O Governo, na contramão da eficiência, engordou a máquina pública de forma extraordinariamente nociva ao Erário e comprometedor da eficiência administrativa. O Governo criou Ministérios, cargos de confiança, que exatamente contrariam o propósito de economizar em favor de atender ao ajuste fiscal imposto pelo Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo cresceu tanto com um Ministério inusitado quantitativamente que promove a conflagração interna. Instala-se verdadeira Torre de Babel, onde Ministros se desentendem exatamente em função da heterogeneidade do Ministério do Presidente Lula, especialmente embalada pelo gigantismo proposto por um modelo que contraria a modernidade.

Não há relação entre custo e benefício na proposta governamental. Há um aumento de despesa no item “custeio”, quando o Governo corta, para atender à meta do superávit primário de 4,25%, investimentos fundamentais. Por exemplo, ainda hoje recebi em meu gabinete, desesperada, a dirigente de um sanatório da cidade de Maringá, no interior do Paraná. Os recursos do SUS não chegam, os recursos do Ministério da Saúde não chegam. Enquanto isso, nas ruas da cidade,

cresce visivelmente o número de mendigos, lamentavelmente atingidos pela debilidade mental.

O que estou pretendendo dizer é que o Governo esgotou sua capacidade de investir a tal ponto que nega recursos a setores dramaticamente fundamentais, como aquele a que me referi.

Portanto, não tem direito o Governo de engordar a máquina pública desnecessariamente, sem buscar eficiência à custa do Erário, aumentando as despesas de custeio.

Desde o início, há uma contestação do modelo, que é fisiológico, e a composição dos quadros administrativos não leva em consideração critérios essenciais, como os da competência, da probidade, da qualificação profissional. O critério atende apenas a um projeto de poder e não ao projeto de Nação.

O que se esperava de um Partido como o PT, programaticamente defendido por aqueles que queriam mudanças radicais no País, era, sem dúvida, a instalação da proposta ética, desde o primeiro passo, na composição dos quadros administrativos não leva em consideração critérios essenciais, como a competência, a probidade, a qualificação profissional. O critério atende apenas a um projeto de poder, e não ao projeto de Nação. O que se esperava de um Partido como o PT, programaticamente defendido por aqueles que queriam mudanças radicais no País, era, sem dúvida, a instalação da proposta ética, desde o primeiro passo, na composição dos quadros administrativos, até o exercício do mandato governamental.

Contudo, o que se vê, desde o início, é exatamente o oposto. O Governo não levou em conta os critérios da ética, da competência e da qualificação profissional; assim, rebaixou o nível da Administração Pública brasileira. Os serviços públicos hoje são prestados de forma a não atender às expectativas da sociedade.

Ainda agora, há uma conflagração no campo. Há a exacerbação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, revoltados com a paralisia governamental, consequência da ineficiência não só do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas sobretudo do Incra, que não foi instrumentalizado de forma competente para atender à necessidade de implementação de um plano de reforma agrária no País. E estamos colocando fogo no campo, com as invasões, com a desordem que se estabelece, com a agressão à lei, diante da falta de autoridade do Governo e da ineficácia do seu instrumento operador da reforma agrária no País.

Em primeiro lugar, o projeto de poder. Isso é visível, porque há uma relação estreita do crescimento dos quadros administrativos no plano dos cargos de confiança com o caixa partidário, com o caixa do PT. À medida que cresce o número de petistas no Gover-

no, há alimentação do caixa do Partido. O PT deixa de ser Partido dos Trabalhadores e passa a ser o partido-caixa, o partido mais rico do País, que se enriquecerá ainda mais, sem sombra de dúvida, se essa medida provisória for aprovada, permitindo-se a contratação de mais de 2.500 cargos de confiança pelo Governo Federal.

É possível que se diga, como disse o Líder do Governo, que é legal essa contribuição compulsória dos detentores dos cargos de confiança ao partido que representam. Mas pergunto: é ético abastecer de recursos públicos o caixa partidário, com objetivos eminentemente eleitorais, para atender à aspiração de continuísmo no poder, que se estabeleceu desde a posse do Presidente da República?

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa medida provisória, lamentavelmente, constitui abuso, extrapola os limites do bom senso de quem quer uma administração razoavelmente eficiente.

Não há dúvida de que determinados fatos que ocorrem no País hoje levam à indignação e à revolta, como ocorre em relação ao campo, Senador Arthur Virgílio. Acabo de presidir a CPMI da Terra, em que se revelou um quadro estorrecedor de desobediência civil, de desrespeito à autoridade constituída, de afronta à legislação vigente, de agressão a direitos estabelecidos, exatamente pela falta de autoridade e pela incompetência administrativa demonstrada pelo Governo.

Apesar disso, com essa medida provisória, o Governo não procura reformar os quadros administrativos, aparelhando a Administração Pública de forma competente – medida que atenderia a essas aspirações sociais que levam setores do Brasil à convulsão, como ocorre no campo.

Hoje, é no campo. Mas quem pode assegurar que essa conflagração rural não chegará às cidades, diante da insatisfação popular com os rumos do atual Governo?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por isso, Sr. Presidente, concluo, apelando para a responsabilidade parlamentar. Votaríamos, com o maior prazer, uma medida provisória por reforma administrativa que viesse reduzir despesas de custeio e acrescentar modernização e eficiência à máquina pública. Mas não podemos votar favoravelmente a uma medida provisória que vem na contramão da eficiência e que consagra, sem dúvida nenhuma, a reforma administrativa às avessas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Comunico ao Plenário que a Presidência convoca uma sessão conjunta, a realizar-se quinta-feira, dia 15

do corrente, às 11 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada, em sua primeira parte, à promulgação da Emenda Constitucional nº 43, de 2004, e, em sua segunda parte, à leitura de mensagens presidenciais.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trem da alegria! Nós só poderíamos iniciar, fazendo uma homenagem aos mineiros.

Esse trem que vem por aí não tem como maquinista o Senador Delcídio Amaral. Na realidade, S. Ex^a é o Relator **ad hoc**. O relatório – se não me engano – é da Senadora Idelli Salvatti, e o Senador simplesmente o leu. Lamento a ausência da Senadora, mas S. Ex^a é a grande maquinista desse trem feito pelo seu Partido, que consiste na criação de 2.800 cargos comissionados às vésperas das eleições municipais, para melhorar a situação do PT.

O Presidente do PT, ex-Deputado José Genoíno, já afirmou que 70% serão do Partido. Não adianta o PMDB, o PSB, o PTB, o PL, os outros partidos da Base quererem mais do que isso, porque S. Ex^a não abre mão de 70%. Portanto, quem nos está ouvindo ou assistindo pela TV começa a imaginar que, em seus Estados e Municípios, haverá cargos comissionados e certamente procurará os Líderes que apóiam o Governo.

Já que são 2.800 cargos, aconselho esses companheiros e companheiras a procurarem os Deputados e Senadores, principalmente os do PT, para obterem informações e terem direito de contribuir para o Partido.

Sr. Presidente, o Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, no debate qualificado que se desenvolve nesta noite, disse que 1.482 funcionários concursados terão direito a uma parcela e que o restante será do Partido. Posteriormente, faremos uma avaliação, para saber quantos desses companheiros se filiaram após a aprovação dos cargos comissionados. Aconselho a quem não se filiou que o faça, porque ficará mais perto de ter direito à parcela destinada aos concursados. Sugiro que as pessoas se filiem ao PT, para estarem mais próximas de um dos cargos comissionados. Esse será um dos itens. São várias as condições para ocupar este cargo. Uma delas, e a mais importante, é que há um recolhimento para o partido. Leio aqui que o Deputado Jorge Bittar, dirigente do PT, defende contribuição de filiados e que o PT admite arrecadar pelo menos R\$ 80 milhões em 2004.

Registro a presença nesta sessão do meu eterno líder, Deputado Ricardo Fiúza. Quando cheguei ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, em 1990, tive a honra de ser liderado por S. Ex^a.

Há pouco eu perguntava ao Deputado Ricardo Fiúza a sua opinião a respeito de como está a reforma partidária na Câmara dos Deputados. E S. Ex^a disse-me que está mais para a gaveta. Eu insisti: Está mais para a gaveta? E respondeu-me: Na de baixo.

Então, está totalmente engavetada.

Ora, Sr. Presidente, por que o PT quer fazer reforma partidária? Para que o PT quer financiamento público de campanha se já está sendo financiado, Senador Tasso Jereissati? Este é o financiamento. Todo funcionário filiado ao PT está tirando dinheiro dos cofres públicos para financiar o partido, sem ter que dar satisfação à Justiça Eleitoral, porque fazem da forma que bem entendem. Por quê? Para que o PT precisa de reforma partidária? Não precisa. Ele já tem o dinheiro que precisa para fazer a campanha.

Pois bem, enquanto isso, o espetáculo do crescimento continua. Senador Mão Santa, se V. Ex^a estivesse no meu lugar diria “atentai bem, atentai bem”. De quinze ministérios, para quarenta. Foi o primeiro crescimento. Objetivo: colocar os companheiros que perderam as eleições para Governador, para Senador e para Deputado Federal nas eleições passadas; segundo o Senador Heráclito Fortes, são os “derrotérios”.

O que eu diria mais? Esses mesmos companheiros que foram derrotados estão nomeados, com certeza muitos vão sair agora faltando quatro meses para disputar as eleições municipais, muitos, e já contribuiriam bastante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses cerca de um ano e seis meses, quando deixarem o Governo, com os cofres do PT, e terão recursos fartos, suficientes para financiarem suas campanhas.

Enquanto isso, o que observamos é que as invasões do MST também são um verdadeiro espetáculo de crescimento. Só neste mês são 67 fazendas. Continua crescendo o Governo. O número de desempregados aumenta a cada dia, e estou vendo a Base do Governo, particularmente o PT, cada vez mais cabisbaixo porque a reforma da previdência, a famosa PEC paralela não sai, pelo motivo aqui exposto: “O impasse atrasa a PEC paralela, porque – diz o Governo – vai aumentar despesas”. Que novidade, Senadora Heloísa Helena! Vai aumentar despesas, conseqüentemente não se vota a PEC paralela! Mas se vota a criação de 2.800 cargos, dos quais 70% serão nomeados pelo PT, e 30% pelos outros companheiros da Base.

Muito bem, Sr. Presidente! Eu gostaria de, aqui, ainda deixar claro que o Líder Mercadante disse que foram extintos 1.000 cargos, e criados 3.000. Pelo menos, em termos de cargos, existe inflação. Está bem inflacionado o PT em relação a esses cargos!

Eu gostaria de dar um último conselho – para ficar dentro do meu tempo – aos companheiros concursados

dos, aos companheiros que ainda não estão filiados ao PT e que estão à procura de um cargozinho: filiem-se, filiem-se, porque o Partido quer arrecadar! O Partido está atrás de mais dinheiro, são só R\$ 80 milhões que serão arrecadados em 2004. Aqueles famosos voluntários do passado, que iam às ruas defender a estrela do PT, hoje, só vão fazer campanha se tiverem cargos comissionados, porque todos aqueles que eram participantes, todos aqueles que eram os queridinhos dos Senadores, Deputados Federais, Governadores do PT estão com cargos comissionados! Os outros companheiros têm que pedir o seu cargo para serem voluntários nesta eleição.

Lamento, sinceramente, que o Governo esteja utilizando a máquina a fim de tentar diminuir o impacto que será sua grande derrota nas eleições municipais. Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a, repito, não é o maquinista desta medida provisória. V. Ex^a simplesmente a está lendo. Como disse o Senador Osmar Dias, V. Ex^a, se não fosse do PT, não votaria a matéria.

Ao concluir, deixo claro, Sr. Presidente, que, no momento, o País está paralisado. É a paralisia das medidas provisórias. O Governo não deixa o Congresso Nacional existir, não o deixa legislar. O PT não é Governo e quer ser Oposição. Não é Governo porque está parado. E lembro José Simão: “quem fica parado é poste”. Está na hora de o PT começar a andar e governar, pois há quem faça oposição no Congresso Nacional em defesa da minoria, do povo e do trabalhador brasileiro, aquele que quer trabalhar, não aquele que vai receber um emprego a fim de votar e trabalhar para o PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, para discutir, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se formos direto no assunto, vamos ver com muita clareza o desdobramento do processo de aparelhamento do Estado.

Em setembro passado, o Ministério da Previdência mudou as regras dos concursos internos para escalões superiores, atribuindo pontuação a quem exerceu cargo de direção em sindicatos e entidades comunitárias. Este é um item.

Antes disso, as 27 diretorias da Fundação Nacional de Saúde – Funasa haviam sido ocupadas graças à revogação de uma norma de 2000, que estabelecia a obrigatoriedade de pessoal da própria Funasa exercer os cargos regionais de chefia.

Não nos esqueçamos do episódio em que, por razões de mera dissensão política – não entra aqui no mérito se era bom técnico ou não –, o marido da Depu-

tada Federal Maninha foi demitido porque era marido da Deputada Federal Maninha. Não sei se foi contratado por ser competente. Sei que não foi demitido por ser incompetente. Foi demitido porque a Deputada Federal Maninha tomou determinada atitude que desagradou aos donos do poder. Este é um fato.

Mais ainda. Em seguida, tivemos o caso Inca – Instituto Nacional do Câncer, que por falta de indicação de nomes para compor a CPI, terminou indo para o arquivo. Mas vimos o escândalo de aparelhamento que foi o caso, mexendo diretamente com a vida de pessoas portadoras de uma das doenças mais cruéis que pode acometer qualquer ser humano.

Depois, percebemos e passamos, numa viagem lamentável, na esteira do aparelhamento, pelo Ministério da Saúde, de Ciência e Tecnologia, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, pela Agência Nacional de Petróleo, pelo Instituto de Reforma Agrária, pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Matéria de **O Estado de S. Paulo**, do final do ano passado, afirma que a Radiobrás havia iniciado uma ampla reformulação dos seus quadros para competir com as agências privadas. Ou seja, estou tentando mostrar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que há um projeto de aparelhamento do Estado em marcha. E isso não é um fato isolado, não é um mero gesto de fisiologia. É também um gesto de fisiologia, mas não é apenas isso. É um gesto de fisiologia acoplado a outro e a uma brutal tentativa de aparelhamento do Estado brasileiro, em benefício de um Partido, o Partido dos Trabalhadores.

Se tivesse de escalonar o tamanho do delito, eu diria que o mais grave de todos, o mais perverso, o mais cruel, até porque seus efeitos maléficos vão explodir após o Governo Lula, é o aparelhamento que se dá no interior da Embrapa, a empresa que talvez seja a mais competitiva, a mais séria e a mais poderosa geradora de tecnologia para o agronegócio do mundo inteiro. A Embrapa, hoje, vê cientistas encurralados por militantes políticos. Essa denúncia já é de farto conhecimento da Nação.

Ouvi, dos poucos oradores que aqui defenderam o Governo no dia de hoje, algumas curiosidades. Por exemplo: são 2.700 cargos, mas apenas metade é para contratação de novos funcionários. Pergunto: e se, em vez de a medida provisória criar 2.700 cargos, ela contratasse apenas pessoas de fora e se esquecesse do pessoal de dentro da máquina, referindo-se a apenas 1.500 pessoas? Seria escandaloso, ou não? O escândalo seria menor se fossem apenas 1.500 pessoas. Logo, é maior, pois são quase 3.000 pessoas, desnecessárias num momento em que o bom senso é a idéia que deve nortear o cérebro de qualquer admi-

nistrador experiente. Vejo aqui vários administradores que já passaram pela experiência de gerir. Todos sabem que o bom administrador poupa no custeio para que sobre investimentos. Se não o fizer, vai perder a oportunidade de realizar, por exemplo, políticas públicas e sociais de alcance efetivo, o que acaba sendo um tiro no pé.

Vi poucos oradores referindo-se ao governo passado. Há sempre uma síndrome da comparação com o governo passado. Não comparam no trabalho, na eficiência administrativa, mas imaginam terem direito a defeitos, que julgam serem defeitos, do governo passado. Dizem que o governo passado terceirizava de maneira culposa. Afirmando que terceirização dolosa foi a da ONG *Ágora*, dirigida por um amigo do Presidente da República, o Sr. Mauro Dutra, que usou mal o dinheiro do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Foram R\$7,5 milhões destinados à qualificação de pessoal. Nas páginas dos jornais **Correio Braziliense** e **Estado de Minas**, Senador Eduardo Azeredo, vimos o escândalo do aparelhamento a partir da terceirização contra os interesses do trabalhador brasileiro.

Vou votar a favor da emenda que está sendo destacada, a do Deputado Ricardo Barros, que proíbe que as pessoas nomeadas para esses cargos contribuam para o fundo partidário, se porventura o Governo conseguir aprovar essa matéria. Pergunto novamente, Sr. Senador Eduardo Azeredo: será que se faz campanha nesse partido apenas com contribuição partidária?

Hoje, vimos Waldomiro Diniz admitir que repassou dinheiro para um certo Paulinho não sei das quantas. Não é o Paulinho da Viola, que sei homem de bem e que tem toda a tradição de fazer o que há de melhor e mais puro na cultura popular brasileira. Mas um certo Paulinho teria recebido o dinheiro que Waldomiro arrecadou do submundo da contravenção para a campanha do PT aqui no Distrito Federal. Ou seja, antes o PT fizesse campanha apenas com a contribuição dos seus militantes. Waldomiro Diniz admite que contribuiu para esse Partido fazer campanha com o dinheiro da contravenção também. Esse é um fato lamentável.

Falaram aqui em fortalecer o Estado brasileiro. Então, contratando militantes se fortalece o Estado brasileiro? Eu teria uma outra sugestão: não aparelhar a Embrapa, para que o Brasil não emborque e não vire do avesso o grande projeto de desenvolvimento do nosso agronegócio, que tem sido o sustentáculo de todos os resultados deste e do governo passado, pela eficiência da agricultura brasileira. Se querem fortalecer o Estado brasileiro, façam uma reforma ministerial, inclusive encurtando o número deles. Havia 27 ministérios no governo passado, e era muito. Hoje, são 36, e alguns são inúteis. Há o Ministério da Pesca, para o

qual foi escolhida uma pessoa de Chapecó, que fica a 800 quilômetros do lugar onde há água salgada. Deve haver algum córrego em Chapecó, mas, com certeza, não se faz de jeito algum nenhuma perspectiva natural a partir da nomeação de alguém tão distante da realidade da pesca oceânica.

Sr. Presidente, ainda há coisas estarrecedoras. Volto a dizer que tenho em minhas mãos um bonito gesto de militância do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autorizando desconto dos seus vencimentos para os cofres do PT. Quem dera, Senador Antonio Carlos Magalhães, só sustentasse a campanha o dinheiro do Presidente Lula, dos Senadores e dos Deputados, descontado de seus subsídios honrados. Quem dera não tivessem recorrido a Waldomiro Diniz!

De qualquer maneira, quero repor aqui ainda uma última verdade. Disseram que o governo anterior não dava aumentos. Em 1994, a folha salarial era de R\$24,5 bilhões; em 1995, passou para R\$35 bilhões; em 2002, último ano do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a despesa com a folha foi de R\$75 bilhões. O reajuste linear, em 1995, foi de 22%; em 2002, foi baixo: 2,5%. Peço apenas que nos atenhamos à verdade dos fatos. Alguém pode dizer que o reajuste foi fraco em 2002. Até posso concordar com isso, mas quem disser que não houve reajuste linear não comparece aos autos falando a verdade, que significa o nosso compromisso de respeitarmos uns aos outros nesta Casa. Em 1995, houve um reajuste muito expressivo, de 22%.

Vamos votar contra essa medida provisória por entendermos que ela não serve ao País, ao Estado brasileiro, nem ao Governo Lula – é um tiro no pé: nomeiam-se militantes, o partido se enriquece, faz uma campanha rica, mas perde credibilidade e leva uma surra nos centros urbanos fundamentais. É isso o que estão cavando...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. É exatamente isso que parecem estar querendo. Ao mesmo tempo, estamos vendo a capacidade de o Estado brasileiro investir – que já é curta – perdida nesses meandros.

É bom dizer para quem está nos ouvindo que a contratação desse pessoal significa menos crianças na escola, significa menos perspectiva de geração de emprego, significa menos dinheiro nas mãos de micro e pequenos empresários.

Não há dinheiro mágico. Não há mais, graças a Deus, neste País, a ciranda a partir da rotativa da Casa da Moeda. Não se trabalha, felizmente – esse é um mérito também deste Governo –, com a inflação. Então, quando se retira dinheiro daqui é porque vai fal-

tar; quando se põe dinheiro aqui, estará faltando mais adiante. Esse dinheiro custa o sacrifício da sociedade como um todo para beneficiar meia dúzia, sim, de apaniguados, para beneficiar 1.500 apaniguados, sim, desnecessários. O Brasil funciona bem sem eles.

E eu digo mais ainda na minha última frase: se o Governo com o que tinha não conseguiu governar o País, não consegue dominar e tocar a máquina, eu pergunto: será que com 1.500 petistas contratados vai conseguir fazer o que não fez desde que se elegeu, que é governar o País?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa pergunta inquieta a todos os que nos ouvem e certamente eu a dirijo à consciência mais íntima de cada membro responsável de um Governo que tem que dizer a que veio, porque até o momento só desdisse o seu passado e não está sabendo apontar um caminho na direção do futuro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para também demonstrar a nossa preocupação com esta medida provisória que o Governo ora nos envia. Dá-nos a impressão de que se quisesse caprichar para fazer as coisas da maneira errada, não poderia fazer melhor. Primeiro, aumenta a carga tributária de uma maneira expressiva e da pior possível, na medida em que o aumento da carga tributária foi por intermédio de imposto indireto, que atinge justamente o consumidor, o assalariado, aquele que não tem como deixar de pagar o seu imposto.

Agora mesmo está nos chegando uma nova medida do Cofins que aumenta os impostos indiretos, sobrecarregando a agricultura, por exemplo. E fizemos a pergunta: para que esse aumento de carga? Com certeza, para diminuir a necessidade de superávit fiscal e, assim, aumentar o poder de investimento do Governo em obras de saneamento, habitação, educação, saúde, que estão paradas por falta de investimento, alegando-se justamente esse enorme sacrifício fiscal que tem que ser feito para que possamos pagar as nossas dívidas e evitar a inflação.

Mas a maior prova da inconveniência desse aumento da carga tributária é esse tipo de gasto que o Governo está propondo. Como já foi dito aqui, não se trata apenas de gasto em pessoal especializado, que aumenta a produtividade, que transmite conhecimento

e que oferece à população brasileira serviço público da melhor qualidade, o que considero absolutamente necessário e fundamental. Lamentavelmente, está-se aumentando o gasto justamente em pessoal que não traz nenhum tipo de benefício direto ou indireto à população. É o gasto com o pessoal que é escolhido exclusivamente a critério político, o gasto em pessoal de confiança, não concursado, para cuja escolha não se adota nenhum tipo de critério objetivo a fim de perceberem os proventos oriundos do Erário.

E fico perplexo em que se faça isso, porque, se de um lado se aumenta a carga tributária, está-se diminuindo a possibilidade de crescimento e se evitando o crescimento da geração de empregos. E do outro lado, está-se aumentando os gastos justamente com aqueles que não trazem ou melhoram a qualidade do serviço público, nem trazem nenhum tipo de conhecimento que pode aumentar a geração dessa mesma riqueza ou desse mesmo emprego.

Ouvi aqui hoje – e por esta razão pedi para falar – o argumento de que no ano passado foram extintos mil cargos comissionados e que agora estão sendo repostos. Foram extintos mil cargos comissionados porque havia uma crise fiscal e agora se repõem mil e tantos cargos porque não existe mais a crise fiscal; e não existe mais a crise fiscal em decorrência do aumento da carga tributária.

Mas não posso entender nenhuma das duas afirmativas: primeiro, a que não existe mais a crise fiscal; segundo, que foi aumentando a carga tributária. Aliás, lamento que isso esteja sendo declarado publicamente. Isso, Sr. Presidente, é quase um decreto aceitando que o crescimento do País vai ser medíocre nos próximos anos.

Com a taxa de juros e a carga fiscal que temos é impossível, do ponto de vista técnico, qualquer tipo de crescimento econômico acima do crescimento da nossa população. Portanto, estamos dando praticamente um adeus definitivo à promessa feita durante a campanha eleitoral da criação dos dez milhões de empregos.

Por outro lado, em função desse tipo de crise que se agrava a cada dia, gerada por essas contradições administrativas, estamos assistindo, aí sim, não ao grande espetáculo do crescimento, mas ao triste e sombrio espetáculo da violência, que está assustando o País inteiro e já virou manchete dos grandes jornais e noticiários internacionais.

Inclusive estamos propondo que haja uma audiência pública com a presença do Ministro da Justiça, do Governador e do Prefeito do Rio de Janeiro; e se discute até a possibilidade de se colocar tropas federais para tranquilizar o País e o exterior. Mas verificamos que isso é praticamente impossível, porque, no mes-

mo dia em que se nega aos militares qualquer tipo de reajuste, trazendo insatisfação a todo seio da família militar, estamos propondo a criação de 1.500 a 2.500 cargos, entre gratificados e comissionados.

Assim, não existe clima para que se aja nem que se faça nenhum tipo de intervenção mais dura, diante da insatisfação que existe, não somente entre militares, mas também entre os funcionários da Polícia Federal, ou seja, justamente aqueles responsáveis pela manutenção da segurança.

Alerto V. Ex^{as} que fazem parte da base do Governo de que este é um momento grave. Não estamos brincando! As cenas veiculadas na televisão, em que se viam aquelas luzes, como se fossem mísseis, passando pelos prédios e pelas favelas do Rio de Janeiro, lembravam muito mais cenas do Iraque e do Afeganistão do que as cenas que estávamos acostumados e gostávamos de ver: o grande e belo Rio de Janeiro. Isso não é brincadeira! É uma mostra de uma guerra civil muito séria e não podemos ter esse tipo de distração. Enquanto a sociedade clama no meio dessa miséria e violência, criam-se 1.500 cargos comissionados para serem usados de maneira política, com critérios exclusivamente políticos e sem nenhuma relação com a realidade que estamos vivendo.

Por isso, espero que o Governo e a base governista faça uma reavaliação do que está propondo, diante do espetáculo que vimos no último fim de semana, para que todo o tostão, qualquer recurso federal ou estadual seja usado diretamente na redução desse clima de violência e de falta de unidade, de atrito dentro da sociedade civil que está acontecendo hoje.

Dizer que estão substituindo terceirizados não é verdade, pois os terceirizados são substituídos pelos concursados. Dizer que estão substituindo consultorias especializadas não é verdade, porque para consultorias devem ser contratadas empresas especializadas em determinado assunto ou especialistas e não cargos políticos.

Por esta razão, deixo aqui a nossa palavra e o nosso alerta para que esse momento seja de reflexão e de percepção da realidade nacional que estamos vivendo, que não é feita de discursos, mas de fatos e do dia-a-dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que nos ouve e nos assiste, parece que vejo um filme antigo. Interessante! Parece que as pessoas passaram a desconhecer a realidade e até tentam alterá-la.

O projeto trata da criação de 1.321 cargos comissionados no Brasil inteiro destinados, predominantemente, a servidores públicos. O Governo anterior extinguiu milhares de cargos públicos e terceirizou o serviço público. Sabem qual é a porcentagem de aumento dos cargos de consultoria no Governo anterior? Seiscentos por cento. Esse é um percentual significativo.

Para aqueles que defendem o Estado mínimo, o Estado brasileiro representa a metade do Estado americano. Nada mais neoliberal do que o Estado americano. Porém, o Estado brasileiro consegue ser a metade do Estado americano e um oitavo do Estado francês.

As 1.472 funções gratificadas – o povo pode não saber ou confundir – são exclusivamente para servidores públicos concursados. O mais importante é que são 40.800 novos postos para serem preenchidos por concurso público, prioritariamente para as áreas de seguridade social e de segurança pública.

Quantas vezes defendemos da tribuna deste Senado segurança pública para o nosso povo? Como podemos defender segurança pública se não tivermos agentes públicos de segurança? E como vamos fazer isso? Vamos só contratá-los? Vamos contratar consultores ou terceirizar os agentes de segurança? Ou vamos fazer concurso público, inclusive para as agências reguladoras e para outras atividades?

Há quem não conheça o interior da Amazônia. Eu conheço o interior do meu Pará, por onde tenho andado muito fazendo audiências públicas. Chamamos o povo da cidade, os Prefeitos – de qualquer partido –, e a reclamação que mais ouvimos é sobre a falta de funcionário no INSS, para atender o povo e, no Ibama, para acabar com o absurdo do desmatamento. Sabem qual é o resultado do desmatamento e da extração ilegal da madeira? Recentemente, em uma ação da Polícia Federal – que não pegou peixe grande, apenas peixe médio –, descobriu-se que mais de R\$ 40 milhões deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos exatamente pela ação ilegal, pela falta de fiscalização.

Alguém aqui pode negar que os salários da Unit são um absurdo e que precisam ser melhorados? Talvez alguns prefiram que não melhorem por estarem acostumados a ser pagos por empresas, mas não é isso o que defendemos, de forma alguma.

O Governo cortou 10% dos cargos, que têm que ser repostos, e estão-se criando ministérios. Ninguém está inchando o Estado. Na verdade, está-se fazendo o Estado para atender o povo, principalmente aquele que está no interior e que reclama que falta funcionários para atendê-los. Senador Aelton Freitas, V. Ex^a sabe o que é isso.

É para atender esse povo que será feito concurso público. É para atender o povo que alguns não tinham

interesse e não se importavam em fazê-lo, porque eles eram exatamente os pobres da sociedade. Por isso, fizeram uma favelização agrária. No meu Estado, há assentamentos localizados a 200 quilômetros de qualquer estrada.

Esse projeto de conversão contribuirá para a melhora do Incra, para a realização de uma reforma agrária decente. Favelização, não! Não queremos colocar gente no meio do mato, sem assistência técnica, sem acesso a crédito, sem luz, sem água potável, sem lhes dar condições de se transformarem em cidadãos – não em favelizados rurais –, em produtores rurais inseridos na economia do Município, valorizando, inclusive, a economia local. É para isso que queremos concurso público, para que possamos atender melhor.

Criamos e aprovamos aqui 169 Varas novas da Justiça do Trabalho, e não serão todas criadas num ano, serão paulatinamente. O projeto estava paralisado há três anos. Há concurso feito, e vários desses candidatos aprovados, com certeza, serão aproveitados. Mas, se não for possível efetivar todos, teremos que realizar novos concursos. A Justiça do Trabalho tem que chegar ao povo, inclusive àquele cidadão que está no interior, para combater o trabalho escravo, de que o meu Estado, infelizmente, é campeão. É para isso.

Não vamos aqui passar uma falsa idéia para a população brasileira. O Estado brasileiro já é mínimo, ele é metade do americano, e o francês é oito vezes maior.

Dizem que se estão criando cargos para o PT ou para o partido X. Cito o caso da Embrapa, aqui lembrado por várias vezes. Com muito orgulho, digo que a primeira mulher Presidente da Embrapa da Amazônia oriental, com sede no Pará, a Dr^a Tatiana Sá, recebeu o Prêmio Cláudia. A revista **Cláudia**, que eu saiba, não premia pessoas por filiação partidária. A Dr^a Tatiana Sá recebeu o prêmio na área de ciências por um trabalho junto a comunidades rurais em que substituiu o método de queima da terra por outro que torna a terra mais produtiva. A Dr^a Tatiana Sá possui um currículo invejável. É uma pesquisadora de valor e de competência reconhecida nacional e internacionalmente. Não me venham dizer que ela foi ali colocada porque pertence ao partido A, B ou C. Ela foi ali colocada por ser competente e eficiente.

Quanto a dizer que os filiados não podem contribuir com seu partido político, isso é um absurdo. Contribuo todo mês. Não tenho desconto em folha, porque não quero, mas preencho um cheque todo mês, de livre e espontânea vontade, porque, quando me filiei ao Partido, li o Estatuto. Talvez alguns estejam acostumados a não precisar da contribuição de seus filiados, porque recebem outras contribuições, mui-

to mais fortes, muito mais polpudas do que a de 1% dos filiados. E o máximo que se paga é 20%. Esse é o percentual da minha contribuição mensal de livre e espontânea vontade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Será que, agora, vão também proibir as contribuições às igrejas? Será que o dízimo também será proibido? Será que vamos proibir também a contribuição aos sindicatos?

Isso me parece um discurso velho da ditadura, da Direita mais reacionária, que quer, na verdade, destruir a organização dos trabalhadores, impedir que eles se organizem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que esses argumentos contra a emenda não passam de provocação. O próprio Líder e Presidente do PFL fez uma consulta ao TSE, que respondeu:

Ao responder à consulta do Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, o Tribunal Superior Eleitoral considerou que os Partidos políticos podem receber contribuição em dinheiro de filiados que ocupem cargos em comissão no Governo.

Isso é de livre e espontânea vontade de cada filiado. Faz quem quer. Quem não quer não faz, não se filia e não se submete ao estatuto e ao regimento do Partido. Que procure outro Partido.

Portanto, o próprio PFL já teve a resposta. Não vamos votar algo que seja inconstitucional.

Eu defendo a medida provisória, que vai, sim, tornar mais eficiente diversos órgãos do nosso Governo, que atenderão aos filhos da pobreza que vivem lá no interior do País, não só na minha região amazônica, no meu Pará, como também nas Regiões Sul e Centro-Oeste, no Vale do Jequitinhonha, que precisam de nós.

Tenho certeza de que as Sr^{as} e os Srs. Senadores sabem que votarão o que é bom para melhorar o atendimento público no nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fico me perguntando por que o PT, de repente, muda drasticamente o seu discurso. Era o PT que tinha um discurso moralista, um discurso crítico contra os governos municipais, estaduais e até contra o

Governo federal quando estes falavam em criar cargos de confiança, medida que, segundo o PT, traria benefícios apenas aos Partidos, aos apadrinhados.

Será que há algo por trás de tudo isso?

A população brasileira também nos pergunta seguidamente: “Por que o PT, o Governo Lula aumentou o número de Ministérios para 11?” Em uma hora, eram 12; na outra, 13; depois, 14. Depois, diminuem. O PT condenava a quantidade de Ministérios que havia no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Quais os motivos que levam o Governo a criar 2.807 cargos? Durante a campanha eleitoral, prometiam uma reforma administrativa para enxugar a máquina, prometiam que tirariam as pessoas que ocupavam cargos de confiança, aqueles nomeados por decreto, para aproveitar quem realmente tinha melhores conhecimentos da máquina pública. O PT prometeu, na campanha, a moralização do serviço público, afirmando que não haveria perseguição, clientelismo, apadrinhamento político. Que motivos levaram o PT a mudar drasticamente os seus discursos?

O povo brasileiro, hoje, está desesperado. Os trabalhadores pedem oportunidades e clamam para que o Governo cumpra a promessa feita na campanha eleitoral de gerar dez milhões de empregos.

Estamos vendo, meu Líder Arthur Virgílio, um Governo de tributos, um Governo que taxa os nossos empresários, os nossos trabalhadores, com o argumento de que não há dinheiro, de que precisa arrecadar para investir na agricultura, em infra-estrutura, em saneamento, nos Municípios. Aqui no Senado, seguidamente ouvimos discursos de Senadores da Base de Apoio, dizendo que o Governo não tem dinheiro.

A maioria dos Srs. Senadores já foi Prefeito, Governador ou até mesmo Presidente da República e sabem que, quando não se tem dinheiro, quando falta recurso para investir nos compromissos sociais, para cumprir promessas de campanha e atender às necessidades da população, o primeiro caminho deve ser enxugar a máquina administrativa, cortar a própria carne, para que a população não seja prejudicada. E o que estamos vendo aqui é o contrário. O Governo reclama que não tem dinheiro, não atende às emendas dos Parlamentares, não envia recursos para os Municípios e Estados que estão em calamidade pública, e ainda cria novos cargos, gastando o dinheiro que diz que não tem. Não dá para entender.

A minha indagação é: como o Governo diz que não tem dinheiro para atender aos Prefeitos do interior, aos desempregados, às nossas empresas, à nossa produção e, de repente, envia uma medida provisória, criando 2.807 cargos, enfiando goela abaixo, com a esperança de que a sua Base de Apoio vá aprová-la?

Talvez os que estão nos assistindo agora não entendam bem, mas essa medida representa quase R\$60 milhões de investimento do Governo em cargos que serão ocupados por nomeação do Presidente Lula e de seus Ministros. E o pior: são cargos que, certamente, serão ocupados por pessoas filiadas ao PT ou a Partidos da Base do Governo.

Às vezes, fico pensando o seguinte: quando os prefeitos vêm a Brasília, os ministros lhes dizem que não há dinheiro, que não há meios para atendê-los, porque a “herança maldita” fez isso e fez aquilo. No entanto, o que observamos, por outro lado, é que o Governo desperdiça recursos públicos.

Hoje, há inúmeras pessoas assistindo a este debate. Elas também não sabem que o Governo não manda recursos para os nossos Estados, não manda recursos para os nossos Municípios e está deixando os prefeitos sem as mínimas condições para atender as suas comunidades. O Governo está inchando a máquina administrativa não com pessoas desempregadas, que precisam dos empregos, mas com pessoas ligadas a ele por compromissos eleitorais, principalmente em um período de campanha.

Será que o PT não quer vencer as eleições? Esse projeto é um tiro no pé do Governo! Criar empregos para atender à Base do Governo, sendo que há milhões de desempregados, é dar um tiro no pé.

O que me estranha e me deixa até revoltado é que se fez uma reforma para economizar; uma reforma que, todos sabem, prejudicou os velhinhos, as viúvas, os aposentados e os funcionários públicos. Se a questão era economia, como criar 2.800 novos cargos, por medida provisória, sem concurso público? Se o Governo implementou reformas para tirar direitos dos velhinhos, por que não fazer reformas para dar escola às crianças? Por que não reformar para dar habitação, casas aos sem-casa? Por que não fazer um projeto de economia para atender realmente os mais de 10 milhões de desempregados deste País?

O Governo Lula ainda é um Governo de propaganda – e propaganda enganosa, o que é pior! Diz que não tem dinheiro para nada e, ao mesmo tempo, edita medidas provisórias criando cargos sem concurso, sem dar condições para que outros também tenham a mesma oportunidade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Leonel Pavan?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não, Sr. Líder Arthur Virgílio!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão. Este é um Governo de propaganda, e o próprio Governo se queixa de a propaganda não estar boa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A verdade é que a propaganda do Governo não é real, é enganosa. Portanto, o Governo não confia nem na própria propaganda!

Quero dizer a todos os Senadores e a todos os que nos ouvem que o Governo, até agora, liberou, para a agricultura, apenas R\$ 73 mil, ou seja, 0,04% do Orçamento; para a ciência e tecnologia, R\$375 mil, o correspondente a 0,18%; para a educação, R\$ 352 mil, o equivalente a 0,05%; para a justiça, R\$10 mil, ou seja, 0,001%; para as minas e energia, R\$ 8,3 mil, isto é, 0,01%; e para o trabalho e emprego, zero.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, já vou encerrar. Mas, para comprar um avião, o Governo tem dinheiro; para dar emprego aos seus apaniguados políticos, tem dinheiro! Lamentamos esse fato profundamente.

Eu gostaria de vir à tribuna para elogiar, mas sou obrigado a usar a tribuna para lamentar, juntamente com a população brasileira, este desgoverno.

Quero fazer um apelo mais uma vez: Presidente Lula, é uma campanha nacional. Peço-lhe que comece a governar o País. Torcemos para isso, pois queremos um Brasil pujante e forte, assim como V. Ex^a. Estamos trabalhando, falta o seu Governo trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para discutir a matéria.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao assomar a tribuna e analisar este projeto de conversão, eu gostaria de fazer uma análise com base nos projetos que têm norteado o meu comportamento nesta Casa.

Embora sendo de Oposição, procuro sempre analisar com seriedade todos os projetos, principalmente os da área social, pois presido a Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, neste momento, eu gostaria de solicitar a todos aqueles que nos vêem pela televisão, a todos os meus Pares, que prestem bem atenção no argumento utilizado pelo Governo ao encaminhar o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004.

Segundo o argumento do Governo:

A matéria reveste-se de relevância e urgência, em decorrência da necessidade de otimizar a organização da administração pública federal, especialmente para tornar mais sinérgicas as medidas de combate à miséria e à fome, bem assim a necessidade de esta-

belecer estrutura gerencial adequada para a execução das prioridades governamentais.

Continuou o Governo:

Ademais, os cargos criados permitirão implementar, desde logo, as necessárias reestruturações de órgãos e entidades de grande importância para o cumprimento do programa de Governo ...

Por fim, o Governo ainda argumenta:

“Esse conjunto de medidas permitirá, de imediato, melhoria significativa na qualidade da gestão pública” – como se a gestão pública eficiente dependesse única e exclusivamente da contratação de pessoal. Argumenta ainda o Governo que essa contratação se destina também à “coordenação política e administrativa do Governo, em particular da área social, o que se refletirá, ao longo do ano, em ganhos de eficiência para a administração federal e toda a sociedade”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já disse o Senador Alvaro Dias que essa é uma reforma administrativa às avessas. Na verdade, neste momento, surge a eterna comparação do Governo atual com o Governo passado. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade em que o Partido do Governo está sempre relembando a “herança maldita” – nas suas palavras – para prestar um depoimento sobre o Governo anterior no que diz respeito à reforma administrativa da área social.

Ao assumir o Governo, o Presidente Fernando Henrique encontrou uma área social fragmentada, que continha, no conjunto das ações, cerca de cinco mil servidores públicos. Estes consumiam três vezes mais recursos do que o que era destinado às atividades fins. A primeira ação que desenvolvemos foi no sentido de enxugar essa máquina, com a preocupação de não demitir, mas de lotar esses servidores em outros órgãos, onde pudessem fazer um trabalho importante para toda a comunidade.

Dos cinco mil funcionários da área social, permaneceram cerca de 550 servidores. Os senhores poderiam me perguntar: “E a eficiência da gestão com apenas 550 servidores?” Posso afirmar que a eficiência se revelou no número de atendimentos naquela ocasião.

Eu gostaria de chamar a atenção do Partido dos Trabalhadores, que hoje está no Governo, para o fato de que, talvez, a dificuldade de gestão enfrentada pelo Partido se deva principalmente a alguns pontos que precisam ser observados.

Em primeiro lugar, entende este Governo que todas as ações devem ser centralizadas. Já se provou, no passado, que a centralização gera ineficiência da máquina administrativa.

O segundo ponto importante que o Governo faz questão de ignorar é a necessidade de parceria com as prefeituras e governos estaduais. O Partido dos Trabalhadores, no Governo, nega-se a fazer tais parcerias. Dessa forma, recebe de volta a ineficiência da gestão petista, sentida em cada canto do País.

Não bastam a criação de 2.700 cargos públicos e a afirmação de que metade deles será preenchida por concurso público, pois sabemos que essa dissimulação serve apenas para mascarar uma situação de fato.

Outro ponto importante que devemos observar é que, continuando o Governo a centralizar as ações e a negar as parcerias com as prefeituras, persistirá a existência de uma área social ineficiente e incompetente, como já ocorre.

Como eu disse anteriormente, com 550 servidores na área de assistência social, implementamos a LOAS; o benefício da Ação Continuada – um salário mínimo – para o idoso e para a pessoa deficiente, atendendo cerca de 700 mil pessoas; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, atingindo 800 mil crianças; repassamos o **per capita** das creches e dos abrigos a todo o País e instalamos o Programa de Geração de Renda em todos os Municípios Brasileiros.

Toda essa ação se desenvolveu em função das parcerias que estabelecemos com os governos estaduais e municipais.

Portanto, fica o alerta ao Governo de que inchar a máquina e colocar funcionários nas áreas administrativas é lutar para a centralização e a ineficiência da máquina pública.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como toda obra humana é imperfeita e tem seus defeitos e falhas, o mesmo acontece com essa medida provisória, com esse projeto de lei de conversão. Há nele alguns aspectos que devem ser considerados como inoportunos para o momento vivido pelo Brasil: momento de desemprego, de crise, de descrédito e falta de iniciativa.

Se a área competente do Governo tivesse mais sensibilidade, não teria cometido o erro de, após suprimir mil cargos da administração federal, criar outros 1.321, sob o pretexto de que a máquina estava sofrendo a falta desses cargos.

Ora, Sr. Presidente, isso é falta de previsibilidade. Se o Governo acreditava não ter condições orçamentárias para preencher os cargos da administração federal, no mínimo, pela previsibilidade de, num amanhã,

precisar dos mesmos, deveria tê-los mantidos vagos para uma oportunidade em que pudessem ser ocupados. Entretanto, não foi o que houve.

Na situação que estamos vivendo, funcionários estão insatisfeitos por falta de aumento e há greve da Polícia Federal, sem o atendimento nas negociações de uma instituição que tem o dever de assegurar para todos os brasileiros a segurança no ir e vir em todo o País. Podemos, sem dúvida, dizer que a Polícia Federal é uma instituição nobre, que tem prestado um serviço enorme ao Brasil. No entanto, suas reivindicações mínimas não têm sido levadas em conta, não têm sido consideradas pelo Governo, com o qual apóia, do Presidente Lula.

É verdade, Sr. Presidente, que a máquina administrativa federal, ao longo dos últimos anos, tem sido muito prejudicada pela ação nefasta de outros governos. Para o Governo Collor, o servidor público era um “marajá”, que tinha o sentimento satânico de afundar a administração pelos “altos salários” que recebia. Logicamente, havia privilegiados que atingiam patamares até hoje existentes, situação que a reforma constitucional que votamos procurou corrigir.

O governo passado, do nosso cordial, verdadeiro magistrado e cavalheiro Fernando Henrique Cardoso, conseguiu deixar um vácuo de 124 mil servidores públicos. E como eles foram substituídos? Por meio da terceirização de 160 mil cargos. O serviço público ficou à deriva, em segundo plano, e prevaleceu a escolha, o “QI” de políticos “que indicavam”. Não só no Governo Federal, mas também nas administrações estaduais e municipais, os servidores terceirizados, de empresas privadas, recebiam salários irrisórios e prestavam um péssimo serviço, enquanto as empresas engordavam suas contas.

Sr. Presidente, além disso, o governo passado criou o famigerado PDV – Programa de Demissão Voluntária. Quantos entraram nessa canoa furada! Funcionários do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, de instituições as mais diversas, inclusive de universidades, seguiram o canto da sereia do governo e resolveram integrar o PDV, demitindo-se. Emergiram em uma verdadeira aventura de montar pequenas e microempresas, que depois vieram a falir – quase 90% delas desaparecem do mercado anualmente –, e estão aí os servidores demitidos, as viúvas e os viúvos do PDV do governo passado.

Há uma situação caótica, na administração federal, que precisa ser corrigida, Sr. Presidente, que é o preenchimento anual de pelo menos 30 mil vagas de servidores que desaparecerão anualmente nos próximos quatro anos. Isto é, em quatro anos de administração federal, nada menos que 120 mil servidores

serão aposentados. Como ficará, Sr. Presidente, essa máquina, que hoje já é emperrada, atrasada, caótica? Quando se fala em paralisação e na inoperância do Governo, temos que reconhecer que isso tem a ver também com a falta de iniciativas para preenchimento de cargos por concurso público, conforme propõe o próprio Governo, e consta do Orçamento da União para este ano. Há uma previsão de pelo menos 40 mil servidores contratados, admitidos por concurso público. É um avanço, sem dúvida alguma, quando se vai nessa direção. Ano passado, mais de 25 mil servidores foram admitidos por concurso de provas e títulos no Governo.

Se considerarmos que o Governo passado preferiu o PDV e a terceirização e o Governo volta a valorizar a administração pública federal, contratando por concurso novos servidores, chegaremos à conclusão de que existem pontos positivos a serem considerados, tirando essa questão aqui tão alardeada pelos dignos e eminentes membros da Oposição, que disseram que são quase três mil cargos em comissão, quando, na realidade, são 1.472 funções gratificadas e 1.321 cargos em comissão.

Se pelo menos o Governo Federal dissesse na medida provisória para onde iriam esses 1.321 cargos em comissão, a coisa teria ficado até mais transparente, mais palatável, para os Srs. Senadores. No entanto, o que diz o art. 11? Que são criados vários cargos – DAS de 1 a 6 – nos Ministérios, mas não diz quais são os Ministérios que receberão esses cargos.

Então, não seria mais conveniente, mais transparente, já que o Governo resolveu criar esses cargos, que dissesse que os Ministérios tais e tais vão receber DAS. Mas, aqui, de forma genérica, cria-se 1.321 cargos, mas sem nenhuma indicação para onde irão as pessoas nomeadas, em qual Ministério do Governo do nosso Presidente Lula serão lotadas.

Por isso, Sr. Presidente, pelo que pude observar, entendo que a Medida Provisória, no que toca aos cargos, há reação; mas, no que toca aos outros artigos, não há nenhuma reação. Sem dúvida, todos os governos, sejam eles quais forem, fazem reforma administrativa e propõem mudanças nos órgãos da Administração Federal.

O calcanhar de Aquiles desse projeto é, sem dúvida alguma, a criação desses cargos sem indicar para onde irão as pessoas que serão nomeadas.

Por isso, a minha opinião, que já transferi ao Líder do Governo, é que esse projeto, da forma como está, deveria ser repensado. Que a criação de cargos ficasse para uma outra oportunidade, quando o Governo estiver em melhor situação e pudermos aprovar o restante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabem a minha posição, inclusive, muitas vezes, apoiando o Governo, em que o meu Partido é, com justa razão, Oposição. No entanto, distingo os atos. Hoje, venho defender o Governo. Quem vai votar a medida provisória não pode ser governista. É inimigo do Governo. O Governo não pode, neste momento, contratar servidores, em número que varia de 1.500 a 2.700, para cargos em comissão. Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

Tenho dito que um dos erros deste Governo é ter 36 Ministérios. Tenho a certeza de que o Líder do Governo nesta Casa, o inteligente Senador Aloizio Mercadante, não seria capaz de nominar sequer 25 deles. Dou um prêmio a qualquer petista que disser os nomes dos 36 Ministérios. Por que esses Ministérios existem? Porque foi necessário se fazer a acomodação, tanto do próprio PT quanto a de seus aliados. O resultado é que o Governo não produz, e isso prejudica a popularidade inegável do Senhor Presidente da República. Nenhum de nós pode negar que poucas pessoas chegaram ao Governo com a popularidade que chegou Lula. Entretanto, a popularidade do Presidente está caindo por falta de atuação do seu Governo; caindo porque Sua Excelência não tem tempo de despachar com os 36 Ministros. Creio que muitos deles passam até um ano sem despachar com o Presidente. Resultado: há sempre um núcleo para Sua Excelência se aconselhar. Além das lutas internas, como a do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, ou do Ministério da Fazenda com o Ministério do Planejamento, enfim, de todos esses programas feitos pelo Governo, nenhum pôde ser executado.

Sr. Presidente, V. Ex^a já exerceu a Presidente da República e sabe que é indispensável, além dos trabalhos normais, a rotina de despachos com os Ministros. Quem governou Estados – e aqui vejo muitos ex-Governadores – sabe que despachar é indispensável para se saber o que se passa nessa ou naquela Pasta, nesse ou naquele área ou setor. No entanto, o Presidente da República não pode saber disso de jeito nenhum, levando-se em conta o elevado número de Ministérios.

Ora, Sr. Presidente, tendo em vista a existência de muitos Ministérios – vamos falar a verdade –, há um número exagerado de funcionários públicos. Esse número é tão grande que o remanejamento desse pessoal seria uma obrigação do Governo e não a cria-

ção de novos cargos. Na hora em que se criar novos cargos, sentimos que todas as classes irão reivindicar e obter aumento salarial. Isso significa que os investimentos vão cair além da queda brutal que existiu no ano passado.

O Governo tem de tomar ciência dessa situação, que é grave. É grave porque, amanhã, afetará diretamente os Estados. No momento em que se dá 17%, como preliminar, para os agentes da Polícia Federal e em que os militares, que já viviam sossegados há muito tempo, vêm agora reivindicar salários, não temos um bom sinal.

Ninguém vai pensar que aquelas setecentas ou mil senhoras que estiveram na praça do Palácio do Planalto não estavam autorizadas por seus maridos. Elas não estavam fardadas, mas é como se estivessem, porque estavam falando em nome de seus maridos, pelos seus salários.

Portanto, Sr. Presidente José Sarney, nós, que já vivemos tantos acontecimentos, sabemos como essas coisas começam e como acabam. E não temos interesse, de jeito nenhum, em que a democracia sofra qualquer colapso. Queremos viver no regime democrático, mas este não suporta o que se vem fazendo contra ele. Sentimos que obras não são feitas; que não há Estado que esteja satisfeito; que os grandes centros se movimentam, refletindo todos eles nas pesquisas do Presidente da República.

Será Sua Excelência o culpado? Creio que sim, porque seria covardia minha dizer que a culpa não é do Presidente, mas de fulano, sicrano ou beltrano. Contudo, o Presidente ainda tem tempo de encontrar o bom caminho. E V. Ex^a, Senador José Sarney, poderia ser um bom conselheiro, pois também viveu momentos difíceis em seu governo, mas soube atravessar os percalços com habilidade e fazer a transição para um adversário que não se pôde questionar.

Portanto, se V. Ex^a tem deveres com o Governo, todos nós os temos também, seja o Senador Tião Viana, seja o Senador Aloizio Mercadante, seja o Senador Arthur Virgílio, seja o Senador Tasso Jereissati, seja o Senador Sérgio Guerra. Todos temos deveres com o Governo. Todos queremos o bem do País, mas também o Governo tem que nos ajudar, porque, sem essa ajuda verdadeira, o Governo não sai do caos em que se encontra.

Esta medida provisória jamais poderia ter sido enviada para o Congresso. Esta medida provisória, dada a sua complexidade, teria que ser um projeto de lei. Deveria ter sido estudada para que pudesse vingar conscientemente com os Srs. Senadores. Sei que muitos Senadores vão votá-la como aqui está. Sei que ela

passou na Câmara, mas não se trata disso; nenhum vai votar conscientemente.

Tenho certeza de que o Senador Eduardo Suplicy está horrorizado com esta medida provisória, mas tenho certeza de que, pela fidelidade partidária, S. Ex^a vai votá-la.

O que acho, neste instante, é que deve haver um momento de reflexão, reflexão geral de todos os Srs. Senadores, no sentido de encontrar um caminho que ajude o Governo. Mas não é assim que se ajuda o Governo. Ajuda-se o Governo votando as medidas certas e advertindo-o para que não se votem as medidas erradas.

O País vive uma fase extremamente difícil! Vemos já uma guerra civil no Rio de Janeiro. Temos que convocar Governador, Ministro e, da próxima vez, o Ministro da Defesa com os comandantes militares. É assim que começa, mas não sabemos como acaba.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo ao Senado no sentido de que não aprove esta medida provisória. Falo conscientemente, porque tenho ajudado, à medida do que me é possível – eu e pelo menos grande parte do meu Partido –, o Governo. Mas, neste instante, é impossível ajudá-lo, aprovando esta medida provisória. Temos o dever de rejeitá-la e, se não o fizermos, quem vai pagar é a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, custo, coerência, oportunidade são alguns dos pontos que nos fazem questionar esta medida provisória. Coerência, porque o PT sempre foi tão contra o uso de medidas provisórias e agora as usa para criar cargos desnecessários no dia-a-dia. Coerência, porque é importante lembrar que o PT sempre quis defender o funcionário público, dizendo que não podia existir contratação sem que fosse por meio de concurso público. E estamos falando aqui de 2,8 mil cargos sem concurso público.

Não é possível dizer, e vamos repor corretamente os fatos, que 1,5 mil funções comissionadas não são de livre escolha. Elas são de livre escolha, sim. São para funcionários que já estão trabalhando, mas são gratificações adicionais escolhidas ao bel-prazer dos dirigentes. Os DAS de recrutamento amplo, que se somam a essas funções gratificadas, vão totalizar, portanto, os 2,8 mil cargos que o Governo quer criar por meio de uma medida provisória como se fosse uma questão de urgência total. Essa não é uma questão urgente. Há muitas outras questões urgentes que precisam da atenção do Governo.

Outros pontos precisam ser colocados aqui. Chega dessa questão de ficar falando que o Governo passado sucateou a administração pública. Os números falam por si. A folha salarial do Governo Federal, em 1994, era de R\$ 24 bilhões, já na época do real, chegando, em 1995, a R\$ 35 bilhões, com o aumento linear dado no primeiro ano do Governo Fernando Henrique. Chegou, em 2002, a R\$ 75 bilhões; ou seja, um aumento de 24 para 75. Se não houve algum reajuste, não entendo mais nada de aritmética, de matemática. Esse é o custo da folha porque houve reajustes lineares e reajustes diferenciados por categorias.

Então, deixemos claro que não é preciso ficar repetindo a catilinária de que houve achatamento, destruição da máquina pública, esse jargão sempre repetido.

Há ainda, Senadora Ana Júlia, a contribuição partidária. Não estamos questionando que haja contribuição partidária voluntária. O que se critica é a contribuição partidária obrigatória. Participei da fundação do PSDB, em 1988, e pago, desde aquela época, uma contribuição partidária voluntária de 3%, que é o que o PSDB estipulou, e não os 24% obrigatórios do PT. Com isso, realmente, esses quadros que são preenchidos partidariamente acabam elevando a receita partidária. Não há como negar isso, pois são fatos claros.

A organização do Governo está deixando a desejar...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – São 24% apenas para os Parlamentares, do líquido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O nosso é 3% do bruto.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a poderá vir para o PSDB e será muito bem-vindo. No Partido, são apenas 3%, e não 24%.

O propósito do PSDB é o de que o Governo tenha uma melhor organização, deixando de ser uma direção que não se encontra. Este é o 16º mês de Governo, e precisamos de ação. Há dois meses, o Denit – órgão nacional que substituiu o DNER – está sem dirigente. Essa, sim, é uma questão urgente. No feriado da Semana Santa, verificamos as tristes estatísticas por todo o Brasil; no caso do meu Estado, Minas Gerais, houve o dobro de acidentes fatais nas estradas federais. No entanto, não vejo ação, nem urgência do Governo em preencher a direção do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Trocou-se o Ministro dos Transportes, mas a questão dos transportes continua relegada a segundo plano e sem a atuação devida, sem a assistência do Governo.

Terminarei a minha fala, porque sou sempre de falar pouco – não é da minha característica discursos longos –, plagiando o PT: o que está faltando é vontade

política. O PT já gostou muito de usar esse linguajar, e hoje precisamos cobrar dele essa atitude. Precisamos de vontade política para que o Brasil funcione. Após 16 meses de Governo, o País não cresceu, nem demonstrou mudança expressiva nas áreas de saúde e transportes – pelo contrário, piorou. O País continua tendo os juros mais altos de todo o mundo, e estamos aqui discutindo uma questão de alguma maneira irrelevante: a criação de novos cargos, que o Governo insiste em fazer por meio de medida provisória, a qual deveria ser usada apenas para assuntos urgentes.

Este é o apelo que deixamos: que o Governo resolva, de uma vez por todas, trabalhar e decidir, em vez de se dedicar às incansáveis e tão famosas reuniões de seu Partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no assunto propriamente dito, peço permissão ao Senador Mão Santa e ao Senador Alberto Silva para comunicar, com profunda tristeza, o falecimento em Teresina, há poucos minutos, do grande desportista piauiense Pedro Alelafi, vítima de complicações pós-operatórias.

Trata-se de um homem benquisto, principalmente no meio esportivo do meu Estado, parnaibano, conterrâneo de V. Ex^a, Senador Mão Santa. Aproveito a oportunidade para enviar aos seus familiares votos de sentido pesar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltando ao mundo dos vivos, confesso que resisti muito em fazer uso da tribuna para discutir essa questão, mas, diante da argumentação conflitante entre os próprios defensores do Governo, resolvi prestar alguns esclarecimentos.

Meu caro Presidente José Sarney, a cada inverdade, a cada impropriedade dita nesta tarde, tive uma preocupação. Não olhei para nenhum dos companheiros sentados, para nenhum colega Senador. Não somos isentos; somos apaixonados na questão: ou somos contra, ou somos a favor. Eu olhava para a tribuna e para a galeria e via a cara de decepção de quem ouvia afirmativas não-verdadeiras.

Quero convidá-los para que, a partir de amanhã, percebam que, cada vez em que se diz uma inverdade da tribuna, nas galerias – agora vazias, mas que, durante a tarde, foram visitadas por diversos grupos – e na tribuna de honra, faz-se um gesto de quem diz: “fui grampeado, caloteado; enganaram-me, não foi esse o voto que dei”.

Não se está discutindo aqui a colaboração partidária de quem detém mandato eletivo. Que sejam 20%, 30%, 50% ou até 100%. É uma opção! O que se discute – chamo a atenção de quem nos está ouvindo, e todo o País está, Senador José Sarney – é outra questão: o PT, no Brasil inteiro, Governador Tasso Jereissati, entrou com ações, muitas delas ações populares, contra Governadores e Prefeitos que descontavam certas quantias dos seus funcionários detentores de função gratificada. O Senador Mão Santa, Governador do Piauí, foi vítima de uma ação popular. Quase todas as ações morreram. Até quero pedir aos líderes sindicais dos servidores públicos do Brasil inteiro que remetam ao Congresso Nacional cópias dessas ações feitas por Deputados Estaduais, ou prepostos do PT, contra as administrações que faziam isso.

E, exatamente agora, Senador Romeu Tuma, o PT defende essa prática aqui.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Teria a maior honra em conceder um aparte a V. Ex^a, mas o Regimento é inimigo nosso neste instante.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – O Regimento Interno permite, Senador. Estamos discutindo a matéria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Permite, Sr. Presidente? Então, concedo a V. Ex^a o aparte, com o maior prazer, Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Gostaria apenas de esclarecer a V. Ex^a que o Senador Jorge Bornhausen fez uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral, que considerou que os partidos políticos podem receber contribuição em dinheiro de filiados que ocupem cargos em comissão no Governo. Segundo o Ministro Relator, Carlos Madeira, a contribuição de filiados que detenham cargos passíveis de exoneração na Administração Pública federal, estadual ou municipal não viola o art. 31, § 2º, da Lei dos Partidos Políticos. O Senador indagou ao Tribunal Superior Eleitoral se é lícito aos partidos receberem recursos financeiros referentes a descontos compulsórios, com amparo estatutário, de filiados ocupantes de cargos de livre provimento. A resposta foi positiva. Só espero que V. Ex^a não proponha acabar com os dízimos, nem com as contribuições para os sindicatos.

A SRA. Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em seguida, Senadora Heloísa Helena.

Agradeço, Senadora Ana Júlia, pois V. Ex^a está fornecendo-me exatamente o argumento que eu pro-

curava. A questão é ética. A consulta já havia sido feita anteriormente, mas o Partido de V. Ex^a entrou contra Governadores que praticaram esse ato no Brasil inteiro. Estou apenas demonstrando, Senadora, que o Partido de V. Ex^a está fazendo agora o que combateu a vida toda. Sei que o PT tem um objetivo e vai conseguir alcançá-lo, se é que já não conseguiu.

O PT, ao final deste mandato, será o partido mais rico do Planeta. Vai fazer inveja à organização partidária da Espanha. E não estou falando daquelas contribuições espontâneas, estou falando da arrecadação oficial, essa compulsória que o servidor está espontaneamente fazendo para não perder sua função gratificada.

Ouvirei a Senadora Heloísa Helena, que há bem pouco tempo, participava dessa doação de 24% para o PT. Quero ouvi-la com muita alegria.

A Sra. Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Quero contribuir para o debate, Senador Heráclito, e já tive oportunidade de fazê-lo. Sinceramente, não vejo problema nas contribuições individuais, que sejam feitas por qualquer um. Tive a oportunidade de, mesmo expulsa pelo PT, pagar juros sobre juros – porque aprenderam muito com a agiotagem internacional a que servem – da minha dívida. Mesmo expulsa do PT! Não tenho nenhum problema quanto a isso. O problema são as contribuições chamadas polpudas. Para mim não é constrangimento nenhum um militante, seja ele filiado ou ocupante de cargo, disponibilizar um percentual do seu salário para ajudar ao partido. Para mim, não tem problema se é 1% ou 30%. Preocupo-me quando vejo o tesoureiro do PT intermediar interesses privados para liberar dinheiro atrasado de construtora, ou de empreiteira, ou de seja lá quem for, para depois ir lá pegar alguma coisa. Preocupo-me quando vejo na televisão o que vi hoje: o Waldomiro dizer que “molhava” a mão com dinheiro sujo do narcotráfico de um tal de Paulinho, que não era meu assessor. Era assessor de alguém e que recebia para dar dinheiro. O problema não é esse. Afirmaram aqui que metade dos cargos comissionados serão para servidor de carreira. Não vamos iludir os coitados, por Nossa Senhora, porque não é assim. Dos cargos comissionados, não; das funções gratificadas, sim, porque função gratificada obrigatoriamente é para quem é da Casa. Temos que dizer isso, para não iludir os coitados dos servidores públicos. Quero que todos os servidores públicos tenham aumento salarial. Eu brigava no Governo Fernando Henrique, que achatou e destruiu o setor público; e o Governo Lula faz exatamente igual. O problema é que a média da função gratificada é de R\$ 240, para usar como argumento de dizer que metade dos cargos vai ser para o servidor público. Não é. A média do que está no projeto para ser

atribuído a servidor público é de R\$200, enquanto que a média do cargo comissionado, esse, sim, é a média de mais de R\$4.000. Isso apenas para contribuir com o debate, porque sei que o Governo sabe que vai perder. Não vai votar porque muitas vezes a Base bajula, mas não está aqui para votar; certamente vão convencer o nosso querido Relator, por quem tenho muito carinho e respeito, porque ele não é arrogante – e a arrogância sempre cega as pessoas – e não tenta ganhar no grito, tenta ganhar no argumento, a usar o mecanismo regimental de pedir 24 horas para dizer que vai analisar uma emenda, que não será analisada, para não votar, deixar para votar amanhã, e não perderem hoje. Peço desculpa por ter-me estendido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a enriquece este modesto pronunciamento.

Peço ao ouvinte...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já vou terminar, Sr. Presidente, pediria apenas dois minutos. Estrearam-me aqui com os apartes, e quero apenas dois minutos para concluir meu raciocínio.

Peço aos que estão nos ouvindo, nesse instante, que peguem um lápis ou uma caneta e façam uma conta rápida. (Deputado Dr. Rosinha, por quem tenho o maior respeito e apreço, desde a época em que apitava no plenário da Câmara dos Deputados defendendo o que estamos defendendo hoje.) Façam a conta. Quantos servidores públicos a União, os Estados e Municípios têm? Brasil, faça essa conta e veja o que estou dizendo. Esse Partido será, Presidente Sarney, o mais rico do Planeta. Assim sendo, não haverá arrecadador, gastador que o quebre. Vamos ver um País quebrado e um Partido milionário.

Por fim, Sr. Presidente, agradeço a generosidade de V. Ex^a e, por dever de justiça, homenageio o Senador Delcídio Amaral, esse grande Líder. Somente o espírito público – e nós que o conhecemos podemos dizer – traria S. Ex^a à tribuna para defender esta causa.

Aproveito para rogar a Deus que o restabelecimento da Ideli Salvatti seja o mais rápido possível. Você que está nos ouvindo, Ideli, venha defender isso. Este é um trabalho seu, o projeto é seu. Não faça o pobre e esforçado Senador Delcídio Amaral ter que defender essa questão. Aproveito para lhe desejar uma boa e rápida recuperação. Que V. Ex^a venha curada não só da coluna, mas, também, das idéias, para fazer com que, neste plenário, cheguem os seus correligionários e os da Base e defendam teses como essa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PT cobrou muito de uma frase do ex-Presidente Fernando Henrique, a famosa “esqueçam o que eu escrevi ou

o que eu disse”, e está esquecendo tudo, e principalmente a sua história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que estão sofrendo na nossa Pátria amada por esse desgoverno.

Senador Tasso Jereissati, a última vez que nos encontramos foi no coração do Brasil, no Rio de Janeiro, no Canecão. O humorista cearense, Tom Cavalcante, inicia o espetáculo, o espetáculo da verdade, da alegria. Lembro muito bem quando terminamos a votação da PEC nº 67. Inspirado em Ulysses, ouvi a voz rouca das ruas do Piauí e ouvi o povo dizer: três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Assim começa o seu espetáculo o humorista cearense Tom Cavalcante.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a, sem dúvida alguma, é a cabeça mais ventilada do Senado.

Falou-se aqui que os Estados Unidos têm o dobro da população, mas eles têm muito mais dinheiro, dez vezes mais. Não é válida a comparação. Estamos no nosso Brasil.

O Senador Antonio Carlos Magalhães falou bonito. Está ali o Rui Barbosa, outro baiano. Só há um caminho. A salvação está na Justiça, com a lei e dentro da lei.

Falou-se dos americanos, mas esqueceram suas riquezas, sua população e o fato de que sua Constituição tem 7 artigos e 27 emendas. A nossa é a sétima. O Presidente José Sarney, inspirado, contratou alguns notáveis. Afonso Arinos fez o modelo, mas os Parlamentares acharam por bem fazê-la e aqui está a nossa Constituição, com 250 artigos.

Presidente Lula, é difícil ensinar o PT. O núcleo é duro demais, cabeça dura. Aqui está a salvação. Isso não é brinquedo. Eu estou aqui porque sou do PMDB de Ulysses Guimarães, que beijou esta Constituição. Senador Arthur Virgílio, ele a beijou e disse “quem trair a Constituição trai a Pátria”.

Está aqui, no Capítulo sobre a Administração Pública:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei...

A Constituição não fala em medida provisória. Lei é lei. Medida provisória é um remédio para os casos de urgência e relevância.

O ridículo é tão grande que hoje todos os bingos estão funcionando em São Paulo, porque uma juíza considerou a matéria urgente.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, eu, como médico, sei o que é urgência. Urgência é uma apendicite, uma bala na barriga, uma peixeirada, uma hérnia estrangulada, uma úlcera perfurada, uma ruptura de baço, uma hemorragia, uma prenhez ectópica. Urgência são essas situações. Portanto, esta medida provisória não tem nada de urgente! Isso é ridículo, é ignorância, é falta até de dicionário! Não tem nada de urgente. É uma administração, um organograma de uma reforma.

O art. 37, inciso II prevê:

A investidura em cargo e emprego público depende da aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei (...)

Esta é a verdade. Inspirando-me em Cristo, “em verdade, em verdade, vos digo”: este Governo é de pouco entendimento!

Um Senador cujo nome prefiro não citar – espero que S. Ex^a mesmo se manifeste – disse: “O PT é um Partido de desempregados e famintos”. Refleti a esse respeito, porque S. Ex^a é um dos mais sábios, competentes e experientes Senadores desta Casa. Creio que o PT está acabando com seus desempregados, está resolvendo esse pleito, mas, na prática, isso é uma falta de vergonha, é o que o povo da rua, lá no meu Piauí, chama de “trem da alegria” para a eleição.

Agora, vamos saber quem é o maquinista. Não é o Senador Delcídio Amaral. O PT tem as suas exceções. Talvez S. Ex^a seja uma estrela que brilhe no PT, entre as outras que estão apagadas. Então, não tem nada a ver com isso, como o grande piauiense Heráclito Fortes disse. Nós sabemos das participações do Senador Delcídio Amaral em todas as leis que sugeriram para melhorar este País. Até medidas provisórias, como a última do setor elétrico, contam com a sua inteligência.

Aprendi muito aqui, Senador Antonio Carlos Valadares. Primeiro, o número exato é 2.793. Dizer que alguns vão ser do serviço público... Só quem vai ser chamado mesmo é quem tem a carteirinha do PT. E esse negócio de tirar 24% é muito, não entra na cabeça de ninguém. Eu não vou permitir que partido algum me tire isso, porque tenho a minha mulher e os meus filhos para cuidar. Eu vivo disso. Eu já fui, mas

não aprendi a roubar! Essas mãos não são santas; são humanas, honradas e honestas. Tirar 24% do que se ganha? Não posso entender isso.

Agora, este é o complemento: eles vão nomear e colocarão todos os seus familiares. Eu não tenho inveja daqueles que ficaram ricos por meio do trabalho, mas não concordo com esses caminhos tortuosos. Isso é uma vergonha! E mais: o PT tem de entender que o povo lhe entregou o Governo pela democracia, pela alternância do Poder. Não queríamos o candidato do Governo: o povo não quis, eu não quis, o Presidente Sarney não quis.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Mão Santa!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Além dos 27% do Imposto de Renda, além da Previdência, são mais 24% para o Partido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E está aí o TSE cassando por R\$26,00. Vamos é cassar todo o PT por essa imoralidade!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, aprendi muito. V. Ex^a é um dos mais sábios, mas disse que não sabe para onde vão esses nomeados do “trem da alegria”. Eu quero saber do maquinista, e não é o Senador Delcídio. Senador Antonio Carlos Valadares, eu já aprendi muito. V. Ex^a é uma das maiores inteligências. Então, quero lhe ensinar: eles vão ser cabos eleitorais nas próximas eleições do PT.

Presidente José Sarney, V. Ex^a governou este País com sabedoria e firmeza. Houve emprego e crescimento. V. Ex^a tinha onze ou doze ministros. Depois, veio o Presidente Collor, com 16. Então, Lula, é um espetáculo de grandeza: passar de 12 para quase 40 é muita grandeza.

Fui prefeitinho, assim como o Senador Arthur Virgílio. Antonio Palocci é o melhor do núcleo duro, porque foi prefeitinho. Em terra de cego, quem tem um olho é rei – lá no PT, mas aqui não.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Temos que entender, Senador Edison Lobão, que a democracia é formada pelos poderes. Quantos representantes eles têm aqui? O povo não confiou no PT. Do contrário, teria colocado aqui 40, 50 ou 60.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Na minha cidade, a encantadora Parnaíba, amada por José Sarney, não tem nenhum Vereador do PT, e nem vai ter. No Piauí, parece que há dois Deputados Estaduais. Aqui, podemos contar os Senadores com os dedos das mãos.

Então, entregou-se o Executivo, mas democracia é isso. E o Judiciário deve estar por cima, observando.

Agora, o patrão disse tudo, Senador Tasso Jereissati, atentai bem, é quem paga a conta. Quem paga é o povo, que não suporta mais isso.

Presidente José Sarney, é uma vergonha! A cada ano, o Governo do PT, partido dos tributos, retira cinco meses de cada brasileiro ou brasileira que trabalha. Votamos contra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, último orador inscrito.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que será diferente ocupar esta tribuna. Sou do PMDB e também tenho procurado ajudar o Governo na Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos e em plenário. Mas hoje é um dia em que verdadeiramente precisamos ajudar. Já perdi algumas oportunidades e não quero perder mais nenhuma.

Precisamos raciocinar um pouco e ouvir as sugestões daqueles mais experientes na vida pública e que se encontram nesta Casa. Estou presenciando uma sessão que há muito tempo não assistia no Senado da República. É uma sessão de humor verdadeiro. E sabem o porquê disso? Porque o Senado não pode continuar recebendo medidas provisórias dessa natureza – e tenho alertado para isso –; medidas provisórias sem que sejam analisados os requisitos da urgência e da relevância; medidas provisórias que parecem demonstrar ato de imperialismo governamental, para não dizer de insensibilidade, como quem diz: “Eu mando, e a Casa tudo aprova”. Não pode ser assim!

O Governo precisa de cargos? Qual é a lei e o que ela diz? É essa a primeira indagação de quem assessora o Governo. Isso é caso de medida provisória? Essa é a indagação que devem fazer ao Presidente Lula aqueles que estão ao seu lado, para que não aconteça o que estamos constatando aqui hoje: são 2.800 cargos, entre aquelas funções gratificadas e os que serão criados. Será que isso é caso de urgência?

Ouvi dizer aqui que o Poder Público está precisando, que não há funcionários nas repartições. Só se está constatando isso agora? Por que não se abre concurso público conforme determina a Constituição e foi falado aqui? Por que não dizem ao Presidente

Lula que o momento nacional não comporta tamanha insensibilidade?

Dizem que as universidades precisam de professores e alegam que não se pode contratar, apenas uma exposição de motivos, que nem é do Presidente da República, mas um parecer que veio da Câmara informando que as universidades serão atendidas. Outros falam que se vai atender ao Incra. Mas a medida provisória explica quantos são os funcionários que irão para o Incra, para o lagro, para a Embrapa que está acabando ou para o setor universitário? Ninguém fala nada.

E o Senado vai votar uma matéria dessa natureza? Ela não pode ser votada assim. Esta é uma Casa de responsabilidade.

Estão certos aqueles que ocuparam esta tribuna abrindo caminho. Dirijo-me, agora, ao Senador Delcídio Amaral, Relator *ad hoc*, a fim de que S. Ex^a obtenha o consentimento da Liderança do Governo para retirarmos esse projeto de pauta. Vamos estudá-lo melhor, vamos dar esta chance ao Poder Executivo, porque me parece que esse projeto não tem condições de passar. Isso arrepia! É um cheque branco que daremos ao Poder Executivo. Não se sabe onde serão colocados esses funcionários, não se sabe sob que critérios serão escolhidos.

Não quero envolver os partidos políticos, mas qual é o critério da escolha desses militantes? Estou deixando as funções gratificadas que são em número de 1,7 mil de lado. Quais são os critérios para a escolha deles? Vão servir aonde, em que lugar? Será ao bel-prazer do Poder Executivo? O Senado não tem obrigação de saber onde serão lotadas essas pessoas que serão nomeadas?

Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero ajudar o Governo, mas acredito que o ajuda melhor se ocupar esta tribuna e fizer este alerta, porque em reuniões com Senadores tenho dito o que agora estou dizendo aqui em alto e bom som.

Não é possível sairmos às ruas e dizermos que não há dinheiro para o aumento dos funcionários públicos se há R\$58 milhões para gastar em nomeações de novos funcionários. Que respostas daremos à população se as explicações que foram dadas aqui, positivamente, não convenceram?

Perdoem-me aqueles que defenderam a medida provisória, mas o que está escrito no texto da medida provisória é completamente diferente dos discursos de quem a defendeu.

Quando ouvi o Senador Tasso Jereissati falar, fui lá e o cumprimentei. Foi um discurso de quem conhece a realidade brasileira, daquilo que está acontecendo, hoje, no Brasil: a violência que se está alastrando no Rio de Janeiro e também nos quatro quadrantes deste País; o problema agrário, o problema de invasão de

terras, que também atinge todo o território nacional; as greves dos funcionários públicos que por aí pululam. Sinceramente, não há condições de se votar uma medida dessa, porque não temos condições de dar resposta ao povo brasileiro. Esta é a verdade: não há condições de responder às indagações dos que estão desempregados; não há condições de responder às indagações daqueles que estão necessitando de apoio; não há condições de dizer que falta remédio nos hospitais.

O que é isso? São de R\$58 a R\$60 milhões por ano, Sr^{as} e Srs. Senadores! São R\$5 milhões por mês! Entreguem isso a cada um dos nossos Estados, e vamos resolver muitos problemas de infra-estrutura. Mas se o que se está precisando é de pessoal, vamos aplicar esses recursos na contratação desse pessoal, mas tudo dentro da Constituição, dentro da lei.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me perdoe. V. Ex^a sabe que sou um homem de espírito partidário, sou um homem que milito no PMDB, tenho honra, tenho orgulho disso! Presidente José Sarney, V. Ex^a é do meu Partido e não tem responsabilidade alguma nisso, mas preside a sessão e está ouvindo tantos discursos! O meu talvez esteja causando estranheza. Pode ser que esteja. Mas prefiro estar tranqüilo comigo mesmo neste momento...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De maneira alguma, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...dizendo que meu Partido tem que participar do Governo, porque se nós ou outros partidos que apóiam o Governo estivéssemos lá, com a nossa experiência...

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...sendo alertados para as medidas, perguntaríamos: será que deixaríamos que uma medida provisória como essa surgisse no plenário do Senado da República? Será que deixaríamos que fosse para a Câmara dos Deputados? E quando digo nós, não estou dizendo que o PMDB é dono da verdade. Estou dizendo que pessoas de diversos partidos que apóiam o Governo poderiam ajudar. Mas não participamos de coisa alguma, e aqui temos que comparecer a fim de votar uma matéria dessa natureza.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Já ia encerrar, mas concedo com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – O tempo do orador está esgotado. Não pode mais haver apartes.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Em 16 segundos. Usarei apenas cinco a fim de prestar uma homenagem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, o orador já ultrapassou o tempo em dez segundos. Não há mais condições de conceder apartes.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se a Presidência decidiu assim, só lamento que o tempo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – É o Regimento, e não o Presidente.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...que o tempo de ultrapassagem possa ser de apenas dez segundos. Vi muitos oradores, que brilharam e brilham nesta Casa, ultrapassarem, na presente sessão, muito mais de cinco ou dez minutos. E aponto um, até por mérito, pelo discurso que proferiu, meu amigo Senador Heráclito Fortes. Tenho dito, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não utilizarei mais do que cinco segundos. Meu objetivo é prestar uma homenagem ao último orador.

Entendo que a palavra de todos é extremamente importante, mas a palavra de um ex-Presidente do Congresso Nacional, com certeza, tem um peso enorme. Portanto, o apelo do Senador Ramez Tebet deve ser analisado por todos nós.

Este era o objetivo: prestar uma homenagem àquele que foi Presidente desta Casa e do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Almeida Lima, esclareço a V. Ex^a que, na forma do Regimento, o aparte é reduzido do tempo destinado ao orador, que já havia ultrapassado seu horário, sem isso implicar que pudesse prosseguir, pois a Mesa tem sido tolerante. Apenas estou cumprindo o Regimento. Infelizmente, essa é a minha função.

Não havendo mais oradores, declaro encerrada a discussão.

Tem a palavra o Relator, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sabedor de que há um destaque, a Emenda nº 8, peço 24 horas para que o bom senso efetivamente seja alcançado e que voltemos a discutir a matéria, se Deus quiser e com a permissão de todos, na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Na forma do art. 348, inciso II, do Regimento Interno, defiro o requerimento do Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) –

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por ser tão tarde, são 21 horas e 51 minutos, em consonância com o Deputado Carlos Melles, Presidente da Comissão Mista do Controle das Atividades de Inteligência, estamos adiando para o dia 28, às 9 horas e 30 minutos, o depoimento do Sr. Carlos Alberto da Costa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – BA) – Sr. Presi-

dente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, o Relator pediu 24 horas, o que significa dizer que votaremos amanhã, após às 21 horas e 50 minutos.

São os seguintes os demais itens da Ordem do Dia cuja apreciação é sobrestada:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que *dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências*

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias

das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB – GO)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF.00002-04/SF.LID-PL

Brasília, 13 de Abril de 2004

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, respeitosamente informar a Vossa Excelência que, a partir desta data, o Partido Liberal – PL –, do qual exerço a função de Líder nesta Casa, deixará de integrar o Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração – Senador **Magno Malta**, Líder da Bancada do Partido Liberal – PL.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr.

Presidente, esclarecendo o espírito das 24 horas a que me referi e que o meu caro Senador Efraim Morais comentou, é no intuito de fazermos a avaliação do destaque apresentado à Mesa de hoje para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Duciomar Costa, a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Augusto Botelho e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publica-

dos na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Senadores, para facilitar o trabalho do historiador do futuro, venho pedindo, nessas últimas semanas, a inserção nos Anais do Senado de matérias publicadas pela imprensa, com análises e informações sobre o Governo petista do Presidente Lula.

Os textos que venho escolhendo mostram com absoluta fidelidade que lamentavelmente o Brasil está entregue a um conjunto de meros principiantes. Além de principiantes, e a julgar por tantos vaivens, há também alguma incompetência na equipe do Governo.

Isso tudo é preocupante e, como resultado, a Nação se inquieta, diante de seguidas promessas de ação governamental, para a retomada do desenvolvimento. Nada, infelizmente, tem dado certo e o que se vê é o desemprego despencar a cada dia.

O que a imprensa publica é reflexo das desesperanças do povo brasileiro. Já quase nada se espera do Governo, que, por outra face, insiste na postura absurda de resistir à apuração de acontecimentos pouco recomendáveis, como o episódio Waldomiro Diniz.

Na revista **Veja** desta semana (edição de 14-04-04), o jornalista Diogo Mainardi, severo e vigilante crítico da atualidade brasileira, demonstra já ter também perdido esperança de recuperação do Governo Lula. E diz: “O que mais surpreende nos petistas é que eles ainda não perceberam que, independentemente da CPI, o Governo Lula acabou. Em junho de 2003, previ que Lula seria desmascarado em dois anos. Durou ainda menos. Na época, tracei um paralelo entre Lula e Silvio Berlusconi, o primeiro-ministro italiano. Para impedir investigações contra suas empresas, Berlusconi sempre acusa o Ministério Público de ter motivações políticas. E uma de suas principais bandeiras é intensificar o controle externo sobre a Justiça.”

O Governo petista resiste a qualquer investigação do Caso Waldomiro, sem perceber que cava sua própria sepultura, sem dúvida com muito mais do que sete palmos.

Na semana passada, mencionei em Plenário que o governo petista tenta, na prática, criar um novo e canhestro *Plano Cohen* na tentativa de encobrir essa insensata resistência do Planalto, que não quer a apuração dos atos praticados pelo Sr Waldomiro Diniz, ex-auxiliar do Ministro-Chefe da Casa Civil. O *Plano Cohen* foi um plano forjado em 1937 para justificar a implantação, por Getúlio Vargas, da ditadura conhecida como *Estado Novo*.

Essa grotesca invenção de uma pretensa subversão comunista, não passou de um texto do então capitão Olympio Mourão Filho, para justificar o golpe varguista.

No Brasil de hoje, conduzido por um governo caracterizado pela inércia, o jeito petista de tentar rebater

a insatisfação do povo é a mistura de planos de propaganda com palavreado de pouco ou nenhum nexo.

No Brasil de hoje, conduzido por um governo caracterizado pela inércia, o jeito petista de tentar rebater a insatisfação do povo é a mistura de planos de propaganda com palavreado de pouco ou nenhum nexo.

O primeiro a sair disparando palavras ao vento, sem sentido, e sempre de mau gosto, é o próprio Presidente Lula. Em seus deslocamentos aos diferentes pontos do País, ele aproveita para fazer o que mais gosta, as falas desse tipo.

Há pouco, foi em Rio Branco, no Acre. O Presidente, como noticia a **Folha Online**, reclamou dos Governadores que “não informam, por meio de propaganda, a participação do Governo Federal em obras estaduais.”

Como se vê, para Lula mais importante que tudo é a propaganda. Propagar é o que vale, mesmo que as mensagens não reflitam a realidade. Foi assim, faz pouco, com as falsas imagens filmadas numa grande fazenda do interior de São Paulo como se fossem área de assentamento de agricultura familiar.

Pelo *Plano Cohen Petista*, a qualquer um é vedado se expressar, não importa que seja um ex-Presidente da República, um empresário ou um estudante. A seguir assim, daqui a pouco o Governo petista reimplanta a censura no País.

Não se trata aqui de exagerar o tom da postura falante de Lula. Sem medir sua fala, eis, textualmente, o que ele disse em Rio Branco: “*Como este é um ano eleitoral, todo mundo se dá ao luxo de falar o que bem entende.*”

Se os pecadilhos de Lula se limitassem a essas folclóricas costuragens, não seria demasiado perdoá-lo. Afinal, estamos na Semana Santa, época de conceder absolvição, como sugere a Igreja, aos *pobres de espírito; eles não sabem o que fazem.*

Com a repetição dessa postura, já cansativa para o povo, o Presidente Lula deixa a impressão de que é o único dono da verdade.

Esse, aliás, é um dos motivos da contínua queda na popularidade de Lula e de seu Governo. Ontem, o Ibope divulgou uma nova consulta popular, mostrando queda de seis pontos em uma semana.

E mais: ao povo resta uma única conclusão. Só Lula e seu Governo não enxergam, ou fingem não enxergar, o que se passa no País. Não há quem não veja a decadência desse Governo, em seu imobilismo. O jornal **El País**, de Madri, um dos mais importantes da Europa, faz um raio-x da administração Lula e conclui logo no título: “Promessas de Lula estão ‘paralisadas’”.

Nessa última quinta-feira, a crônica *O Brasil não é para principiantes*, do sociólogo Roberto Damata, no *Caderno 2* de **O Estado de S. Paulo**, comprova a utilidade dos registros impressos no passado para uma melhor compreensão dos dias correntes.

O cronista recorre a um conto de Machado de Assis, publicado há precisos 122 anos. No conto intitulado *A Sereníssima República*, do livro **Papéis Avulsos**, em 1882, relata o cronista:

Machado de Assis antecipa que o Brasil não é mesmo para principiantes (*neófitos*, escreve Damata) quando conta a história das aranhas que, decidindo organizar-se numa república, e verificando que em todas as suas eleições havia fraude, elas mudam a forma do voto ou da urna, certas de que assim vão corrigir a corrupção eleitoral. Tal método não difere muito das nossas propostas de controle externo dos procuradores, do fechamento dos bingos, mas deixando de lado os profissionais e o bicheiro intocado.

Deixo Machado e o ano de 1882. Passo para os dias atuais e insiro nos Anais da Casa outras manifestações de setores responsáveis, diante da difícil situação brasileira, a meio caminho do caos.

Leio trechos de matéria em que a revista **Veja** analisa o atual quadro brasileiro. A apreensão parece intensa, a ponto de a revista trazer ao debate o nome do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eis o que assinala a *Veja*:

As idéias do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estão de volta ao debate político. Na semana passada, em artigo publicado por vários jornais, FHC destravou o dique das críticas ao governo. Acusou a administração petista de sofrer de “inoperância gerencial”, desperdiçar a chance de extrair vantagens do bom momento da economia mundial e de não ter projeto de longo prazo para o país.

A falta de um projeto com características de longo prazo, ou, pelo menos, consistente, para levantar a economia brasileira, é, nos dias de hoje a maior preocupação do povo. E, é claro, os políticos responsáveis, interferem no processo, com o propósito de ajudar o País a sair do atoleiro.

Que é necessário fazer alguma coisa, ninguém tem dúvida. Só quem nada faz é o Governo, até aqui perdido, sem rumo, sem projeto algum.

Mesmo diante de quadro aterrador como o da realidade atual, o Planalto parece muito mais voltado para outros esquemas, como mostra a matéria do jornal **O Estado de S.Paulo**, que também incluiu neste pronunciamento.

A matéria mostra que o Governo petista, por quanto, segue criando grupos de trabalho, como se isso resolvesse os nossos problemas. Aliás, Lula parece indiferente ao velho adágio, que diz: “Quer engavetar algum assunto? Crie uma comissão ou um grupo de trabalho.” O teor da matéria, bem como os das demais publicações, seguem em anexo.

Governo Lula já criou 55 grupos de trabalho

Temas são os mais variados e vão de Machado de Assis a hip hop; somente sob a coordenação da Casa

Civil

há 37 áreas de discussão

VERA ROSA e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – Da atuação de Machado de Assis como servidor público ao desenvolvimento do hip hop, grupo de trabalho para debater os mais variados temas é o que não falta no governo Lula. Cultivado ao longo de seus 24 anos de história, o assembleísmo do PT tomou conta do Planalto em 15 meses de administração. Na maioria das vezes, não produziu resultados práticos. Levantamento feito pelo Estado indica a existência de 55 grupos de trabalho interministeriais em andamento, criados por decreto ou portaria. Desse total, 37 são coordenados pela Casa Civil. Mas pode haver muito mais: a cada dia surgem subgrupos e comissões “gerados” a partir do primeiro núcleo. “É como se fosse uma centopéia”, define um ministro que integra a coordenação política do governo.

A conta não inclui os conselhos e câmaras, que, ao contrário dos grupos – em tese, com prazo determinado para terminar os trabalhos –, são permanentes.

O Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), coordena a comissão criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de julho do ano passado, dia em que os funcionários da Previdência entraram em greve, para “elaborar estudos sobre a atuação de Machado de Assis como servidor público”. Da Academia Brasileira de Letras, Sarney sugeriu identificar na obra do escritor os personagens que eram funcionários do Estado e como eles agiam. Nove meses depois, nada. Em que pese a importância literária de Machado de Assis, qual o objetivo desse trabalho para o governo? “Queremos ter uma concepção de servidor público que seja exemplar para os dias de hoje, uma referência”, diz Fernando Tolentino de Sousa Vieira, diretor-geral da Imprensa Nacional e um dos oito integrantes da comissão. Machado de Assis começou a vida como auxiliar de tipógrafo e chegou a diretor do Diário Oficial. É patrono da Imprensa Nacional, que está atualizando uma resenha sobre sua obra. Esta, na prática, é a finalidade da comissão criada por decreto presidencial. “Não temos prazo para terminar o trabalho, mas o ideal é que seja divulgado em 28 de outubro, dia do servidor”, comenta Vieira, com planos ambiciosos para o futuro.

“Quem sabe podemos fazer uma série sobre os funcionários públicos que se tornaram intelectuais?”

Hip Hop – Há pouco mais de duas semanas, Lula recebeu representantes do movimento hip hop em seu gabinete. Pronto: mais um grupo de trabalho interministerial. “Foi um acontecimento histórico”, conta o produtor Celso Athayde, parceiro do rapper MV Bill, que também estava lá.

Propusemos ao Presidente, e ele aceitou, a formação do grupo para discutir com o governo as nossas demandas em várias áreas. O hip hop não é só música: é um movimento social, cultural e político.” Athayde diz não temer que as propostas se percam na máquina da burocracia, resultado bastante comum após meses e meses de reuniões. “Risco existe até no casamento”, observa, pragmático. Mas dá um recado: “Se não formos atendidos, vamos gritar. O Movimento dos Sem-Terra (MST) também usa os próprios mecanismos para fazer pressão.

Depois de muito debate, o grupo coordenado pelo vice-presidente José Alencar apresentou um calhamaço de sugestões destinadas à transposição das águas para o semi-árido nordestino. Mas uma questão atormenta o governo: afinal, qual é a área compreendida pelo semi-árido? Para resolver essa dúvida, foi criado novo grupo de trabalho no dia 30 de março. Sob a batuta do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a equipe tem prazo de 120 dias para concluir relatório recomendando “estudos” que possam subsidiar decisões sobre quais municípios devem integrar a região do semi-árido.

Também de **O Estado de S.Paulo**, recolho o trecho seguinte, que é bem uma demonstração dos vaivens do Planalto:

Até o fim da semana, os 15 deputados federais que assinaram a “Declaração de Páscoa— Antes que seja tarde:mudança já!” buscaram novas adesões ao documento que será apresentado ao diretório nacional do PT, no fim de semana. Na quarta-feira, outros oito Deputados da Articulação de Esquerda lançaram sem alarde um manifesto exigindo a “redução substancial do superávit primário para 2005 e 2006” e, entre outros itens, “a renegociação das dívidas dos municípios e sua transformação em investimentos do Governo Federal.

Rio Branco – O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateu as críticas do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, que em artigo publicado no último domingo criticou a falta de um projeto de longo prazo do atu-

al governo. Em discurso na inauguração do Hospital do Idoso, em Rio Branco (AC), Lula disse que como este ano é um ano eleitoral “todo mundo se dá ao luxo de falar o que bem entende”. “Eu acho normal. Também falei muito, a vida inteira. Não reclamo. Eu só queria lembrar uma coisa: Tem gente que governou este País nos últimos 30 anos – a maioria está no poder ainda, não saiu não – e agora eles cobram de nós como se nós pudéssemos fazer em 500 dias o que eles não fizeram em 500 anos”, afirmou.

Lula disse que continuará sua gestão com responsabilidade e reafirmou que não dá para concretizar os projetos com rapidez. O Presidente voltou a afirmar que assumiu o poder no momento em que o País tinha uma dívida “praticamente impagável”, e entrou mais uma vez em contradição ao afirmar que tomou a decisão de não falar de governos anteriores, porque tem que olhar para a frente. “Eu vou dizer uma coisa para vocês. Quanto mais dificuldades, mais eu gosto. Eu sou um homem chegado a desafios”, disse.

Ele lembrou que no ano passado o País “comeu o pão que o diabo amassou”, mas que ainda assim o governo investiu R\$ 1,7 bilhão, enquanto em 2002 o seu antecessor contratou R\$ 262 milhões e pagou apenas R\$ 19 milhões. “Entre 1998 e 2001 morreram 300 mil crianças por falta de saneamento básicos”, disse.

Lula reclamou dos governadores que não estão informando, por meio de propagandas, a participação do governo federal em obras estaduais. Segundo ele, quando Fernando Henrique era presidente só os governadores Jorge Vianna, do Acre, e Zeca do PT, do Mato Grosso do Sul, ambos do PT, informavam que as obras estavam sendo feitas com dinheiro enviado pelo governo federal. “Ninguém quer fazer propaganda. O que queremos apenas é que seja dada corretamente a informação para o povo brasileiro saber quem está fazendo as coisas neste país. Isso é apenas uma questão de honestidade”, afirmou.

O Presidente disse também que pretende assumir todos os compromissos feitos durante a campanha eleitoral, lembrando inclusive de comícios feitos em 1980, no Acre. Ele prometeu enviar ambulâncias ao Estado e garantiu que esses veículos serão bem equipados, muito “chiques”. “Como disse o Joãozinho Trinta, quem gosta de miséria é intelectual. O povo gosta é de coisa boa”.

Leonêncio Nossa, enviado especial

06/04/2004 – 16h08

Jornal espanhol diz que promessas de Lula estão “paralisadas” da

Folha Online

Uma semana depois de destacar a queda na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o jornal espanhol “El País” publicou reportagem nesta terça-feira em que afirma que as “reformas e mudanças prometidas” pelo governo do PT estão “paralisadas”.

Segundo o diário, Lula chegou ao poder “com o lema de que finalmente ‘a esperança venceu o medo’” e com uma “receita para construir um Brasil novo e diferente”, mas “aos poucos percebeu que, como ele mesmo afirmou, ‘não tem os poderes de Deus’”.

O “El País” criticou ainda, em tópicos, os programas que terminaram o primeiro ano de mandato abaixo da meta, como o Fome Zero e o de geração de empregos.

Leia abaixo os principais trechos da reportagem.

Desemprego

Lula havia prometido criar em quatro anos 10 milhões de novos postos de trabalho, mas 2003 acabou, sobretudo na Grande São Paulo e nas principais grandes cidades, com o maior desemprego (19%) dos últimos 18 anos. Hoje 54% dos trabalhadores são informais, sem qualquer contrato de trabalho e sem direitos sindicais.

Fome Zero

“Devia ter sido o programa-estrela de Lula, que quer exportá-lo para o exterior, mas está praticamente paralisado. Foi substituído o ministro responsável pelo projeto, José Graziano, amigo de lutas políticas de Lula durante 40 anos. O projeto encontra dificuldades por motivos burocráticos e porque é disputado pelas prefeituras, pois dá muitos votos, a Igreja e o PT, que gostaria de controlar o projeto com novos critérios, na sua opinião mais democráticos. O novo ministro, Patrus Ananias, é amigo da Igreja.”

Reforma agrária

“Se alguém tinha força moral e política para abordar no mesmo dia de sua posse a tão esperada e necessária reforma agrária era Lula, fundador do maior partido de esquerda da América Latina e um dos criadores do Movimento dos Sem Terra (MST). De fato, o novo presidente disse assim que chegou que com ele o MST ‘não ia precisar invadir terras’. Não

foi assim. Como a reforma nem começou, o MST continua com as invasões, e com maior virulência.”

Reforma trabalhista

“Era uma das mais urgentes. Lula, primeiro sindicalista a chegar à presidência, queria dar um empurrão em toda a política sindical e trabalhista, num país onde a carga fiscal para os empresários é enorme e dá lugar a milhões de empregos ilegais. Cinquenta por cento dos trabalhadores não têm contrato. Essa reforma, segundo o governo, não poderá ser efetuada antes do próximo ano.”

Ambiente

“Com um território como a Amazônia, dez vezes maior que a Espanha, com 26% da água potável do mundo e um dos territórios mais saqueados em sua enorme biodiversidade, o Brasil precisava de uma política ecológica profunda. Lula nomeou para o Ministério do Meio Ambiente Marina Silva, que nasceu na selva e é uma das políticas mais empenhadas no setor e mais honrada. Mas ela esteve a ponto de demitir-se várias vezes e, ao que parece, em 15 meses não teve nenhum encontro a sós com o presidente.”

Popularidade do Governo Lula cai 6 pontos em uma semana

São Paulo – A popularidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua em queda: caiu 6 pontos percentuais em uma semana. É o que mostra uma pesquisa realizada entre os dias 27 e 31 de março, divulgada nesta terça-feira pelo Ibope.

Em relação à pesquisa Ibope/Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada entre os dias 20 e 24 de março, o novo levantamento aponta uma queda de 34% para 28% na avaliação de ótimo e bom do governo. Na mesma comparação, a avaliação regular subiu 6 pontos, passando de 41% para 47%. Essa diferença explica a queda no conceito ótimo e bom, já que o índice de ruim/péssimo ficou nos mesmos 23%. Nas duas pesquisas, 2% não opinaram ou responderam não saber.

Por outro lado, a aprovação do presidente Lula sofreu uma queda menos acentuada. Entre os que aprovam a maneira como o presidente está administrando o País, o índice caiu de 54% para 51%. Já o percentual dos que reprovam a gestão de Lula aumentou de 39% para 42%.

Mudança maior ocorreu no índice confiança, que caiu 7 pontos, passando de 60% para 53% dos entrevistados. Na mesma proporção, caiu também a percepção dos rumos seguidos pelo País. Mais da metade da população adulta (52%) acha que o caminho está errado. Eram 46% na consulta anterior.

De forma geral, a queda na popularidade do governo ocorreu em todos os segmentos, mas foi maior nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além dos municípios menores e no interior dos Estados. Quanto ao índice de confiança, as maiores quedas foram registradas entre os jovens (63% para 52%), os mais instruídos (68% para 54%), regiões Norte e Centro-Oeste (60% para 50%) e municípios de porte médio (67% para 53%).

Para fazer o levantamento, o Ibope entrevistou 2 mil eleitores em 151 municípios do País. A margem de erro da pesquisa é de 2,2 pontos percentuais, considerando um grau de confiança de 95%.

Queda de popularidade pode levar Lula ao populismo, diz IIF

São Paulo – O governo Lula pode ser tentado a dar uma guinada populista em política econômica, caso a popularidade do presidente da República caia de forma expressiva. A avaliação é do Institute of International Finance (IIF), em seu mais recente relatório sobre o Brasil. Neste caso, a reviravolta na economia viria com um aumento dos gastos públicos ou com a concessão de subsídios a determinados setores da economia, e conseqüentemente redução do esforço fiscal do governo. Esse é o grande risco que o IIF aponta, ao apresentar suas perspectivas para a economia do País.

O IIF diz que a reação negativa do mercado, nesta hipótese, seria “imediate e severa”, prejudicando as projeções de crescimento a médio prazo. A crise política, detonada com o escândalo Waldomiro Diniz, está começando a se dissipar e não deve prejudicar a popularidade do presidente Lula se continuar como um incidente isolado, de acordo com o IIF. No relatório, o instituto cita pesquisas que apontam que 80% da população acredita que o presidente não estava a par dos acontecimentos envolvendo o ex-assessor do Palácio do Planalto. O IIF pondera que o resultado das eleições municipais de outubro será importante para a definição do futuro do governo Lula.

Se o PT tiver um desempenho ruim ou derrotas expressivas, crescerão as pressões políticas em favor de mudanças na economia. Apesar desta advertência, o IIF diz, no relatório, que espera a recuperação do crescimento, do emprego e da renda real entre o 2º e 3º trimestres deste ano, o que deve facilitar o desempenho eleitoral da base partidária do governo e conseqüentemente do Executivo. “Uma vitória expressiva do PT não apenas fortaleceria a base política de Lula como a probabilidade de sua reeleição em 2006, assim como o apoio às reformas”, diz o relatório do IIF.

Na hipótese contrária, de derrota e enfraquecimento do PT, a expectativa é de que, além de uma guinada populista na condução da economia, a aprovação de reformas no Congresso ficaria difícil. De acordo com o IIF, isso seria prejudicial ao País a médio prazo, porque o crescimento sustentado, numa base de 4,5% ao ano, depende da aprovação de reformas, como a da legislação trabalhista, da reforma do Judiciário, e melhorias na infra-estrutura do País (energia e telecomunicações).

Dívida pública faz com que Brasil continue vulnerável

Apesar da expressiva recuperação em 2003, o Institute of International Finance (IIF) afirma que a economia brasileira continua vulnerável a choques externos, à deterioração das condições políticas internas e ao afrouxamento de políticas. A base desta vulnerabilidade, diz o IIF, é a alta dívida pública do País que é sensível ao humor dos mercados. A partir de uma hipótese positiva, em que o esforço fiscal será mantido e não haverá mudanças significativas no cenário externo, o IIF projeta que a relação dívida líquida do setor público contra PIB será de 56% no final de 2004.

No relatório sobre o Brasil, o instituto projeta um crescimento de 3,4% para o PIB brasileiro neste ano, que virá do aumento do consumo e de investimentos. Em 2005, a expectativa é de uma expansão do PIB de 3,6%. As projeções são otimistas para o IPCA: 5,9% no fechamento deste ano e 4,5%, em 2005. A partir de abril ou maio, o IIF acredita que as pressões inflacionárias sazonais se dissiparão, permitindo a queda das taxas de juros.

No final de 2004, a expectativa é de que a Selic esteja entre 14% e 13%. A projeção é de que a taxa de câmbio feche o ano entre R\$ 3,00/R\$ 3,20, sem causar pressão nos índices

de preços. O IIF acredita que o Banco Central irá aumentar, ao longo deste ano, as reservas internacionais do País, para preparar a saída do País do Fundo Monetário Internacional (FMI). A projeção é de que as reservas ultrapassem US\$ 50 bi no final de 2005, sendo que no final deste ano, seriam US\$ 34,7 bi.

Rita Tavares

Lula atravessa momento crítico, diz cientista político

São Paulo – O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva atravessa um dos momentos mais críticos em sua administração, desde que tomou posse. Além da fragilidade provocada pelo escândalo Waldomiro Diniz, Lula enfrenta, acirramento das mobilizações em todo o País, inclusive dos sem-terra, e críticas de que seu governo está paralisado. Para reverter essa situação, o presidente deveria sair do discurso e partir para a prática, com a tomada de ações que reflitam resultados concretos, sobretudo na área econômica.

A análise foi feita hoje pelo cientista político e pesquisador da PUC e da FGV de São Paulo, Marco Antônio Carvalho Teixeira. “O governo precisa abrir o processo de discussão para a mudança de rumo, sair do discurso para a prática, mas sem perder a credibilidade conquistada na área macroeconômica”, explica.

O pesquisador atesta que essa não será uma missão fácil, pois terá de ser feita num ano eleitoral e com o governo fragilizado. “Reunir os partidos da base aliada neste momento não é tarefa fácil, pois em ano eleitoral, todos pensam primeiramente no fortalecimento de seus quadros, vide o exemplo do PMDB”, complementa.

Para Carvalho Teixeira, o governo do PT está numa sinuca: “O presidente Lula vive seu pior momento no poder, com uma crise prolongada que não foi debelada com a divulgação da conversa do subprocurador-geral da República, Roberto Santoro. E o quadro só vai se reverter com resultados econômicos positivos”, avalia.

Para o pesquisador, não adianta mais o Conselho de Política Monetária (Copom) cortar os juros em percentuais baixos (como por exemplo, 0,25%), produzindo apenas um efeito psicológico e não prático na economia. Outro ponto levantado pelo pesquisador é o fato de que antes da crise deflagrada pelo escândalo Waldomiro, o Presidente Lula era o maior cabo eleitoral do pleito municipal deste ano.

“Lula era a grande vedete dessas eleições municipais, mas atualmente pode ser uma âncora, no sentido de puxar os candidatos que apóia para baixo.” Carvalho Teixeira alerta, ainda, para a reação da população com a retórica do atual governo. “O prazo que a população deu para o presidente implantar as mudanças que prometeu está se esgotando, por isso Lula precisa sair da retórica e partir para a ação.”

Elizabeth Lopes

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido Trabalhista Brasileiro gaúcho realizou, com estrondoso sucesso nos dias 3 e 4 de abril, em Porto Alegre, o Congresso PTB 100%. Com um público de mais de mil e quinhentas pessoas, entre autoridades nacionais, estaduais e municipais, e uma militância participativa e aguerrida, o encontro foi mais uma demonstração inequívoca de força, mobilização e organização partidárias.

Estiveram presentes os nossos deputados federais e estaduais; os Presidentes do PTB Estadual e Metropolitano, Edir Domeneghini e Leão de Medeiros, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, movimentos partidários e lideranças do PTB, de todo o Estado.

Destacamos, com grande honra, as presenças dos nossos dirigentes nacionais, Dep. Federal Roberto Jefferson – Presidente Nacional do PTB; do Senador Duciomar Costa – Líder do PTB no Senado; e do Dep. Federal José Múcio – Líder do PTB na Câmara de Deputados. Foi a primeira vez que tivemos a satisfação de reunir e receber os maiores dirigentes nacionais do Partido, mostrando que encerramos aquele tempo de divergências para, juntos, buscarmos os melhores caminhos que farão com que o PTB cresça, no Rio Grande e no Brasil.

O Congresso PTB 100%, evento de caráter inédito entre os partidos políticos, foi realizado com o objetivo de subsidiar, a partir de uma série de palestras e uma feira de produtos e serviços, os nossos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, para o pleito eleitoral deste ano.

Sem dúvida, um dos pontos altos foi a 1ª Feira de Produtos Eleitorais, realizada paralelamente durante os dois dias de palestras. Com a presença de fornecedores, representantes de gráficas, agências de publicidade e até mesmo serviços de som e áudio, o objetivo foi mostrar a gama de recursos materiais disponíveis para uma campanha eleitoral. Esta meta foi amplamente atingida pois o grande interesse demonstrado na visitação do público às dezenas de estandes ali instalados, foi manifestado nos contatos realizados entre candidatos e expositores.

Os candidatos do PTB, vindos de todo o estado, foram orientados a partir de um ciclo de palestras, sobre diversos assuntos, desde *marketing* e estratégias de

campanha, relação com a imprensa, legislação eleitoral, controle e prestação de contas, até soluções criativas para a disputa eleitoral que se aproxima.

Foi realmente um evento de qualidade superior. O Presidente Nacional do PTB, Deputado Roberto Jefferson, que tem peregrinado e construído permanentemente o nosso partido por este Brasil afora, durante o seu caloroso discurso garantiu que o PTB do nosso estado é um dos mais organizados, vibrantes e participativos de todo o País. Por isto, em meio ao aplauso entusiasmado de todos, anunciou que pretende levar o próximo Congresso Nacional do PTB (que seria em Brasília), este ano, para o Rio Grande do Sul. Esta iniciativa certamente irá coroar o trabalho dos nossos dirigentes, autoridades e militância, enchendo de contentamento o coração de todos os petebistas gaúchos.

Outro ponto alto do nosso Congresso foi a criação (aprovada por aclamação da Assembléia Geral) do Instituto Solon Tavares de Pesquisas. Este instrumento, temos a certeza, nasce para ser uma das principais artérias do Partido no estado, alimentando e vivificando, com estudos, subsídios e eventos, o PTB do Rio Grande do Sul, qualificando sempre e mais os nossos quadros partidários para que possamos, ao assumir o poder, desempenhá-lo com a seriedade e o conhecimento necessários ao bom desempenho de nossas responsabilidades.

O trabalhismo vem sofrendo constantes modificações e adaptando-se aos novos tempos e às mudanças políticas, sociais e econômicas. Precisamos projetar para o futuro, à luz das transformações mundiais, propostas e ações que apontem caminhos para a nossa sociedade, com ênfase permanente no social e nas relações que se baseiem no diálogo e na parceria. O nosso pensamento político, ideologizado na solidariedade, grande pedra angular que vem conferindo inquestionável força e grandeza ao PTB gaúcho, já está colhendo os seus frutos.

A solidariedade como responsabilidade social ganhou força e hoje é a principal bandeira do nosso Partido no Rio Grande do Sul, o que ficou claro no intenso espírito de união observado no encontro, bem como na linha dos discursos proferidos, todos em prol da conciliação e do diálogo, da paz e da construção do bem comum. Temos a convicção de que a Solidariedade, como paradigma, é capaz de levar-nos à superação das maiores e mais cruéis chagas sociais impostas a esta grande Nação.

A realização do Congresso PTB 100%, juntamente com a pioneira Feira de Produtos Eleitorais, mostra como estamos construindo um partido que está na vanguarda das demais agremiações. Reunir num mesmo evento candidatos, lideranças, detentores de mandatos eletivos, dirigentes partidários e especialistas em legislação, comunicação, pesquisa e em tantas outras áreas, mostra a preocupação do PTB, não apenas de assegurar o espaço conquistado

mas também de avançar muito mais, com qualidade e seriedade, preparando os nossos quadros com a modernidade que os tempos exigem.

A partir deste Congresso, que recebeu a marca 100% para lembrar outra façanha igualmente inédita (a implantação do partido na totalidade dos municípios gaúchos), partimos céleres para a campanha eleitoral, querendo multiplicar nossa força nos municípios e preparar o terreno em que semearmos novas vitórias.

Quero agradecer a todos os participantes deste que foi um dos mais grandiosos eventos políticos realizados pelo PTB do Rio Grande do Sul. Registro a nossa satisfação e o nosso reconhecimento pela presença e pela participação ativa de todos os companheiros que garantiram o êxito do Congresso PTB 100%.

Na oportunidade, renovamos, mais uma vez, o nosso compromisso de união de todos os esforços frente ao desafio permanente e instigante de consolidar o grande partido político que este Estado e este País merecem.

Muito obrigado!

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Dia Mundial da Saúde foi instituído pela Organização Mundial da Saúde para que, a cada ano, no dia de sua fundação, 7 de abril, seja debatido um relevante tema de saúde pública.

No presente ano, foi escolhido um seriíssimo problema de saúde pública global, embora, à primeira vista, não pareça ser, exatamente, um problema de saúde.

O tema a ser debatido em todo o mundo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o da segurança no trânsito, opção mais do que justificada quando sabemos que a insuficiência da mesma é responsável por nefastas consequências sobre a vida e a saúde de milhões de pessoas a cada ano.

De acordo com a OMS, a perda de vidas, em decorrência dos acidentes de trânsito, alcança 1 milhão e duzentas mil pessoas por ano. Desses óbitos, cerca de 90% acontecem em países em desenvolvimento.

Os objetivos eleitos pela organização para este Dia Mundial da Saúde são não apenas o de “conscientizar sobre o impacto na saúde e os custos sociais e econômicos das lesões no trânsito”, mas também o de trazer resultados concretos no sentido de minorá-los.

Para isso, é imprescindível que se supere a abordagem fatalística, que vê como inevitável a ocorrência de um elevado número de acidentes no trânsito.

A taxa anual de mortes, em relação ao número de veículos, é uma boa medida para avaliarmos a discrepância da ocorrência de acidentes nos diferentes países: se na França ela fica em 2,35 mortes por 10

mil veículos, nos Estados Unidos a mesma taxa fica em 1,93, chegando no Brasil a 6,8 mortes.

Em outros países essa incidência de mortes é ainda mais alta, como ocorria no Brasil antes da aprovação do atual Código de Trânsito, há cerca de 6 anos e meio, quando a média era de oito mortes por 10 mil veículos. As consideráveis variações dessa taxa comprovam que medidas acertadas podem diminuir, e muito, os calamitosos danos causados pelos acidentes de trânsito, os quais levam estudiosos do assunto a identificarem uma epidemia mundial.

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde computou que 30 mil 527 homens, mulheres e crianças morreram em decorrência de acidentes de trânsito em nosso País, no ano de 2001. O número de feridos, por sua vez, ultrapassou os 350 mil, sendo responsáveis por 30 a 40% do que o Sistema Único de Saúde gastou com internações por causas externas (aquelas resultantes de acidentes e violência, em geral). Na rede Sarah Kubitschek, referência mundial em reabilitação surgida em Brasília, mais da metade dos casos atendidos estão relacionados a acidentes de trânsito.

O que fazer, Senhor Presidente, para evitarmos a persistência dessa calamidade, que, mais tempo, menos tempo, atinge algum conhecido de cada um de nós ou, ainda pior, alguma pessoa que nós é cara?

De modo geral, todos nós sabemos as respostas para isso. No momento de aplicar ou de cumprir as medidas necessárias é que a sociedade brasileira se mostra por demais tolerante ou negligente. Ainda faz parte de nossa formação cultural uma visão excessivamente permissiva em relação às infrações de trânsito, em particular quando praticadas por nós mesmos ou por nossos amigos.

De acordo com o diretor do Departamento Nacional de Trânsito, Ailton Brasiense, as principais causas dos acidentes com vítimas são a ingestão de bebidas alcoólicas, a alta velocidade e a não utilização do cinto de segurança, além da imprudência do pedestre.

Para combater esses e outros fatores de acidentes, é necessária uma legislação precisa e rigorosa, a qual se faça cumprir por uma fiscalização eficiente, que utilize as melhores tecnologias disponíveis, e por multas que desestimulem a ocorrência das infrações.

Diversos pontos da legislação de trânsito podem ser aperfeiçoados, como um maior rigor na punição do motorista alcoolizado, como se propõe atualmente em um projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados, e, presentemente, sob análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Mas, por mais que se melhorem as leis e a fiscalização, os resultados ainda serão limitados se não houver uma profunda mudança cultural em relação

ao trânsito. A educação para um trânsito civilizado deve ser feita nas escolas ou em campanhas que despertem os sentimentos de responsabilidade e de solidariedade para com o próximo, como na presente campanha ensejada pelo Dia Mundial da Saúde. Só assim poderemos banir a verdadeira selvageria que se vê em nossas ruas e estradas, traduzida em sistemático desrespeito à segurança própria e à dos demais cidadãos; selvageria particularmente hostil para com os pedestres, que se encontram em situação mais frágil.

Para garantir, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Dia Mundial da Saúde, que elegeu a segurança no trânsito como sua preocupação, tenha resultados amplos e concretos, pedimos o empenho e a conscientização de todos, no sentido de fazer algo para tornar menos perigoso o nosso trânsito – não só as autoridades competentes como a maioria da população brasileira, quer na condição de motorista, quer na condição de pedestre.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dados do mapa da exclusão elétrica levantados pelo Ministério das Minas e Energia evidenciam uma lamentável realidade no Pará, aviltante não só relativamente àquele Estado, mas ao Brasil: um de cada quatro paraenses, Excelências, não tem acesso ao serviço de energia elétrica. Isto é: 1,5 milhão de pessoas no Pará vive sem os benefícios da eletricidade.

Segundo esse mesmo mapa da exclusão elétrica – estudo produzido pelo Ministério das Minas e Energia para o programa Luz para Todos –, há 12 milhões de pessoas nessa situação no País. O Pará, infelizmente, insere-se nesse quadro da seguinte forma: pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, metade da população de 45 municípios paraenses vive em domicílios sem energia elétrica. Trata-se de pessoas de baixa renda, 90% das quais percebem menos de três salários mínimos mensais. A maior parte dos excluídos, 65%, está em áreas rurais do Estado; vive à margem de rodovias, como a PA-150, por exemplo, a menos de cinco quilômetros da bem iluminada e maior ponte da Alça Viária, sobre o rio Guamá, no município de Acará, onde 74% dos domicílios não contam com energia elétrica.

Cite-se, ainda, entre tantos e tantos outros, Chaves, no Marajó, com 77% dos domicílios isentos de luz. A propósito, há depoimentos deprimentes, como o do Sr. Rui, publicado no Jornal **O Liberal**, em 11 de abril em curso, que declara: “Vivo sem energia desde que nasci”. D. Iralice, casada, mãe de vários filhos, que se divide há muitos anos nas tarefas diárias do roçado ao lado da família, ouviu falar numa

tal “geladeira” – um sonho que pensa já nem mais poder realizar.

Trata-se, inegavelmente, de uma triste, senão vergonhosa, realidade nacional, e aqui me posiciono em nome do meu Pará, que abriga nada mais, nada menos do que a Usina de Tucuruí – a maior produtora de energia genuinamente nacional – hoje com capacidade de fornecimento de quatro milhões de quilowatts de energia, todavia com potencial para 8 milhões de quilowatts, o que lhe possibilitaria abastecer energeticamente não só todo o Estado do Pará, mas a totalidade dos municípios do Norte e do Nordeste brasileiros.

Trago a lume, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses dados. Arrosto-lhes esse gravame social do País e lanço desta tribuna um apelo veemente ao Governo Federal, ao Ministério das Minas e Energia para que contemplem, de perto, o Estado do Pará e a urgente necessidade de se erradicar a enorme exclusão energética de que é vítima grande parte da sua população sofrida.

O Governo do Estado do Pará, por meio da Rede Celpa, concessionária de energia elétrica daquele Estado, apresenta números, alegando que os programas de eletrificação rural estaduais atenderam, de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, 38,4 mil domicílios, em 632 localidades de 100 municípios paraenses. É fato. Alega-se mais: o Governo Estadual investiu, nesses três anos, R\$ 67 milhões em tais programas. O Programa Luz no Campo – em parceria com o Governo Federal – já levou energia a diversas localidades do Pará. É fato, também.

Todavia, Sr. Presidente, é preciso muito mais. Urgem mais ações, mais efetividade, mais eficácia, de maneira que se extinga essa triste modalidade de exclusão social no País, a retratar uma realidade cruel: comunidades inteiras vivendo sem luz no Estado do Pará em pleno Terceiro Milênio, já na chamada era da informática, da robótica, das pesquisas e incursões pelo homem da Terra por planetas outros do nosso sistema solar.

Peço, portanto, ao Governo Federal, ao Ministério das Minas e Energia que direcionem o Programa Governamental “Luz para Todos”, efetivamente e sem delongas, ao Estado do Pará.

Finalizando, deve-se dizer que um País com 12 milhões de habitantes sem energia elétrica certamente estará na contramão da história e da competitividade mundial. Estará primando pelo avesso do avanço, pelo avesso do progresso, do alcance da cidadania plena e, mais do que isso, pelo avesso da justiça e da paz social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Brasília, 13 de abril de 2004

Governo Lula tem saldo negativo com BID e Bird

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Venho a esta Tribuna destacar uma matéria publicada na Gazeta Mercantil, edição dessa terça-feira, 13 de abril que ilustra bem a paralisia em que se encontra o Governo Lula.

A reportagem revela que o governo brasileiro já acumula um saldo negativo com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Isso porque o BIRD e o BID têm concedido bem menos financiamentos ao País do que têm recebido com amortizações, juros e comissões de empréstimos.

A perda líquida entre os financiamentos e os pagamentos passa de 3 bilhões de dólares, nos primeiros 14 meses do governo. É bom frisar que, nesse período, o desembolso de recursos pelo dois bancos internacionais, ainda, foram relativos a projetos contratados na gestão anterior.

Aliás, durante os oito anos do governo tucano, o saldo dos desembolsos com financiamentos de diversos projetos foi positivo para o Brasil em 6,9 bilhões de reais. O volume de recursos contratados foi tão elevado que permitiu não apenas a liquidação dos compromissos de amortizações e juros de empréstimos realizados no governo Itamar Franco, mas reforçou as reservas internacionais do Brasil.

Essa é uma situação preocupante porque, como lembra o professor Belmiro Valverde, da Universidade Federal do Paraná, a economia brasileira depende de recursos a custos mais baixos e prazos mais longos, como os oriundos desses organismos internacionais. São recursos que ampliam de modo significativo o potencial de crescimento econômico sustentável do Brasil, gerando empregos e reduzindo a pobreza.

Senhoras e senhores senadores: a matéria da Gazeta Mercantil vem comprovar aquilo que temos mostrado na Tribuna desta Casa por várias vezes: a paralisia do atual governo, que agora se estende também à sua incapacidade para formular projetos que podem ser financiados por dois organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Projetos capazes de resultar em alternativas de geração de empregos, na redução da pobreza e no crescimento econômico de nosso país.

Muito obrigada. – Senador Lúcia Vânia.

GAZETA MERCANTIL

■ SÃO PAULO ■ RIO DE JANEIRO ■ BRASÍLIA ■ PORTO ALEGRE
■ BELO HORIZONTE ■ RECIFE ■ BLUMENAU ■ SALVADOR

Herbert Levy (1911-2002)

Diretor - Responsável: Luiz Fernando Ferreira Levy

ANO LXXXIV - Nº 22.808 - TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2004

IMPRESSO EM BRASÍLIA - R\$ 2,50

Governo Lula tem saldo negativo com BID e Bird

Perda líquida em 14 meses é de US\$ 3,05 bilhões

Ivanir José Bortot
de Curitiba

Apesar de se manifestarem otimistas com o processo de retomada do crescimento da economia brasileira, o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) têm concedido bem menos financiamentos ao País do que têm recebido como amortizações, juros e comissões de empréstimos.

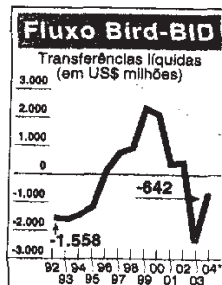
Nos primeiros 14 meses do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o desembolso de recursos do BID e do Bird — relativos a projetos contratados pelo governo passado — foi de apenas US\$ 2,49 bilhões. No mesmo período, o

“Isso mostra que houve uma paralisação na concessão de novos financiamentos ao Brasil”, comenta o professor Belmiro Valverde, da Universidade Federal do Paraná. O que preocupa, segundo ele, é que o processo de retomada do crescimento da economia brasileira depende de recursos a custos mais baixos e prazos mais longos, destinados a projetos de infra-estrutura, dos quais o País se ressentia.

Durante os oito anos de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o saldo dos desembolsos com financiamentos de diversos projetos (deduzidos juros e amortizações) foi positivo para o Brasil em R\$ 6,9 bilhões. O volume de recursos contratados foi tão elevado que permitiu não só a liquidação dos compromissos de amortizações e juros de empréstimos realizados durante o governo do ex-presidente Itamar Franco, como ajudou a reforçar as reservas internacionais do Brasil.

As contratações de financiamentos junto ao BID e Bird feitas no governo FHC somaram US\$ 24,53 bilhões, com uma média anual de US\$ 3,1 bilhões. Já as contratações realizadas no primeiro ano do governo Lula foram de US\$ 2,38 bilhões, aos quais se vieram somar US\$ 108 milhões no primeiro bimestre deste ano.

Continua na página A-7



Fonte: Ministério do Planejamento/
Secretaria de Assuntos Internacionais
Até fevereiro

Brasil pagou àquelas instituições internacionais US\$ 5,54 bilhões, ou seja, houve uma saída líquida de US\$ 3,05 bilhões. Só com amortizações foram pagos US\$ 4,308 bilhões em 2003 e em janeiro/fevereiro de 2004, segundo a secretaria de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, no dia de hoje para tratar de tema de altíssima relevância, não só para a população de Roraima, mas também para todo o País. Trata-se da questão da atuação ou, melhor dizendo, da ingerência das ONGs Internacionais nos assuntos relativos à demarcação de terras indígenas.

O meu querido Estado de Roraima, nos últimos meses, tem freqüentado a mídia como nunca antes visto. Todos os telejornais têm abordado, de forma emocionada ou não, os problemas advindos da anunciada homologação da área indígena denominada Raposa/Serra do Sol.

As manifestações contrárias que se seguiram à declaração do Ministro Márcio Thomaz Bastos de que a homologação se daria nos moldes de uma área contínua não partiram somente dos índios e não-índios que ocupam a região pretendida, mas também de cidadãos que habitam os diversos rincões do Estado.

Rodovias foram interditadas, um clima de tensão tomou conta do Estado. No meio do tumulto que se estabeleceu em Roraima, alguns jornalistas, numa leitura distorcida do evento, chegaram a falar em morte e até de espancamento de missionários.

No frigar dos ovos, restou e ainda resta, não adequadamente respondida uma pergunta: “se a maioria dos índios, ocupantes da área Raposa/Serra do Sol e a quase totalidade dos não-índios ocupantes da mesma área são contra uma demarcação contínua, por que então realizá-la dessa forma?”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou contra a demarcação de terras indígenas e, nesse sentido, já me pronunciei em várias oportunidades. Todavia, o procedimento demarcatório deve ser pautado pelo mínimo de razoabilidade. Aliás, este princípio tem no Senador Mozarildo Cavalcanti o seu mais ardoroso defensor aqui no Senado.

Demarcar de forma contínua a área Raposa/Serra do Sol significará um desastroso evento para os habitantes do meu Estado, sobretudo sobre a economia e para a sociedade em geral. Certamente, a estabilidade das relações sociais ficarão seriamente comprometidas, com de fato ficou, com o mero anúncio da homologação.

Com a demarcação de forma contínua da Raposa/Serra do Sol, dois municípios – Normandia e Uiramutã – simplesmente desaparecerão do mapa. Estas duas municipalidades contam, hoje, com uma vigorosa infra-estrutura urbana, um comércio significativo e, principalmente, são palco de uma amistosa

relação entre índios e não-índios que perdura a mais de 200 anos.

Em Pacaraima, Uiramutã e Normandia, pode-se constatar a maciça presença dos índios na estrutura de poder, na posição de prefeitos e vereadores. Os índios participam, democraticamente, dos mecanismos de formação da vontade dessas importantes municipalidades e vasta parte deles já está totalmente integrados às formas de vida dos não-índios, não sendo raro os que se ocupam do comércio, e há até os que já galgaram as cadeiras das faculdades.

Além disso, a demarcação de forma contínua apresentará a expulsão de produtores de arroz, milho, feijão etc., que há muito lá se estabeleceram, mesmo antes de as áreas por eles hoje ocupadas serem declaradas como áreas indígenas. A homologação de demarcações anteriores, procedidas sem qualquer indenização e adequado reassentamento, tem gerado verdadeiros bolsões de pobreza na Capital, formado por antigos proprietários ou posseiros advindos de terras indígenas.

Por fim, a demarcação, da forma que pretende o Ministério da Justiça, unirá cinco tribos indígenas numa mesma área geográfica. Isto irá representar, futuramente, um choque entre etnias que, ao certo, não se coaduna com o desejo do Governo Federal de conservar os índios em sua integridade física e sua cultura.

Vale aqui abrir parêntese para dizer que a demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol representará a afetação de uma área de um milhão e setecentos mil hectares. Com o atendimento da nossa reivindicação, consistente em realizar uma demarcação que preserve vilas, estradas e terras produtivas, será excluída somente 6% da referida área.

Sr. Presidente, estas são, grosso modo, as principais consequências que advirão da homologação, de forma contínua, da área Raposa/Serra do Sol.

Cabe, neste quadrante, realizar a seguinte indagação: “por que demarcar desta forma a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, se os problemas que daí advirão são incalculáveis e de consequências imprevisíveis?” E mais. A que interesses serve esta demarcação?

Sr. Presidente, a resposta é tão evidente que salta aos olhos de qualquer pessoa que se interesse, realmente, pelo bem-estar do Brasil. Por trás da demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol estão os interesses dos Países ricos do planeta que se fazem representar por ONGs. Estas, na sua grande maioria travestidas de entidades protetoras dos índios, atuam sob o olhar complacente do Governo Federal, de maneira desenfreada.

Dotadas de um incalculável poder financeiro, haja vista o poderio dos Países patrocinadores, as ONGs conseguem o que querem e a qualquer preço.

Se demarcar uma terra indígena for sinônimo de morte, desemprego e sofrimento, não pensarão duas vezes estas ONGs antes de lançarem mão de seus poderosos *lobbies* para que se proceda à demarcação.

O próprio Presidente da República, em visita ao Estado do Acre no ano passado, afirmou, sem titubeio, que as ONGs internacionais possuem mais poder de pressão do que os próprios partidos políticos do Brasil.

O mais interessante, nisso tudo, é que as áreas indígenas demarcadas no meu Estado, estão situadas, coincidentemente ou não, sobre incalculáveis riquezas minerais. Aliás, de a muito é do conhecimento dos Países ricos do mundo, o fato de Roraima ser uma das maiores províncias minerais do Planeta.

A área Raposa/Serra do Sol possui, em seu subsolo, uma enorme jazida diamantífera, além de outros minerais nobres como ouro e urânio. Da mesma forma, a já homologada e registrada reserva indígena Yanomami, cuja extensão avança por vasta área do meu Estado (uma área correspondente ao território de Portugal), possui inesgotáveis reservas de minerais nobres, como ouro, diamante, vanádio, nióbio, dentre outros.

Diante dessa coincidência entre as áreas demarcadas e o rico subsolo, temos o dever de fazer uma nova indagação: as ONGs Internacionais estão realmente querendo preservar o índio, sua cultura e tradição, ou estão interessados, de fato, no rico subsolo sobre os quais as reservas se assentam? Lembrando que, quando se demarca uma terra indígena, torna-se de todo impossível a exploração dos recursos naturais situados na reserva.

Acredito não só que o interesse é pelo subsolo, como acredito que as ONGs estão querendo, também, nossa biodiversidade. Aliás, o tema “Biopirataria” está na ordem do dia, e seria estultice minha acreditar que as ONGs não estão se aproveitando das reservas indígenas para praticar este odioso crime. Estão, inclusive, se aproveitando, ou melhor, se locupletando, às custas dos conhecimentos tradicionais de nossos índios.

É um absurdo perceber que os estrangeiros, membros de ONGs, tem mais facilidades de transitar e permanecer numa área demarcada do que o próprio exército ou polícia federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, termino este pronunciamento fazendo um apelo ao Governo Fede-

ral para que realmente fiscalize e monitore a atividade dessas ONGs internacionais em nosso território.

Estas ONGs não podem contar mais com os olhares complacentes do Governo e atuem ao seu bel-prazer, sob pena de a tão propalada internacionalização da Amazônia ganhar dimensões irreversíveis.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: importantes estudos sociológicos afirmam que a violência, também em nosso País, é consequência da irrecusável falta de harmonia no processo de desenvolvimento da sociedade. Em mais um valioso e substancial acréscimo à discussão do tema, acaba de ser divulgada a versão resumida do livro “Violências nas Escolas”, resultante de iniciativa da UNESCO, apoiada, entre outros, pelo Banco Mundial, pelo Instituto Ayrton Senna e pela Fundação Ford.

A publicação, que já constitui importante referência para o debate acerca do enfrentamento do problema da violência escolar, é de autoria da Professora Miriam Abramovay, da Universidade Católica de Brasília, e Vice-Coordenadora do Observatório de Violência Escolar no Brasil, além de Consultora de organizações internacionais sobre temas relacionados à violência e à juventude, e da Professora Maria das Graças Rua, da Universidade de Brasília, e Consultora da UNESCO.

A obra, em síntese, considera a violência como dano físico ou simbólico imposto a indivíduos ou grupos. Ela é vista, em geral, associada à pobreza, à desigualdade social e às falhas de comunicação.

Ao mesmo tempo, é “contrária ao uso da razão, consentimento e diálogo, relacionando-se ao abuso de poderes em diversos tipos de relações sociais”, muitas vezes com recurso à força das armas, à intimidação e ao desrespeito do outro.

A violência física nas escolas caracteriza-se por brigas, agressões, invasões, depredações, ferimentos e mortes, contrapondo alunos aos professores, alunos aos funcionários.

A violência simbólica não é percebida tão facilmente: é exercida pela sociedade, ao não encaminhar o jovem para o mercado de trabalho, por negar oportunidade para o desenvolvimento de sua criatividade e para usufruir de atividades de lazer.

Também acontece quando as escolas impõem conteúdos destituídos de interesse ou quando os professores não se esforçam pela qualidade de suas au-

las e “não respeitam os alunos, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento”.

Por igual, refere-se “à violência sofrida por professores, quando são agredidos, em seu trabalho e em sua identidade profissional, pelo desinteresse e indiferença dos alunos”.

“As brigas são corriqueiras e banalizadas e, muitas vezes, incentivadas pelos colegas”. Casos de abuso sexual foram denunciados, tanto entre alunos como entre membros do corpo docente. “Furtos e roubos no ambiente escolar, caracterizados como violência contra o patrimônio, ocorrem de forma constante”. Atos de vandalismo, nas escolas públicas e particulares, muitas vezes estão associados à má administração e à falta de compartilhamento e preservação do bem público.

As escolas “lidam com brigas, atos de agressividade e diversos tipos de violências por meio de normas”, entre elas as “advertências, suspensões, transferências e expulsões, que dependem da gravidade da questão”.

“A disciplina, enquanto responsabilidade e compromisso, é apresentada como condição básica para manter a ordem”, sendo as regras, muitas vezes, questionadas pelo corpo técnico pedagógico e os alunos, como as de uso de uniforme, observância de horários, entre outras.

A despeito das críticas, sobretudo às regras comportamentais, “a tendência entre os alunos é gostar da escola onde estudam”. Eles reclamam do desinteresse e da “indisciplina dos próprios colegas, do aspecto e das condições físicas da escola, da carência de recursos humanos e materiais e da falta de assiduidade e de competência dos professores”.

A par de reunir exemplos de abuso de poder, autoritarismo e de punições arbitrárias, a escola é local de violência simbólica. “(...) o poder de conferir notas, ignorar os alunos com seus problemas, tratá-los mal, recorrer a agressões verbais e expô-los ao ridículo, quando não compreendem algum conteúdo, são algumas violências que aparecem de forma recorrente na fala dos estudantes”.

Os professores, por sua vez, “sofrem quando são agredidos em seu trabalho e em sua identidade profissional pelo desinteresse e indiferença dos alunos, criando um ambiente de tensão cotidiana”. Muitos afirmam não gostar das aulas, da carga horária, das condições de trabalho e da remuneração, criticando os alunos por sua indisciplina e falta de interesse e de dedicação aos estudos.

Em seu depoimento, o alunado demonstra desconfiança de que o ensino ministrado constitua garantia

de qualificação para o enfrentamento futuro do mercado de trabalho. Porém, os de baixa renda reconhecem a escola como “canal de mobilidade social”, e quase todos acreditam que seu estabelecimento de ensino lhes transmite coisas úteis para a vida e para o futuro.

A discriminação avulta dentre as formas de violência. O racismo apresenta-se em “comportamentos disfarçados de brincadeiras e piadas” ou por uma pseudocordialidade. Muitos que se utilizam de tais práticas não lhes atribuem intenções racistas, embora elas sejam “sentidas como tal por quem é alvo”. Certos alunos, porém, confessam que têm preconceito racial e que se envolvem em brigas motivadas pelo racismo.

As conclusões de diferentes pesquisas forneceram importantes meios para a compreensão das formas como os jovens lidam com a violência, dentre elas destacando-se a noção de que “a violência não é monolítica: para alguns, as violências se apresentam comuns e banalizadas; para outros, como consequência da discriminação racial e da exclusão social.”

Muitos apenas identificam como violências as que causam danos físicos, existindo os que as reconhecem quando produzem dor, medo, tristeza, baixa auto-estima, desvalorização e pela recusa em reconhecer a dignidade com que todos merecem ser tratados.

Em geral, o alunado afirma que a violência nas escolas é uma das causas do desinteresse, da falta de concentração nos estudos, da perda de dias letivos e da má vontade de assistir às aulas, “por ficarem nervosos, revoltados, com medo e inseguros, tudo trazendo prejuízo para o desenvolvimento acadêmico e pessoal.”

Entre os professores, “o absenteísmo é uma das consequências diretas da violência e da falta de reconhecimento pelo mérito de seu trabalho”. Outros resultados são a perda de estímulo para o trabalho, o sentimento de revolta e a dificuldade de se concentrar nas aulas.

Depoimentos comumente aceitos de Geraldo Pieroni, em “Os Degredados na Colonização do Brasil”, e de Sawaia, em “As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social”, levam à compreensão de “que não há como entender a violência de forma dissociada de suas raízes sócio-históricas”.

Assim, as marcas sociais são reveladoras de como se estabeleceu e se desenvolveu a violência. Portanto, “a iniquidade e assimetria das relações de poder estabelecidas durante a nossa história estão no centro da questão da violência e da exclusão”.

Especialistas a isso acrescentam que, no início do século XX, “o castigo físico era utilizado em nosso sistema educacional como forma de excitar a memória infantil. Submetidas a esses suplícios, as crianças brasileiras tinham a sua estrutura de personalidade formada com base na aplicação de punições. Funda-

mental para a formação de uma sociedade, a educação nacional estava permeada pela violência”.

Diferentes diplomas legais fundamentaram a doutrina da exclusão e a expansão da violência, entre eles o que estabeleceu a criminalização da vadiagem e da greve.

A mulher negra foi discriminada e marginalizada em toda a história do País: foi escrava, reprodutora, explorada pelos senhores. Permaneceu desprovida de conquistas sociais durante décadas, passando de ex-escrava a mal assalariada, da senzala à favela, de ama-de-leite a mãe solteira.

Portanto, a questão racial, em conjunto com a instabilidade e a arbitrariedade políticas, prestou-se à consolidação das diferenças sociais. Dessa forma, a análise do processo político nacional também se presta para esclarecer as razões da explosão de violência que hoje enfrentamos.

Concluimos, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a nossa intervenção, consignando que o edificante trabalho das professoras Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua, exposto com nitidez e eficiência na versão resumida de “Violências nas Escolas”, representa notável aporte de conhecimentos para a reflexão e a pesquisa de soluções que, finalmente, conduzam à eliminação da violência, também nas escolas.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, as matérias remanescentes da pauta de hoje.

São os seguintes os itens sobrestados:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral (BLOCO/PT-MS)

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 52 minutos.)

**ATA DA 2ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA,
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2003**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 214, de 18 de dezembro de 2003)

RETIFICAÇÃO

1) No Sumário da Ata, à página 41770, 1ª coluna, no item 1-,

Onde-se lê:

“1 - ATA DA 2ª SESSÃO
DELIBERATIVA, EM 17 DE DEZEMBRO DE
2003”

Leia-se:

“1 - ATA DA 2ª SESSÃO
DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 17
DE DEZEMBRO DE 2003”

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR JOSÉ SARNEY

13-4-2004

terça-feira

11h30 - Presidente Uthai Pimchaichon, Presidente
da câmara dos Deputados e do
Parlamento da Tailândia

Presidência do Senado Federal

12h - Embaixador Jean de Gliniasty, Embaixador da
França

Presidência do Senado Federal

15h30 - Secretário Luis Ernesto Derbez, Secretário
de Relações Exteriores do México

Presidência do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO

(Constituída na 2ª Reunião de 2002, em 26/6/2002)

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª REUNIÃO DE 2004

**Dia 9 de março de 2004, terça-feira, às 9h,
na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa**

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, de 2004, da
Comissão de Regionalização e Qualidade da Progra-
mação, realizada no dia 9 de março de 2004, terça-
feira, às 9h, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre

Costa, destinada ao exame, para fins de elaboração
de relatório a ser submetido ao Pleno do Conselho
de Comunicação Social, do **Projeto de Lei da Câ-
mara nº 59, de 2003** (nº 256, de 1991, na Casa de
origem), de autoria da Deputada Jandira Feghali, que
“*regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da
Constituição Federal, referente à regionalização da
programação cultural, artística e jornalística e à pro-
dução independente nas emissoras de rádio e TV e
dá outras providências*”.

Estiveram presentes os seguintes conselheiros
integrantes da Comissão de Regionalização e Quali-
dade da Programação:

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Presidente)

Representante da categoria profissional dos artistas

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

Representante das empresas de rádio

ROBERTO WAGNER MONTEIRO

Representante das empresas de televisão

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

Representante da categoria profissional
dos radialistas

RICARDO MORETZSOHN

Representante da sociedade civil

DANIEL HERZ

Representante da categoria profissional
dos jornalistas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

Representante das categorias profissionais
de cinema e vídeo

ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Representante da sociedade civil

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes
Bezerra – Representante da categoria profissional dos
artistas) – Havendo número regimental, declaro aberta
a presente reunião da Comissão de Regionalização e
Qualidade da Programação.

Consta da pauta, para fins de elaboração de
relatório a ser submetido ao Pleno do Conselho de
Comunicação Social, o **Projeto de Lei da Câmara
nº 59/2003**, de autoria da Deputada Jandira Feghali,
que “*regulamenta o disposto no inciso III do art. 221
da Constituição Federal, referente à regionalização da
programação cultural, artística e jornalística e à produ-
ção independente nas emissoras de rádio e televisão
e dá outras providências*”.

A Comissão, em suas duas últimas reuniões, nos
dias 2 e 8 de março corrente, realizou audiências pú-

blicas para colher opiniões, subsídios e sugestões de pessoas com notório conhecimento e experiência na área de Comunicação Social. Nesse sentido, convidou e ouviu a Deputada Jandira Feghali, autora do projeto; o Deputado Roberto Magalhães, Relator do projeto na Câmara dos Deputados; representantes de redes de TV comerciais; representantes de TV estatais e educativas; representantes de rádios; representantes do BNDES e do Ministério da Cultura; representantes de setores do mercado, ABTA, ABA, ABAP e Associação de Mídia Interativa; produtores e realizadores; analistas e negociadores do Projeto na Câmara dos Deputados.

A reunião de hoje destina-se ao exame das contribuições recebidas e à discussão e elaboração do relatório a ser submetido ao Pleno do Conselho de Comunicação Social.

Esta Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação é composta pelos Conselheiros Paulo Machado de Carvalho Neto, representante das empresas de rádio; Roberto Wagner Monteiro, representante das empresas de televisão; Berenice Isabel Mendes Bezerra, representante da categoria profissional dos artistas; Francisco Pereira da Silva, representante da categoria profissional dos radialistas; Alberto Dines e Carlos Chagas, representantes da sociedade civil – esses dois últimos foram designados, na 9ª Reunião de 2003, pelo Conselho de Comunicação Social –; e Ricardo Moretzsohn, representante da sociedade civil, designado suplente da Comissão na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social.

Dentro da prática democrática que vimos exercendo no Conselho de Comunicação Social, a reunião está aberta aos demais conselheiros. No entanto, é óbvio que a presença dos mesmos não elide a competência específica dos membros da Comissão no tocante ao voto e às decisões pertinentes à matéria de atribuição da Comissão.

Passo, imediatamente, a palavra ao Conselheiro Paulo Machado.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Minha companheira, Conselheira Berenice, meus companheiros de Conselho, entendo que este seja um momento extremamente importante e histórico na vida deste Conselho.

Todos somos testemunhas de que, por razões diversas, levou-se muito tempo para que este Conselho pudesse ser implantado. Foi implantado, com uma alternativa para que isso que está aqui, que é do interesse de todos nós, torne-se viável, viabilize-se de alguma forma. Devemos procurar encontrar as lacunas e problemas aqui existentes, principalmente para que isso amanhã não se torne letra morta.

É fundamental darmos essa contribuição. Não podemos nos omitir. Amanhã, a História nos condenará por termos tido uma oportunidade de apresentarmos algo e, por alguma razão, termos deixado de fazê-lo.

Apresentar relatórios concordantes ou discordantes não vai resolver a questão, porque simplesmente vamos devolver esse problema, que hoje está nas nossas mãos, a quem nos encaminhou. Uns estão de acordo, e outros não; uns acham isso, e outros acham aquilo. Devolvemos o problema, e nada aconteceu absolutamente. Não temos sequer a garantia – e isso nos foi dito ontem claramente pelo membro do Ministério da Cultura aqui presente, ou seja, pelo Executivo, se é que posso considerar assim – de que, se esse projeto vier a ser aprovado nesses moldes, ele não sofrerá um veto do próprio Executivo.

Na minha concepção profissional – estou falando de coração aberto, sem me colocar como representante de nenhuma entidade; não quero defender o interesse individual de ninguém, mas quero defender aquilo que, ao longo de 40 anos de vida, aprendi a fazer –, não podemos deixar passar isso pura e simplesmente.

Não se trata de fazermos relatórios, o que é a parte mais fácil e mais simples. Nós, aqui, vamos ser concordantes em alguns pontos e discordantes em outros, vamos concluir que não se pode fazer relatório nenhum, e uma parte faz um relatório, e a outra parte faz o outro. Assim, devolvemos o problema, lavamos as mãos e achamos que o problema está resolvido. O problema não está resolvido. Que contribuições deram? Nenhuma. Discordamos dali, discordamos daqui. Repito, essa pode ser a grande oportunidade de, no consenso, encontrarmos uma alternativa para esse projeto. E se buscarmos essa alternativa, quem sabe, possamos mais uma vez ser pró-ativos? Aí sim, falarmos com o Presidente do Senado, com o Presidente da Câmara, se necessário, falarmos com o Ministro da Cultura e até com o Senhor Presidente da República, se for o caso, e dizermos o seguinte: temos hoje uma posição profissional, coerente, real, feita por profissionais que somos. Se amanhã, em junho, alguns de nós – espero que todos possam continuar – não continuarem, este Conselho, que é o primeiro Conselho instalado pelo Congresso Nacional, não se terá omitido, pois apresentou aqui uma alternativa, uma solução, uma sugestão nossa. Depois, para conduzir essa sugestão, vamos falar com as Lideranças, vamos procurar quem de direito que possa encampar essa idéia, que é uma idéia profissional.

Digo, sem qualquer tipo de crítica ou demérito a quem quer que seja, até porque não fomos nós que elaboramos esse projeto, que ele acabou ficando, no meu ponto de vista, um arremedo de idéias, segundo

dizem, de acordo. Mas não vi esse acordo, porque ouvi quatro depoimentos de quatro redes de televisão aqui e as quatro sem concordância. Acordo como? Não sei onde houve esse acordo.

Vejo, sim, problemas gravíssimos de inconstitucionalidade do projeto. Companheiros nossos do Conselho levantam, com muita propriedade, problemas de inconstitucionalidade. Vejo problemas de impossibilidade do cumprimento, sob vários aspectos. Assim, por que não dar uma contribuição efetiva e apresentar algo de concreto, mesmo que seja em uma semana a mais ou uma semana a menos ou em duas? Vamos tentar encontrar uma alternativa para não nos omitirmos. Repito, o mais fácil é fazer relatórios, ou seja, apresentar aqui um relatório, dois, três, cinco. Para usar uma expressão melhor, isso é transferir o abacaxi. Trata-se de pegar o abacaxi aqui, devolvê-lo para lá e lavar as mãos. O problema está resolvido, o Conselho tomou conhecimento da nossa postura maravilhosa, formidável, manifestou-se e ficou tudo por isso mesmo. Que contribuições deram? Nenhuma. Esse é o meu ponto de vista.

Faço um apelo para os companheiros neste momento, até por entender que esse deve ser, de acordo com meu ponto de vista, o caminho que devemos adotar.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Prefiro aguardar.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Sr. Geraldo Pereira.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Berenice, vamos tentar resumir o que devíamos ter falado ontem, no final, mas estávamos todos cansados, exaustos. Quero aproveitar o gancho deixado pelo companheiro Paulito, que veio reforçar ainda mais o que devíamos ter falado ontem.

Não temos procuração ou carta para defender a Deputada Jandira Feghali e todos que trabalharam nesse projeto, ao longo desse período, inclusive as duas outras deputadas que também trabalharam nele. Temos que compreender que isso foi resultado de um longo trabalho, de um intenso trabalho, de inúmeras negociações, com a presença ou não de todos que deveriam estar presentes. Mas, de fato, não foi um trabalho que caiu de pára-quedas, que saiu de uma cartola. Foi o resultado, sim, de uma intensa discussão

e negociação, ao longo desses 12, 15 ou 16 anos. Isso não importa, mas durou mais de uma década.

Assim, gostaríamos de registrar o trabalho parlamentar dessas deputadas e das pessoas que, em torno desse projeto, se debruçaram de uma maneira ou de outra. Aí entramos naquilo que o Conselheiro Paulito colocou com propriedade, ou seja, a nossa responsabilidade e aquilo que dissemos na segunda ou primeira reunião do Conselho – não foi no dia da posse, mas a primeira reunião do dia seguinte –, ou seja, que cada membro do Conselho, titulares e suplentes, maduros, vacinados, conscientes de suas responsabilidades, não poderíamos nos furtar a exercer da melhor maneira possível essa responsabilidade social que temos aqui.

Então, qualquer que seja a nossa decisão, não porque demorou 15 anos ou porque há 50 anos a TV não tem regulação ou porque o Conselho demorou, devemos estar conscientes da nossa responsabilidade, devemos fixar prazos para analisar esse tema. Independente de qual seja a decisão, diante da nossa responsabilidade perante a sociedade brasileira, devemos estabelecer prazos concretos. Não se trata de engessar, absolutamente, mas de termos uma perspectiva de prazos que serão cumpridos, porque já se passaram mais de 10 ou 50 anos sem uma devida e equilibrada regulação dos nossos meios de comunicação.

O que eu queria dizer ontem, Berenice, era isto: devemos ter consciência, mesmo não sendo da Comissão, mas como titulares do Conselho, representando uma categoria interessada na melhor resolução desse tema, devemos ter responsabilidade e nos imputar prazos devidamente amparados, os quais tentarão cumprir, porque será uma desmoralização para o Conselho não dar uma resposta decente e efetiva para o Senado Federal, para o Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Conselheiro Geraldo Pereira.

A palavra está com o Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – As palavras iniciais do Conselheiro Paulito traduzem uma preocupação muitas vezes firmada perante o Conselho, relativa ao reconhecimento de que o Conselho pode ser útil para o Congresso Nacional e para o País fazendo sistematicamente aquilo que o Congresso sempre fez e que sempre foi difícil de fazer, pela complexidade dos interesses, pela importância contemporânea da área das comunicações – que exerce crescentes determinações sobre a política, sobre a economia, sobre a cultura –, equacionando os interesses, criando condições para que, acima dos interesses específicos de

cada segmento, sejam eles empresariais, profissionais ou da sociedade civil, prevaleça o interesse público e o interesse nacional.

De fato, casos saíam dessa tarefa de emitir um parecer sobre esse projeto, com dois ou mais relatório, estará simplesmente fracassando no sentido de apresentar para o Congresso uma solução para o problema, cuja complexidade está expressa até mesmo pelo tempo em que tramitou o projeto e pela dimensão dos interesses, pela amplitude dos interesses envolvidos na matéria.

Portanto, a esse esforço referido pelo Conselheiro Paulito, nós, de fato, não podemos nos furtar, e esse é o espírito que deve animar o prosseguimento dos trabalhos. Se vamos ser bem-sucedidos ou não, isso é algo que ainda está por ser testado, mas não temos o direito de tentar isso e de fazer com que o que até hoje sempre foi tratado como uma expectativa às vezes exagerada pelo setor profissional, como se fosse uma panacéia... Uso aqui expressões que temos usado desde o início da década de 90, quando se discutia a regionalização da produção no âmbito do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Em muitas oportunidades, tendeu-se a tratar a regionalização como se fosse uma panacéia que fosse resolver todos os problemas da falta de democracia – os problemas de democracia eram muito mais agudos na década de 80 – na estruturação e na atuação dos sistemas de comunicação e até as questões referentes ao mercado de trabalho.

Temos que delimitar os objetivos e compreender que é possível produzir avanços no sentido da democratização, no sentido do desenvolvimento do mercado de comunicação no Brasil e, conseqüentemente, no do desenvolvimento dos meios de expressão e de cultura do País, mas não podemos ter a pretensão exagerada de que essa medida resolverá todos os problemas.

Por outro lado, quanto ao que ontem foi tratado pelo convidado Flávio Cavalcante Júnior, em diversas oportunidades reiteramos: é compreensível a resistência do empresariado, que não vai tomar a iniciativa para se autolimitar ou para se autoconstranger com medidas regulatórias, por mais que isso seja do interesse público. Repito: é compreensível a resistência do empresariado.

Trata-se de reconhecer que, se a matéria não avançou, isso, por um lado, expressa as dificuldades de o Estado brasileiro fazer prevalecer, acima dos interesses particulares de segmentos específicos, o interesse público e fazer com que as situações, na área da comunicação, de um modo geral, sejam impostas mais de fato do que de direito.

Temos, então, como disse o Conselheiro Paulito, uma oportunidade histórica. Talvez, esse seja o grande assunto no qual o Conselho esteja se debruçando, porque as decorrências da aprovação desse projeto serão imediatas e de grande repercussão em todos esses aspectos, uma vez que a comunicação social e a mídia de modo geral incidem sobre a cultura, a política e a economia.

Então concordo, Conselheiro Paulito, com esse espírito, ressaltando esse apelo e o reconhecimento tanto das dificuldades quanto da necessidade de tentarmos fazer aquilo que se espera do Conselho, como disse, em seguida, o Conselheiro Geraldo, eu agregaria mais um elemento de critério para conduzir os nossos trabalhos, partindo de uma constatação óbvia até chegar a algo que, na minha opinião, talvez, já esteja contido na expectativa dos dois Conselheiros que me antecederam. Mas acho que isso poderia ser reconhecido como ponto de partida.

Existem três coisas que não deveremos fazer em relação a esse projeto, nesse esforço. O Conselho, de modo algum, pode opor-se à regionalização da produção. Creio que isso é o mais óbvio. Alcançamos o consenso sobre esse ponto; não existe ninguém que tenha posição contrária à regionalização da produção. Então, creio que vencemos esse ponto.

O segundo aspecto é que não contribui com a evolução dessa matéria, no âmbito do Conselho e, conseqüentemente, no do Congresso Nacional, a pura e simples afirmação de críticas genéricas ou inespecíficas, mesmo que elas sejam procedentes, ou seja, não podemos reduzir o nosso trabalho a críticas genéricas e inespecíficas.

Em terceiro lugar, quanto a esse aspecto, muitas das contribuições, muitas das manifestações – embora conceitualmente corretas, apontando aspectos positivos ou negativos – ainda se têm resumido a este aspecto: o de ficar numa abordagem genérica e inespecífica.

E o terceiro critério – que é o mais difícil de ser exercitado; por isso mesmo, creio que deve ser reconhecido – é o de que o Conselho não pode, no que diz respeito a críticas tópicas e específicas, apresentar uma formulação que tenha pretensão de ser uma solução do problema ou dos problemas identificados. Ou seja, reduzir o parecer do Conselho, com a pretensão de seja um parecer unificado, a críticas, mesmo que tenham fundamentos de mérito, ou a tópicos específicos do projeto, não contribui para que o Congresso produza uma solução.

Entendo que todas as nossas críticas tópicas e a dispositivos específicos da formulação do projeto têm que ser acompanhadas da formulação correspondente que, na nossa avaliação, correta ou não – devemos

tentar uma formulação correta, evidentemente –, signifique uma solução para o problema apontado. Caso não façamos isso, indiretamente pelo menos, estaremos persistindo no problema levantado pelo Conselheiro Paulito – levantamos o problema, mas lavamos as mãos em relação à solução. Por isso, todas as críticas tópicas e específicas – este é o terceiro critério que eu proporia – devem ser acompanhadas da formulação que pretende solucionar o problema identificado.

O exercício desses três critérios faria, na minha avaliação, com que o Conselho cumprisse o papel que lhe cabe nesse processo, o papel que acredito que todos os setores da sociedade que até hoje defenderam o Conselho sustentaram, e que está contido no espírito da lei que o regulamentou.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Roberto Wagner, por favor.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr^a Presidente, Srs. Conselheiros, pelo fato de há trinta anos advogar em Tribunais Superiores, onde a Constituição a todo instante é chamada a decidir, não consigo, apesar do esforço que faço, trabalhar sem tê-la nas minhas mãos.

O art. 224 diz:

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

É interessante esclarecer isso porque, quando o Senador Hélio Costa esteve aqui – e eu não quis polemizar com S. Ex^a –, senti que ele estava quase nos passando um pito. Disse S. Ex^a que o nosso trabalho é voltado para a Comissão de Educação do Senado. Absolutamente não. Faço parte de uma comissão na Câmara e lá estou como membro do Conselho. E a Constituição diz que o Conselho é auxiliar do Congresso Nacional.

As duas Casas do Congresso Nacional são Casas de fazer leis e toda lei, em qualquer país civilizado, tem como balizamento o que está escrito na Constituição. Assim, o Conselho de Comunicação Social, auxiliando Casas que fazem leis, tem como preceito básico à obediência à lei. Tudo aquilo que, direta ou indiretamente, afronta a Lei Maior, é questão básica. As outras são, no meu entendimento, secundárias.

Aliás, ontem (até não tive interesse) o convidado Flávio começou a sua ponderação no plenário pedindo desculpas por discordar do que eu havia falado. Eu poderia ter pedido um aparte e ter dito que os convidados vêm aqui para dizer o que pensam e não para

discutir o que os Conselheiros pensam. Não aceito que nenhum convidado venha aqui dizer o que pensa do que penso. Os Conselheiros, sim; os convidados, não. Mas eu não quis polemizar, mesmo porque em parte até concordo com o que ele falou.

O Conselho, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, tem dois tipos de trabalho: um, específico, quando examinamos projeto concreto. É o caso específico. Pela primeira vez estamos examinando no Conselho, porque não tivemos oportunidade de examinar na Câmara, um projeto de lei concreto. Ou quando discutimos teses que não são concretas, como é o caso da concentração na mídia. Não existe nem projeto em andamento. Portanto, aqui, estamos fazendo um exercício acadêmico – muito bem feito, por sinal – sobre algo não concreto.

Mas, neste caso, o Conselho, por obediência à legislação, é obrigado a opinar sobre um caso concreto. É sobre esse caso concreto, sobre esse projeto de lei, creio que devemos fazer um relatório, sem ter a preocupação de que seja um relatório de consenso. Devemos fazer um relatório. Como não houve consenso, penso que seria muito mais inteligente de nossa parte se fizéssemos um relatório dirigido ao Senado dizendo, em tese, que o Conselho examinou a matéria, pela primeira vez, e que não pôde examiná-la na Câmara – é preciso dizer isso –, porque a Deputada Jandira não quis. S. Ex^a admitiu isso, está nos Anais da reunião do Conselho. O Conselho não conseguiu então unanimidade. Por isso, encaminha ao Senado Federal opiniões elaboradas por ele sobre esse projeto.

Finalizaríamos dizendo que o Conselho se reserva, no momento oportuno, encaminhar ao Senado Federal uma minuta de projeto de lei, ela sim elaborada pelo Conselho, já tendo como subsídio as audiências públicas feitas.

Nesse caso específico, já estou encaminhando o que penso do projeto. O projeto, apesar de durar dez anos, é extremamente malfeito, mal redigido. Eu estava presente à reunião, já passava das 14 horas, todos estavam com fome e havia muita confusão na Comissão de Ciência e Tecnologia. O Presidente Paulito, da Abert, não se encontrava presente, e eu ajudava alguns deputados em cima do laço – expressão usada no Rio Grande do Sul.

Após aquela reunião – e o Presidente Paulito, ontem, falou isso; eu concordo com ele –, é possível, mas não temos como afirmar, o Deputado Orlando Fantazzini Neto e o Deputado Marcelo Barbieri, de São Paulo, que não se reelegeram, ficaram com a incumbência de elaborar a redação final. Nós saímos.

De sorte que isso aqui não representa um consenso, não significa que as empresas de radiodifusão

tenham participado ativamente da elaboração final desse projeto de lei. Especificamente do que está aqui.

Sobre a regionalização, há consenso. Não vi realmente ninguém se posicionar contra a regionalização **stricto sensu**. Houve, sim, ponderações contra enxertos do projeto original nesse outro projeto. Vou chegar a eles. Por exemplo, no § 1º, as emissoras de televisão ficam obrigadas a veicular no horário – há uma obrigação – programas culturais, artísticos e jornalísticos totalmente produzidos...

O que diz a lei? Preferência: finalidades educativas. Preferência, como está aqui, no espírito do legislador, penso que é algo que tem certa impositividade.

No trabalho apresentado pela Rede Globo, o advogado contratado disse, ao explicar, no início, que não teve tempo de fazer um estudo mais demorado dos termos da Constituição. Mas entendo que preferência indica uma certa obrigatoriedade. Preferência não é antítese de obrigatoriedade; é antítese de totalidade. Em vez de a programação ser totalmente educativa, artística, cultural e informativa, o legislador diz que deve haver preferência. Preferência não é ausência, mas também não é totalidade.

Lendo o trabalho apresentado pela Rede Globo eu considerei, e ele mesmo disse, que ele não teve tempo de estudar a matéria. A preferência diz que deve existir um **minimum minimorum** de programação. Esse é o sentido que entendo do vocábulo preferência. Nessas condições, naquilo que o projeto fala de programação cultural e artística, art. 1º, itens I, II e III, §1º e §2º, não houve, por parte da entidade que represento, nenhum tipo de posicionamento contra. Ao contrário, achamos que a preferência impõe horários mínimos, que foram acordados naquela apresentação.

Aliás, sobre esse caso me lembro das palavras do Evandro Guimarães, que, falando certamente pela Rede Globo de Televisão, disse que aquela emissora concordava com a regionalização.

No projeto original não existia a figura da produção independente. Estou aqui com o projeto original. Ele não falava em produtores independentes. O que são produtores independentes? São empresários que estão lutando para vender o seu trabalho. É muito justo que os empresários independentes queiram também ter o seu trabalho defendido, porque, evidentemente, eles querem trabalhar e querem ter lucro – o que é normal num país civilizado. No entanto, no projeto original, não havia produtores independentes.

A Constituição fala de estímulo à produção independente. Preferência é uma coisa, estímulo é outra. No art. 2º, penso que, claramente, há uma inconstitucionalidade, porque está dito obrigatoriedade, e a Constituição fala em estímulo. Estimular não é obrigar.

Preferência, no meu entendimento, diz respeito a um **minimum minimorum** de programação.

Mas o art. 2º foi enxertado – certamente pelos empresários independentes – no projeto de lei original, e criou-se a figura, que entendo absolutamente inconstitucional, do produtor independente, que tem uma lei a defender o seu interesse.

Pretendo fazer um relatório que, espero, possa juntar-se aos outros relatórios – e aí encaminharemos ao Senado um relatório com a opinião dos conselheiros, sem a idéia de que é conclusivo, ao contrário –, no qual direi que o art. 2º não tem base legal, porque parte do princípio do estímulo para criar uma obrigatoriedade.

Quando à questão religiosa do art. 3º, ontem não quis contradizer o convidado Flávio, porque não era o caso. Ele não é advogado e não tem obrigação de entender de legislação, de Constituição. Não é o caso dele. Ele foi brilhante, mas pensou que, numa Casa em que se elaboram leis, seria possível não ser importante algo contrário à Constituição. Não é possível imaginar que um Conselho que auxilia uma Casa do Congresso que faz leis não alerte que esta lei, como está aqui, briga com a mãe de todas as leis. Essa questão religiosa é absolutamente fundamental, não é periférica. Não se pode imaginar que um Conselho como o nosso não tenha a competência para verificar que há um atentado claro a um dispositivo legal da Constituição, no caso.

Finalmente – insisto que é importante que o Conselho se debruce sobre isto –, defendo as empresas brasileiras de comunicação social e todos os setores vinculados a elas. Se o Conselho não realizar um trabalho firme de defesa das empresas nacionais, cometeremos um erro grave. As empresas multinacionais de telecomunicações estão fazendo um trabalho sistemático de convencimento dos legisladores de que elas também podem ter televisão, usando a sua estrutura de telecomunicações. O que está acontecendo? As empresas nacionais de radiodifusão – isto é do conhecimento da mídia impressa e, sobretudo, da televisão e do rádio – estão passando por problemas financeiros gigantescos. E começa a vir essa nova tecnologia na área de telecomunicação, em desacordo com a Constituição Federal, que diz claramente que radiodifusão é uma coisa e que telecomunicações é outra e que é privativo do setor de radiodifusão transmitir conteúdo. No setor de radiodifusão, os estrangeiros podem ser cotistas de, no máximo, 30% das ações.

O que está escrito aqui tem como base a Lei do Audiovisual. O fato de a Lei do Audiovisual estar em plena vigência não quer dizer nada. É como a Lei de TV a Cabo, que começa afirmando que o serviço de

TV a Cabo é um serviço de telecomunicações, o que não é verdade; não se trata de telecomunicações, mas sim de radiodifusão. Vamos ter que enfrentar isso.

Seria muito bom se o Conselho se detivesse sobre este aspecto: a invasão no nosso País das empresas de telecomunicações multinacionais, podendo estas preponderar sobre as empresas nacionais de radiodifusão.

Senhora Presidente, na linha do que disseram os Conselheiros Paulito e Daniel, sugiro que façamos um relatório que abranja todas essas ponderações e que o encaminhemos ao Senado, mesmo porque quem vai decidir se o que estou dizendo é inconstitucional é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Com isso, esclareceríamos que o Conselho se reserva o direito de apresentar, no prazo mais exíguo possível, a minuta de sugestão de um projeto de lei o mais abrangente e moderno possível.

Assim, cumpriríamos a nossa tarefa, que é a de examinar esse projeto de lei – não podemos nos furtar a isso –, mas deixaríamos em aberto para o Senado, dizendo que o Conselho examinou e estudou o projeto, fez o seu dever de casa, mas que não há uma decisão unânime. Apontaram-se irregularidades, inconstitucionalidades, redações malfeitas, mas se reserva, oportunamente, apresentar, a encaminhar ao Senado, ao Congresso Nacional, uma sugestão de projeto de lei diria: “Esse assunto ficaria mais bem posto dessa maneira”.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Conselheiro. Penso que, antes de passar a palavra para os demais conselheiros, eu gostaria apenas de deixar...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Pela ordem, Berenice.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – O Conselheiro Roberto Wagner...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pela ordem.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – ... citou aqui o aspecto de preferência e obrigação.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não, isso eu não considero que seja pela ordem.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Ok, então na oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O senhor terá garantido sua palavra oportunamente.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Então, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu gostaria de deixar registrado...

Pois não.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Eu gostaria que você me esclarecesse qual está sendo a forma de encaminhamento, porque eu cheguei atrasado e já havia começado o depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, informo-lhe, Conselheiro, que o senhor chegou “pouco” atrasado. Apenas haviam falado o Conselheiro Paulito, o Conselheiro Daniel Herz e o Conselheiro Geraldo. O senhor chegou na quarta oração e ainda eu espero que o senhor venha a se pronunciar nesta primeira rodada.

Os conselheiros estão tecendo considerações gerais, apesar de o Conselheiro Roberto Wagner ter aprofundado no tema. Ainda nesta primeira rodada, a expectativa é de posicionamento dos Conselheiros. O senhor está inscrito.

Antes de passar a palavra para o Conselheiro Daniel Herz, gostaria de deixar registrado que, particularmente – e peço-lhe desculpas pelo atrevimento, apesar da sua estatura de advogado, jurista –, tenho dúvidas sobre a imputação de inconstitucionalidade em pelo menos dois dos três casos que o senhor aponta. Não gostaria de aprofundar esse debate agora, porque, na metodologia da nossa Comissão, haverá o momento oportuno para isso, mas entendo que a nossa Carta Magna tem que ser lida como um todo; também não podemos isolar compreensões. Então, não estaríamos criando uma reserva de trabalho se déssemos condições, eliminando a concorrência imperfeita, para que uma atividade exista. A vida social interage e é regulada de várias formas, então deixo registrado que podemos aprofundar muito nosso debate.

Gostaria que todos os conselheiros se manifestassem para que possamos, a partir dos critérios sugeridos pelo Conselheiro Daniel Herz, chegar a um resultado concreto. O Conselheiro Daniel Herz propôs que partamos do reconhecimento de três critérios: o primeiro,

de que a regionalização, como mandamento constitucional, é acatada absolutamente por todos; o segundo, de que nós temos um prazo para apresentar isso para o Senado e o terceiro... Desculpe-me, Daniel?

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – O segundo critério seria de que fôssemos, além de críticas...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sim, à proposta concreta...

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – ... considerações genéricas e...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Exatamente.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – ... e inespecíficas.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Que apresentemos a solução.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – O terceiro seria o de que, fazendo observações tópicas e específicas, nós não nos limitássemos a apontar os problemas, mas a apresentar as soluções correspondentes em termos de formulação de redação a todos os problemas identificados.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Se estou entendendo bem, estamos caminhando para a necessidade de aprofundar o nosso debate em termos mais técnicos, reconhecendo, revisando as variadas posições, as contribuições, as expectativas concretas que agora se delineiam de forma bem perceptível em torno desse projeto. Eu gostaria que os Conselheiros acabassem de se manifestar, porque, na busca dessa convergência de entendimento, pretendo suspender esta reunião temporariamente, por uma hora ou quarenta minutos, porque estamos precisando aprofundar determinados...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não vejo necessidade. Estamos conversando e trocando idéias. O Conselheiro Daniel...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – V. S^a está querendo fazer um aparte? Os Conselheiros Francisco e Daniel estão inscritos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O Conselheiro

Daniel fez uma ponderação que considero extremamente relevante. Penso que teríamos que caminhar para examinar caso a caso. Dessas possíveis inconstitucionalidades, algumas são emendas de redação e de supressão até. Então, o Conselho encaminharia ao Congresso sugestões de redação. Farei o meu parecer no sentido de que isso será apontado. Como já se decidiu, ele será encaminhado ao Senado. Em vez de um parecer paralelo, poderíamos fazer um parecer global que especificasse a nossa conclusão sobre a melhor redação.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Francisco.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Bom-dia a todos. Desculpem-me pelo atraso. Concomitantemente, tenho que garantir minha sobrevivência econômica, pois aqui não somos remunerados, nem queríamos ser. A proposta foi a de que não fôssemos remunerados; não estou chorando por conta disso, mas deve haver a compreensão de que, de vez em quando, temos de levar leite para os meninos.

Estou percebendo que, infelizmente, o leite está semiderramado. Estou intervindo para que não se derrame o leite. Apesar de já ter sido derramado em parte, espero que reconsideremos. Talvez seja a segunda ou terceira vez em que realmente podemos expressar-nos segundo a função que temos no contexto do Congresso Nacional, como seu órgão auxiliar. Devemos fazer um esforço para que haja um parecer, mesmo garantido o voto em separado. No meu entendimento, é preciso haver um parecer. O ideal seria que não tivéssemos que bater voto e que se dissesse que a maioria fecha com tal relatório. Dentro da linha do Conselho, que é a de não bater voto, e sim construir o consenso, como, na verdade, tem sido nossa política, devemos dizer que o consenso progressivo só foi possível até determinado andar. A partir de tal andar, há diferenças na compreensão “x”, que apontaria até essa contestação com base na Constituição. Para isso existe a CCJ; não é papel nosso. Às vezes, nas Comissões, ficamos ansiosos para entrar no mérito, mas estamos no estágio da CCJ, e só cabe falar da constitucionalidade, da admissibilidade ou não. Estamos exatamente nesse patamar. E aí, nobre companheiro Roberto Wagner, não nos cabe, nós Conselho, até porque não há garantia em qualquer aspecto, apresentarmos projeto de lei. Não temos sequer a possibilidade de apresentarmos essa proposta de projeto de lei, podemos, sim, conceber.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Repito: sugestão de projeto de lei.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Nesse caso nos teríamos que fazer o seguinte: propor a sugestão e buscarmos um conjunto de Parlamentares que assumisse a proposta e a apresentá-la, ou um parlamentar seguido de outros. Fora isso, só nos é garantido projeto de iniciativa popular, em que é preciso um número expressivo de assinaturas. Sei que o nobre companheiro Wagner, como advogado que é, sabe a esse respeito com clareza, inclusive tendo em vista a sua experiência na Casa. Portanto, apenas estou lembrando-lhes que não temos, regimentalmente, como fazer isso. Podemos, sim, é lógico que podemos, conceber um projeto – aliás, muitos de nós já participamos disso – e vemos qual a forma de apresentá-lo e tal. Penso que podemos dar notícia ao Congresso que vamos nos movimentar quanto a essa questão. No entanto, isso não ajuda em nada, tampouco quer dizer que cumprimos o nosso papel.

Penso que é preciso ter o relatório para termos o dever de casa. Já que assim o estamos tratando, como dever de casa, quando o professor passa um dever de casa e você leva argumentos e não a operação concluída do Teorema de Pitágoras, por exemplo, está errado do mesmo jeito. Ele pode facilitar sua vida, mas que está errado, está. Concretamente, temos que concluímos o dever de casa dentro dessa linha. Repetindo, rapidamente, é só isso: fazermos o parecer, sem batermos o voto – olhem só, ainda estou, não sei, sonhando. Mas acho que dá para vir na mesma linha de não batermos voto, chegarmos à conclusão nos parágrafos e artigos, que são possíveis, e separarmos um ou dois, de acordo com as intervenções que o nobre Conselheiro Wagner tem feito, e que tem deixado patente um ponto, que é a questão dos 10% da religião e tal, que é o inciso III do art. 3º. Nesse particular, qualquer outro que porventura tenha – e me parece que tem, sob o ponto de vista de V. S^{as} – colocaríamos isso. E diríamos que o consenso veio até aqui e houve tais e tais questionamentos, para que seja mais bem analisado por quem de direito, no caso a CCJ.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pergunto se a Conselheira Assunção, que ainda não se manifestou, gostaria de falar, antes que eu passe a palavra.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Eu posso falar hoje?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Claro.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Houve um questionamento ...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não houve questionamento. Houve um pedido de esclarecimento sobre as atribuições da Comissão. Penso que devemos trabalhar desarmados.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Ok!

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Penso que estamos num momento de buscarmos agora a convergência do que é melhor para a comunicação social, para o segmento de radiodifusão no interesse público.

Então, vamos trabalhar desarmados. Faço um apelo a todos.

Por favor, Conselheira.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Também quero colocar a minha posição. Realmente é o que trouxemos aqui, inclusive foi apoiado pelo Ministério da Cultura e pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, acredito que também pela Fenaj, pelo Congresso Brasileiro de Cinema e pelas 55 entidades de cinema brasileiro, uma boa parte da sociedade civil, por meio do Fórum, por meio da Fenaj e também por intermédio das entidades cinematográficas como um todo e da entidade máxima, que é o Congresso Brasileiro de Cinema.

Essa era a nossa posição, porque, historicamente, o tratamento dado para a regulamentação desse artigo foi sempre complicado, tumultuado, e nunca tivemos nenhuma proposta concreta do que ela seria, segundo a visão de quem, de alguma forma, impossibilitou que isso acontecesse. Essa é a forma que conseguimos fazer passar, depois de muita discussão e de desistir de muitas coisas também, com a presença de atores que trabalham na área artística, técnicos e personalidades. Temos apoio de personalidades de bastante peso, como Gabriel Prioli, como Nelson Hoineff, enfim, pessoas formadoras de opinião, cuja opinião era a de que fizéssemos esse exercício democrático de encaminhar, votar e aprovar esse texto a que chegamos.

Cada um fala das deficiências que tem. Nós sabemos. Queríamos incluir já o percentual de participação em co-produção, que é a proposta do Gedic, ainda em andamento, mas abrimos mão disso, que para nós era muito importante, até como um gesto de reencontro, porque esses anos todos foram momentos de desencontro.

Acho que o Brasil está precisando, neste momento, exatamente de mais encontros do que desencontros. Então, abrimos mão desse item, para nós, bastante programático e também aprovado nos três congressos do cinema brasileiro, ou seja, de que um percentual, como é feito na Espanha, na Itália, na França, enfim, nos países democráticos, do faturamento publicitário da televisão como serviço público de concessão viesse para o cinema independente. O mundo inteiro sabe o que é cinema independente: é aquele que não tem ligação com as redes transmissoras de conteúdo, aquelas que trabalham com o conteúdo da sociedade.

Esse é um conceito que existe em leis européias, com o qual, acredito, nenhum parlamentar, nenhum Senador se chocará, mesmo porque mostraremos bastante material elucidativo, inclusive tese pronta sobre isso.

Este é o momento em que pretendíamos fazer o possível. Não é totalmente bom para nós; queríamos muito mais. Queríamos chegar mais próximo do que deverá um dia ser. Sei que o outro lado, como dizia ontem o Flávio, é demais, porque se está tirando um pouco de nós. É esse pouco que a Constituição pede para regular, e, há treze anos, estamos sendo dilapidados, ou seja, o outro lado da sociedade.

Reafirmo que a posição é essa. Agora, não consigo ver, em nenhum momento – e gostaria de ver hoje –, o que seria se houvesse consenso. O que está incomodando esses quatro conselheiros? Sabemos aquilo de que não gostam, mas não sabemos aquilo de que gostam. Seria interessante sabermos, até para levarmos para fora. Quer dizer, não gostaram por quê?

Quanto à inconstitucionalidade, sinceramente, se eu tivesse que assinar alguma coisa, não aceitaria que isso fosse apontado, porque seria um desrespeito à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que foi a última instância pela qual passou a matéria. Então, sinceramente, eu me sentiria muito mal ao passar esse atestado de incompetência, digamos, ao órgão legislador com o qual teremos de trabalhar o tempo todo.

Lá passou e não houve problema de inconstitucionalidade. Também não gostaria – porque não sou advogada e nenhum dos conselheiros tem obrigação de ser advogado constitucionalista – de tirar esse direito da Comissão do Senado, que fará esse trabalho também. Seria ousadia minha invadir o território deles, dizer que alguém já falou por eles, que um conselheiro nosso já viu e já levantou, quando tenho dúvidas na verdade.

Mesmo que eu tivesse muito próximo de ter essa certeza, ainda assim eu preferiria que o órgão encarregado fizesse isso, até por respeito.

Finalmente, gostaria de ouvir, se me permitissem, o que é possível ter nesse projeto, já que já sei o que incomoda.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Conselheira Assumpção. Por favor, Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Gostaria de apresentar um posicionamento e uma proposta de encaminhamento que eu identifique como decorrente desse posicionamento.

Ocupo, neste Conselho, a vaga destinada ao segmento profissional de jornalistas, por ter sido eleito pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta das duas Casas, como todos os demais membros do Conselho aqui presentes, mas só fui eleito por essa eleição ter sido postulada pela entidade mais representativa e que tem representatividade mais ampla dos jornalistas do País, que é a Federação Nacional dos Jornalistas, expressando o compromisso que essa entidade tem de, ao atuar no Conselho, não se restringir aos interesses específicos e corporativos dos jornalistas, mas, a cada questão, procurar interpretar o interesse público e compatibilizar os interesses específicos desse segmento de profissionais com os interesses do País e o interesse público.

No que diz respeito a esta matéria, o meu posicionamento foi discutido precisamente com a Federação dos Jornalistas e por isso gostaria de declinar aqui as duas posições possíveis que tenho para serem assumidas em função da orientação da entidade e da compatibilidade que esse posicionamento tem, segundo a entidade e minha convicção pessoal, em relação ao interesse público aqui envolvido.

São duas posições excludentes: a Federação Nacional dos Jornalistas entende que o melhor resultado desse processo seria uma formulação elaborada conjuntamente e aprovada com base de consenso como pretensão de resolver o problema da tramitação dessa matéria. Isso poderia ser alcançado por um conjunto de emendas ou por um substitutivo, uma forma qualquer que fosse, mas que correspondesse a uma tentativa do Conselho de solucionar o problema do conflito de interesse envolvido.

Não sendo alcançado isso, a orientação da minha entidade é postular aprovação do projeto tal como está, porque qualquer outra medida... E aqui ninguém, até como decorrência da contestação de que não existe nenhuma manifestação contrária à regionalização, vai propor a pura e simples rejeição do projeto.

Portanto, se estiver correto isso, o que pode existir são propostas de emendas que, se estive-

rem sem acordo, vamos ter a devolução da matéria para a Câmara e o prosseguimento do processo de postergação, que já vem se desenvolvendo há uma década e meia. Isso para nós é inaceitável e entre continuarmos não tendo regulamentação, com tudo o que se pode dizer dessa formulação...

Continuarmos não tendo regulamentação, mas com tudo o que se pode dizer dessa formulação, achamos melhor tê-la. E mais, a resposta que temos que dar aqui é identificar qual o posicionamento de cada entidade e como cada uma gostaria que esse projeto fosse emendado ou substituído para avaliarmos se é possível o acordo ou não. Se não for possível o acordo, tenho orientação da minha entidade de, até quinta-feira, se possível com outros membros do Conselho, se não, isoladamente, elaborar um parecer, colocá-lo à disposição da Comissão, mesmo não sendo membro dela, e, se a Comissão se reunir ou não, ou se optar por ser omissa ou não conseguir, levar um parecer da minha entidade para o Pleno do Conselho. Não é essa a melhor alternativa. A Fenaes têm muito claro que o melhor resultado desse processo seria uma formulação conjunta elaborada e bancada com base de consenso, mas se isso não for alcançado, a nossa entidade vai postular a aprovação tal como está.

Portanto, acredito que o prosseguimento da nossa reunião deveria ser a criação de condições para avaliarmos se isso é possível ou não. Se existem conselheiros que têm a convicção de que não é possível isso, não perderíamos tempo tentando. Se os conselheiros acharem isso possível, teremos que identificar concretamente: é possível a partir da mudança X, Y ou Z. Se essa mudança for compatível com o perfil estratégico dos objetivos da regionalização, da exibição da produção nacional, com certeza, teremos possibilidade de chegar a uma formulação conjunta.

Então, eu faria duas propostas de encaminhamento concretas.

Identificando essas pretensões, essa postulação que estou fazendo aqui é compatível com a do Conselheiro Paulito, que levantou o reconhecimento da possibilidade da necessidade de tentarmos uma formulação conjunta; o Conselheiro Roberto Wagner, num certo momento, disse que isso não seria possível, que então cada um fizesse seu relatório, mas num outro admitiu. Então, os Conselheiros devem precisar os seus posicionamentos e, terminado esse processo de posicionamento, de reconhecimento de possibilidades, que suspendêssemos a reunião para que pudêssemos identificar até tópicos, que seria retomada quando estivéssemos em condições de dizer qual é o esforço que vamos realmente adotar,

ou seja, pareceres distintos, e poderemos ter um, dois ou três, sei lá quantos pareceres, ou o esforço de elaborar um parecer conjunto com um conjunto de emendas ou um substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O meu objetivo na coordenação da Comissão é justamente que consigamos desenvolver da melhor forma possível o nosso trabalho. Nesse sentido, apesar de eu já ter proposto, porque venho sentindo, puro **feeling**, que é necessário sairmos um pouco das imposições protocolares, das preocupações que o ato do registro de todas as nossas palavras, nossos gestos, nossos comportamentos impõe, pergunto formalmente, então, a todos os Conselheiros aqui presentes, em especial, aos membros da Comissão, se é esse o entendimento e o método, e se estão de acordo. Eu, particularmente, acho que seria benéfica a suspensão temporária da reunião, para que buscássemos essa convergência de ação, de método de trabalho.

Conselheiro Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não vejo a necessidade da suspensão mas também não sou contra, pois é irrelevante porque vamos ficar na mesma sala, mas penso o seguinte: devíamos agora, os quatro membros da Comissão, tomar uma decisão de Comissão e que os membros não presentes agora ficassem junto conosco. A Comissão vai decidir.

Eu, por exemplo, não vou abrir mão desses pontos que anotei. Então, o que o Conselheiro queria saber já está claramente definido.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Perfeito. Obrigada.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – De sorte que penso que o ideal seria que fizéssemos isso, quantos pareceres forem necessários.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Está claro, Conselheiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu vou apresentar o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Está claro. Sem lhe cortar, só para não perdemos o ritmo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mas deixe-me terminar.

No meu entendimento, pegariamos agora os membros da Comissão e acertariamos rapidamente esse consenso. A Comissão vai decidir. De fato, não há consenso na Comissão. A Comissão vai apresentar dois, três, quatro pareceres. Em seguida, esses pareceres serão apresentados aos membros do Conselho para já examinar como oferecimento da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Paulito, pela suspensão?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Eu queria manifestar, Conselheira Berenice e meus colegas, uma frustração neste processo, porque entendo que deveríamos apresentar uma alternativa que não fosse, no meu ponto de vista, a pura e simples emissão de parecer. Mas se essa for à decisão do consenso, eu me submeto a ela. É evidente que, se alguém entender que se deva proceder a um parecer isolado, creio que cai a tese que eu havia inicialmente colocado de que a alternativa seria a busca de um conjunto maior.

Quando se fala em princípios inconstitucionais, é importante que se ressalte que isso dá margem a que, em um momento qualquer, haja um questionamento inclusive judicial do fato, o que terá conseqüências, no meu ponto de vista, imprevisível.

Talvez eu tenha tido uma visão um pouco mais ampla do que, na verdade, a realidade mostra. Entendi que poderíamos dar uma contribuição pessoal maior a isso do que a pura e simples emissão de parecer. Mas se essa for à decisão, evidentemente vou entregar um parecer em apartado na data aprazada.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Francisco Pereira da Silva.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sim, estou entendendo que está sendo feita uma consulta.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pela suspensão da reunião?

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Ou não.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Concordo que se suspenda a reunião. Mas a Presidente pediu para que não ficássemos armados. Porém, se não se está armado claramente, pelo menos existe uma tendência à incompreensão – falando especificamente dos membros da Comissão. Eu já falei uma vez e insisto em que façamos só um relatório e que seja naquele processo.

Faço questão de lembrar isso, a favor da suspensão, mas que tenhamos esse patamar, para que, por exemplo, na parte em que fica instituídos em gravação, que fique claro o porquê da suspensão com essa perspectiva. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Ao tempo em que anuncio a chegada e dou as boas-vindas ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn, representante da sociedade civil, agradecendo-lhe o esforço que fez para, neste dia em que não precisava formalmente de estar aqui, locomover-se da sua querida Belo Horizonte para estar aqui conosco, suspendo esta reunião.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Creio que o lamento feito pelo Conselheiro Paulito não corresponde ao reconhecimento – acho que nem o Conselheiro Roberto Wagner – de que é impossível chegarmos a esse objetivo que o Conselheiro Paulito...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Daniel, desculpe-me interrompê-lo. Na realidade, há dois motivos: primeiro, não precisamos ficar repetindo a fala do Conselheiro Francisco que, de certa forma, já traduziu isso, de que suspenderíamos a reunião para discutirmos sem os constrangimentos do protocolo, do registro, se, enfim, tivermos um, dois ou dez pareceres.

Em segundo lugar, peço desculpas, porque, além de lhe dar as boas-vindas, o Conselheiro Ricardo Moretzsohn é suplente dos Conselheiros Dines e Chagas. Na ausência deles, pergunto, antes de suspender esta reunião: o senhor está de acordo com a suspensão, Conselheiro? Sim? Posso considerar sim? Por favor, manifeste-se formalmente. Sim.

Declaro suspensa esta reunião.

(Suspende-se a reunião às 10h45min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 669 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552 e, CARLOS ALBERTO CORRÊA, matrícula nº 2544, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 000339/04-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 670 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ADRIANO BEZERRA DE FARIA, matrícula nº 2438 e, TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAIS, matrícula nº 2577, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 003966/04-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 671 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004344/04-9,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ MARIA DE MOURA DA SILVA, matrícula 5059, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 01 de abril de 2004.

Senado Federal, 13 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 672 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004343/04-2,

RESOLVE dispensar o servidor FERNANDO AURELIO DE AZEVEDO AQUINO, matrícula 4967, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 01 de abril de 2004.

Senado Federal, 13 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 673 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005174/04-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ROSSY E VASCONCELOS JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 13 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 674 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004107/04-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLEIDE LÚCIA SOUZA BARBOSA LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 13 de abril de 2004.

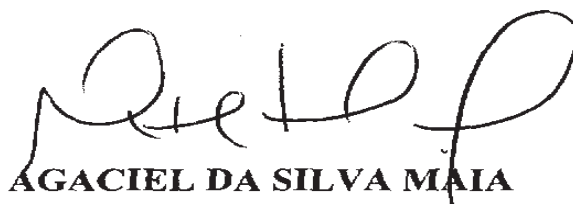

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 675 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005072/04-2,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO BATISTA FERREIRA, matrícula 4938, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino Braga, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 12 de abril de 2004.

Senado Federal, 13 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 676 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005071/04-6,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA BETÂNIA SILVA SCARINGI, matrícula 2876, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino Braga, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 12 de abril de 2004.

Senado Federal, 13 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 677 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004755/04-9,

RESOLVE dispensar a servidora CLÁUDIA GAMA FRANCO DE OLIVEIRA, matrícula 4288, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivela, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 05 de abril de 2004.

Senado Federal, 13 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 678 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004732/04-9,

RESOLVE designar o servidor ERLI TAVARES DOS SANTOS, matrícula 2187, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Alvaro Dias, a partir de 05 de abril de 2004.

Senado Federal, 13 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral:** 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003**Presidente:** Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³**Vice-Presidente:** Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹, PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senadora IDELI SALVATTI ^{4 5} (PT – SC) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

Atualizado em 12.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Assumiu a Presidência na Reunião Extraordinária do dia 06.04.2004, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

⁵ Indicada conforme comunicação lida na Sessão do SF de 03.03.2004, em substituição ao Senador Tião Viana.



EDIÇÃO DE HOJE: 188 PÁGINAS